

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FÁBIO LUIZ NUNES

**REPRESENTAÇÕES DE SI NO DISCURSO DE MANUAIS DE
ACONSELHAMENTO COMPORTAMENTAL:**

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE *ÉTHE* NA LITERATURA DE AUTOAJUDA

BELO HORIZONTE
2024

FÁBIO LUIZ NUNES

**REPRESENTAÇÕES DE SI NO DISCURSO DE MANUAIS DE
ACONSELHAMENTO COMPORTAMENTAL:**

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE *ÉTHE* NA LITERATURA DE AUTOAJUDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de pesquisa: Análise do Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Muniz Proença Lara

BELO HORIZONTE
2024

N972r

Nunes, Fábio Luiz.

Representações de si no discurso de manuais de aconselhamento comportamental [manuscrito] : elaboração e gestão de *étne* na literatura de autoajuda / Fábio Luiz Nunes. – 2024.

1 recurso online (218 f.: il., grafs., color.) : pdf.

Orientadora: Gláucia Muniz Proença Lara.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 205-218.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Éthos – Teses. 3. Semântica – Teses. 4. Técnicas de autoajuda – Teses. 5. Autoajuda na literatura – Teses. I. Lara, Gláucia Muniz Proença. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FOLHA DE APROVAÇÃO

**Representações de si no discurso de manuais de aconselhamento comportamental:
elaboração e gestão de éthe na literatura de autoajuda**

FÁBIO LUÍZ NUNES

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 18 de dezembro de 2024, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Luciano Magnoni Tocaia - Representante da orientadora
UFMG

Prof(a). Cláudio Humberto Lessa
CEFET-MG

Prof(a). Helcira Maria Rodrigues de Lima
UFMG

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Helcira Maria Rodrigues de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 06/01/2025, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Magnoni Tocaia, Professor do Magistério Superior**, em 06/01/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio registrado(a) civilmente como Cláudio Humberto Lessa, Usuário Externo**, em 16/01/2025, às 22:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3851180** e o código CRC **A8586F58**.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de externar minha mais profunda gratidão aos que participaram, de forma direta ou indireta, da realização deste estudo. Cada um de vocês desempenhou um papel fundamental em minha jornada acadêmica e pessoal, e é com imensa alegria que reconheço suas contribuições.

À Profa. Dra. Glaucia Lara, minha orientadora, quero expressar sincera admiração e respeito por sua incansável dedicação à análise do discurso produzida no Brasil e, certamente, pela orientação precisa que me proporcionou ao longo deste processo. Sua clareza e objetividade de pensamento, cordialidade em cada interação, disponibilidade constante e encorajamento a minha autonomia intelectual foram pilares essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas recomendações e considerações foram como faróis em meio à complexidade do caminho acadêmico e, por isso, sou profundamente grato. Você, Profa. Glaucia, é um modelo de profissional e de pesquisador(a) para mim!

Minha gratidão estende-se à Profa. Dra. Ida Lúcia Machado por sua sabedoria, doçura e amor à missão de docência. A oportunidade de compartilhar aprendizados ao seu lado foi um privilégio, e sua presença iluminou nosso percurso acadêmico com uma paixão intensa, mas singela, pelo ensino e... pela vida.

Quero dirigir ao Prof. Dr. Luciano Tocaia meu reconhecimento por sua brilhante e despojada habilidade didática na disciplina de introdução à análise do discurso, pelas aulas que foram fundamentais em minha formação. Seu comprometimento em tornar a análise do discurso acessível é admirável, e cada momento na disciplina foi uma inspiração para meu próprio crescimento acadêmico.

Meu agradecimento é vigoroso e incondicional a minha mãe, Márcia Alves. Nossa extraordinária ligação e seu constante apoio têm sido a âncora que me sustenta quando me encontro nos momentos mais desafiadores. Seu afeto absoluto e sua crença em meu potencial simbolizam o combustível que impulsiona cada etapa desta árdua e inacabada, porém satisfatória, caminhada pelo conhecimento...

A meu irmão, Nunes Fah, demonstro minha gratidão pela presença constante e pelo amor incomensurável que sempre partilhamos. Suas palavras de encorajamento e seu inabalável suporte continuam sendo fonte de força em todos os momentos para mim! Como é bom compartilhar com você a experiência de sermos

peças LGBT+... Você, estimado irmão, tem me ajudado a ser mais forte e a me orgulhar de quem fui, de quem sou e de quem estou me tornando!

A meu pai, Cláudio Nunes, agradeço por ser um exemplo vivo de honestidade e transparência. Seus valores têm moldado meu caráter e guiam minhas escolhas, e por isso sou visceralmente grato.

Devo expressar ao amigo e colega de trabalho Max Silva meu apreço pelas discussões enriquecedoras que tivemos ao longo de nossa jornada acadêmica. Nossas reflexões sobre as discursividades contemporâneas e suas relações com a psicologia, nossa ciência-mãe, tornaram-se terra fértil em meu processo de pesquisa.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG (POSLIN), deixo meu reconhecimento por cada momento de troca e aprendizado compartilhado. Nossas boas conversas e parceria de estudo me legaram nostalgia, e é com carinho que recordo cada momento ao lado de vocês.

Aos profissionais da secretaria do POSLIN, digo-lhes que reconheço, na condição de quem também é técnico-administrativo em educação, o papel essencial de seu trabalho na formação acadêmica. Quero, portanto, expressar minha sincera gratidão pela importância e valor de sua contribuição em minha titulação como mestre. Seu suporte e dedicação foram fundamentais para tornar possível esta jornada.

Aos colegas de trabalho e à coordenação da biblioteca em que atuo só posso exprimir meu agradecimento pela compreensão e flexibilidade durante a fase de intensa dedicação à pesquisa. Foram inestimáveis sua paciência e seu apoio para meu equilíbrio entre trabalho e estudo.

Aos estudantes, estagiários e amigos da biblioteca do *campus* Nova Suíça do CEFET-MG – especialmente Aline, Nathália, Ana Paula, Roza e Gustavo –, preciso expressar minha alegria pelo relacionamento de cumplicidade e carinho que desenvolvemos ao longo do tempo. Sem a presença de vocês, esta aventura pela pós-graduação teria sido seguramente menos colorida e divertida.

Quero também agradecer a Ana, psicoterapeuta que me acolheu no período em que estive produzindo este estudo, sua incrível competência profissional e sua confiança em meu potencial, mesmo nas ocasiões em que eu próprio duvidava. Suas palavras de estímulo e apoio, ao lado da boa e cientificamente sustentada técnica psicológica, têm sido um presente em minha aventura por mim mesmo.

E, por último, mas não menos importante, necessito agradecer à venlafaxina, meu composto químico predileto, responsável pela tão necessária inibição de recaptação de serotonina e noradrenalina em minhas nevrálgicas fendas sinápticas... É certo que devo parte da consecução de meus objetivos à psicofarmacologia e, por conseguinte, à beleza e à potência da ciência séria, regulada e socialmente responsável.

Meu mais sincero obrigado a todos vocês. Este trabalho não seria possível sem o apoio, incentivo e amor de cada um. Que nossos caminhos continuem se entrelaçando e que possamos seguir compartilhando aprendizado e crescimento mútuo!

A saga do dizer é mostrar.

Em tudo o que nos fala alguma coisa, em tudo o que nos aclama, conclama e reclama, em tudo o que nos aguarda como o que não foi falado e também na fala que nós cumprimos, em tudo isso vigora o mostrar, que deixa aparecer toda vigência e que tira do brilho toda ausência.

Em sua saga, o dizer não é, de forma alguma, uma expressão linguística acrescentada posteriormente ao que aparece. Ao contrário.

Tanto o brilho do aparecer como a sombra do desaparecer repousam na saga mostrante do dizer. Ela libera toda vigência para o seu vigor e confina tudo o que está ausente à sua ausência.

Martin Heidegger (1889-1976)

RESUMO

Manuais de aconselhamento comportamental localizam-se entre as produções editoriais mais procuradas na atualidade. Frequentemente denominadas *autoajuda*, essas obras têm em comum a finalidade de se oferecerem como guias de conduta para que o leitor possa enfrentar dilemas da vida. Nosso principal objetivo com a pesquisa foi examinar como são construídas e postas em interação as imagens de si, ou *éthe* (Amossy, 2016; Maingueneau, 2008, 2013a, 2020), projetadas no discurso de três obras brasileiras de aconselhamento comportamental, cujo tema central é a ansiedade. A análise orientou-se pela semântica global (Maingueneau, 2005), tendo como aporte o estudo dos modos de organização do discurso (Charaudeau, 2009), além de outras elaborações no escopo das tendências francesas em análise do discurso, bem como produções nacionais a respeito do assunto (Brunelli, 2004, 2005; Sobral, 2006; Rüdiger, 2010; Leite, 2019). A presente pesquisa evidenciou a coexistência de diferentes *éthe* nos manuais de aconselhamento analisados, demonstrando como a construção da imagem de si perpassa todos os planos discursivos da semântica global. Em Amaral (2023), verificou-se a conjunção entre o *éthos* do amigo e do psicoterapeuta acolhedor, ao passo que, em Cury (2014), o conflito entre o *éthos* confiante e a vocalidade apressada e ansiosa revelou uma disjunção marcante. De toda forma, observamos que o *éthos* dito é bastante comum nos manuais de aconselhamento e, na maior parte de suas ocorrências, corrobora o *éthos* mostrado. Em consonância com Furlan (2014), constatamos que a cenografia desempenha um papel central na sustentação das autorrepresentações, embora o *éthos* possa manter certa autonomia em relação a essa dimensão. Isso é particularmente visível na obra de Zandoná (2018), em que a construção de uma espacialidade psicoterapêutica não implica diretamente a manifestação de um *éthos* de psicoterapeuta. Já o *éthos* do conselheiro, mesmo quando rechaçado na materialidade discursiva, constitui a principal autoimagem nas obras analisadas, reafirmando a tese de que o manual de aconselhamento se configura como uma cena genérica específica, ainda que mobilize múltiplas cenografias e estratégias estilístico-composicionais oriundas de outras práticas discursivas estabilizadas, como provérbios, sessões de psicoterapia, consultas de avaliação psicológica, sermões religiosos, conversas informais e conferências de *coaching*. A complexidade dessa interação entre diferentes cenografias e imagens de si nos discursos de aconselhamento sugere que essas obras não apenas instruem comportamentos, como engendram autorrepresentações situadas em contextos discursivos mais amplos, associando-as a diversas formas de interação sociocomunicativa.

Palavras-chave: *Éthos* discursivo. Semântica global. Análise do discurso. Manual de aconselhamento comportamental. Literatura de *autoajuda*.

ABSTRACT

Advice books are among the most sought-after editorial productions today. Often referred to as *self-help*, these works share the common goal of offering themselves as conduct guides to help readers face life's dilemmas. Our primary objective with this research was to examine how self-images, or *éthe* (Amossy, 2016; Maingueneau, 2008, 2013a, 2020), are constructed and related to one another in the discourse of three Brazilian advice books, having anxiety as the central theme. The analysis was guided by global semantics (Maingueneau, 2005), together with the study of discourse organization modes (Charaudeau, 2009) and other contributions from French discourse analysis, as well as Brazilian studies on this subject (Brunelli, 2004, 2005; Sobral, 2006; Rüdiger, 2010; Leite, 2019). The research highlighted the coexistence of different *éthe* in the manuals examined, demonstrating how the construction of self-images permeates all discourse levels within global semantics. In Amaral (2023), the convergence between the *éthos* of a friend and that of a compassionate psychotherapist was observed, while in Cury (2014), the conflict between a confident *éthos* and a rushed, anxious tone revealed a significant disjunction. Overall, we observed that the *éthos* said is quite common in advice manuals and, in most cases, reinforces the *éthos* shown. In agreement with Furlan (2014), we found that scenography plays a central role in supporting self-representations, though *éthos* can maintain a certain degree of autonomy from this dimension. This is particularly evident in Zandoná (2018), in which the construction of a psychotherapeutic spatiality does not directly imply the manifestation of a psychotherapist's *éthos*. The *éthos* of a counselor, even when rejected in the discursive materiality, emerges as the dominant self-image in the analyzed manuals, reaffirming the thesis that counseling books constitute a specific generic scene, although they mobilize multiple scenographies and stylistic-compositional strategies from other stabilized discursive practices, such as proverbs, psychotherapy sessions, psychological evaluation consultations, religious sermons, informal conversations and coaching conferences. The complexity of this interaction between different scenographies and self-images in counseling discourse suggests that these books not only instruct behavior, but also generate self-representations situated in broader discursive contexts, linking them to various forms of socio-communicative interaction.

Keywords: Discursive *éthos*. Global semantics. Discourse analysis. Advice book. *Self-help* literature.

RÉSUMÉ

Les manuels de conseil comportemental figurent parmi les productions éditoriales les plus recherchées de nos jours. Souvent appelés *auto-assistance*, ces ouvrages ont en commun l'objectif de se proposer comme des guides de conduite pour aider le lecteur à faire face aux dilemmes de la vie. Notre objectif principal avec cette recherche était d'examiner comment sont construites et mises en interaction les images de soi, ou *éthe* (Amossy, 2016; Maingueneau, 2008, 2013a, 2020), projetées dans le discours de trois œuvres brésiliennes de conseil comportemental, dont le thème central est l'anxiété. L'analyse a été menée à travers la sémantique globale (Maingueneau, 2005), avec les apports de l'étude des modes d'organisation du discours (Charaudeau, 2009), ainsi que d'autres élaborations dans le cadre des tendances françaises en analyse du discours et des travaux brésiliens sur le sujet (Brunelli, 2004, 2005; Sobral, 2006; Rüdiger, 2010; Leite, 2019). Cette recherche a mis en évidence la coexistence de différentes *éthe* dans les manuels de conseil analysés, montrant comment la construction de l'image de soi traverse tous les plans discursifs de la sémantique globale. Chez Amaral (2023), nous avons observé la conjonction entre l'*éthos* de l'ami et celui du psychothérapeute bienveillant, tandis que chez Cury (2014), le conflit entre un *éthos* confiant et une vocalité précipitée et anxieuse a révélé une disjonction frappante. En tout cas, nous avons constaté que l'*éthos* dit est très fréquent dans les manuels et, dans la plupart des cas, confirme l'*éthos* montré. Tout comme Furlan (2014), nous avons observé que la scénographie joue un rôle central dans le soutien des représentations de soi, mais que l'*éthos* peut conserver une certaine autonomie par rapport à cette dimension. Cela est particulièrement visible dans l'œuvre de Zandoná (2018), où la construction d'une spatialité psychothérapeutique n'implique pas directement la manifestation d'un *éthos* de psychothérapeute. Quant à l'*éthos* du conseiller, même lorsqu'il est rejeté dans la matérialité discursive, il constitue la principale image de soi dans les œuvres analysées, réaffirmant la thèse selon laquelle le manuel de conseil se configure comme une scène générique particulière, même s'il mobilise de multiples scénographies et stratégies stylistico-compositionnelles issues d'autres pratiques discursives stabilisées, telles que des proverbes, des séances de psychothérapie, des consultations d'évaluation psychologique, des sermons religieux, des conversations informelles et des conférences de *coaching*. La complexité de cette interaction entre différentes scénographies et images de soi dans les discours de conseil suggère que ces ouvrages ne se contentent pas de donner des instructions de comportements, mais génèrent également des auto-représentations situées dans des contextes discursifs plus larges, les associant à diverses formes d'interaction sociocommunicative.

Mots-clés: *Éthos* discursif. Sémantique globale. Analyse du discours. Manuel de conseil comportemental. Littérature d'*auto-assistance*.

RESUMEN

Los libros de consejos se encuentran entre las producciones editoriales más buscadas en la actualidad. Muchas veces llamadas *autoayuda*, estas obras tienen en común el propósito de ofrecerse como guías de conducta para que el lector pueda afrontar los dilemas de la vida. Nuestro principal objetivo con la investigación fue examinar cómo se construyen y se ponen en interacción autoimágenes, o *éthe* (Amossy, 2016; Maingueneau, 2008, 2013a, 2020), proyectadas en el discurso de tres obras de consejería brasileñas, cuyo tema central es la ansiedad. El análisis se guió por la semántica global (Maingueneau, 2005), con aportes del estudio de los modos de organización del discurso (Charaudeau, 2009), además de otros trabajos en el ámbito de las tendencias francesas en el análisis del discurso y producciones brasileñas sobre el tema (Brunelli, 2004, 2005; Sobral, 2006; Rüdiger, 2010; Leite, 2019). La presente investigación destacó la coexistencia de diferentes *éthe* en los manuales de consejería analizados, demostrando cómo la construcción del *éthos* permea todos los planos discursivos de la semántica global. En Amaral (2023), hubo una conjunción entre el *éthos* del amigo y el psicoterapeuta acogedor, mientras que, en Cury (2014), el conflicto entre el *éthos* de confianza en sí mismo y la vocalidad apresurada y ansiosa reveló una marcada disyunción. En todo caso, notamos que el *éthos* dijo es bastante común en los libros examinados y, en la mayoría de sus apariciones, corroboran el *éthos* mostrado. En línea con Furlan (2014), notamos que la escenografía tiene un papel central en el soporte de las autorepresentaciones, aunque el *éthos* puede mantener cierta autonomía en relación a esta dimensión. Esto es especialmente visible en el trabajo de Zandoná (2018), en el que la construcción de una espacialidad psicoterapéutica no implica directamente la manifestación de un *éthos* de psicoterapeuta. El *éthos* del consejero, incluso rechazado en la materialidad discursiva, constituye la principal autoimagen en las obras analizadas, reafirmando la tesis de que el libro de consejos se configura como una peculiar escena genérica, aunque moviliza múltiples escenografías y estrategias estilístico-compositivas provenientes de otras prácticas discursivas estabilizadas, como refranes, sesiones de psicoterapia, consultas de evaluación psicológica, sermones religiosos, conversaciones informales y conferencias de *coaching*. La complejidad de esta interacción entre diferentes escenografías y *éthe* en los discursos de consejería sugiere que estas obras no sólo instruyen comportamientos, sino que también engendran autorepresentaciones situadas en contextos discursivos más amplios, asociándolas con diferentes formas de interacción sociocomunicativa.

Palabras clave: *Éthos* discursivo. Semántica global. Análisis del discurso. Manual de consejería. Literatura de *autoayuda*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Karl Jaspers em 1966, na Basileia (Suíça)	45
Figura 2	Folha de rosto da edição inglesa de 1860 de <i>Self-help</i>	56
Figura 3	Domínio discursivo do aconselhamento e gêneros associados .	60
Figura 4	Capa dos manuais que compõem o corpus	77
Figura 5	A construção da imagem de si para Maingueneau	83
Figura 6	<i>Homepage</i> institucional de Augusto Cury (abr. 2024)	92
Figura 7	<i>Thumbnail</i> de missa transmitida pelo YouTube (jan. 2024)	131
Figura 8	Fátima Bernardes e Alexandre Amaral no <i>Encontro</i> (jun. 2018) .	156
Figura 9	Disposição gráfica de enunciados destacados (Amaral, 2023) .	175
Figura 10	Interseções entre imagens de si projetadas no corpus	202
Quadro 1	Dimensões do <i>éthos</i> em Cury (2014)	128
Quadro 2	Dimensões do <i>éthos</i> em Zandoná (2018)	152
Quadro 3	Dimensões do <i>éthos</i> em Amaral (2023)	183
Gráfico 1	Prevalência de transtornos mentais no mundo (2019)	50
Gráfico 2	Livros mais vendidos no Brasil segundo a Publishnews (2021-2023)	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD: Análise crítica do discurso

ADF: Análise do discurso de linha francesa

APA: American Psychiatric Association (Associação Americana de Psiquiatria)

CEFET-MG: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CFP: Conselho Federal de Psicologia do Brasil

CID-11: Décima primeira edição da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde

DSM-5-TR: Quinta edição revisada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria

EUA: Estados Unidos da América

FD: Formação discursiva

LGBT+: Lésbicas, *gays*, bissexuais, pessoas transgênero e demais identidades *queer*

POS LIN: Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG

SPA: Síndrome do pensamento acelerado

SUS: Sistema Único de Saúde

TAG: Transtorno de ansiedade generalizada

TIM: Teoria da inteligência multifocal

TDICs: Tecnologias digitais da informação e da comunicação

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UNIDERC: União de Instituições para o Desenvolvimento Educacional Religioso e Cultura

WHO [OMS]: World Health Organization (Organização Mundial da Saúde)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PARTE I: DA CONTEXTUALIZAÇÃO À REFLEXÃO SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	22
1 UMA BREVE SOCIOLOGIA DO EU CONTEMPORÂNEO	23
1.1 A modernidade e seus desdobramentos	23
1.2 Inicia-se a era do capital	27
1.3 Individualismo, romantismo e moral burguesa	29
1.4 Para uma nova subjetividade, uma nova ciência	35
1.5 Dor de ser e estar (em um mundo radicalmente liquefeito).....	37
1.6 Classificando o sofrimento psíquico	42
2 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	53
2.1 Aconselhamento ontem e hoje	53
2.1.1 <i>Self-help</i> : entre o puritanismo e o <i>coaching</i>	61
2.2 Gêneros do discurso: regularidades formais e funcionais	66
2.3 Manual de aconselhamento como categoria genérico-discursiva	72
2.4 Metodologia.....	75
2.4.1 Seleção e delimitação do corpus.....	75
2.4.2 Dispositivo de análise.....	77
2.4.3 Semântica global: uma proposta de análise do discurso	78
PARTE II: ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS MANUAIS DE ACONSELHAMENTO COMPORTAMENTAL	91
3 ANALISANDO ANSIEDADE: COMO ENFRENTAR O MAL DO SÉCULO	92
3.1 Estatuto do enunciador e do coenunciador	94
3.2 Temas	96
3.3 Intertextualidade e interdiscursividade	101

3.4 Vocabulário	104
3.5 Modo de coesão e de organização do discurso	111
3.6 Dêixis enunciativa	115
3.7 Modo de enunciação e <i>éthos</i>	120
4 ANALISANDO COMO CONTROLAR E VENCER A ANSIEDADE?	131
4.1 Estatuto do enunciador e do coenunciador	132
4.2 Temas	134
4.3 Intertextualidade e interdiscursividade	136
4.4 Vocabulário	141
4.5 Modo de coesão e de organização do discurso	144
4.6 Dêixis enunciativa	148
4.7 Modo de enunciação e <i>éthos</i>	151
5 ANALISANDO TODA ANSIEDADE MERECE UM ABRAÇO	156
5.1 Estatuto do enunciador e do coenunciador	158
5.2 Temas	160
5.3 Intertextualidade e interdiscursividade	162
5.4 Vocabulário	171
5.5 Modo de coesão e de organização do discurso	174
5.6 Dêixis enunciativa	178
5.7 Modo de enunciação e <i>éthos</i>	180
6 DISCUSSÃO E INTEGRAÇÃO DAS ANÁLISES	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	205

INTRODUÇÃO

A motivação para elaborar esta pesquisa repousa nas inquietações provenientes do bacharelado em psicologia, de intensos debates sobre o impacto do mercado editorial na condução de comportamentos de massa. Com uma formação que envolve cuidados com o outro, sempre estivemos alerta à problemática dos propósitos e dos sentidos envolvendo as diferentes práticas dos trabalhadores em saúde mental, o que tem recebido novos e profundos contornos desde nossa imersão nos estudos dos gêneros discursivos e na compreensão, cada vez mais contundente, de que esses profissionais só podem se constituir encarnando locutores sobre um complexo palco de papéis e cenários feitos de linguagem.

Neste estudo, empreendemos uma revisão sobre o modo como o sujeito contemporâneo tem sido forjado à luz de diferentes abordagens, todas elas, porém, convergindo para a noção de que o homem que produz, demanda e consome discursividades de aconselhamento é resultado de importantes processos socioeconômicos que vêm ocorrendo notadamente depois da Revolução Industrial. Em linhas gerais, o presente trabalho estrutura-se em duas partes: a primeira, responsável por aspectos como a contextualização e as questões teórico-metodológicas (capítulos 1 e 2); a segunda, apresentando a análise dos manuais selecionados e sua comparação (capítulos 3, 4, 5 e 6), tal como se descreve a seguir.

Reportaremos, logo no capítulo de abertura da parte I, que, no *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2017) apontam o capitalismo como um sistema que desestabiliza constantemente os meios de produção, gerando uma sociedade em permanente mudança. Já Giddens (1991) descreve a modernidade como uma era de intensa reflexividade, cujas consequências são universalmente tensionadas, rejeitando a noção de *pós-modernidade*. Bauman (1998a, 1998b, 2001a, 2001b, 2007), por sua vez, complementa-o, caracterizando a modernidade contemporânea como líquida, marcada pela transitoriedade das relações e pela perda de estabilidade das instituições.

O crescimento do individualismo, associado ao liberalismo, coloca o sujeito no centro das práticas sociais, culminando na psicologização da vida e na busca por identidade em uma sociedade fragmentada, como foi observado por pensadores do porte de Freud (2010) e Foucault (1978). A modernidade líquida, com suas rápidas

mudanças e incertezas, parece, assim, fomentar o aumento dos transtornos ansiosos, que refletem as pressões socioeconômicas e culturais da globalização e do capitalismo tardio.

Já as primeiras seções do segundo capítulo abordarão a configuração sócio-histórica das práticas discursivas de aconselhamento, com foco na chamada *literatura de autoajuda*. Popularizada no século XX, essa literatura enfatiza o poder interior do indivíduo para resolver problemas, representando a transição da cultura do caráter para a cultura da personalidade, em sintonia com os valores capitalistas. Essa literatura, desenvolvida com influências da psicologia e de outras disciplinas, expandiu-se para formatos digitais, como *blogs* e redes sociais. Associada ao movimento do Novo Pensamento nos Estados Unidos da América (EUA) no final do século XIX, que promovia o pensamento positivo, sua consolidação reflete, para nós, uma imprecisão conceitual, pois, sob uma perspectiva dialógica, toda ajuda pressupõe a mediação de outro sujeito, não podendo haver, a rigor, uma “autoajuda”. Rüdiger (2010) descreve a *literatura de autoajuda* como um gênero híbrido e ambivalente, enquanto Bessa (2010) e Marques (2015) traçam suas origens ao século XVII, vinculando-a à tradição puritana dos EUA.

Ainda no capítulo 2, passaremos à reflexão sobre o manual de aconselhamento como *gênero do discurso*, inserido, mais especificamente, na categoria *gênero editorial*. A problemática da classificação dos gêneros do discurso remonta aos debates filosóficos da Grécia antiga, evoluindo ao longo do tempo com várias categorizações, desde a dicotomia entre poesia e prosa e as distinções da retórica clássica até a proposta mais ampla de Mikhail Bakhtin e outros desdobramentos atuais. A linguística moderna, inicialmente focada em unidades textuais menores, só mais recentemente incorporou a classificação dos gêneros ao analisar a estrutura global dos textos. Nessa direção, Brandão (2004) define o discurso como toda atividade comunicativa que gera efeitos de sentido entre interlocutores social e historicamente situados, destacando que ele se materializa linguisticamente por meio dos textos.

A partir daí, a teoria bakhtiniana e a vertente sociodiscursiva e enunciativa da análise do discurso desenvolvida por Maingueneau fornecem a nosso estudo importante suporte para a compreensão dos gêneros do discurso. Bakhtin (2003) argumenta que os gêneros são moldados pelas diferentes esferas de atividade

humana e se dividem em *primários* (comunicação cotidiana) e *secundários* (comunicação elaborada). Maingueneau (2015, por exemplo), por sua vez, distingue gêneros *conversacionais* de *instituídos*, e desenvolve o conceito de *hipergênero* para descrever regularidades discursivas que transcendem gêneros específicos, como no caso dos *blogs*. Ambos os estudiosos põem destaque na relação entre os gêneros do discurso e seus contextos sócio-históricos, afirmando que a definição dos gêneros está intrinsecamente ligada às práticas sociais e aos meios de comunicação em que surgem e circulam.¹

Sendo um gênero discursivo, o manual de aconselhamento tem como função prover orientações para que os leitores lidem com desafios pessoais e interpessoais, buscando gerar bem-estar emocional e autorrealização. Autores como Marín-Díaz (2015) destacam características enunciativas desse gênero, incluindo o uso de fábulas, citações para legitimar a autoridade, listas de sugestões e testemunhos de experiências de vida. Ribeiro (2018) ressalta a manifestação recorrente da certeza e a utilização do verbo *poder* para transmitir a ideia de capacidade. Esse tipo de literatura é visto como um *manual de sobrevivência para o indivíduo hipermoderno*, oferecendo orientações diretas, evitando debates sobre suas proposições, e apresentando-se, enfim, como uma antologia de dicas ou receitas a serem seguidas.

Para compor o corpus da presente pesquisa, três obras de aconselhamento foram selecionadas, a partir de um conjunto de critérios preestabelecidos, como explicaremos na metodologia (capítulo 2). A busca direcionada foi realizada em fevereiro de 2024, recorrendo-se ao banco de dados de uma plataforma de *e-commerce* multinacional (<https://www.amazon.com.br/>), bastante acessada no Brasil. Em seguida, foram aplicados critérios de inclusão e exclusão à listagem de obras resultantes da busca. A obra *Ansiedade: como enfrentar o mal do século*, do médico psiquiatra Augusto Cury, foi a primeira a atender a todos os critérios. Em seguida, foram selecionadas *Como controlar e vencer a ansiedade?*, do padre Adriano Zandoná, e *Toda ansiedade merece um abraço*, do psicólogo Alexandre Amaral.

¹ Advertimos que, ao nos apoiarmos nas concepções de Bakhtin (2003) e de Maingueneau (1998, 2013a, 2015), não esgotamos o debate sobre os contornos teóricos do fenômeno dos gêneros do discurso. Assim, não se deve circunscrever a discussão do tema a uma visada unicamente dialógica ou analítico-discursiva. Prova disso são as profícuas elaborações sobre o assunto a partir de abordagens outras, tais como a perspectiva sociorretórica de Carolyn Miller e Charles Bazerman; e a orientação sociodiscursiva de caráter psicolinguístico de Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e Jean-Paul Bronckart (Meurer; Bonini; Motta-Roth, 2005; Bronckart, 2006).

Procuramos investigar o material de pesquisa sob a ótica da análise do discurso francesa, mais especificamente, da *semântica global* de Maingueneau (2005), ou seja, uma rede de restrições que incide sobre todas as dimensões do discurso, tanto no nível do enunciado quanto no da enunciação. São sete planos: a *intertextualidade*, o *vocabulário*, os *temas*, o *estatuto do enunciador e do destinatário*, a *déixis enunciativa*, o *modo de enunciação* e o *modo de coesão*.

O *modo de enunciação* é associado em trabalhos posteriores do autor (ver, por exemplo, Maingueneau, 1997, 1998, 2013a) à noção retórica de *éthos*, ou seja, a imagem de si que o enunciador constrói quando toma a palavra. A partir do *éthos*, o coenunciador² pode estruturar, por meio de índices de várias naturezas fornecidos pelo texto, uma representação de seu parceiro enunciador que, por seu turno, desempenha o papel de um *fiador*, encarregado da responsabilidade do que é dito. Nessa direção, a construção do *éthos* enunciativo, transversal à oposição entre o oral e o escrito, implica uma “voz” específica, um *tom*, que habita a enunciação do texto. Esse tom associa-se a um *caráter* (traços psicológicos (jovial, severo, simpático) atribuídos à instância enunciativa) e a uma *corporalidade* (traços físicos e indumentários, além de um modo particular de habitar o espaço social). (Maingueneau, 1998). Os planos da semântica global e a noção de *éthos*, aqui rapidamente descritos, serão retomados e discutidos mais detalhadamente no capítulo 2.

Finda a parte I desta pesquisa, a segunda, como foi dito, será dedicada à análise dos manuais selecionados e à sua comparação, em busca de similaridades e diferenças. Nesse sentido, constatações como as de Brunelli (2018) serão importantes como “pano de fundo” para o exame do corpus. A autora afirma, por exemplo, que o *éthos* no discurso de aconselhamento é essencialmente didático, expressando orientações de forma autoritária ou educativa. Assim, independentemente do assunto ou do público visado, esse discurso sempre se destina a fornecer diretrizes comportamentais, seja sob a forma de ordens diretas ou por ensinamentos e recomendações mais sutis. Essa caracterização evidencia a natureza pedagógica e persuasiva do gênero em questão.

² Como se verá, Maingueneau utiliza os termos *enunciador* e *locutor* como equivalentes, assim como *destinatário*, *interlocutor* e, mais recentemente, *coenunciador* (termo inspirado em Antoine Culioli). Nesse último caso, explica que *enunciador* e *coenunciador* constroem juntos o sentido do discurso.

Diante do que foi exposto, os objetivos desta pesquisa são:

- Estabelecer um panorama do funcionamento discursivo de manuais de aconselhamento comportamental sobre ansiedade publicados no Brasil na última década, focalizando a categoria do *éthos* discursivo, que está articulada ao *modo de enunciação*, principalmente, e a outros planos da semântica global, secundariamente;
- identificar e, em seguida, comparar os *éthe* que se apresentam no processo discursivo desenvolvido ao longo de cada uma das obras em exame, observando o(s) tom(ns) assumido(s) pelo enunciador, sua escolha de palavras e argumentos, além de aspectos como os temas que ele mobiliza (ou, ao contrário, silencia), a forma como se dirige ao coenunciador, dentre outros;
- refletir sobre as relações de proximidade e distanciamento entre as imagens de si projetadas em cada obra, ressaltando os mecanismos pelos quais a instância de enunciação gerencia eventuais incongruências ou instabilidades entre elas.

O presente estudo dota-se de relevância por somar-se a um conjunto de produções brasileiras que buscam compreender a mecânica enunciativa das práticas discursivas de *self-help*. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho de Brunelli (2004), que examinou nove obras de aconselhamento dirigidas a adultos e publicadas entre 1991 e 1998. O objetivo da autora foi mapear a emergência de representações de si nessas produções editoriais a partir da semântica global (Maingueneau, 2005) e da análise da modalização na materialidade linguística dos textos (Ribeiro, 2018).

Outra importante referência é o trabalho de Furlan (2014), que se debruçou sobre quatro obras de aconselhamento endereçadas ao público adolescente, das quais apenas uma não tem como autoria um escritor brasileiro, mas estadunidense. Furlan (2014) buscou identificar, assim como fez Brunelli (2004), as representações etóticas vinculadas ao corpus estudado; ela enfatizou ainda as relações entre esse fenômeno e a cenografia enunciativa, além de considerar a modalização como elemento linguístico relevante para a análise. Furlan (2014) também recorreu à matriz teórica de Maingueneau (2008 e 2014a, sobretudo) para embasar sua investigação, que contou com manuais de aconselhamento publicados no Brasil entre 2001 e 2007.

Pesquisas como a de Figueiredo (2014), por seu turno, embora não focalizem a experiência etótica de seu corpus, abordam indiretamente a problemática da

construção de imagens de si em obras de aconselhamento. Figueiredo (*ibidem*) examinou dois livros de autores estrangeiros, publicados em 2010, cujo tema central são as emoções femininas. Essa autora, fundamentando-se em estudos neorretóricos, foi capaz de evidenciar que, sob um pretense discurso de afirmação feminina, obras de aconselhamento voltadas às mulheres acabam por fortalecer certas posições do patriarcalismo presente nas sociedades ocidentais.

De nosso lado, o presente empreendimento de pesquisa visa contribuir com o panorama de estudos sobre a literatura de aconselhamento no Brasil, principalmente por atualizar o quadro de textos examinados, já que o corpus se constitui de três obras publicadas entre 2014 e 2023. Com isso, será possível verificar se produções de aconselhamento da segunda e da terceira década do século XXI têm refletido padrões discursivos e, sobretudo, éticos, observados nas gerações anteriores.

Além disso, uma das preocupações levantadas no procedimento de seleção do corpus foi a definição de um tema principal comum às obras, ainda pouco explorado na bibliografia pregressa: a saúde mental, mais especificamente o fenômeno da ansiedade e transtornos associados. Nossa intenção foi destacar, de um extenso universo de materiais de aconselhamento, exemplares que abordam um assunto do qual temos nos aproximado bastante desde a graduação em psicologia.

Resumindo o que foi dito até aqui, apresentaremos, além dos capítulos de contextualização e de referencial teórico-metodológico, três capítulos específicos de análise dedicados a cada obra estudada; um capítulo de discussão dos resultados, em que sustentamos as ponderações levantadas na investigação discursiva dos capítulos anteriores, notadamente em seu aspecto comparativo; e as considerações finais, por meio das quais buscamos estabelecer uma reflexão sobre o fenômeno contemporâneo da literatura de aconselhamento e suas interfaces com a dimensão do *éthos* discursivo.

PARTE I:

**DA CONTEXTUALIZAÇÃO À REFLEXÃO SOBRE OS
ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

CAPÍTULO 1: UMA BREVE SOCIOLOGIA DO EU CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo, como anuncia o título, apresentaremos um rápido panorama do percurso do sujeito, de modo a caracterizá-lo, na contemporaneidade, como um sujeito ansioso e, como tal, consumidor de manuais de aconselhamento comportamental.

1.1 A modernidade e seus desdobramentos

“Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado [...]”. O enunciado citado acha-se no famoso *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, e representa uma das distinções de Marx e Engels (2017, p. 19) a respeito da sociedade de modo de produção capitalista. Para eles, é impossível que a classe burguesa sobreviva sem transformar permanentemente os meios de produção, as relações de produção e, portanto, todas as relações sociais. Tal dinâmica é fonte de instabilidade e insegurança, e essas peculiaridades diferenciam a idade do capital de todas as outras eras (Ribeiro, 2017). Não é sem razão que vários pensadores têm se debruçado sobre esse momento histórico para compreender seu modo de funcionamento e seus desdobramentos na vida social e individual do ser humano.

Dentre esses pensadores, o sociólogo britânico Anthony Giddens é digno de destaque. Ele apresenta concisamente uma definição sobre modernidade ao mencionar que esse fenômeno social se traduz como um “[...] estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens, 1991, p. 11). Para Giddens (2002), a modernidade pode ser entendida como análoga ao mundo industrializado, embora a industrialização não seja o único fenômeno característico da modernidade.

Ainda segundo o sociólogo, a eclosão da modernidade esteve associada ao iluminismo e ao elogio da razão, alicerces da mentalidade que caminhou ao lado das transformações econômicas, sociais, políticas e tecnológicas a partir de meados do século XVII e no século XVIII. Seguindo essa periodização, Manieri (2016) acredita que o fenômeno do totalitarismo, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, pode ser

considerado o acontecimento histórico que teria posto fim ao que se denomina moderno. O termo *pós-modernidade*, porém, é somente disseminado a partir da filosofia de Lyotard (2009), para quem a era pós-moderna compreende um deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia e a dissolução da *grand narrative*, “enredo” pelo qual o ser humano é inserido na história como tendo um passado consolidado e um futuro previsível.

Giddens, por sua vez, rechaça a ideia de que a sociedade atravessaria um período de *pós-modernidade*. Em sua visão, “[...] estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (Giddens, 1991, p. 13). O autor acha por bem nomear o período como *modernidade avançada* ou *modernidade radicalizada*. Ele entende que a principal característica desse tensionamento da modernidade é a *reflexividade*, mediante a qual “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” e, dessa forma, “a revisão crônica das práticas sociais à luz do conhecimento sobre estas práticas [torna-se] parte do próprio tecido das instituições modernas” (Giddens, 1991, p. 45 e 47). Esses elementos constitutivos da reflexividade estão, como aponta Fridman (2014), na própria base da reprodução sistêmica, organizando novos conteúdos e aspectos das relações na contemporaneidade.

Em suma, a reflexividade giddensiana refere-se à cognição dos agentes sociais, ou seja, à incorporação cotidiana de conhecimento e de informação renovada que influi sobre o exame e a condução das práticas sociais. O conceito destaca a importância decisiva das capacidades reflexivas do ator social no fluxo da vida comum. E, no interior desses limites, Giddens atribui à reflexividade potencialidades para a mudança social (Fridman, 2014). Por outro lado, deve-se notar que, na modernidade reflexiva, as instituições tradicionais e as formas de autoridade são questionadas, e os indivíduos são obrigados a tomar decisões baseadas em seu próprio conhecimento e julgamento. Isso ocorre em vários aspectos da vida social, incluindo relações pessoais, trabalho, política e consumo. A reflexividade, portanto, implica uma maior responsabilidade individual e uma maior incerteza sobre o futuro, já que as escolhas individuais passam a ter um impacto mais significativo sobre as trajetórias de vida e sobre a sociedade como um todo. Também no que concerne ao

conhecimento científico, a força da reflexividade, segundo Giddens (1991, p. 50), faz-se presente num mundo radicalmente moderno:

mesmo os filósofos que mais ferrenhamente defendem as reivindicações da ciência à certeza, tais como Karl Popper, reconhecem que, como ele o exprime, “toda ciência repousa sobre areia movediça”. Em ciência, nada é certo, e nada pode ser provado, ainda que o empenho científico nos forneça a maior parte da informação digna de confiança sobre o mundo a que podemos aspirar. No coração do mundo da ciência sólida, a modernidade vagueia livre. [...] Nenhum conhecimento sob as condições da modernidade é conhecimento no sentido “antigo”, em que “conhecer” é estar certo. Isto se aplica igualmente às ciências naturais e sociais.

No pensamento do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001b), é possível observar uma divisão temporal da modernidade, caracterizada ora como *sólida* ora como *líquida*. Nesse último estado, que se iniciou depois da Segunda Guerra Mundial e se intensificou após os anos 1970, tem-se “um processo progressivo de individualização, acelerado e cada vez mais intenso” (Bauman, 2012, p. 83). Isso conduz os indivíduos a um estado de angústia, desespero. Esses efeitos colaterais são descritos e analisados por Bauman em várias de suas obras (ver 1998a, 1998b, 2001a, 2001b, e outros). No fundo, ele crê que a modernização líquida faz parte de um interregno.

Devemos notar que se absorve certo radicalismo das proposições de Bauman, o que o aproxima de autores como Rancière e Debord,³ entre outros. Nessa direção, Bauman empreende uma análise que nos parece mais pessimista sobre o estatuto da alta modernidade, em comparação ao pensamento de Giddens. Como foi visto, para esse último, o que se entende por “pós-modernidade” se resume desta forma: a queda dos “fundamentos” preexistentes da epistemologia e a perda da teleologia e da noção de progresso na história (Giddens, 1991, p. 56). O sociólogo britânico tende a adotar uma visão mais otimista da modernidade, já que enfatiza a capacidade dos indivíduos de agir reflexivamente e de moldar seu próprio destino. Ele percebe a modernidade como uma oportunidade para a emancipação individual e para a criação de novas

³ Jacques Rancière (1940) é um filósofo francês, professor da Europäische Universität für Interdisziplinäre Studien (EUFIS) de Saas-Fee e docente emérito da Universidade Paris VIII - Vincennes-Saint-Denis. Seu trabalho se concentra nas áreas de estética e política. Por sua vez, Guy Debord (1931-1994) foi um escritor marxista francês e um dos mentores da Internacional Situacionista e da Internacional Letrista. Seus textos foram uma das inspirações para as manifestações do Maio de 1968. *A sociedade do espetáculo*, publicado originalmente em 1967, é o trabalho mais representativo de Debord.

formas de solidariedade. Embora reconheça os desafios associados à modernidade, Giddens (1991, 2002) também destaca suas possibilidades transformadoras.

Como se vê, a hipermodernidade de Giddens visualiza-se na teoria de Bauman por intermédio do conceito de *modernidade líquida*. Essa categoria foi concebida por Bauman (2001a), a partir de sua visão de mundo. O autor entende que o período presente está marcado por rápidas e intensas mudanças de cunho social, cultural, econômico e pessoal, fruto de um sistema capitalista que produziu uma visão mutável a respeito de toda a realidade. Nessa modernidade líquida, as instituições (família, igreja, Estado) deixaram de ser referencial para os indivíduos, e o novo dogma cunhado foi a *liquidez*, a novidade constante. A partir do derretimento e da diluição dos valores testificados no passado pelas referidas instituições, eclodiu o cidadão líquido, que nada considera absoluto a não ser o fato de nada ser absoluto.

Bauman não afirma a finitude da modernidade, mas, sim, que ela permanece na atualidade sob uma apresentação líquida. Desse modo, ele se distancia da ideia de que existe uma pós-modernidade, posicionando-se ao lado de Giddens. É por essa razão que o termo *pós-moderno* que Bauman empregava antes da década de 1980 deve ser lido como sinônimo de *modernidade líquida*.

As elaborações de Bauman a respeito da modernidade líquida têm como fundamento a noção de desintegração desenvolvida por Marx no *Manifesto do Partido Comunista*, cuja frase que inspirou o sociólogo polonês foi apresentada na abertura deste capítulo. Para Marx, a nova perspectiva cunhada por ele deveria implodir os padrões da sociedade na época e fundar uma nova realidade na qual o novo fosse melhor, mais justo e favorável a todos os cidadãos (Trevizan *et al.*, 2023).

A concretização dessa nova fase líquida, de acordo com Bauman (1998b), recebeu um novo impulso a partir da falência do projeto da razão como orientadora de todas as boas ações do mundo contemporâneo e do grande drama ocasionado pelas catástrofes da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Essas catástrofes introduziram na sociedade um estado de incerteza e insegurança. A esperança de uma vida melhor dissolveu-se com as bombas de Hiroshima e Nagasaki; as utopias se fragmentaram, fluíram, deixando em pleno crescimento as distopias e o vazio. Com o colapso de todas as esperanças utópicas, já não se sabe mais o que é certo ou o que é errado. Também não se discute sobre a ética e os valores que a modernidade

sólida forjou. Enfim, todas as referências do período sólido da modernidade foram banidas e aí prevaleceu prodigiosamente o instável, o líquido (Trevizan *et al.*, 2023).

Logo, para Bauman (2008a), a modernidade líquida é o estágio da modernidade capitalista que perdeu a capacidade de manter a solidez. Nesse mundo liquefeito, as relações, as instituições e as convicções alteram-se antes que tenham tempo de se solidificarem. Em outros termos, o mundo líquido moderno “se caracteriza não tanto por quebrar as rotinas e subverter as tradições, mas por evitar que padrões de conduta se congelem em rotinas e tradições” (Pallares-Burke, 2004, p. 304-305).

1.2 Inicia-se a era do capital

Na visão do geógrafo britânico David Harvey (2000), a modernidade deve ser compreendida como uma condição histórica intermediária entre o *ser* e o *vir-a-ser*, influenciada pela constituição da sociedade capitalista. As sucessivas crises do capitalismo ao longo da história têm moldado o contexto globalizado do século XXI e promovido mudanças profundas não apenas na estrutura econômica e política internacional (Pereira; Jesus, 2010), mas também na mentalidade de seus atores sociais. Por essa razão, acreditamos ser preciso compreender o percurso pelo qual o sistema capitalista tem se desenvolvido, para que alcancemos o sujeito contemporâneo, aquele que produz e consome a literatura de aconselhamento.

A transição para uma sociedade baseada em relações fundamentalmente capitalistas foi um processo histórico prolongado, marcado pela transformação concomitante de toda a cultura ocidental. O desenvolvimento progressivo do individualismo e a aplicação de uma mentalidade racional e pragmática à organização da vida social consistiram em elementos essenciais que viabilizaram o advento do capitalismo, fortalecidos pela crescente complexidade das trocas no ambiente urbano (Proni, 1997).

Com o fim das Cruzadas no século XIII, a estrutura econômica europeia passou por acentuadas mudanças, resultando na reabertura do mar Mediterrâneo e no Renascimento urbano e comercial. Durante esse período, o comércio do Velho Mundo era dominado por cidades portuárias italianas que controlavam as conexões entre a Europa ocidental e os principais centros comerciais do Oriente Próximo (Vieira *et al.*, 2015).

A partir do século XI, com o ressurgimento dos burgos e do comércio inter-regional na Europa ocidental, as relações sociais que sustentavam o antigo modo de vida feudal começaram a ser questionadas. No entanto, o capitalismo só emergiria como um sistema econômico plenamente constituído, juntamente com uma burguesia industrial e um proletariado urbano, no final do século XVIII.

É importante destacar que, enquanto a sociedade feudal era hierárquica e estamental, a sociedade capitalista se caracteriza pela defesa formal dos direitos à igualdade e à liberdade. A reprodução da vida material já não se baseia na ética religiosa ou militar, mas em uma nova ética do trabalho livre e do progresso econômico. A universalidade, além disso, é garantida pelo direito positivo e pelos valores gestados no mercado, uma das instituições fundamentais da nova civilização (Weber, 2004).

A concretização histórica do capitalismo ocorreu após as intensas transformações do final do século XVIII, marcadas pela Revolução Francesa (1789) e pela Revolução Industrial (1780-1830). Dirá Marx (1985) que a gênese do capitalismo pode ser rastreada na decomposição do feudalismo e no surgimento de novas formas de organização econômica e social, processo conhecido por ele como *acumulação primitiva de capital*.

O capitalismo inglês, frequentemente chamado de capitalismo originário, caracterizou-se pelo surgimento da produção industrial e pela formação de um proletariado industrial. A Revolução Industrial inglesa, representou, desse modo, a constituição e a generalização das relações capitalistas de produção, fundamentais para o domínio do capital sobre as condições de sua valorização. Entre 1830 e 1890, o capitalismo britânico influenciou o padrão de acumulação e as relações internacionais, com a predominância do livre-cambismo e a eclosão, num primeiro momento, do capitalismo concorrencial. No entanto, transformações aceleradas levaram ao surgimento do capitalismo monopolista, marcado pela centralização e pela concentração de capitais e pela emergência de uma nova estrutura produtiva (Proni, 1997).

A partir de 1870, a Inglaterra perdeu o monopólio da produção industrial, e a concorrência acirrada implicou o surgimento da Segunda Revolução Industrial. Esse período foi marcado pela centralização de capitais, pela fusão de empresas e pela

adoção de novas tecnologias, inaugurando uma nova fase do desenvolvimento capitalista (*ibidem*).

Já nos anos 1930, a Grande Depressão levou a mudanças significativas na política econômica, com o abandono do liberalismo econômico em favor de medidas intervencionistas. O colapso dos mercados internacionais conduziu os Estados capitalistas a adotarem políticas protecionistas e a abandonarem o padrão-ouro. Por sua vez, a transição da Segunda para a Terceira Revolução Industrial ocorreu por volta da década de 1970 nos países desenvolvidos e na década de 1980 nos países subdesenvolvidos. Essa nova revolução foi caracterizada pelo uso de novas tecnologias, como a eletrônica, e pela transformação do setor terciário da economia, marcando a transição para uma sociedade pós-industrial (Vieira *et al.*, 2015), localizada no interior de um *capitalismo tardio*.⁴

Segundo Rodrigues (2010), o fim do modo de produção fordista, a partir dos anos 1970, deu lugar a um conjunto de transformações que modificaram radicalmente o perfil da produção e do trabalho. Surgiu um novo conjunto de demandas por competências, como flexibilidade e capacidade de adaptação, e uma nova percepção da realidade, marcada pelo adensamento, pela compressão espaciotemporal.

1.3 Individualismo, romantismo e moral burguesa

Após uma incursão sobre os aspectos infraestruturais do capitalismo, como diria Marx, concentremo-nos um pouco sobre sua dimensão de superestrutura, com especial relevo ao ideário individualista que lhe é subjacente (Sousa, 2012). A noção de *individualismo* refere-se, genericamente, a um conjunto de ideias e valores que posicionam o indivíduo no centro das atenções e tendem a lhe atribuir a potencialidade de realização pessoal, de forma independente daqueles que o circundam. Essa perspectiva pode ser ilustrada por uma reflexão epistemológica, na qual ela se

⁴ O economista belga Ernest Mandel propõe, na obra *O capitalismo tardio* (1982), que a história do capitalismo pode ser dividida em três fases: a primeira, do *capitalismo de livre concorrência*; a segunda, do *imperialismo*; e a terceira, do *capitalismo tardio*. A primeira fase se basearia na exploração de regiões agrícolas por regiões industrializadas, regiões subdesenvolvidas por regiões desenvolvidas, e ocorreria, prioritariamente, no interior das fronteiras nacionais. A segunda fase, por sua vez, se fundamentaria na exploração de colônias e semicolônias por metrópoles, florescendo, portanto, em um cenário internacional de concorrência entre impérios na busca por monopólios. A terceira fase estaria calcada na exploração de ramos de produção tecnologicamente menos desenvolvidos por setores dinâmicos, com potencialidade para a inovação tecnológica, em um cenário de franca globalização.

manifesta a partir do século XVII sob a forma de uma ênfase em condições individuais como as responsáveis pela possibilidade de cognição da realidade. A filosofia cartesiana é um exemplo disso: nela, um indivíduo, por si só, e com pleno manejo de seu pensamento racional, pode alcançar o conhecimento verdadeiro (Tourinho, 1993).

Até mesmo quando a filosofia passa a desacreditar na pura intuição de René Descartes, conserva-se o entendimento de que fenômenos interiores de cada indivíduo são os responsáveis por seu conhecimento. No caso dos empiristas (como John Locke, George Berkeley e David Hume), isso se dá por meio da proposição de que as sensações ou impressões de cada indivíduo originam suas ideias e juízos sobre os fatos. Por seu lado, o pensamento kantiano defende que todo saber possível, mesmo aquele sob o domínio da experiência, é assentado em condições subjetivas preexistentes no sujeito que conhece. Com isso, tanto em Descartes, como nos empiristas ou em Kant, o problema do conhecimento é observado como algo que se refere não à troca entre os seres humanos, mas ao que é vivenciado por cada indivíduo (Tourinho, 1993).

As concepções epistemológicas citadas permitem-nos evidenciar um detalhe importante das doutrinas individualistas: a relação entre individualismo e liberdade. O individualismo implica, para além da noção de liberdade, a noção de igualdade. Devemos explicitar o posicionamento de Dumont (1985), segundo o qual as teorias socialistas preservam a ideia de igualdade como aspecto essencial das proposições claramente individualistas, mas como um atributo da justiça social (e não do indivíduo particular). Além disso, a noção de igualdade aparece associada a uma restrição da liberdade pessoal, com a dissolução da propriedade privada. Observa-se, nesse caso, um elemento da doutrina individual, mas associado a um componente que aponta para uma direção oposta à do próprio individualismo (Tourinho, 1993).

No sentido encapsulado pela famosa frase "*laissez faire, laisser passer*", de origem fisiocrática, o liberalismo não se refere apenas e imediatamente ao mercado, mas se considera uma luta política contra o absolutismo. Esse liberalismo está associado a um tipo muito específico de individualismo, surgindo do embate entre impulsos *egoístas* e impulsos *sociais* ou *sociáveis*. É dessa delicada tensão que emerge o mercado liberal. O problema apresentado pela desigualdade não pode ser solucionado no presente para cada indivíduo isolado, mas remete à humanidade em geral (Bachur, 2006).

Apesar de tudo, Bachur (*ibidem*) alerta-nos de que individualismo e liberalismo não são equivalentes e, por certo, não estão automaticamente conectados, como estiveram na origem do projeto iluminista. Portanto, apesar de ser possível compreender o liberalismo como uma tradição relativamente unificada, o individualismo é mais adequadamente descrito por sua fragmentação. Dessa forma, a relação entre liberalismo e individualismo não é, do ponto de vista técnico-conceitual, necessária, mas sim histórica.

Depreendemos dessas considerações que a atual cultura individualista, em que os sujeitos sociais nela imersos cunham sua identidade e seus valores, não é inata à humanidade, mas uma categoria localizável histórica e geograficamente (Mancebo, 2004). Por isso, o individualismo que impera na sociedade capitalista não pode ser captado apenas sob um viés de naturalidade, de imanência atemporal e onipresente, ou seja, um individualismo neutralizado das condições sociais que o permeiam constantemente. Como salienta Mancebo (*ibidem*), nesse individualismo existem variadas formas de individualização:

- O *individualismo liberal*, bem caracterizado pelo filósofo contratualista John Locke, propunha que os indivíduos, por serem portadores de personalidades soberanas e identidades delimitadas, teriam o poder de permanência ao longo do tempo;
- por sua vez, o *racionalismo administrativo, tecnocrático e disciplinar*, formulado em suas bases pelo utilitarista Jeremy Bentham, pretendia substituir o ideário do liberalismo de defesa intransigente dos direitos naturais por uma intervenção positiva da vida social, de um modo mais administrativo, interventor, controlador dos comportamentos individuais, de modo a maximizar a harmonia coletiva; e, enfim,
- o *individualismo romântico*, originário da cultura alemã, tinha uma noção de individualidade que enfatizava a possibilidade de o sujeito avançar plenamente com suas potencialidades, por meio do desenvolvimento de sua particularidade, singularidade e interioridade. Diversamente do individualismo liberal, que clamava por uma aberta divisão entre a esfera pública e a esfera privada, já que a liberdade individual necessitava de um espaço privado bem delimitado para poder desenvolver-se plenamente, o individualismo romântico embaralhava essa cisão ao indicar que a interioridade de cada sujeito era a

melhor julgadora para os demais indivíduos, de modo que o sujeito, ao procurar o coletivo, acabava fazendo-o com seus próprios objetivos: privados (Mancebo, 2004).

Foi a Revolução Francesa de 1789, segundo Santos (2020), que permitiu o estabelecimento do individualismo como categoria da ideologia moderna. O indivíduo torna-se seu ser supremo e está acima de tudo e de todos. Esse *individualismo revolucionário* é categoricamente livre, a ponto de tornar-se, para o autor, uma prática de totalitarismo, em nome da irrestrita liberdade do espírito humano.

Em paralelo à emergência da ideologia individualista na modernidade, o subjetivismo, herdado do romantismo, pode ser definido como a doutrina segundo a qual tudo o que existe só tem realidade ou valor em função de um sujeito pensante, de uma consciência que lhe atribui tais qualidades. Essa visão do sujeito, daquele que tenta dominar suas ações inconscientes e conscientes, inserido em um discurso pertencente a dada época, significou o que viria a ser o *homem romântico*, isto é, o resultado das transformações econômicas mediante o desenvolvimento industrial, sendo seguido, principalmente, pela mentalidade burguesa com os ideais do iluminismo e sua proposta de governo democrático, eleito pelo povo, de igualdade e justiça social (Santos, 2016).

Apesar disso, em meados do século XIX, um claro retrocesso dos ideais progressistas burgueses em direção ao *status* conservador de classe adquire contornos mais expressivos, notadamente com a Primavera dos Povos de 1848. A partir de então, a defesa da ordem burguesa passa a ocorrer mediante uma apologia à eternização de sua existência e uma negação de qualquer alternativa à sua superação. Nesse sentido, a edificação do sustentáculo ideológico burguês dá-se por meio de uma incapacidade de reconhecer a dialética da história e seus fundamentos econômicos, como entendia Marx (1985). Esse movimento acaba por favorecer a emergência do ser humano portador de uma individualidade visceralmente egoísta (Barros, 2018).

Para Bauman (2008b), o individualismo, sendo característica fulcral da modernidade líquida, é traduzido pela substituição da *responsabilidade pelos outros* por uma *responsabilidade perante si mesmo*. Nos escritos desse autor, domina uma crítica à entidade social que se denomina *consumidor*. Essa é uma das condições da vida hipermoderna, isto é, o avanço extraordinário da sociedade de consumo que

Bauman qualifica de mundo líquido-moderno dos consumidores. Se Marx concebe o capitalismo como uma época em que a mercadoria já havia dominado o mundo do trabalho – para o capital, o trabalhador converte-se em mercadoria –, a partir de agora, na etapa do *capitalismo tardio*, é a própria dimensão interior do ser humano que está sujeita às forças do mercado.

De acordo com o sociólogo polonês, o sujeito consumidor sente-se soberano ao exercer seu poder de compra. Mas, no fundo, é sua subjetividade que está sendo fetichizada: ao escolher um produto, ele próprio foi escolhido pelo mercado (Bauman, 2012). No jogo de sedução do mercado, ocorre uma espécie de modificação da individualidade. Bauman, em *Modernidade líquida*, comenta sobre a “pragmática do comprar”, que requer uma espécie de sujeito extremamente individualizado.

A busca ávida e sem fim por novos exemplos aperfeiçoados e por receitas de vida é também uma variedade do comprar, e uma variedade da máxima importância, seguramente, à luz das lições gêmeas de que nossa felicidade depende apenas de nossa competência pessoal [...] (Bauman, 2001b, p. 87).

À medida que o sistema capitalista se desenvolvia, moldando as estruturas sociais e econômicas do Ocidente, também surgiam movimentos culturais que refletiam e influenciavam as mentalidades da época. O advento do romantismo no século XIX trouxe consigo uma complexa interação entre reação e consolidação dos valores burgueses emergentes. Enquanto o capitalismo impulsionava a busca por lucro e sucesso material, o romantismo oferecia uma alternativa, exaltando a individualidade, a emoção e a busca por uma conexão mais profunda com o eu e com a natureza.

Esse movimento representou uma tendência filosófico-artística que, advinda de elementos historicistas, místicos, sentimentais e revolucionários do pré-romantismo, reagiu contra o classicismo por meio da oposição à objetividade racionalista da burguesia, classe social cujo poderio, como vimos, foi consolidado a partir da Revolução Industrial. O pensamento romântico, nesse sentido, apregoava como única fonte de inspiração o subjetivismo emocional (Guimarães; Próchno, 2016).

O romantismo teve origem na Alemanha por volta de 1800, conquistando prontamente a Inglaterra e, a partir de 1820, a França; em seguida, todas as literaturas europeias e americanas, findando nas turbulentas revoluções de 1848. Em sua

acepção mais ampla, o romantismo havia sido antecipado por teorias filosóficas que colocam a experiência como a base do conhecimento humano ou que destacam a moral do sentimento. Sendo o presente percebido como incerto, devido às profundas transformações sociais e econômicas resultantes da industrialização, e o indivíduo marginalizado por instituições opressivas, uma das alternativas foi recuperar e retornar a um passado mítico – ao mundo medieval, repleto de mitos e enigmas. Assim, por meio do típico escapismo romântico, a Idade Média é enaltecida e as épocas pós-medievais são escolhidas para descrever, com nostalgia, a derrota e o desaparecimento de tradições respeitáveis (Guimarães; Próchno, 2016).

Barros (2018) aponta que o irracionalismo da burguesia como classe dominante tem seu início embrionário ainda durante o processo da Revolução Francesa. Ao ascender ao poder e suprimir os interesses igualitários jacobinos, a grande burguesia realizou sua transição inicial de classe revolucionária para classe contrarrevolucionária. Dessa maneira, gradualmente renunciou à perspectiva de compreensão do mundo em favor da negação ideológica da realidade.

O autor também explica que a reação irracionalista consiste principalmente na completa desconsideração da razão como instrumento de compreensão das relações sociais e de seus fundamentos. O desdobramento desse trajeto irracional é que as contradições fundamentais e insolúveis da dinâmica do capital, enraizadas em sua estrutura econômica, são tidas como simples imperfeições efêmeras, que devem ser superadas pela ação individual, por forças místicas ou por intervenção de agentes coletivos desvinculados do trabalho. Nesse contexto, a ideia de classes sociais é substituída pelas explicações particularistas das subjetividades individuais ou dos contextos culturais (Barros, 2018).

Deve-se mencionar que as ideias de revolução, a incorporação de pontos de vista derivados do iluminismo e também do liberalismo e a crença na possibilidade de alcançar a felicidade humana inspiraram toda uma geração romântica inicial, colocando-a na rota das grandes transformações sociais e históricas que poderiam redefinir positivamente os rumos da humanidade. Contudo, essa perspectiva logo se viu complicada pela dinâmica própria que marcaria a ascensão da burguesia.

As novas formas de dominação e a aplicação dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, de acordo com os interesses da nova classe, culminaram em um movimento oscilante dentro do romantismo. A crença no progresso tendeu a

se transformar na frustração do presente, já que o novo mundo prometido pela revolução se preencheu de negatividade, dor e desilusão. Também não seria incorreto admitir que o sentimento de descrença pudesse estar relacionado à própria consciência irremediável das transformações urbanas, do advento de um tempo que teria ultrapassado a tradição agrária, da vitória de um mundo rigidamente racionalista, urbanizado e vinculado à lógica cumulativa (Guimarães; Próchno, 2016).

O romantismo, portanto, apresentou uma relação complexa com a moral burguesa emergente. Por um lado, amalgamou uma reação à racionalidade e ao materialismo da nova sociedade, valorizando a emoção, a individualidade e a espiritualidade. Os artistas românticos buscavam refúgio da vida urbana mecanizada em uma visão idealizada da natureza e da experiência humana. Essa fuga do real pode ser interpretada como uma crítica à ênfase burguesa no sucesso material e na conformidade social.

Por outro lado, a perspectiva romântica contribuiu, paradoxalmente, para a consolidação da moral burguesa. A valorização do individualismo, da liberdade e da busca pelo sucesso pessoal, presentes em muitas das obras românticas, ressoava com os ideais burgueses de autonomia e realização individual. Ademais, a celebração de valores como o amor romântico, a família e a virtude, frequentemente retratados na literatura e na arte romântica, reforçava ideais morais considerados importantes pela classe burguesa emergente. Assim, o romantismo foi um movimento ambíguo que tanto reagiu contra quanto contribuiu para a moral capitalista do século XIX. Ele representou uma busca pela transcendência dos valores dominantes da época, ao mesmo tempo em que refletia e promovia muitos de seus princípios fundamentais.

1.4 Para uma nova subjetividade, uma nova ciência

Como mostra Ferreira (2006), na cultura ocidental, a invenção da interioridade individualizada e da hermenêutica como instrumentos de verdade só se verificou no bojo de uma ética cristã, gestada a partir do século II d.C. Lá, passaram a ser formados os termos básicos para a constituição do cuidado de si atual, ao menos quanto a seu objeto e a seu processo. Segundo Foucault (2010a), naquele momento eclodiu a imagem do homem santo que se sobressaiu da comunidade a fim de buscar Deus no interior de seu verdadeiro eu, tendo para tanto que estar atento às armadilhas do

maligno. Entretanto, na transição para o cuidado de si moderno, há uma mudança de finalidade: não se busca mais uma purificação da alma para atingir a Deus, mas uma pura afirmação de si. Além disso, o exame de si, outrora exercido por meio de ferramentas religiosas e jurídicas (como a confissão), resigna-se aos aparatos científicos modernos (a anamnese, a entrevista clínica, a testagem psicológica). Portanto, mudam igualmente as técnicas desse novo cuidado de si (Ferreira, 2006).

Como resposta a um anseio pela compreensão da subjetividade nascente, um novo arsenal de saberes despontou nos laboratórios universitários da Europa romântica. Enquanto ciência, a psicologia foi proposta em fins do século XIX por Wilhelm Wundt (1832-1920) e William James (1842-1910). Na realidade, a noção de psicologia como ciência já se encontrava em construção na obra de autores contemporâneos a esses dois estudiosos. Porém, foram eles que fundaram, de maneira sistemática, o projeto da psicologia científica e deram início, desse modo, à psicologia moderna (Abib, 2009).

Embora apresentassem abordagens distintas da psicologia, Wundt e James concordavam que, como ciência, ela deveria ser desvinculada de doutrinas e temas metafísicos. Em *Fundamentos de psicologia*, Wundt busca afastar a psicologia moderna do dualismo mente-corpo cartesiano e das metafísicas materialista e espiritualista. Para ele, as abordagens materialista e espiritualista da psicologia não interpretam a experiência psíquica a partir dela mesma, mas a derivam de pressuposições de processos hipotéticos que estariam ocorrendo em um “substrato metafísico”, algo que hoje entenderíamos como o sistema nervoso (*ibidem*).

Para Wundt, a psicologia como ciência é uma psicologia empirista. Assim, ele concebe a experiência psíquica a partir da própria experiência psíquica, deduzindo processos psíquicos de outros processos psíquicos, além de não recorrer a substratos diferentes desses processos. James, por outro lado, argumenta que, como todas as ciências naturais, o objetivo da psicologia é a previsão e o controle práticos. Isso significa que a psicologia deve auxiliar as pessoas na solução de problemas práticos, fornecendo-lhes regras para a ação, ensinando-lhes como agir (Abib, 2009).

O desenvolvimento das ideias psicológicas nos séculos XVIII e XIX, culminando na consolidação de uma ciência independente, esteve, em última instância, focado apenas em uma parte do processo. Dessa forma, converteu a aparência em essência, o particular em universal, transformando-o em um objeto abstrato, desligado dos

processos reais da vida concreta. Em outras palavras, o surgimento da psicologia não teve origem na necessidade de compreender a existência real da subjetividade humana, mas na necessidade de generalizar uma forma histórica de individualidade como condição humana universal. Assim sendo, as descrições positivas e empíricas dos processos mentais, e até mesmo do comportamento humano, derivariam de uma ontologia criada pela necessidade de se adequar a uma estrutura social específica, o capitalismo (Morais; Lacerda Jr., 2019).

Nessa nova forma de vida do ser social, há a marca do isolamento, que pode ser traduzida por uma certa atomização da sociedade. Essa unidade social básica e indivisível é chamada *indivíduo*. Sua substância é a *subjetividade individualizada*, a qual, uma vez inserida na totalidade das relações de competição e de sobrevivência capitalista, torna-se também individualismo. Portanto, a fragmentação social, o isolamento, o individualismo e a propriedade privada desenvolvem-se nessa formação social da subjetividade (Morais; Lacerda Jr., 2019). Ferreira (2006) ainda acrescenta que o aprofundamento da distinção entre os domínios público e privado, que se iniciou no iluminismo e ganhou impulso no contexto do romantismo, tornou-se condição fundamental para o surgimento do saber psicológico sistematizado.

Forjada, portanto, na era do capital, a psicologia científica achou-se em um espaço político entre o indivíduo autônomo e soberano (*fonte do poder*) e o indivíduo sob controle das disciplinas (*alvo do poder*), promovendo o trânsito entre eles. Pode-se dizer inclusive que, na ausência desse paradoxo (hiper)moderno, não haveria nem mesmo a possibilidade de instituição da psicologia, pois, se só houvesse a individualidade autônoma, não se configuraria a suposição do indivíduo como objeto de conhecimento. Por outro lado, se só houvesse sobredeterminação social, seríamos reduzidos a um fatalismo em que toda intervenção psicológica seria desnecessária (Ferreira, 2006). Decorre daí, por exemplo, a concepção segundo a qual psicologia somente seria factível em culturas liberais, tendo como missão primeva estimular o *bom uso* da liberdade pelos indivíduos.

1.5 Dor de ser e estar (em um mundo radicalmente liquefeito)

Como vimos, o individualismo moldou o sujeito moderno, que procura interminavelmente por uma identidade em uma sociedade fragmentária, geradora de

desconforto e mal-estar. Na teoria psicanalítica,⁵ o conceito de mal-estar alude a uma condição intrínseca à experiência humana, marcada por uma sensação de desconforto psicológico e um conflito interno entre os impulsos instintivos e as demandas sociais. Originado da tensão entre o sujeito, o individualismo e a cultura, o mal-estar psíquico, conforme proposto por Freud, seria agravado pela contenção dos desejos inconscientes e pelas defesas psíquicas utilizadas para lidar com eles, resultando em sintomas neuróticos e uma sensação de insatisfação crônica.

O *mal-estar na civilização (Das Unbehagen in der Kultur)*, escrito em 1930, expõe reflexões de Freud quanto à função da cultura na condução do mal-estar. A tradução para o português traz no título o termo *civilização*, levando-nos a questionar se haveria uma diferença entre cultura e civilização, ou mais especificamente, a que Freud se refere quando utiliza o termo alemão *Kultur* (Freud, 2010).

Nessa obra, Freud (*ibidem*) argumenta que a civilização, com suas leis e normas, impõe restrições a nossos desejos e impulsos instintivos, principalmente sexuais e agressivos. Tal coerção acarretaria sofrimento psíquico e seria a base para os distúrbios neuróticos da (hiper)modernidade. Para ele, a civilização torna-se necessária para controlar a nossa agressividade natural e garantir a convivência social. No entanto, esse processo implica um preço: a renúncia à liberdade individual e à satisfação plena dos desejos. O autor explora diferentes mecanismos pelos quais internalizamos as regras sociais, como a repressão, a sublimação e a identificação com uma instância superegoica.

A dificuldade no relacionamento entre as pessoas, defendida por Freud como a raiz da infelicidade, denuncia o malogro do projeto social, uma vez que este objetivaria regular de maneira cada vez mais harmônica a vida no coletivo. Freud, assim, comenta sobre os progressos da civilização, apontando como eles propiciariam

⁵ Instituída pelo médico neurologista de origem austríaca Sigmund Freud (1856-1939), a psicanálise é um tratamento psicoterápico e um método de investigação (sobre o qual sua psicoterapia se alicerça), que tem como objeto os significados inconscientes das produções humanas, como palavras, ações, pensamentos, sonhos e outros (Laplanche; Pontalis, 2001). Utiliza-se da livre associação, da interpretação dos sonhos e da análise das resistências para explorar os conteúdos do inconsciente e promover a compreensão e o alívio dos sintomas neuróticos. Além disso, notadamente a partir de Jacques Lacan (1985, entre outros), investe sobremaneira na compreensão e no tratamento das psicoses. O estatuto científico da psicanálise não é unânime, sendo contestado desde seus fundamentos por diferentes estudiosos, com destaque para o epistemólogo austro-britânico Karl Popper (2008), para quem a psicanálise não poderia ser considerada científica devido à sua falta de *falseabilidade* e capacidade de refutação. De acordo com Popper, uma teoria só pode ser considerada científica se puder ser empiricamente testada e potencialmente refutada por meio de experimentação ou observação.

consequências tanto negativas quanto positivas, e como estas não seriam necessariamente acompanhadas de maior autorrealização (Silva, 2012).

O padecimento neurótico sobre o qual se debruçou o fundador da corrente psicodinâmica chegou a ser considerado como fruto da austeridade das normas sociais sobre a sexualidade, em especial a feminina, vide a intensa preocupação freudiana com o fenômeno da histeria, caracteristicamente vinculada à natureza da mulher naquele período. Ao conceber a satisfação como um problema para o ser humano por não ser ele um animal comum, Freud supõe o equívoco da aposta de que “boas normas sociais” acarretariam o fim do sofrimento psíquico. Desse modo, não obstante a psicanálise tenha um importante papel na modificação da repressão social da sexualidade, Freud alertou para a persistência do mal-estar na cultura, mesmo considerando suas transformações (Silva, 2012). É importante lembrar que a filosofia freudiana se alicerça no contexto da moralidade sexualmente repressora da Era Vitoriana (1837-1901).

Já no âmbito do existencialismo, o mal-estar freudiano pode ser compreendido, ao menos em parte, no escopo da noção ontológica da *angústia*. Essa é uma palavra de procedência grega (ἄγχω) que denota *estreiteza* ou *aperto*. Nessa acepção, o vocábulo significa uma espécie de aflição, sendo utilizado pela primeira vez pelo pensador romano Cícero (106 a.C.-43 a.C.), em *De natura Deorum*.

A questão da angústia, afirma Hoste (2016), encontra-se intimamente associada a nosso tempo, já que o estabelecimento da modernidade teria acarretado um grande desencanto do mundo: o homem moderno já não teria mais a certeza de que Deus olhava por sua sina. Com as revoluções do mundo industrial, o ser humano teria se feito mais autônomo e independente das verdades sacralizadas. Por outro lado e em consequência disso, a angústia o teria envolvido de modo muito mais intenso na contemporaneidade. Isso significa que a angústia originada da modernidade estaria diretamente vinculada à apreensão da liberdade pelo homem: quanto mais se compreende como indeterminado, mais o sujeito se sente angustiado.

O filósofo Martin Heidegger (1889-1976), por exemplo, enxerga o ser humano como um *ser-no-mundo*, que se caracteriza mais propriamente como um *ser-para-a-morte*. Para fugir de si e de sua própria morte, o homem decai no mundo, misturando-se e tornando-se um com ele. Em Heidegger, a angústia afasta o mundo do homem,

lançando-o frente às suas possibilidades de ser, ou seja, frente ao nada que ele mesmo é (Ferreira, 2002).

Já em Sartre (2011), a angústia seria a captação da inexistência de uma determinação absoluta para o sujeito humano, ou seja, o homem seria designado como sendo liberdade. *Ser liberdade* significa precisamente *ser angústia*, uma angústia intransponível e intransferível, uma angústia que é própria da estrutura do ser humano. Baseando-se em Sartre (2011), Boris e Barata (2017) argumentam, no entanto, que o ser humano da atualidade se expõe a um comportamento generalizado de *má-fé*⁶ que, no processo de fuga à consciência de angústia, conduz a uma angústia, que já não é a angústia da apreensão contemplativa e crítica da liberdade, mas uma angústia patológica, socialmente disseminada porque socialmente determinada por um modelo de socialização industrializador e produtivista. Assim, a ansiedade caracterizadora do modo de ser hipermoderno é, antes de tudo, fruto de uma fuga da angústia ontológica, constitutiva do sujeito humano, não podendo ser confundida, portanto, com a angústia no estrito sentido proposto por Sartre.

Hoste (2016), por esse mesmo motivo, adverte que, longe de ser *patológica*, a angústia sartreana é *ontológica*, e, por mais que se busque dissimulá-la ou dela escapar, trata-se de uma saída impraticável, pois ela reside no ser humano, ou melhor, não há, numa perspectiva existencial-humanista, diferenciação entre sujeito e angústia. A partir disso, seria impreciso definir a angústia como a “doença” da era moderna, já que, se ela está na natureza do ser, não poderia ser exclusiva de uma época. Quando se fala que é na modernidade⁷ que a angústia se impõe é porque, em determinadas conjunturas históricas, a liberdade humana teria se configurado um tanto quanto de maneira camuflada, seja pelo sagrado, seja pelo social, seja ainda pelo político; e nesses períodos, diz Hoste (2016) apoiando-se em Sartre (2011), é pouco comum que a angústia seja “captada reflexivamente”.

Como nos recorda Bauman (2007), o agora tornou-se líquido porque nada mais tem solidez, tudo muda muito rapidamente, nada é feito para durar. O mundo

⁶ Conceito basilar da filosofia sartreana, a *má-fé* é caracterizada justamente como uma conduta de alienação, uma válvula de escape que o indivíduo utiliza para fugir de sua angústia, isto é, o sentimento de horror que aparece quando o sujeito toma consciência de sua liberdade.

⁷ Ao nos referirmos à *modernidade* também remetemos ao que denominamos *hipermodernidade* e que pode ser muito bem cambiado pelos conceitos bauman-giddensianos de *modernidade líquida* e *modernidade radicalizada*, respectivamente.

hipermoderno adquire feições de alta volatilidade, transformando a velocidade com que as relações acontecem, sendo que a facilidade em se *dissociar*⁸ é um dos principais elementos dessas relações contemporâneas. Logo, acentua-se a experiência da solidão: violência urbana, terrorismo, desemprego são fenômenos típicos de uma era em que a exclusão e a desintegração da solidariedade lançam o sujeito a seus maiores medos.

Mesmo que seja em momentos distintos, nota-se que, tanto em Freud (2010) quanto em Bauman (1998a), erige-se uma reflexão sobre o ser humano socializado em busca do alívio de seu próprio sofrimento. Para Freud (2010), as possibilidades de felicidade encontram-se na congruência entre o pulsional princípio do prazer e o limitante princípio da realidade. Em *O mal-estar da pós-modernidade* (Bauman, 1998a), esse impasse atualiza-se na dicotomia sociológica de liberdade *versus* segurança. Fato é que ambos os teóricos admitem que a felicidade dos homens não se reduz à premissa de que todos devam ser felizes, mas que todos podem, à sua maneira, mitigar seu próprio padecimento. Para eles, nada do que a civilização e a *pós-modernidade*⁹ prometeram a seus cidadãos poderá interromper o inexorável desamparo humano. O sujeito, lá e cá, estaria sempre em conflito, seja pela sensação de incompletude, seja pela eminência da morte ou da dificuldade de domar a natureza ou pela incapacidade de manter relações com seus semelhantes. Dessa maneira, em cada momento histórico, compete ao ser humano administrar seu desconforto com a vida civilizada (Macêdo, 2012).

A civilização de Freud, no alvorecer do século XX, sofria de um mal-estar ligado ao excesso de regras que impunham limites à civilização, controlando a maneira de se pensar, agir e sentir, e eram ajustadas ao princípio da realidade. Na modernidade líquida de Bauman, o sofrimento impõe-se em função do modo de vida ordenado pelo imperativo da satisfação, que também determina as formas de pensar, sentir e agir. No entanto, ele agora está a serviço das regras do princípio do prazer. De todo modo, há sofrimento e ele se vê sistemicamente atrelado a uma normatização (Abrantes; Silva, 2021).

⁸ Chamamos a atenção do leitor ao suposto paradoxo da modernidade líquida digitalizada: a relação entre *dissociação*, procedimento imperioso do indivíduo contemporâneo em relação a seu meio, que se opõe à *desconexão*, cada vez mais laboriosa, irrealizável, na cultura digital.

⁹ Como já foi assinalado por nós, nas obras iniciais de Bauman, o autor empregava o termo *pós-modernidade*, o qual, a nosso ver, foi felizmente substituído em suas produções mais maduras.

De seu lado, o existencial-humanismo e, em especial, a filosofia sartreana, colabora com a compreensão do caráter trans-histórico do desconforto humano no contato do eu consigo mesmo e com seu meio. Apesar disso, reconhece-se que é na hipermodernidade que a angústia se desenvolve em toda a sua plenitude, dado o tensionamento da liberdade propalada pelo dinamismo do contemporâneo. Na visão de Sartre, todavia, essa angústia ontológica, reflexiva e mobilizadora é frequentemente frustrada por uma espécie de falsa angústia, que é, por ironia, resultado da negação do sujeito àquela primeira.

A essa discussão importa acrescentar a reflexão de Boris e Barata (2017). Devido à compressão espaciotemporal empreendida pela globalização, observa-se certa aceleração do tempo social como um atributo de nossa época. Os ciclos temporais são adensados e, por extensão, os da vida útil das ferramentas com que nós lidamos. A obsolescência programada dos *smartphones*, dos automóveis e das roupas denuncia, para os autores, a lógica produtivista que configura a própria obsolescência programada das experiências humanas líquido-modernas, determinando que mais experiências devam se suceder no mesmo tempo objetivo de uma vida. O resultado disso são muito mais experiências, uma profusão delas, mas exatamente como nossos dispositivos: cada vez mais obsoletas.

A impressão de ilusão estabelece-se quando se nota que o sujeito contemporâneo passa a ser conduzido para uma novidade que tem menos de novidade do que de acontecimento, e que é sobretudo acontecimento de repetição até a exaustão da própria capacidade ou vontade de fazer experiência. Não é, pois, a aceleração da mudança tecnológica o que está fundamentalmente em causa, mas o fato de essa aceleração não satisfazer à impaciência com que o produtivismo hipermoderno programa a obsolescência (Boris; Barata, 2017).

1.6 Classificando o sofrimento psíquico

Em *História da loucura na idade clássica*, Foucault (1978) aponta que, antes do século XVII, a loucura possuía outra percepção social, se comparada à atualidade. Por meio das artes, dos costumes e da literatura, o autor desenvolve uma compreensão própria à época clássica, que não deve ser concebida como necessariamente “inferior” a um saber psiquiátrico posterior, pois apenas se construiu

como uma outra forma de diálogo com a loucura. Na transição do século XVIII para o século XIX, inaugura-se uma nova forma de relação com a loucura, agora mediada pela manifestação de um conhecimento denominado *alienismo* ou *medicina mental*,¹⁰ que seria sempre questionado, mesmo quando mais reconhecido sob a forma posterior da psiquiatria e da clínica psiquiátrica. Foucault pondera sobre a existência de uma fabricação de formas de relação com a loucura, mais especificamente a produção da loucura como “alienação mental” e depois como “doença mental”, que transformam a experiência que se tinha da loucura na época clássica (Torre; Amarante, 2012).

O poder psiquiátrico, nessa ocasião, passou a operar como autoridade sobre a sociedade, implantando parâmetros de *comportamento normal* e *anormalidade* para enquadrar os desviantes do padrão e adequá-los a ele ou excluí-los nas instituições totais de controle e correção. Desse modo, a problemática da loucura e sua relação com a *razão*, e a captura da loucura como uma disfunção médica, foram, em conjunto, uma das bases para o nascimento das ciências humanas e para a consolidação do próprio capitalismo (Torre; Amarante, 2012).

Atualmente, entende-se a psicopatologia como o ramo da ciência que trata da natureza essencial dos transtornos mentais: seus condicionantes, as mudanças estruturais e funcionais ligadas a eles e suas configurações de manifestação. O campo da psicopatologia abrange fenômenos humanos especiais, associados ao que se designou historicamente de *doença mental*, incluindo aí a noção corriqueira de *loucura*, cujo uso hoje tem sido relegado a espaços informais. Trata-se de vivências, estados mentais e regularidades comportamentais que exibem, de um lado, uma especificidade psicológica (as experiências dos sujeitos em sofrimento mental possuem dimensão própria, não podendo ser meros excessos do normal) e, de outro, conexões intrincadas com a *psicologia da normalidade* (Dalgalarondo, 2008).

¹⁰ O chamado *alienismo* constitui uma resposta da medicina à questão da loucura, que passa a ser caracterizada como alienação mental, isto é, como uma doença que deveria ser tratada por um tipo especial de medicina, conforme o tratamento físico-moral do psiquiatra francês Philippe Pinel e da teoria das paixões. A loucura passa a ser entendida como um problema médico causado pela combinação de agentes físicos e morais. Nesse contexto, surge um novo especialista, o alienista, a quem compete tratar, usando uma expressão daquele momento, “dos infelizes privados do uso da razão”. Aparece também o manicômico, território de triunfo e operação dessa nova visão sobre o louco. Esse jovem alienismo vai, então, remover a loucura do terreno das especulações metafísicas e religiosas até então dominantes, apresentando-se como uma alternativa mais moderna e humanitária ao cuidado religioso oferecido aos loucos europeus por diversas irmandades religiosas e hospitais de caridade (Teixeira; Ramos, 2012, p. 367).

Mesmo hoje, o conceito de saúde e de normalidade em psicopatologia é questão de permanente debate. Quando se trata de casos extremos, cujas alterações comportamentais e mentais são de intensidade acentuada e de longa duração, o estabelecimento das fronteiras entre o normal e o patológico não é tão problemático. Entretanto, há muitos casos limítrofes, em que é desafiadora a delimitação entre comportamentos e formas de sentir considerados normais ou patológicos. Nessas situações, o conceito de normalidade em saúde mental ganha relevância. Deve-se notar ainda que tal problema não é privativo da psicopatologia, mas de todas as ciências da saúde humana (Dalgalarondo, 2008).

O termo *psicopatologia*, de origem grega, foi cunhado por Jeremy Bentham, em 1817. *Psyché* significa alma; *páthos*, sofrimento ou doença; e *lógos*, estudo ou ciência. No entanto, são tidos como os fundadores desse campo os estudiosos Jean-Étienne Esquirol e Wilhelm Griesinger, com seus trabalhos publicados, respectivamente, na França, em 1837, e na Alemanha, em 1845 (Cheniaux Jr., 2015). Sistematizada como ciência no século XIX, a psicopatologia, portanto, floresceu paralelamente à psicologia contemporânea, dividindo com ela bases epistemológicas e históricas associadas à consolidação da modernidade ocidental.

No início do século XX, o psiquiatra e filósofo suíço-alemão Karl Jaspers (Figura 1), insatisfeito com a forma como a comunidade médica entendia e estudava a doença mental, repensou a abordagem psiquiátrica. Em 1913, ele publicou *Psicopatologia geral*, obra com a qual, ao defender que a psiquiatria emprega conhecimentos tanto das ciências naturais (química, física, biologia) quanto das ciências humanas (filosofia, psicologia, sociologia, antropologia, história, linguística), organizou o alicerce metodológico para o estudo do ser humano em sua enfermidade psíquica (Fukuda; Gordon, 2018).

Não se discute o progresso tecnológico que as ciências médicas, incluindo a psicopatologia e a psiquiatria, têm alcançado nas últimas décadas. Tal surgimento proporcionou grandes descobertas, que possibilitaram compreender diversos processos fisiopatológicos nas várias áreas da medicina. Assim, observamos o fortalecimento do paradigma biomédico. No entanto, esse paradigma acarretou uma desvalorização da relação médico-paciente, em benefício da superutilização da tecnologia, e também limitações óbvias nas abordagens possíveis, restritas principalmente ao campo biológico.

Nesse cenário, o modelo biopsicossocial foi apresentado pelo psiquiatra estadunidense George Engel, ainda na década de 1970, como uma maneira alternativa para entender o processo de adoecimento e, conseqüentemente, formular abordagens terapêuticas. Esse modelo propõe a visão do indivíduo segundo três sistemas (biológico, psíquico e social), que se influenciam mutuamente, recebendo todos valores semelhantes, consoante cada caso. O sistema biológico se fundamenta nos substratos anatômicos, fisiopatológicos e moleculares da doença; o sistema psíquico concentra-se nos fatores de desenvolvimento, personalidade e motivação; e o social, nas influências culturais, ambientais e familiares no adoecimento (Bozutti, 2018).

Figura 1: **Karl Jaspers em 1966, na Basileia (Suíça)**



Fonte: RICHTER, S. *What kind of academic freedom and for whom? Karl Jaspers' idea of the university*. [Material *on-line*]. Última atualização: 26 abr. 2022. [S. l.: s. ed.], 2022.
Crédito da imagem: Jack Metzger.¹¹

A concretização desse acontecimento de ordem biopsicossocial – a saúde – é, como um direito de todos os cidadãos brasileiros, um processo recente e ainda em curso. No final dos anos 1980, com o fim da Ditadura Civil-Militar e a restauração do Estado democrático de direito, movimentos pela garantia de direitos sociais ganharam

¹¹ Disponível em: <https://trafo.hypotheses.org/27075>. Acesso em: 04 maio 2024.

força no Brasil, dentre os quais tiveram destaque o da Reforma Sanitária e o da Reforma Psiquiátrica (Biazoli Jr.; Ribeiro, 2018).

As mobilizações de diversos setores da sociedade, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, refletiram-se na Assembleia Constituinte. Como resultado desse processo democrático, a Constituição Federal, promulgada em 1988, e as Leis Orgânicas n. 8.080/1990 e n. 8.142/1990 estruturam o Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre os princípios e diretrizes que orientam o SUS, sobressaem: a universalidade do acesso; a integralidade da assistência; a equidade na distribuição dos recursos; a preservação da autonomia das pessoas; o direito à informação; a municipalização da gestão; a regionalização e a hierarquização da rede de serviços de saúde; e a participação da comunidade (Biazoli Jr.; Ribeiro, 2018).

Como se percebe, o campo da saúde mental é elemento partícipe do SUS. Assim, a organização da rede de serviços em saúde mental acompanha os mesmos princípios e diretrizes do sistema de saúde como um todo. Além desses princípios gerais, há uma base legal e uma rede de serviços específica de saúde mental.

Os direitos fundamentais das pessoas em sofrimento mental estão previstos na Lei n. 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. Dentre esses direitos incluem-se: o acesso ao melhor tratamento conforme suas necessidades; ser tratado com humanidade e respeito, visando à inserção na família, no trabalho e na comunidade; ter acesso a informações sobre sua doença e tratamento; ser tratado em ambiente terapêutico o menos invasivo possível; e ser tratado, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde (Biazoli Jr.; Ribeiro, 2018). A lei também estabelece que “é responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família” (Brasil, 2001, art. 3º, *caput*). Estabelece-se ainda a excepcionalidade da internação, que deve ser indicada apenas “quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes” (*ibidem*, art. 4º, *caput*).

Dentre os transtornos mentais discriminados pela nosografia psicopatológica moderna, cabe destacar o conjunto dos transtornos ansiosos. Ainda que raramente sejam bem diferenciados entre si, os estados afetivos que atualmente denominamos *ansiedade*, *medo* e *fobia* já eram abordados na Antiguidade clássica. Cícero, filósofo estoico romano, fez uma distinção entre *ānxiētās*, que designava um estado contínuo

de ansiedade, ou *ansiedade-traço*, e *angor*, que se referia a uma ansiedade momentânea, ou *ansiedade-estado* (Crocq, 2017). Nesse período, lembram Frota *et al.* (2022), as condições ansiosas eram apreendidas como propriedades morais dos indivíduos, mais relacionadas a defeitos ou vícios do que como transtornos psíquicos, mesmo que fosse comum considerar medo ou ansiedade como aspectos de afecções mentais patológicas mais genéricas, a exemplo da melancolia e da mania.

Depois do longo período medieval em que predominou a abordagem mágico-religiosa do adoecimento mental, apareceram, nos séculos XVIII e XIX, novas definições com base no desenvolvimento da racionalidade científica. Dificilmente concebida como entidade nosológica separada, o que entendemos hoje por (transtorno de) ansiedade era abarcado com frequência por outras categorias diagnósticas. François Boissier de Sauvages fez uso do vocábulo *panofobia* para designar um temor que se experimentava à noite, na ausência de uma etiologia clara. Em 1869, George Beard empregou *neurastenia* para remeter à condição centrada na fadiga de origem nervosa e a outros sintomas, como inapetência, neuralgias, hipocondria e ansiedade. Em 1895, Freud distinguiu da neurastenia uma nova síndrome chamada de *neurose de ansiedade* ou de *angústia* (Frota *et al.*, 2022).

Os chamados *transtornos de ansiedade e relacionados ao medo* são caracterizados por um temor excessivo e por problemas de comportamento associados, com sintomas que são suficientemente graves para causar desconforto significativo no funcionamento pessoal, familiar, social, educacional ou em outras áreas importantes. Medo e ansiedade são fenômenos intimamente relacionados: enquanto o medo representa uma reação à ameaça iminente percebida no presente, a ansiedade está mais voltada ao futuro, referindo-se à ameaça antecipadamente percebida. Uma característica de diferenciação entre os transtornos de ansiedade *stricto sensu* e os transtornos relacionados ao medo são os focos de apreensão específicos do transtorno, ou seja, o estímulo ou situação que desencadeia o medo ou a ansiedade. A apresentação clínica da ansiedade e dos transtornos relacionados ao medo geralmente inclui cognições associadas específicas que podem ajudar a diferenciar entre os transtornos ao esclarecer o foco da apreensão (WHO [OMS], 2024).

Os transtornos de ansiedade *lato sensu* diferem uns dos outros nos tipos de objetos ou situações que induzem medo, ansiedade ou comportamento de evitação e

cognição associada. Assim, embora os transtornos de ansiedade tendam a ser altamente comórbidos entre si, eles podem ser diferenciados por meio de um exame minucioso dos tipos de situações temidas ou evitadas e do conteúdo dos pensamentos ou crenças associadas, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2022).

Considerado a manifestação prototípica do grupo das condições ansiosas, o transtorno de ansiedade generalizada (TAG) é caracterizado por uma apreensão ou preocupação exagerada com múltiplas questões do dia a dia. Pacientes com TAG também podem exibir tensão muscular, hiperatividade autonômica, nervosismo, dificuldade de concentração, irritabilidade, distúrbios de sono, sudorese, náuseas, diarreia, cefaleia e respostas exageradas de sobressalto a estímulos geralmente inócuos, como o barulho. Para o diagnóstico, é relevante que os sintomas estejam presentes na maior parte do tempo por, pelo menos, alguns meses (Frota *et al.*, 2022).

Outra importante espécie de acometimento ansioso é o transtorno do pânico. São constitutivos dessa condição ataques de pânico recorrentes, inesperados, não conexos a estímulos ou situações específicas. Um ataque de pânico é um episódio de intensa apreensão, acompanhado de diversos sintomas fisiológicos e cognitivos, como palpitações, sudorese, tremores, falta de ar, dor no peito, tontura, calafrios, ondas de calor e medo da morte. Comumente, o pico de intensidade dá-se em dez minutos, não durando mais do que vinte ou trinta. A recorrência e a amplitude dos ataques são variáveis, podendo ser diários, semanais ou apenas alguns durante o ano. Os pacientes com pânico costumam experimentar preocupação persistente acerca da recorrência e da consequência dos ataques, podendo adotar comportamentos para evitar que eles ocorram (Frota *et al.*, 2022).

Ao lado desses tipos clínicos, compêndios diagnósticos como a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) e o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5-TR) descrevem outras manifestações do grupo, como a agorafobia, a fobia específica, o transtorno de ansiedade social, o transtorno de ansiedade de separação e o mutismo seletivo. Tais diretrizes nosográficas ainda reportam tipos clínicos secundários, como o transtorno de ansiedade induzido por substâncias, ou subsidiários, caso do transtorno de ansiedade não especificado (APA, 2022).

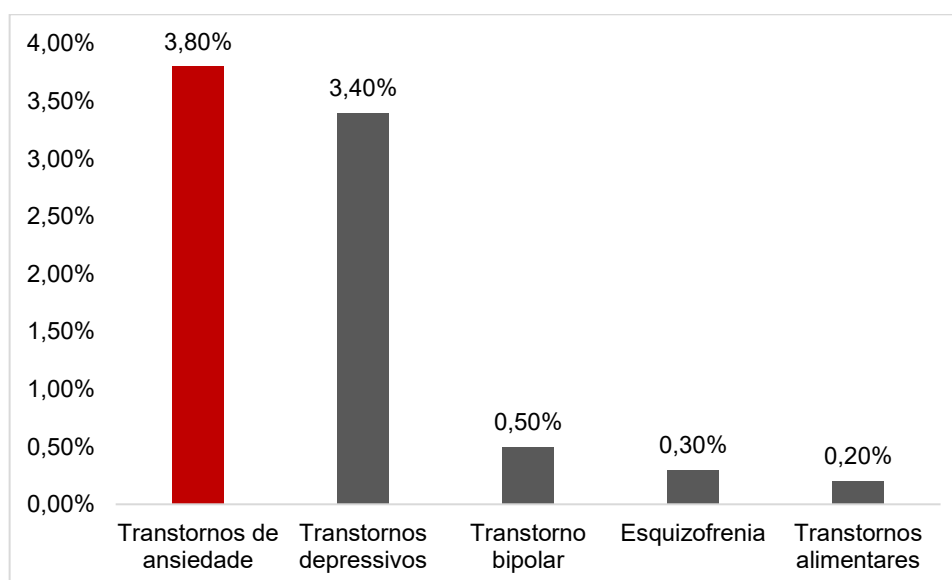
Ainda merece menção um quadro sindrômico que, embora não pertencente ao *cluster* dos transtornos ansiosos, apresenta com ele grande afinidade: o transtorno da personalidade evitativa. Transtornos de personalidade são condições mentais caracterizadas por padrões duradouros de comportamento, cognição e experiência emocional que se desviam significativamente das expectativas culturais do sujeito, causando sofrimento e prejuízos funcionais. Por sua vez, a personalidade evitativa é marcada por um padrão difuso de inibição social, sentimentos de inadequação e hipersensibilidade à avaliação negativa, manifestando-se desde o início da vida adulta e presente em diversos contextos. Indivíduos acometidos por essa condição tendem a evitar atividades que envolvem contato interpessoal significativo, temendo críticas, desaprovação ou rejeição. Tal aversão leva-os a recusar novas responsabilidades que possam expô-los a julgamentos, bem como a se esquivar de novas amizades, a menos que tenham garantia de aceitação sem críticas (APA, 2022).

Esses indivíduos geralmente apresentam comportamentos tímidos, reservados e inibidos, sustentados por uma autoestima baixa e uma forte necessidade de participação social, embora tenham de depender de outros para seu bem-estar. Em situações interpessoais novas, sentem-se desajustados e avaliam suas habilidades sociais e atratividade pessoal de forma negativa, relutando em assumir riscos ou se envolver em novas atividades devido ao medo de constrangimento. Essa perspectiva exageradamente negativa sobre os perigos potenciais das situações comuns frequentemente resulta em um estilo de vida restrito, em que até problemas menores podem ser usados como justificativas para evitar novas experiências.

A personalidade evitativa e os transtornos de ansiedade, como o transtorno de ansiedade social e a agorafobia, compartilham características de evitação devido ao receio sistemático de críticas e rejeição; no entanto, a principal diferença assenta-se na abrangência e na intensidade dos padrões comportamentais: a personalidade evitativa envolve um padrão pervasivo e duradouro de inibição social, sentimentos de inadequação e hipersensibilidade à avaliação negativa presente em diversos contextos e ao longo da vida, enquanto o transtorno de ansiedade social e a agorafobia se manifestam mais especificamente em situações sociais ou locais públicos, respectivamente, e podem não afetar tão amplamente a percepção do sujeito sobre si mesmo em todas as áreas da vida (APA, 2022).

Vários estudos vêm consistentemente indicando que os transtornos de ansiedade são o grupo mais prevalente de acometimentos em saúde mental na contemporaneidade. Segundo o estudo de Javaid *et al.* (2023), o número total de indivíduos afetados ampliou substancialmente entre 1990 e 2019, passando de 194,9 milhões para 301,4 milhões em todo o mundo. Em comparação com outros transtornos de saúde mental importantes, a prevalência de transtornos de ansiedade mostrou-se sensivelmente maior. Além disso, modelos matemáticos corroboram as pesquisas clínico-epidemiológicas, sugerindo que os transtornos ansiosos são, de fato, mais comuns do que os demais transtornos mentais, incluindo a depressão e seus subtipos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Prevalência de transtornos mentais no mundo (2019)¹²



Fonte: INSTITUTE FOR HEALTH METRICS AND EVALUATION. *Global burden of disease study 2019 (GBD 2019): data resources*. [Material *on-line*]. [S. l.: s. ed.]: 2019.¹³

Javaid *et al.* (2023) sinalizam que os transtornos de ansiedade têm aumentado nas últimas três décadas, o que parece estar positivamente correlacionado com o desenvolvimento socioeconômico, com uma população idosa mais dependente e com o recrudescimento da urbanização. Esse fenômeno pode ser entendido como reflexo da liquefação da vida hipermoderna, visto que as rápidas e imprevisíveis

¹² Proporção estimada de pessoas com cada transtorno mental em um determinado ano, quer tenham sido diagnosticadas ou não, com base em pesquisas representativas, dados médicos e modelagem estatística.

¹³ Disponível em: <https://ghdx.healthdata.org/gbd-2019>. Acesso em: 07 maio 2024.

transformações da sociedade contemporânea contribuem para um contexto generalizado de incerteza e instabilidade, sobretudo nas sociedades ocidentais industrializadas. Como se viu, na modernidade líquida (Bauman, 2001a, 2001b, 2007), as relações sociais e as estruturas tradicionais encontram-se em permanente reconfiguração, favorecendo um ambiente propenso à ansiedade e, por extensão, aos transtornos a ela vinculados.

O fortalecimento da globalização informatizada, a flexibilização das relações de trabalho e as inovações do mundo hipermoderno, nomeadamente a partir dos anos 1970, ensejaram, como consequência direta, o tensionamento das exigências e das expectativas sobre o sujeito humano, fazendo com que o indivíduo tenha dificuldade para adaptar o seu comportamento a esse novo panorama que se apresenta (Sadock; Sadock; Ruiz, 2017). Por essa razão, o período contemporâneo é definido por alguns autores como a *idade da ansiedade* (Lenhardtk; Calvetti, 2017), em função da associação dessa condição com o ritmo de vida em franca aceleração da atualidade.

No que se refere ao Brasil, um relatório da Organização Mundial da Saúde (WHO [OMS], 2017) apontou que esse é o país com a maior proporção de pessoas ansiosas, tendo 9,3% da população com algum transtorno do gênero. A instituição também faz um alerta sobre a saúde mental da população brasileira, já que uma em cada quatro pessoas no país poderá sofrer com algum transtorno mental ao longo da vida. Por sua vez, dados do *Inquérito telefônico de fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em tempos de pandemia* (Hallal et al., 2022) sugerem que 26,8% dos brasileiros tenham recebido diagnóstico médico de algum transtorno de ansiedade até o ano de 2022. Cerca de um terço desse quantitativo, 31,6%, é jovem, com idade entre 18 e 24 anos. A prevalência concentra-se na região Centro-Oeste (32,2%) e entre as mulheres (34,2%).

Como pudemos testemunhar, ao longo da história, o homem ocidental passou por profundas transformações em sua configuração, moldado pelas dinâmicas socioeconômicas e pelas correntes de pensamento que marcaram cada época. Antes comprimido pela estrutura altamente estamental da sociedade feudal, o sujeito passa a se construir no interior de uma conjuntura mercantil-capitalista, quando se expandem as fronteiras do mundo pelas Grandes Navegações e, posteriormente, pela Revolução Industrial.

Submetendo-se à ética das Luzes, esse sujeito moderno é forjado pelo questionamento das verdades da tradição, ao mesmo tempo em que se vê mobilizado pelo liberal-individualismo que dá sustentáculo à atividade da burguesia, classe em ascensão desde o século XVIII.

O solo instável sobre o qual esse homem passa a caminhar liquefaz-se por completo ao longo do século XX, notadamente a partir do capitalismo tardio pós-fordista. Com o advento da modernidade líquida, na análise de Bauman (2001b), o sujeito vê-se imerso em um mundo em constante mutação, onde as relações sociais se tornam frágeis, superficiais e efêmeras. A insegurança e a precariedade, tanto materiais como ontológicas, instalam-se como marcas do período, exigindo do indivíduo constante adaptabilidade e flexibilidade. Nesse contexto, a busca por identidades fixas cede lugar à proliferação de identidades voláteis, em permanente construção e reconstrução.

É nesse sentido que Giddens (1991) introduziu o sujeito da hipermodernidade na perspectiva da reflexividade, pela qual ele se torna capaz de questionar suas próprias crenças e valores, buscando a construção individual de sua própria identidade. Esse processo de autorreflexão, impulsionado pela industrialização e pela racionalização da vida moderna, conferiu ao sujeito maior autonomia e liberdade. No entanto, também o lançou em um cenário de incertezas e questionamentos existenciais. Em um ambiente ameaçador como esse, o medo converte-se em sintoma e, alastrando-se indefinidamente por todas as esferas do eu, institui a ansiedade como consequência e, em certa medida, como uma norma social.

Nesse caminho, o incessante processo de dissolução de referenciais, característico da subjetividade contemporânea, vai condicionar o posicionamento de Harvey (2000), segundo o qual a necessidade de aconselhamento é um dos atributos morais do sujeito hipermoderno, o que, segundo Brunelli (2005, p. 37), estaria na base da formulação do coenunciador do discurso de *self-help* como um “destinatário desorientado, carente de direcionamentos”.

Contextualizado o sujeito ao longo do tempo, sobretudo na modernidade, até se alcançar o sujeito ansioso da atualidade, aquele que recorre aos manuais de aconselhamento, partiremos em seguida para a discussão do referencial teórico-metodológico que sustenta este empreendimento de análise discursiva.

CAPÍTULO 2: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Abordaremos, inicialmente, a evolução dos gêneros de aconselhamento – de que os manuais examinados no estudo fazem parte – ao longo do tempo. Em seguida, caracterizaremos a noção de *gêneros do discurso*, a fim de comprovar a condição genérica do manual de aconselhamento. No final do capítulo, apresentaremos a metodologia empregada para a composição do corpus, bem como as categorias do dispositivo de análise.

2.1 Aconselhamento ontem e hoje

*Literatura de autoajuda*¹⁴ é uma expressão correntemente evocada para referir-se a uma classe de produções editoriais cujo objetivo seria *ajudar* o leitor de alguma forma, fornecendo-lhe instrumentos capazes de aprimorar aspectos de sua vida, de maneira que ele alcance determinado ideário de autorrealização ou de felicidade (Vidal, 2018). A categoria da “autoajuda” tem designado um conjunto de práticas articuladas textualmente que, embora variadas em sentido e campo de aplicação, baseiam-se em um mesmo motivo: o princípio de que possuímos um poder interior, passível de ser empregado na solução de todos os nossos problemas (Rüdiger, 2010).

No escopo desse tipo de literatura, destacamos o gênero manual de aconselhamento, que faz parte da rotina de consumo literário em todo o mundo ocidental. Conforme Ribeiro (2014), o sucesso editorial dessas produções deve-se ao emprego de ferramentas discursivas que fazem com que o leitor acredite que será capaz de realizar e adquirir o que deseja sozinho: como fazer amigos, alcançar uma boa colocação no mercado de trabalho, ser bem-sucedido financeiramente ou cativar

¹⁴ Estamos mais confortáveis em utilizar a expressão *manual de aconselhamento comportamental* do que *literatura de autoajuda*. Isso se dá por algumas razões: (i) ainda que o termo *autoajuda* tenha se consolidado em todo o mundo, acreditamos que um processo de apoio subjetivo que desconsidera ou minimiza a função de um agente mediador (no caso, o “ato de leitura da obra”, o autor/enunciador ou a própria obra) é simplesmente impossível, já que não pode haver mudança de comportamento sem relação. Assim, não haveria uma *autoajuda*, mas uma *ajuda mediada*, no mínimo, *pelo discurso*; (ii) entender essa classe como um *manual* nos parece pertinente, uma vez que seus recorrentes atributos prescritivos a colocam ao lado de gêneros estabilizados que funcionam exatamente como manuais, como, por exemplo, a bula de medicamento e os guias de viagem; (iii) um gênero discursivo dessa natureza pode exercer diferentes orientações pragmáticas, como exposição de dados do mundo, defesa de ideias ou narração factual ou ficcional, mas a função de *aconselhamento* (Manjón González, 2014) é a que baliza todas as demais, sendo, portanto, o que o caracteriza fundamentalmente. Salientamos que nossa posição diverge, portanto, da de Sobral (2006), que distingue livros de “autoajuda” de livros de aconselhamento.

pessoas. Rüdiger (2010) acredita que esse gênero de discurso apresenta grande adesão do público em virtude da crise do ser humano hodierno e de seus valores morais, que o impelem a buscar a individualização em detrimento de sua dimensão social. O autor se aproxima das considerações de Harvey (2000), para quem a necessidade de aconselhamento é uma das marcas da subjetividade (hiper)moderna, como vimos no capítulo anterior. Na visão de Brunelli (2005), essa constatação funda a imagem do destinatário desse discurso como um indivíduo sem rumo, ávido por algo que lhe dê direção.

Nos últimos anos, o discurso de aconselhamento vem ampliando sua inscrição em diversos dispositivos. Em princípio circunscritos ao mídiu impresso (Maingueneau, 2013a) e a alguns espaços radiotelevisivos, hoje os *conselheiros* ocupam densamente as plataformas digitais, como *blogs*, redes sociais e bases de vídeos. Suas práticas de fala estão conectadas às dinâmicas sociais que os rodeiam, e a própria existência de uma demanda por seus serviços parece atestar esse fato. Para Leite (2019), além de acompanhar o percurso do mundo do trabalho e do sistema capitalista, o discurso de aconselhamento absorve artifícios de legitimação, a exemplo das instituições da psicologia e da psicoterapia, e estabelece um ideal de construção social de sujeitos com disposição para agir moralmente de forma reconhecida como “boa e justa”. Segundo a autora, as técnicas aludidas pelos conselheiros buscam reconfigurar metas e valores e induzem à performatividade da ação do indivíduo como um caminho para o desenvolvimento do *self*, fabricando novas realidades coletivas na contemporaneidade.

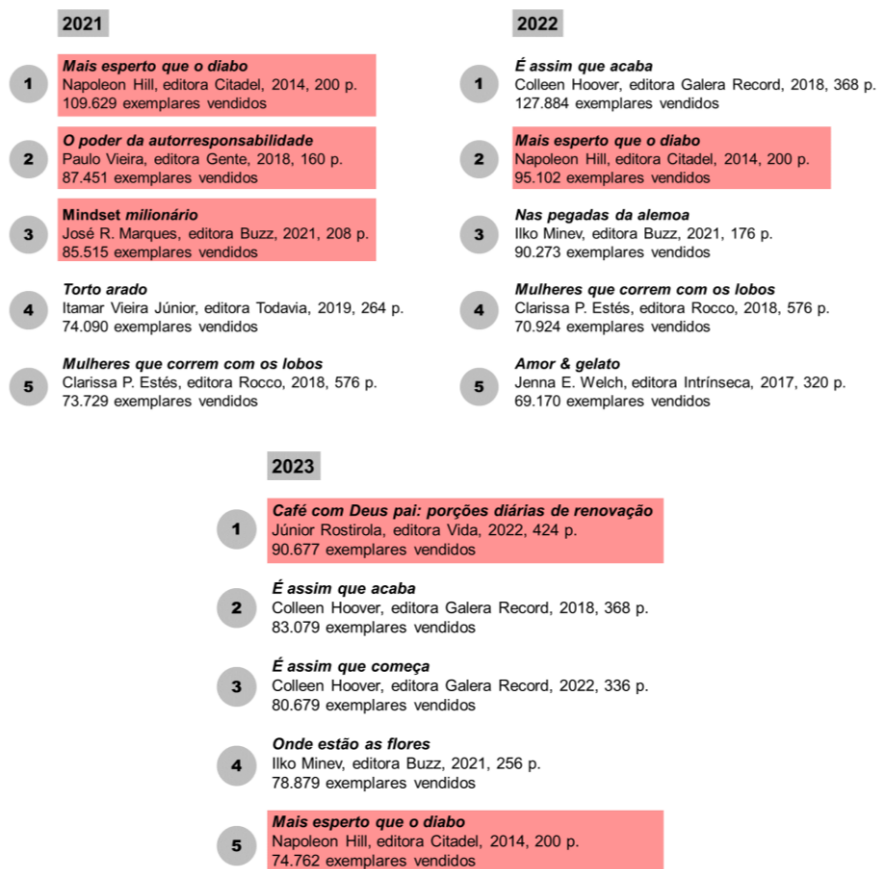
Com respeito ao Brasil, a literatura de aconselhamento vem tendo expressiva representatividade no cenário editorial, desde pelo menos os anos 1930. Um marco dessa década é a publicação de *Como fazer amigos e influenciar pessoas*, de D. Carnegie, em 1939, que se tornaria um *best-seller* brasileiro ao longo de todo o século XX.¹⁵ O Gráfico 2 apresenta a relação geral das cinco obras mais vendidas no país dos anos de 2021 a 2023, em que se destacam os títulos considerados como de “autoajuda”.¹⁶ Percebe-se que esse gênero editorial tem marcado presença entre as

¹⁵ Originalmente publicado em 1936 nos Estados Unidos sob o título *How to win friends and influence people*, esse livro tem como edição mais recente em português uma versão da editora Sextante, lançada em 2019. A tradução é de Livia de Almeida.

¹⁶ O *ranking* de livros mais vendidos do *website* Publishnews é elaborado a partir da soma simples das vendas de todas as 39 livrarias consultadas. Os números apresentados refletem justamente essa

obras mais consumidas no país nos últimos anos, tendência verificada também em períodos anteriores.

Gráfico 2: Livros mais vendidos no Brasil segundo a Publishnews (2021-2023)



Adaptado de: PUBLISHNEWS. *Lista de mais vendidos: geral*. [Material on-line]. [S. l.: s. ed.], 2024.¹⁷

Ao emprendermos uma genealogia da literatura de aconselhamento, deparamo-nos com menções à Antiguidade clássica, às normas de “bem viver” sugeridas por alguns pensadores, aos livros de interpretação dos sonhos que, como aponta Foucault (1985, p. 14-15), operavam, nos primeiros séculos de nossa era, como “manuais de vida”, ou ainda aos numerosos tratados e documentos produzidos

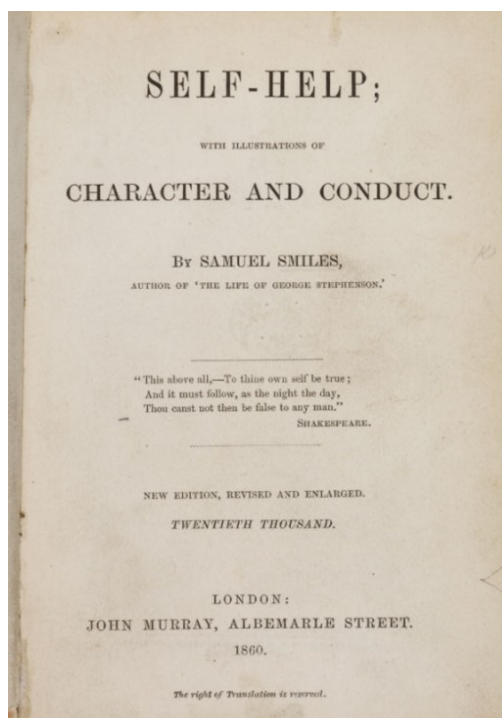
monta. Trata-se, portanto, de uma amostra, e não do universo da venda de livros no Brasil. Além disso, cada edição de uma obra é considerada individualmente e classificada em apenas um gênero editorial. Em relevo nesse gráfico, estão as obras tidas como literatura de aconselhamento (“autoajuda”, na classificação do *website*). Embora não tipificadas pela Publishnews como obras de aconselhamento, julgamos que *O poder da autorresponsabilidade* e *Mindset milionário* enquadram-se nessa categoria. Já quanto a *Mulheres que correm com os lobos*, apesar de apresentar elementos característicos do aconselhamento, é compreendida fundamentalmente como literatura técnica de psicologia (“não ficção”, nos termos do *website*).

¹⁷ Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/ranking/anual/>. Acesso em: 08 maio 2024.

no decorrer do século XVIII e que objetivavam debater os melhores caminhos para se alcançar a felicidade. Apesar desse histórico, parte relevante dos estudiosos (por exemplo, Effing, 2009; Rüdiger, 2010) tem estabelecido como marco fundador do gênero a obra *Self-help*, de Samuel Smiles, publicada originalmente em 1859, na Inglaterra (Figura 2).

A obra *Self-help* trata-se de um tratado fundamentado em um conjunto de palestras que Smiles presidiu em uma associação de trabalhadores da cidade inglesa de Leeds, estimulando a troca de informações e aulas entre operários locais. Uma diferença significativa entre *Self-help* e o gênero homônimo produzido hoje em dia é que, no livro de 1859, não havia qualquer citação ao autodesenvolvimento como um meio de obtenção do sucesso, ou de satisfação de desejos do indivíduo. O maior interesse do autor era, na realidade, o aprimoramento do caráter, bem como estabelecimento de um padrão de comportamento moral que fosse validado socialmente (Castellano, 2018).

Figura 2: Folha de rosto da edição inglesa de 1860 de *Self-help*



Fonte: JOHNSON, S. L. *The limits of self-help*. [Material *on-line*]. Última atualização: 26 maio. 2020. [S. l.: s. ed.], 2020.¹⁸

¹⁸ Disponível em: <https://vocationmatters.org/2020/05/26/the-limits-of-self-help/>. Acesso em: 08 maio 2024.

É somente no ocaso do século XIX que o termo *autoajuda* passa a ser empregado como uma tendência de comportamento atrelada a um novo modelo editorial massificado. Nesse contexto, como assinala Castellano (2018), o sentido do vocábulo evolui e passa a remeter cada vez mais ao desenvolvimento de certos poderes psicológicos e à procura pelo sucesso por meio de transformações espirituais. A formação do caráter, assim, não só deixa de ser uma questão central como, paulatinamente, vai esmaecendo no horizonte de interesses do grupo de leitores de manuais de aconselhamento. O descrédito do caráter é simultâneo à emergência do que, para muitos autores, contribuiria para uma revolução cultural: a ênfase na personalidade. A passagem da cultura do caráter para a da personalidade, nesse sentido, compreenderia o reflexo de mudanças significativas nas sociedades ocidentais, em que o capitalismo se desenvolveu plenamente e as relações sociais, principalmente aquelas vinculadas ao mundo do trabalho, se submeteram a uma sensível reconfiguração.

A preocupação transitária, dessa forma, do *cumprimento do dever* (tido como a execução correta de um trabalho com função social) para a *valorização da personalidade*, capaz de fazer o indivíduo apartar-se da massa. Com a virada do século, o receio de se diluir na anônima multidão torna-se uma das principais causas de incômodo subjetivo. O impulso que conduz os sujeitos a buscar o antídoto para a massificação acaba estimulando também o rompimento de laços comunitários e o fortalecimento do individualismo. Os livros de aconselhamento que são produzidos sob esse *Zeitgeist*, ou espírito da época, passam a congregar tal transformação, e tornam-se até mesmo um dos sintomas mais claros da mudança que se alastraria por todo o longo século XX (Castellano, 2018).

Já no início do século passado, a fé no poder da personalidade plenamente ajustável era observada no que, a partir daquele momento, passaria a se organizar como gênero de “autoajuda”, mediante um movimento conhecido como Novo Pensamento (New Thought). Surgida nos Estados Unidos em 1890, e fortemente difundida por lá a partir de 1915, tal filosofia preconizava a potência do pensamento positivo, da mente como catalisadora de infinitas possibilidades, em função de práticas sincréticas que combinavam elementos do cristianismo, de religiões orientais, do

esoterismo, da nascente psicologia e da filosofia, e da chamada “lei da atração”.¹⁹ Embora não se identifique como religião, o Novo Pensamento propugnava a crença metafísica em uma energia suprema, que poderia ser representada por uma força a reger todas as coisas, como um tipo de “sistema” (Rüdiger, 2010; Castellano, 2018).

Conforme Effing (2009), a literatura de aconselhamento representa um pilar da cultura estadunidense. Atualmente, nos Estados Unidos, ela tem se consagrado por sua ênfase no estudo do espírito e da mente para a conquista da felicidade e do sucesso. Constata-se, no Brasil, um reflexo desse desenvolvimento da literatura de aconselhamento (Rüdiger, 2010), dado que, desde o início do século XX até os dias atuais, a maior parte dos livros mais vendidos é resultado da tradução de autores provenientes daquele país.

A partir do século XX, o aconselhamento se fortalece como prática terapêutica ligada à psicologia, perfazendo o que Castel (1987, p. 145) chama “terapia para os normais”. A partir da associação das técnicas de aconselhamento às práticas terapêuticas, estabilizam-se métodos com os quais os indivíduos se adaptam e resolvem os problemas ocasionados pelas intensas mudanças no mundo do trabalho da modernidade tardia (Leite, 2019).

É nesse espaço que as terapias passam a ser comercializadas e consumidas como produtos; as teorias e métodos utilizam a marca da autoridade científica e são, assim, convertidas em conferências, cursos, *workshops* e livros. Para Leite (2019), esse fenômeno forneceria uma explicação razoável sobre a atual situação do indivíduo, prescrevendo um protocolo de condutas que visa alterar a situação momentânea, que é de frustração ou fracasso, e adaptar o tempo do sujeito ao ritmo exigido pela liquidez moderna.

Nessa direção, a literatura de aconselhamento introduz a ética, que se encontra na base do ideal de trabalho associado ao prazer. Tal literatura também se amolda à cultura do autoaperfeiçoamento e aos valores do mundo competitivo atribuídos pelo mercado, transpondo tal pensamento para o mundo da vida íntima, e vice-versa (Leite,

¹⁹ A *lei da atração* é um conceito popular dentro do campo da literatura de aconselhamento e do desenvolvimento pessoal. Ela postula que os pensamentos e sentimentos positivos ou negativos de uma pessoa podem atrair experiências semelhantes para suas vidas. A ideia básica é que aquilo em que o sujeito acredita com intensidade acaba se manifestando em sua realidade. Gestada em fins do século XIX, a concepção de um princípio universal da atração voltaria à moda no início do século XXI com a obra *O segredo*, de Rhonda Byrne.

2019). Desse modo, o aconselhamento e as práticas terapêuticas fixam-se como recursos de salvação para os problemas do mundo contemporâneo, buscando a harmonia “entre as categorias da personalidade moral e do indivíduo egoísta, transmitidas pela alta modernidade” (Rüdiger, 2010, p. 192). Para Rüdiger (*ibidem*), aliás, a literatura de aconselhamento representa uma das mediações pelas quais as pessoas procuram erigir um *eu* de maneira reflexiva, gerenciando os recursos subjetivos para enfrentar os problemas trazidos pela modernidade.

Como menciona Marín-Díaz (2015), as obras de aconselhamento divulgam e promovem amplamente o desenvolvimento de todo um conjunto de exercícios e técnicas de condução dos indivíduos por eles mesmos. Trata-se de exercícios de concentração e de treinamento que se orientam para a formação dos sujeitos por eles mesmos, mediante o desenvolvimento de um conjunto de técnicas de atenção, memorização, meditação, leitura, estudo, escrita, dentre outras. Tais exercícios se justificariam por serem a principal forma para a consecução do sucesso e da felicidade. Portanto, cada sujeito seria levado a resolver, com ações que dirige sobre si mesmo, situações e problemas nos quais se encontraria envolvido no mundo atual. Com isso, a autora quer dizer que os discursos de aconselhamento devem ser tomados, em essência, como *discursos pedagógicos*, porque são empregados para modificar a conduta dos indivíduos pela ação que cada um realiza sobre si próprio.

Asseveramos, todavia, que a psicologia não é a única ciência em que se inspiram os escritores de aconselhamento comportamental. As ciências sociais e, sobretudo, a medicina e suas especialidades são outras importantes fontes dessa literatura. Desse campo do conhecimento, sublinhamos as obras sobre emagrecimento e hábitos alimentares, que têm conquistado enorme sucesso de vendas nas últimas décadas, ao lado de manuais sobre exercícios físicos (Leite, 2019).

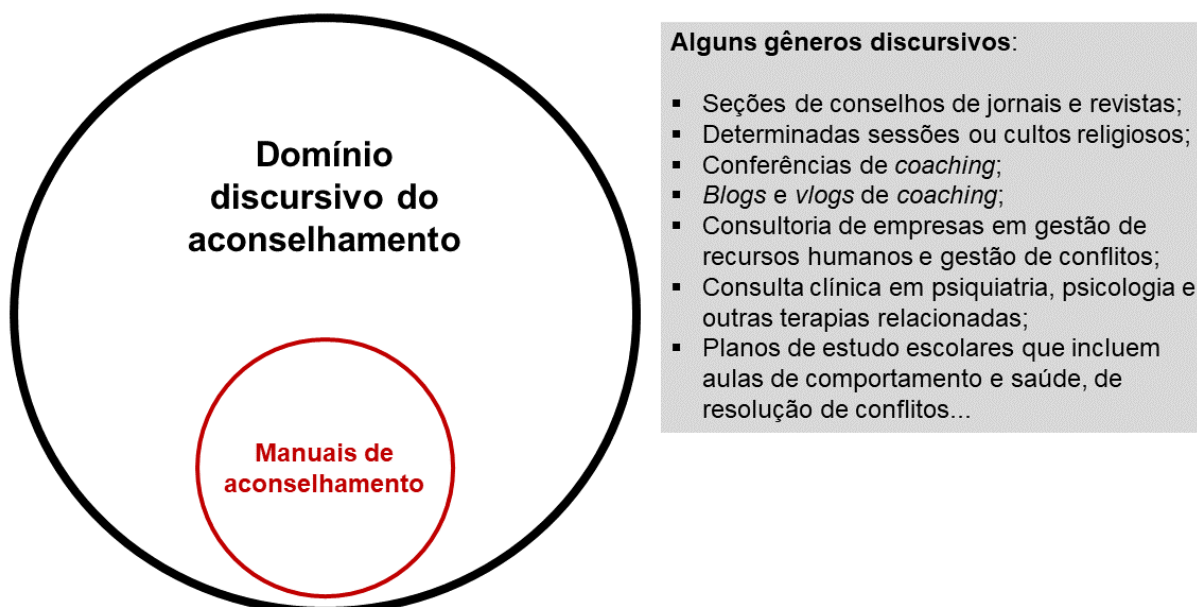
Dentre as práticas orientadas para a “condução da conduta” dos indivíduos por si próprios, Marín-Díaz (2015) cita os discursos de “autoajuda” em suas mais variadas apresentações: *talk shows*; seções de conselhos de jornais e revistas; páginas da *internet*; a própria indústria editorial do aconselhamento etc.; as práticas privadas dos clínicos em psiquiatria, psicologia e filosofia prática; a consultoria de empresas em gestão de recursos humanos e administração de conflitos; os serviços de bem-estar social; os planos de estudo escolares que incluem desde aulas de comportamento e

saúde até aulas de resolução de conflitos; além de um conjunto de grupos de apoio para toda forma de aflições humanas.

Divergimos da autora apenas no que concerne à categorização desses gêneros discursivos como pertencentes ao domínio da “autoajuda”. Isso porque evitamos empregar o vocábulo *autoajuda* como um conceito teórico controlado, embora seja um referente de que façamos uso aqui e ali neste trabalho, dada a regularidade desse nome na cultura acadêmica. Para nós, há uma incongruência fundamental entre o significado evocado pelo termo (“auxiliar a si mesmo”) e o propósito pragmático-discursivo das obras ditas de “autoajuda”, já que, sob uma perspectiva dialógica, não pode haver auxílio senão aquele mediado por um sujeito externo a si. Tratamos melhor dessa questão terminológica em outro momento (ver nota 14).

Acreditamos, por conseguinte, que os gêneros elencados por Marín-Díaz (2015) constituem manifestações integradas ao domínio discursivo mais amplo do aconselhamento, não devendo ser confundidos com os manuais de aconselhamento, que aqui associamos especificamente às produções editoriais com finalidade orientadora, diretiva ou condutora de comportamentos (Figura 3).

Figura 3: **Domínio discursivo do aconselhamento e gêneros associados**



Fonte: Autoria própria, com base em Marín-Díaz (2015).

Ainda é preciso salientar que a propriedade da linguagem pela qual o sujeito falante intervém sobre o outro constitui um fenômeno vastamente documentado por

diferentes teóricos (Austin, 1990; Jakobson, 2008; Charaudeau, 2009; Amossy, 2020, e outros); trata-se de uma evidência da ciência pragmática (Armengaud, 2006); e se observa nas mais diversas situações de comunicação humana, direta ou indiretamente.

O que defendemos é a designação de um sistema mais ou menos homogêneo de gêneros que tem como principal finalidade modificar o estado comportamental do destinatário e que é sustentado pelo estabelecimento de papéis enunciativos polarizados entre aquele que auxilia e aquele que é (ou se deixa ser) auxiliado. Nesse sentido, por exemplo, os textos publicitários não poderiam se inscrever no domínio do aconselhamento, mesmo que também correspondam a discursos de incitação comportamental (Charaudeau, 2010b), uma vez que não costumam atender ao critério do *estatuto do enunciador e do destinatário* (ou *coenunciador*), que é típico da cena de aconselhamento.

2.1.1 ***Self-help*: entre o puritanismo e o *coaching***

Para Rüdiger (2010, p. 145), “as tendências de autoajuda surgidas nos últimos anos na verdade são, genericamente, uma forma de conciliar os valores hedonistas, promovidos pela indústria da cultura, com as demandas profissionais do sistema empresarial”. Sobral (2006) a entende como um *gênero parasitário* por absorver traços ou características de outros gêneros. Em vários textos de aconselhamento, os gêneros dos domínios psicológico e espiritual são os mais incorporados. Assim, ao se apropriar de outros gêneros para criar um novo, essa literatura adotaria uma forma parasitária de gênero. De acordo com o autor, “nessa fase parasitária, os discursos/gêneros não refutariam diretamente os gêneros a que se opõem, nem se comprometeriam diretamente com aqueles que buscam incorporar para seus fins específicos” (*ibidem*, p. 155). Além disso, na condição de gênero ambivalente ou híbrido, a literatura de aconselhamento se acharia em um lugar paradoxal: ela deve se aproximar das utopias, ou do desconhecido, sem, contudo, rechaçar o que é da ordem do conhecido (Sobral, 2006; Bessa, 2010).

Ainda que a maior parte dos pesquisadores admita que os manuais de aconselhamento tenham emergido na modernidade do século XIX, como vimos, não é essa a sua origem (Bessa, 2010). Segundo o levantamento documental da autora,

a busca por uma literatura que possibilitasse o autoconhecimento como estratégia para vencer dificuldades e obter êxito nas atividades da vida remonta ao século XVII e se relaciona fortemente com a religião.

Com efeito, o vínculo entre aconselhamento e religião está no fundamento da literatura de aconselhamento. Bessa (2010) e Marques (2015) apontam que as raízes desse domínio discursivo se fincam na tradição puritana dos protestantes que chegaram aos Estados Unidos no século XVII. Embora acreditassem na soberania de Deus, valorizavam também a reciprocidade humana ou o esforço individual para uma vida bem-aventurada. Nesse contexto, as primeiras obras são guias para levar as pessoas a administrarem suas vidas a fim de agradarem a Deus. Integrariam esse conjunto, por exemplo, *The practice of piety* (1611), escrito pelo bispo Lewis Bayly, e *Guide to heaven* (1673), de Samuel Hardy.

Não se pode negar que a doutrina da predestinação, cara ao calvinismo, é um elemento-chave para a compreensão desses primeiros guias. Ao analisar os efeitos do dogma, Weber (2004) grifa sua desumanidade patente e o sentimento de solidão que gerava nos indivíduos, forçados a traçar sozinhos seus destinos. Alguns sujeitos, independentemente de suas obras, estariam predestinados à vida eterna, enquanto outros, à morte eterna, simplesmente porque Deus assim havia decretado. Para o sociólogo alemão, diante de um estado de coisas tão desolador, o indivíduo tenta insistentemente acreditar em sua própria salvação. Em vista disso, passa a se considerar um eleito, procurando se distanciar da dúvida e buscando a autoconfiança mediante o trabalho incansável, que ganha caráter sagrado e passa a ser interpretado como meio para a maior glória de Deus (Marques, 2015).

No século XVIII, porém, a produção do aconselhamento estadunidense ganharia um caráter mais secular (Starker, 2002). Um matiz menos prescritivo podia ser observado em publicações que se distinguiam pela utilidade e pela praticidade. Ressaltamos, todavia, que essa nova abordagem não implicava a negação da predecessora. As virtudes salientadas nos antigos guias, como a frugalidade, a diligência e o trabalho árduo, incluíam-se também no mais emblemático dos autores do Século das Luzes, uma das principais personalidades da cultura e da história estadunidense: o diplomata, inventor, cientista e escritor Benjamin Franklin (Marques, 2015).

Avançemos um pouco nessa linha do tempo. O movimento do Novo Pensamento, já abordado anteriormente, significou uma corrente muito ampla da cultura e da religiosidade estadunidense, especialmente importante entre a segunda metade do século XIX e os dois primeiros decênios do século XX. Trata-se de um movimento de forte acento religioso em que se verificavam influências diversas, oriundas do cristianismo, do mesmerismo, da filosofia idealista, das religiões orientais, da teosofia, entre outras. Essas influências variavam entre os diversos promotores do movimento, mas a crença no poder da mente, em capacidades extranaturais da mente humana, era comum entre eles (Marques, 2015).

O movimento perdeu vigor na década de 1920, mas suas ideias acabaram por se incorporar à cultura estadunidense, disseminando-se também em outros países e contextos, inclusive no Brasil. Publicações de autoajuda foram fundamentais nesse processo. O poder da mente foi proeminente em um dos livros de maior sucesso de vendas na história da literatura de aconselhamento – *O poder do pensamento positivo*, do pastor Norman Peale (2006), publicado inicialmente em 1952, que é a base do já citado *O segredo* (2007), de Rhonda Byrne, e de várias publicações estadunidenses das últimas décadas. O New Thought teve, ainda, uma expressiva influência na teologia da prosperidade e no movimento New Age.²⁰ Tais fenômenos também se encontram, como ressalta Marques (2015), no âmbito de dezenas de títulos de *self-help* do período.

Depois de um breve período de laicização, Alves (2020) afirma que a indústria do aconselhamento das décadas de 1930 e 1940 atualizou a publicação de livros que promulgavam o retorno aos valores religiosos, renovando a ética protestante, tais como *The return to religion*, lançado em 1936 por Henry C. Link. Além dela, outras obras esforçavam-se por harmonizar religião e psicanálise, tendo como exemplo *Peace of mind*, do rabino Joshua Liebman (1946), ao lado de outros livros que estabeleciam novas leituras dos preceitos do New Thought, como *Quem pensa enriquece*, de Napoleon Hill (1937), e o já citado *Como fazer amigos e influenciar pessoas*, de Dale Carnegie (1936).

²⁰ O movimento New Age foi um fato de cultura que recebeu destaque principalmente nas décadas de 1960 e 1970, mas continuou a influenciar diversas áreas até os dias atuais. Caracteriza-se pela busca por uma espiritualidade alternativa e por uma visão holística do Universo, combinando elementos de diferentes tradições religiosas, filosofias orientais, misticismo, esoterismo, psicologia transpessoal e ciência.

É nas décadas de 1960 e 1970 que a literatura de aconselhamento, de fato, logra o que Bessa (2010) chama de apogeu, imprimindo sua marca como uma literatura centrada no narcisismo e trazendo respostas para todas as perguntas que as pessoas fazem a si mesmas. Sustentado pela psicologia humanista de Abraham Maslow e, posteriormente, de seu discípulo, Carl Rogers, o movimento de *self-help* valoriza a preocupação não apenas com o bem-estar, mas também com o autoconhecimento. Essa concepção amplia-se nas igrejas protestantes, sobretudo as de vertente neopentecostal, que também se desenvolvem a partir dos anos 1970. Nos anos 1980, o discurso de aconselhamento mais uma vez muda seu foco. Tendo como referências permanentes a psicologia e o Novo Pensamento, a preocupação com o interior dá espaço à ênfase na estética e na economia.

No que tange à expansão dessa literatura no Brasil, Bessa (2010) identifica seu *boom* na era Collor, em 1990. O confisco de bens causado por esse governo e as crises decorrentes daquele momento político impulsionaram as vendas. As influências da economia neoliberal colaboraram, na concepção da autora, para a disseminação dessa literatura, uma vez que o êxito e o consumo são característicos desse modelo socioeconômico. O desenvolvimento da personalidade, porém, não se constitui à parte do desenvolvimento da espiritualidade, segundo Bessa (*ibidem*). Tanto as habilidades técnicas quanto o cultivo da formação espiritual são elementos cruciais para o bem-estar no mundo e ambos são estimulados em muitas das produções de aconselhamento comportamental da atualidade.

Com o processo de midiatização e a expansão das novas tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs), o gênero manual de aconselhamento deixou de se restringir apenas ao domínio dos livros impressos e avançou para inúmeras plataformas, como as redes sociais digitais, colaborando para que a *cultura terapêutica* fosse cada vez mais difundida na sociedade ocidental. Dentre os expoentes que se tornaram personagens vistas como referência dessa dinâmica estão os *empreendedores de palco*, que muitas vezes se valem de estratégias de *storytelling* para narrar sua própria história de superação, por meio de cursos, conferências, e manutenção de perfis em redes sociais digitais. No conjunto desse empreendedorismo de palco, para além de grandes empresários, acha-se um profissional que vem adquirindo cada vez mais relevância e atenção na contemporaneidade: o *coach* (Freitas; Covaleski, 2020).

O *coaching* apresenta-se como um campo de atuação vasto e bastante disseminado. Embora ainda seja relativamente recente no Brasil, essa perspectiva de treinamento e desenvolvimento de competências popularizou-se, atingindo uma amplitude de serviços (Oliveira-Silva *et al.*, 2018). Esse fenômeno, a propósito, pode ser definido de diferentes maneiras. Casalotti (2017) entende o *coaching* como uma ferramenta de capacitação profissional e desenvolvimento pessoal que vem ocupando cada vez mais espaço no mundo do trabalho e no campo gerencial.

A prática desse processo engloba, *grosso modo*, o diálogo entre as figuras do *coach* (treinador) e do *coachee* (treinado) para o estabelecimento de metas de variadas ordens. Também compreende uma série de desdobramentos: o *coach* pode representar um consultor especializado, ou pode ser até o chefe do *coachee* – o que implica uma relação de autoridade institucional dos modelos gerenciais contemporâneos (Casalotti, 2017). Além disso, há no mercado uma ampla variedade de serviços que são oferecidos sob a denominação de *coaching*, com as mais diversas aplicações: *coaching* prático, *coaching* como exercício da liderança, *coaching* executivo, *coaching* pessoal, *coaching* para jovens, *coaching* de transição de carreira, *coaching* de negócios, *coaching* de equipes, *coaching* para redução do estresse, *coaching* integral, entre outros (Silva, 2010).

Para Vicente (2018), os discursos de *coaching* operam, de fato, como uma extensão do discurso da literatura de aconselhamento, sendo ele aplicado ao mundo empresarial e ao mundo do trabalho e mirando diretamente o indivíduo. Ou seja, trata-se de uma condução direta. É a ação de treinar o indivíduo para melhorar em sua função e, assim, ter mais valor. Como se sabe, o conceito de *coaching* deriva de *coach*, que, na língua inglesa, significa “treinador”.²¹ De acordo com Santos (2012), seu surgimento ocorre, no Brasil, por meio de associações esportivas.

Percebe-se que é seminal a questão da ajuda no *coaching*. “Auxiliar pessoas” é uma constante frequentemente problematizada em discursos públicos e privados.

²¹ A história dessa palavra começa por volta do século XVI, em um vilarejo da atual da Hungria chamado Kocs, por onde as pessoas que se deslocavam entre as localidades de Viena e Budapeste tinham de passar. Como meio de transporte, foi implementado o uso de uma carruagem que foi chamada de *kocsi szekér* (“carruagem de Kocs”), tornando-se um símbolo de excelência na região. O termo foi traduzido para o alemão como *Kutsche*, para o italiano como *cocchio* e para o espanhol como *coche*. É assim que a palavra *coach* começa a ser usada para designar o transporte de uma pessoa de um lugar para outro. Com o passar do tempo, isso se relaciona com o *coaching*, sobretudo o de natureza ontológica, pois essa ferramenta busca levar as pessoas, por assim dizer, de um lugar para outro, embora não se refira a um local físico, mas a um estado mental (Pérez *et al.*, 2018).

Ela é transmitida continuamente pelos *coaches*, tanto quanto pela literatura de *self-help*. Dessa maneira, argumenta-se que o profissional de *coaching* visa ajudar as pessoas a atingir suas metas, a ter uma carreira de sucesso, a otimizar suas qualidades de autoconsciência e autorreflexão e a viver uma vida harmoniosa e sustentável. Dada a diversidade de público que objetiva atingir, um processo de permanente modulação de mensagens codificadas insere-se no bojo maior da gênese e da difusão do *coaching*. É dessa transmutação de códigos que se revela um processo que tende a consolidar um sistema de pensamento mais ou menos estável ou que, pelo menos, tenha essa pretensão (Casalotti, 2017).

Cabe ainda mencionar o impacto de um subgênero de *coaching* bastante relacionado à literatura de aconselhamento. Baseando-se em um método derivado da ontologia, corrente filosófica voltada ao estudo do ser, o *coaching ontológico* busca compreender as pessoas em seu processo de aprendizagem, de modo a ampliar o poder de ação e de interpretação que a pessoa possui de si própria. A metodologia abrange pesquisas sobre os campos da linguagem, do corpo e das emoções. Ao contrário de outras modalidades de *coaching*, que detectam nos clientes as habilidades e ferramentas a serem desenvolvidas no campo externo das relações humanas, o ontológico é focado no espectro da observação internalizada, pessoal. Trata-se de uma reflexão para o próprio sujeito, sem as interferências externas.

Como se vê, o *coaching* e, em particular, sua vertente ontológica, parecem evidenciar uma peculiaridade de nossa época, a partir do que enunciam Dardot e Laval (2016): a modelização das subjetividades em função de um *éthos* de autovalorização e de uma nova “cultura de empresa” que se propala pelos múltiplos aspectos da vida dos sujeitos, e não somente por aqueles que podem ser associados direta e exclusivamente ao mundo do trabalho.

2.2 Gêneros do discurso: regularidades formais e funcionais

A ideia de gêneros do discurso é alvo de debate desde Platão e Aristóteles, e várias de suas classificações têm aparecido ao longo dos tempos, dentre elas a tradicional dicotomia entre poesia e prosa; a categorização entre o lírico, o épico e o dramático; a contraposição entre tragédia e comédia; a teoria dos três estilos (elevado, médio e humilde), que remonta à Idade Média, além da distinção da retórica antiga

entre discursos deliberativo, judiciário e epidítico. Como se vê, a problemática dos gêneros foi matéria inicialmente da poética e da retórica clássica, mas não da linguística. Como esclarece Brandão (2004), isso se deu, em primeiro lugar, porque, na condição de ciência particular da linguagem, a linguística é um campo de conhecimento relativamente recente; além disso, porque sua preocupação, em princípio, foi com as unidades intra- e infratextuais. Ao se voltar para a arquitetura global e integrada do texto, a linguística contemporânea passou a pensar na questão da classificação. Esse fato se torna decisivo quando ela deixa de trabalhar apenas com textos literários, dedicando-se também às sistematizações teóricas sobre toda espécie de texto.

Definir *discurso* é basilar para se compreender a dinâmica dos gêneros. No entanto, complexa é a tarefa de circunscrever esse conceito, dada a multiplicidade de pontos de vista e de aspectos considerados nesse empreendimento. É-nos, por ora, bastante operacionalizável a posição assumida por Brandão (2004, p. 4), para quem o discurso refere-se a

[...] toda atividade comunicativa, produtora de sentidos, ou melhor, de efeitos de sentidos, entre interlocutores (sujeitos situados social e historicamente) nas suas relações interacionais. Pressupõe uma concepção de língua enquanto trabalho, atividade de construção de sentidos entre falantes na qual o que se diz significa em relação ao que não é dito, ao efeito que se pretende atingir; significa em relação ao lugar social de onde se diz, a quem se diz; significa em relação a outros discursos que circula(ra)m socialmente.

A autora explica ainda que o discurso se materializa linguisticamente por meio dos textos, isto é, o discurso manifesta-se sob a forma de texto. É por meio do texto que se pode entender o funcionamento do discurso (Brandão, 2004). Um texto veicula dois elementos, a saber: o conteúdo e o sentido. Enquanto o conteúdo pode ser visto como aquilo que descreve o mundo, a realidade social, o sentido constitui o efeito superveniente ao modo de se dizer o conteúdo.

O sentido, lembra Cassettari (2012), é derivado do uso da língua pelos falantes, uma vez localizados em circunstâncias específicas de produção discursiva. O sujeito de linguagem, ao enunciar, produzir textos, apresentando determinados conteúdos, indica sentidos, os quais devem ser inferidos, constituídos e (re)estruturados. O ato de produzir textos não é, nem de longe, uma atividade solitária. Trata-se, ao contrário,

de uma ação coletiva, já que prescreve, ao mesmo tempo, um conjunto de condutas do produtor, que projeta sentidos, para as quais se espera uma resposta ativa do destinatário, uma atitude responsiva, direcionando-se à compreensão e à ressignificação do sentido proposto. Além disso, o sujeito, para o autor, não detém a capacidade de refletir ou copiar, de forma exata, a realidade concreta em que se situa, mas, tão somente, refleti-la e refratá-la por meio da atividade de textualização e discursivização.

Nessa seara, é relevante mencionar a teoria desenvolvida pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin e pelo Círculo, que se sustenta na dimensão intrinsecamente social dos fatos de linguagem. O teórico considera o enunciado como um produto da interação social, determinado por uma situação material concreta, assim como pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma dada comunidade linguística. Ele insiste na diversidade das atividades sociais exercidas pelos variados grupos e, conseqüentemente, na diversidade das produções de linguagem a elas relacionadas. Segundo Bakhtin (2003), portanto, os discursos são produzidos conforme as diferentes esferas de atividade do ser humano.

Para o autor, os gêneros do discurso são inesgotáveis, embora não sejam infinitos. Eles são inesgotáveis porque capazes de se reinventar ou de constituir novas formas. Todavia, não são infinitos por serem, em uma certa conjuntura sócio-histórica, quantificáveis, ainda que essa contabilização possa restar improdutivo ou sem finalidade clara. Nessa direção, ele adverte que, “se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível” (Bakhtin, 2003, p. 283). Em cada esfera de atividade social, assim sendo, os falantes mobilizam a língua segundo gêneros de discurso específicos.

Por conta disso, Bakhtin (2003) esclarece que o desenvolvimento de novas esferas de atividade humana implica a formação de novos gêneros, com finalidades discursivas específicas. Tal diversidade levou o filósofo a separar os gêneros do discurso em *primários* e *secundários*. Os gêneros primários compreendem situações comunicativas cotidianas, espontâneas, informais, que sugerem uma comunicação imediata. São exemplos de gêneros primários a carta, o bilhete e a conversa. Os gêneros secundários, em geral mediados pela escrita, emergem em circunstâncias

comunicativas mais elaboradas, como no teatro, no romance, na tese científica, na conferência. Destaca-se que a essência dos gêneros é a mesma, isto é, tanto os gêneros primários quanto os secundários são compostos por fenômenos da mesma ordem, os enunciados verbais. O que os distingue, entretanto, é o nível de complexidade em que se apresentam.

Para estabelecer a classificação de um gênero discursivo, que define como “*tipos relativamente estáveis* de enunciados”, ligados às diferentes esferas de utilização da língua, Bakhtin (2003, p. 279; grifo do original) enumera alguns aspectos por ele considerados fundamentais: a *construção composicional* (a estrutura formal), o *conteúdo temático* (*grosso modo*, o assunto) e o *estilo verbal* (vocabulário, composição frasal). Essas propriedades estão fortemente relacionadas entre si e se determinam em função das especificidades de cada esfera de comunicação.

Paralelamente à visada crítico-dialógica proposta por Bakhtin, pretendemos destacar outra perspectiva sobre gêneros do discurso, integralmente inserida no escopo da análise do discurso francesa, “lugar” de onde enunciamos. Trata-se da abordagem de Dominique Maingueneau. O conceito de gênero de discurso aparece pela primeira vez na obra desse autor em *Nouvelles tendances en analyse du discours* (1987, França), cuja primeira edição no Brasil data de 1989. No entanto, somente em 1992 é que ocorre a primeira tradução brasileira – feita a partir do francês – do texto bakhtiniano *Estética da criação verbal*, em que está incluído o capítulo sobre gêneros do discurso. Quando o conceito é apresentado na obra de Maingueneau, o autor tem por fundamento *Le principe dialogique*, de Tzvetan Todorov (1981, França). Nesse mesmo livro, ao expor o conceito de *heterogeneidade constitutiva*,²² Maingueneau vincula-o ao princípio do dialogismo de Bakhtin, mas sustenta-se, ao mesmo tempo, em Todorov.

Nas *Novas tendências*, Maingueneau (1997) estabelece importantes apontamentos a respeito dos gêneros. Argumenta que a concepção desse conceito é de delicada manipulação, já que, com certa regularidade, os gêneros se encaixam uns nos outros. Em direção ao que foi defendido por Bakhtin (2003), assevera que a lista

²² A noção de heterogeneidade constitutiva foi primeiramente elaborada por Jacqueline Authier-Revuz. Segundo a autora, “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso Outro’. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso” (Authier-Revuz, 2004, p. 69).

de gêneros é indeterminada em sua própria essência, dado que eles variam de acordo com os lugares, a época e as coerções próprias de cada circunstância (Maingueneau, *ibidem*). Além disso, ele busca estabelecer uma distinção técnica entre *gênero de discurso* e *tipo de discurso*: enquanto o gênero refere-se aos “dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos [como] os *faits divers*, o editorial, a consulta médica, o interrogatório policial, os pequenos anúncios, a conferência universitária, o relatório de estágio etc.” (Maingueneau, 1998, p. 73), o tipo de discurso tem maior alcance semântico, aludindo ao estatuto pragmático a que pertence determinado texto (tipo de discurso religioso, político, publicitário).²³

Na obra *Elementos de linguística para o texto literário* (publicado no Brasil em 1996), Maingueneau volta a destacar que os gêneros só podem ser definidos se dispostos em relação a seu substrato sócio-histórico. Nota-se, uma vez mais, a ênfase que o autor atribui à dimensão extralinguística, o que distingue seu trabalho daqueles que priorizam o estudo dos gêneros, sobrevalorizando suas características formais (Cavalcanti, 2013).

Por sua vez, em *Análise de textos de comunicação* (publicado no Brasil pela primeira vez em 2001), Maingueneau assinala um determinado número de competências necessárias ao processo de leitura, ressaltando a *competência genérica*. Sobre esta última comenta que

[...] mesmo não dominando certos gêneros, somos geralmente capazes de identificá-los e de ter um comportamento adequado em relação a eles. Cada enunciado possui um certo estatuto genérico, e é baseando-nos nesse estatuto que com ele lidamos: é a partir do momento que identificamos um enunciado como um cartaz publicitário, um sermão, um curso de línguas etc., que podemos adotar em relação a ele a atitude que convém. Sentimo-nos no direito de não ler e de jogar fora um papel identificado como folheto publicitário, mas guardamos um atestado médico a ser entregue a nosso chefe (Maingueneau, 2013a, p. 48).

²³ Com a formulação da teoria das três cenas da enunciação, Maingueneau faz equivaler o tipo de discurso ao conceito de *cena englobante*, relacionada ao tempo e ao espaço, já que surge da necessidade da sociedade, e é fundamental para que se possa interpretar o discurso, tendo em vista a finalidade de sua organização (Maingueneau, 2008). Preferimos, no entanto, utilizar o termo *domínio*, para evitar confusões com os tipos (narrativo, descritivo etc.). A cena englobante, porém, não é suficiente para explicitar as atividades discursivas nas quais se encontram os sujeitos (Maingueneau, 1996b), de modo que o coenunciador precisa discernir outro nível discursivo: o da *cena genérica*, por sua vez correlato da noção de gênero do discurso. A terceira cena é a *cenografia*, que constitui aquilo com que o leitor se confronta diretamente no texto (Maingueneau, 2013a).

Pode-se depreender que, para Maingueneau (2015), essa competência genérica só se efetiva pela capacidade de o sujeito falante assimilar as normas que são constitutivas do gênero do discurso e que dizem respeito ao estatuto dos parceiros do ato comunicativo (seus papéis como enunciador e coenunciador); a maneira como se constrói o espaço e o tempo enunciativamente; a finalidade do discurso; a forma como o texto se compõe e estabelece relações entre suas estruturas internas; os recursos linguísticos utilizados; e também o suporte e a forma em que o discurso circula.

No que concerne à tipologia discursiva, D. Maingueneau vem propondo uma diferenciação entre *gêneros conversacionais* e *gêneros instituídos*, que se aproxima daquela aludida por Bakhtin (2003) entre gêneros primários e secundários. Segundo Maingueneau (2006), embora nesses dois regimes haja práticas comunicacionais fronteiriças (que instauram uma complementaridade), eles satisfazem a lógicas distintas. Logo, diferentemente dos gêneros instituídos, que recobrem os gêneros autorais (literários, filosóficos etc.) e rotineiros (os que permeiam nosso dia a dia: consulta médica, entrevista, debate televisionado, aula etc.) e para os quais “a noção de gênero de discurso é plenamente válida” (Maingueneau, 2015, p. 113), os gêneros conversacionais não mantêm forte relação com lugares institucionais e tampouco apresentam papéis e roteiros relativamente estáveis; sua composição e sua temática são geralmente bastante instáveis, e seu quadro se transforma de maneira incessante, visto que, sobre a enunciação, operam coerções locais e horizontais, compreendidas como estratégias de negociação que se estabelecem entre os interlocutores. Esse modo de funcionamento implica dificuldades para a categorização das interações conversacionais em gêneros bem delimitados.

Além disso, o autor tem tratado em diferentes obras (Maingueneau, 2005, 2010, 2015) de uma categoria relevante para o estudo dos gêneros do discurso na atualidade, por ele denominada *hipergênero*. Com esse conceito, ele busca dar conta das regularidades discursivas que não são capazes de se amoldar a um gênero contextualmente demarcado, “territorializado”.

O hipergênero é conceituado, portanto, como fenômeno que, de certa forma, abrange uma categoria ordenada de gêneros, compondo assim uma totalidade textual-discursiva. A estruturação composicional e o funcionamento dessa macrounidade genérica são disciplinados por convenções textuais e discursivas

razoavelmente consolidadas. É preciso salientar, porém, que essas convenções, assim como aquelas aplicadas ao gênero, são apenas *relativamente estáveis*, o suficiente para que o hipergênero seja socialmente reconhecido como uma extensão textual unificada, e não um simples aglomerado de textos. Maingueneau (2010, p. 131) afirma, a respeito dos hipergêneros, que eles “não sofrem restrições sócio-históricas: eles apenas enquadram uma larga faixa de textos e podem ser usados durante longos períodos e em muitos países. As restrições que eles impõem são muito pobres”.

Um *blog*, por exemplo, deve ser considerado um hipergênero, justamente por haver *blogs* dos tipos mais diversos ligados a diferentes gêneros do discurso (diário pessoal, diário de viagens, notícias, resenhas de filmes e livros etc.). Como frisam Freitas e Pereira (2015), com essa visão de hipergênero, Maingueneau expande a concepção de Bakhtin sobre os gêneros, que, na época do pensador russo, baseavam-se em um mundo no qual o mídiun impresso predominava.

2.3 Manual de aconselhamento como categoria genérico-discursiva

O manual de aconselhamento, localizável como gênero editorial de “autoajuda”, configura-se, sob nossa ótica, como um gênero do discurso que emerge da intersecção entre comunicação social, psicologia popular e práticas culturais contemporâneas. Enraizado na permanente busca por soluções para os desafios pessoais e interpessoais da vida (hiper)moderna, o manual oferece orientações, conselhos e narrativas de superação, visando auxiliar os leitores na consecução do bem-estar emocional, do desenvolvimento pessoal e da autorrealização. A investigação do manual de aconselhamento enquanto gênero do discurso possibilita a análise das complexas relações entre linguagem e identidade, bem como a compreensão de sua influência na construção de significados e práticas sociais contemporâneas.

Marín-Díaz (2015) expõe alguns traços que caracterizariam, do ponto de vista enunciativo, as obras de aconselhamento estudadas por ela. Entre eles, podem ser citados: o recurso a fábulas ou contos que operam como metáforas para a avaliação de comportamentos e para suas eventuais mudanças; as citações sobre a atuação profissional-acadêmica que legitimam a autoridade dos escritores; as listas de

caracterização de tipos de personalidades e condutas; as listas de sugestões de atividades práticas para o treino de hábitos; o manejo intensivo de enunciados morais de valor proverbial como verdades universais a serem assimiladas ou como princípios para a condução da vida; os testemunhos de experiências de vida para exemplificação ou validação dos conselhos e exercícios a serem seguidos; e a enunciação direta ao público-alvo das obras, impondo um tom confidencial e próximo entre o enunciador e o destinatário.

Para a autora, a aprendizagem e a exercitação de si (referentes à orientação pedagógica de produções discursivas da *self-help*), tanto quanto a aprendizagem de saberes institucionalizados (referentes às práticas pedagógicas escolares) requerem, atualmente, uma perspectiva de autorreflexão e autoavaliação pessoal sobre a identidade, sobre os interesses, sobre as habilidades, sobre os conhecimentos, sobre as necessidades, sobre as lacunas de saber específicos a cada sujeito, visão que se aproxima da concepção de individualismo líquido-moderno em Bauman (2001b).

De sua parte, Ribeiro (2018) destaca como um dos traços semânticos desse gênero do discurso a manifestação recorrente da certeza, que se evidencia por meio de verbos em configuração afirmativa e sem auxílio de operadores de modalização, com o objetivo de imprimir credibilidade, já que a afirmação visa promover efeito de verdade. Outra marca desse discurso, na análise da autora, seria a utilização massiva do verbo *poder*, não no sentido de “possibilidade” ou “habilidade”, mas sim no de “capacidade”, atributo que o indivíduo deve angariar para atingir seus objetivos. Aproximando-se do que afirma Sobral (2006), Ribeiro (2018) entende que o discurso de *self-help* se mune de outros gêneros com o intuito de reforçar o que é dito. Dessa maneira, por meio de esquemas, ilustrações, citações de fontes diversas (como textos sagrados ou literários), esquemas narrativos etc., o enunciador visa reforçar a tese de que o sucesso e a realização acontecem para aqueles que têm fé em si e que se esforçam.

Gonçalves (2015), dentre outros estudiosos, advoga uma aproximação entre gêneros do discurso e o conceito de *éthos*.²⁴ Ele propõe que o gênero discursivo

²⁴ Proveniente da retórica clássica, a noção de *éthos* foi retomada e desenvolvida por diferentes estudiosos no campo da análise do discurso de linha francesa, com destaque para Maingueneau. Segundo ele, “todo discurso, oral ou escrito, supõe um *éthos*; implica uma certa representação do corpo de seu *responsável*, do enunciador que se responsabiliza por ele. [...]. Atribuímos a ele [enunciador], dessa forma, um *caráter*, um conjunto de traços psicológicos (jovial, severo, simpático...) e uma

institui “um espaço enunciativo para a imagem e o caráter dos interlocutores serem construídos e fabricados por meio de um jogo linguístico através do qual os parceiros dessa interação legitimam sua identidade” (Gonçalves, 2015, p. 1181). A constituição do *éthos* estaria ligada, desse modo, à propriedade interacional dos atos de comunicação e seria marcada pelos mecanismos genérico-discursivos envolvidos no processo. Karwoski (2009) apresenta uma posição parecida, segundo a qual os enunciados não seriam produzidos aleatoriamente, mas sim a partir dos gêneros existentes que moldariam as intenções da atividade comunicativa. Para o autor, o gênero do discurso corresponde a uma força sociorretórica que constrange o enunciador e, ao mesmo tempo, se mostra como uma ferramenta de legitimação do discurso frente ao destinatário. É no interior dessa cena genérica que a imagem do enunciador, ou seja, o *éthos*, é engendrada (Vidal, 2018).

Discini (2009), por seu turno, emprega a expressão *estilística discursiva*, em oposição às concepções de estilo mais preocupadas com a individualidade da escrita de um autor enquanto sujeito psicossocial. A pesquisadora identifica uma relação intrínseca entre *éthos* e a noção bakhtiniana de estilo (verbal), ao sugerir que a elaboração de um *éthos*, quando se torna recorrente, isto é, quando apresenta atos semelhantes de dizer, consolida-se como estilo de um gênero discursivo.

Em Brunelli (2004), constatamos que, de modo geral, o discurso do manual de aconselhamento destina-se a passar, de uma forma simples e objetiva, um ensinamento ligado a alguma das necessidades do indivíduo contemporâneo (como ser feliz, obter sucesso profissional, educar os filhos para serem bem realizados na vida, conquistar o parceiro ideal etc.). No trabalho citado, observa-se que o *éthos* do enunciador das obras de aconselhamento comportamental que tematizam o sucesso profissional e financeiro e que são destinadas ao público adulto, em geral, é o *éthos* do *self-made-man*, isto é, não se trata apenas da pessoa de sucesso, mas especialmente de alguém que conquistou o sucesso acreditando em seu próprio potencial e trabalhando por seus projetos. Desse modo, predominam também os *éthe* da pessoa otimista, que acredita em seus sonhos, e da pessoa objetiva e focada; por isso, o discurso, via de regra, é direto e marcado por um tom de certeza e convicção.

corporalidade (um conjunto de traços físicos e indumentários)” (Maingueneau, 1998, p. 60). Trabalharemos mais detidamente sobre os desdobramentos da categoria do *éthos* na seção a respeito do dispositivo de análise.

A autora esclarece que o discurso de aconselhamento comportamental pode ser compreendido como um sistema de orientações, de direcionamentos, e não um apelo à reflexão, isto é, refere-se a um discurso que não se propõe a debater as causas dos problemas das pessoas, mas a dizer o que as pessoas precisam fazer para resolvê-los. Para isso, coloca-se à disposição um conjunto de enunciados que dirigem o coenunciador na trajetória para o sucesso, paralelamente a um conjunto relativamente restrito de teses ou princípios (que se atualizam constantemente por meio de paráfrases ou repetições). Diante disso, Brunelli (2018, p. 5) afirma que o manual de aconselhamento funciona como um “manual de sobrevivência para o indivíduo pós-moderno [sic]”, dispensando as discussões de suas proposições ao tomá-las como verdades estáticas e como orientações a serem seguidas e não questionadas. É por essa razão que as obras de aconselhamento se apresentariam como uma antologia de “dicas” ou como “uma receita” a ser adotada rumo a um objetivo determinado.

Dado que o discurso de aconselhamento, independentemente do assunto abordado e do público visado, sempre se destina a passar algum tipo de orientação, pode-se inferir que ele é um discurso de evidente caráter didático, o que se confirma mediante a existência de enunciados que expressam alguma orientação, seja por meio de um tom autoritário, caso em que as orientações se manifestam como ordens a serem seguidas, seja por meio de uma vocalidade mais didática; nesse último tipo, as orientações aparecem sob a forma de ensinamentos, sugestões, dicas, recomendações (Brunelli, 2018).

2.4 Metodologia

2.4.1 Seleção e delimitação do corpus

Um conjunto de três obras foi selecionado para integrar o corpus deste estudo a partir de alguns requisitos, que apresentaremos a seguir. Em fevereiro de 2024, utilizamos o mecanismo de busca de produtos do *website* brasileiro de uma organização multinacional de *e-commerce*, considerada a segunda plataforma digital

de varejo mais acessada no país em janeiro de 2024.²⁵ Foi realizada uma pesquisa genérica com os descritores “ansiedade” e “autoajuda”,²⁶ a partir da qual foi obtida uma listagem com diferentes materiais editoriais.

Os seguintes critérios de inclusão e exclusão foram aplicados à listagem dos títulos resultantes da busca: (i) produções cujo tema principal seja “ansiedade” ou “transtornos de ansiedade”; (ii) produções destinadas ao público adulto em geral; (iii) produções redigidas em língua portuguesa; (iv) produções cujo autor principal tenha nacionalidade brasileira; (v) produções organizadas da maior para a menor quantidade de avaliações individuais dos consumidores sobre elas; (vi) produções com edição mais recente publicada no Brasil em 2014 ou a partir dessa data; (vii) produções cujos autores principais sejam necessariamente distintos entre si; e (viii) produções cujos autores não tenham declarado publicamente possuir a mesma formação ou identidade acadêmico-profissional.²⁷

Operacionalizados tais parâmetros, a obra *Ansiedade: como enfrentar o mal do século* (2014, 160 p.), do médico psiquiatra Augusto Jorge Cury, com 12.691 avaliações dos clientes, figurou como o primeiro item a atender a todos os critérios. Em seguida, selecionamos as obras *Toda ansiedade merece um abraço* (2023, 192 p.), do psicólogo e psicoterapeuta Alexandre Coimbra Amaral, com 316 avaliações dos clientes; e *Como controlar e vencer a ansiedade?* (2018, 144 p.), do teólogo e filósofo Adriano Zandoná, com 315 avaliações dos clientes da varejista Amazon. No presente trabalho, os capítulos que analisam cada uma das obras selecionadas foram organizados conforme a cronologia de publicação: primeiramente, Cury (2014); em

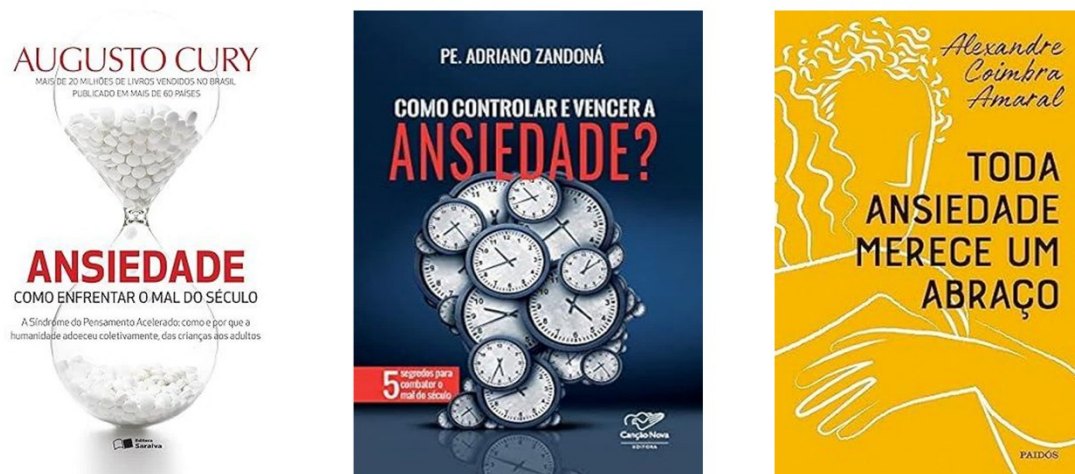
²⁵ Segundo o *website* Semrush, a URL *amazon.com.br* recebeu 285,58 milhões de visitas no mês de janeiro de 2024, atrás apenas de *mercadolivre.com.br*, com 315,37 milhões de acessos no mesmo período. Disponível em: <https://pt.semrush.com/trending-websites/br/retail>. Acesso em: 01 mar. 2024.

²⁶ O vocábulo *autoajuda* foi utilizado na busca por se tratar do termo utilizado pelo sistema de indexação do banco de dados de *amazon.com.br* para se referir a títulos que, neste estudo, consideramos manuais de aconselhamento comportamental, como já foi explicado.

²⁷ Esse critério foi determinado em virtude da hipótese segundo a qual a formação acadêmica e a atividade ocupacional dos autores podem ter impacto na organização linguístico-discursiva das obras, sobretudo no âmbito do *modo de enunciação*. Conforme assevera Maingueneau (2014, p. 17), o *éthos* é “uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa conjuntura sócio-histórica”. Com base nessa proposição, privilegiamos a seleção de autores cuja origem acadêmico-profissional seja diversa. Tais informações foram obtidas por diferentes meios: perfis dos autores na Plataforma Lattes e na rede social corporativa LinkedIn, banco de dados do Conselho Federal de Medicina do Brasil (CFM) e *website* da emissora de televisão católica Canção Nova.

seguida, Zandoná (2018); e, por fim, Amaral (2023). As respectivas capas desses materiais encontram-se representadas na Figura 4.

Figura 4: Capas dos manuais que compõem o corpus



Fonte: Acervo pessoal do autor.

2.4.2 Dispositivo de análise

Este estudo classifica-se como pesquisa essencialmente qualitativa (Severino, 2016) e de cunho comparativo (Rebouças; Leite; Marques, 2016), propondo-se a uma observação descritivo-compreensiva dos fenômenos discursivos que buscamos identificar.

Nosso alicerce teórico-metodológico é a proposta da *semântica global* (Maingueneau, 2005), inscrita no quadro das tendências francesas da análise do discurso (ADF). Como aportes complementares, destacam-se as contribuições teóricas advindas de Ruth Amossy (Amossy, 2016; Amossy; Pierrot, 2022, sobre *éthos* e estereótipos), de Patrick Charaudeau (2006, 2007, 2009, 2010a, sobre *éthos*, patemização e modos de organização do discurso) e do próprio Dominique Maingueneau (2008, 2013a, 2014a, 2014b, 2015, 2020, sobre *éthos*, posicionamento discursivo, cenas da enunciação e enunciação aforizante).

Quanto ao modelo da semântica global, considerando que mesmo Maingueneau (2005) admite que não haver uma ordem preestabelecida para a aplicação dos planos, julgamos pertinente examiná-los nesta ordem, apenas para

buscar uma certa uniformidade nas análises, já que os planos não são estanques, mas frequentemente se atravessam: (i) *estatuto do enunciador e do coenunciador*; (ii) *temas*; (iii) *intertextualidade*; (iv) *vocabulário*; (v) *modo de coesão*; (vi) *dêixis enunciativa*; e (vii) *modo de enunciação*. Além disso, como se verá na próxima seção, esses planos serão assumidos com certa liberdade em relação à proposta original do autor, de modo a complementar e enriquecer as análises.²⁸

2.4.3 Semântica global: uma proposta de análise do discurso

A partir da segunda metade do século XX, consolidou-se o entendimento de que o formalismo imanentista, característico das abordagens clássicas em ciências da linguagem, não era suficiente para dar conta dos múltiplos fenômenos que envolviam essa dimensão humana. Sobretudo com o advento da pragmática, a linguística contemporânea passou a se preocupar cada vez mais com o estudo da língua em uso. A análise do discurso representa, de certa forma, uma continuidade dessa tendência, constituindo-se um campo interdisciplinar por sua própria natureza.

É digno de nota que o termo *análise do discurso*, cunhado por Zellig S. Harris em 1952, tornou-se disciplina organizada logo na década seguinte. No entanto, destaca-se que a análise do discurso não se apresentava como um projeto único nesse período; pelo contrário, ela se desenvolveu de formas distintas nos Estados Unidos e na França, incorporando, ao longo do tempo, elementos de outras disciplinas, a exemplo da linguística do texto (Maingueneau, 2015).

Ainda segundo o autor, foi na França que a ADF teria se desenvolvido de maneira mais notável, especialmente a partir das publicações da revista *Langages*, número 13, e do livro de Michel Pêcheux intitulado *Análise automática do discurso*, ambos de 1969. Nesse mesmo ano, Michel Foucault publicaria a obra *Arqueologia do saber*. Essas e outras produções foram fundamentais para trazer o discurso como ponto central de reflexão, embora apresentassem abordagens significativamente distintas entre si.

²⁸ Em conferência proferida em 4 de fevereiro de 2022, Marie-Anne Paveau, seguindo Jean-Michel Adam, fala em “importação teórica”, o que implica “retrabalhar” a proposta de um dado autor para adequá-la às necessidades de uma nova pesquisa e/ou de um novo corpus (Paveau, 2022), orientação que seguimos aqui.

Entre os mais reconhecidos pesquisadores em ADF na atualidade, tem relevo a figura de Dominique Maingueneau, professor (hoje aposentado) de ciências da linguagem na Universidade Paris IV-Sorbonne. Sua vasta obra, desenvolvida desde os anos 1980, tem grande repercussão em países de língua neolatina, como o Brasil, e se ancora nas contribuições do pensamento foucaultiano, da pragmática e das teorias enunciativas de base francófona, além de outros estudos.

De acordo com Maingueneau (2005), existe um sistema de elementos coercitivos presentes em um discurso, que resulta no que ele chama de *semântica global*. Esta se compõe de um conjunto de planos, que governam todas as dimensões do discurso, seja na ordem do enunciado, seja na da enunciação. O autor propõe que tanto a produção quanto a disseminação dos discursos em uma determinada conjuntura estão organizadas de acordo com sistemas de restrições semânticas específicas para cada *posicionamento discursivo*. Nesse contexto, posicionamento se refere a um lugar específico de produção discursiva que abrange tanto as operações que levam a certa identidade enunciativa quanto à própria identidade em si, o que se pode entender como *formação discursiva* (FD), conceito caro às abordagens analítico-discursivas francesas de primeira geração.²⁹

Supera-se, com isso, a visão de que a significação de um texto estaria concentrada especificamente nos signos ou nas sentenças, visto que essa semântica global fornece “regras” de funcionamento para todas as instâncias do discurso, sendo impossível trabalhar com a perspectiva de que há um lugar privilegiado de constituição de sentidos. Disso resulta a objeção à ideia de superfície textual como mera materialização de um significado que teria origem em outro espaço (Fossey, 2006).

De acordo com a semântica global, o corpus é examinado a partir de sete planos discursivos, que mantêm entre si relação de interdependência e não de hierarquia (Maingueneau, 2005). A dimensão da *intertextualidade*, por exemplo,

²⁹ No prefácio à edição brasileira, Maingueneau (2005) admite que usou a ideia de FD de maneira frouxa no original francês, apontando sua preferência posterior pela noção de *posicionamento discursivo*. Neste trabalho, porém, utilizaremos tanto FD quanto posicionamento discursivo sem nos preocuparmos em estabelecer uma distinção rígida entre essas noções. Ainda a esse respeito, é-nos bastante proveitosa a conceituação de Pruinelli (2020), para quem a formação discursiva é a própria manifestação, no fio do discurso, de uma determinada formação ideológica. Com base em Jean-Jacques Courtine, a autora afirma que a FD é a matriz de sentidos que determina o que o sujeito pode e deve dizer e também o que não pode e não deve dizer. Espaço onde se estabelece a constituição dos sentidos do discurso, as FDs derivam de condições de produção específicas, revelando, na concepção de Pêcheux (2009), a dimensão assujeitada do enunciador.

refere-se à maneira pela qual o campo discursivo, ao qual se vincula um dado discurso, cita os discursos anteriores do mesmo campo, mas também os de outros campos discursivos.

Para Maingueneau (2005), o *intertexto* refere-se ao conjunto de fragmentos textuais citados efetivamente em um texto; por sua vez, a *intertextualidade* consiste nos tipos de relações textuais definidas pela competência discursiva como legítimos e aceitáveis. Já Fiorin (2014) aponta para a dificuldade de se delimitar uma fronteira entre os conceitos de intertextualidade e de interdiscursividade. Para ele, a intertextualidade implicaria um processo de incorporação de um texto no outro, para reproduzir seu sentido ou para alterá-lo, enquanto a interdiscursividade responderia pelo processo mais amplo de articulação entre discursos. Dada a dificuldade apontada por Fiorin (2014), nossa abordagem da intertextualidade nas obras examinadas será articulada à da *interdiscursividade*, ou seja, às FDs que atravessam o texto, considerando, com Maingueneau (2013a, 2015), que o discurso se constitui no bojo do interdiscurso.

O plano do *vocabulário* remete não exatamente à atribuição de terminologias intrínsecas a tal ou qual discurso, já que os mesmos lexemas podem ser explorados de forma até mesmo contraditória por diferentes discursos. O que interessa ao analista, portanto, é o modo como cada discurso elabora seus processos de significação a partir das palavras, podendo algumas delas adquirir um estatuto privilegiado (pontos de cristalização semântica). Assim, a palavra não é uma unidade de análise pertinente para Maingueneau (2005). Lara (2021, 2023), porém, defende a importância de se examinar como as palavras chamam umas às outras, formando redes.

Por sua vez, os *temas* que povoam o discurso constituem outro plano analítico relevante. Para a abordagem desse plano, as restrições do campo discursivo determinam as possibilidades temáticas no interior dos discursos, instituindo temas impostos (aqueles que não podem faltar a um discurso para que ele seja bem aceito) e específicos (próprios a um dado discurso). O que importa, de qualquer forma, não é o tema em si mesmo, mas o tratamento semântico que ele recebe em um dado discurso.

O *estatuto do enunciador e do coenunciador*³⁰ constitui outro plano discursivo da semântica global. Para essa teoria, o discurso opera a relação entre os agentes de linguagem ao definir o estatuto que o enunciador deve conferir a si mesmo e o estatuto que deve conferir ao coenunciador para validar sua fala.

A *dêixis enunciativa*, por seu turno, é o plano que se refere à cena e à cronologia que o discurso elabora para legitimar-se (Maingueneau, 2005); não se trata propriamente de uma dêixis espaciotemporal linguisticamente demarcada por datas e locais precisos, mas do resultado de um processo de construção enunciativa do lugar e do tempo. A exemplo dos trabalhos de Lara (2021, 2023, entre outros), (re)introduzimos a categoria de *pessoa* na dêixis enunciativa proposta por Maingueneau (*ibidem*), pois também nos interessa verificar como essa categoria se constrói no discurso dos manuais (predominância de certas pessoas em detrimento de outras; deslizamentos entre pessoas etc.).

Nos trabalhos mais recentes de Maingueneau (2013a, 2015, por exemplo), tanto os sujeitos da atividade de linguagem quanto a dêixis acham-se no interior de uma perspectiva de *cenografia enunciativa*, metáfora teatral utilizada pelo autor para dar conta dos mecanismos de composição e de relações simbolicamente organizadas entre os coenunciadores (subjetividades), as topografias (espacialidades) e as cronografias (temporalidades) agenciadas no discurso (Souza-e-Silva, 2015).

Passemos ao *modo de coesão*. Por esse plano, busca-se observar como o discurso constrói suas redes de remissões internas (recortes discursivos, encadeamentos), ou seja, como se dá sua construção interfrástica. Conforme Maingueneau (2005), cada FD (ou posicionamento discursivo) tem uma maneira própria de construir seus parágrafos e capítulos, além de formas típicas de argumentar e de se movimentar entre um tema e outro. Por essa razão, na análise dos textos, articularemos o *modo de coesão* (Maingueneau, 2005) aos *modos de organização do discurso* (Charaudeau, 2009).

Por fim, citamos o *modo de enunciação*, o qual se refere à *maneira de dizer* particular revelada pelo discurso, que remete a uma *maneira de ser*. Ainda que escrito,

³⁰ No lugar de *destinatário*, termo mencionado por Maingueneau em *Gênese dos discursos* (2005), optamos por utilizar *coenunciador*, em consonância com a terminologia mais recentemente adotada por ele (ver Maingueneau, 2013a, 2015), conforme consta na nota 2. Manteremos, porém, o termo *destinatário* (ou *interlocutor*) quando se tratar de outros autores que empregam tais termos.

o discurso tem uma “voz” fictícia, que é fiadora de um *caráter* e de uma *corporalidade* projetados por quem enuncia, conforme afirma Lara (2020), citando Maingueneau (2005).

O modo de enunciação representa o que o autor associará, em obras posteriores, ao conceito de *éthos retórico*. A palavra tem origem no grego antigo, significando “caráter”, “costume” ou “hábito”. Na retórica aristotélica, o conceito de *éthos* fazia alusão a uma das três provas argumentativas utilizadas pelos oradores para influenciar a audiência e promover adesão ao discurso. Essas três provas argumentativas, conhecidas como os pilares da retórica, são o *éthos*, o *páthos* e o *lógos*.³¹

O *éthos* está diretamente relacionado à credibilidade e à autoridade do orador. Para Aristóteles (2005, p. 96), ele “constitui praticamente a mais importante das provas”. É a imagem ou o caráter que o orador apresenta ao público durante o discurso. A ideia é que, ao demonstrar virtudes como sabedoria, honestidade, integridade, competência e boa vontade, o orador adquire a confiança da audiência e, assim, torna seus argumentos mais persuasivos.

Para Maingueneau (2020), se o conceito de *éthos* desperta atualmente tanto interesse é indubitavelmente devido ao fato de estar envolvido com forças que transcendem não apenas a ADF, mas também as ciências humanas e sociais em geral. Tais forças incluem a crise de representação, a hegemonia da publicidade e o avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação. Segundo o autor, a atenção tem se redirecionado das doutrinas e dos dispositivos associados a elas para a representação de si. As novas condições de produção do discurso estabelecem o imperativo da *encarnação*: toda convicção e toda identidade deve ser vinculada a uma certa manifestação do corpo em movimento. Nesse sentido, o *éthos* revela-se uma ferramenta inestimável para a análise do discurso, pois está alinhado a seus interesses essenciais. Com efeito, o *éthos* está em sintonia com o contínuo esforço

³¹ Na retórica aristotélica, as provas argumentativas do *lógos* e do *páthos* desempenham papéis distintos e complementares na persuasão. O *lógos* refere-se à lógica e à razão do discurso, fundamentado em argumentos racionais, em evidências e na estrutura coerente do raciocínio, buscando convencer o auditório pela clareza e pela força das ideias apresentadas. Já o *páthos* apela às emoções do público, visando influenciar seus sentimentos para gerar uma resposta emocional que fortaleça a persuasão.

Fato é que, a partir do *éthos*, o coenunciador pode construir uma representação do enunciador, por meio de diversos índices fornecidos pelo texto. O enunciador, por sua vez, assume o papel de *fiador*, de responsável pelo que é dito. Nesse sentido, o primeiro elemento que constitui o *éthos* discursivo é uma “voz”, que transcende a oposição entre o oral e o escrito. Não se trata, pois, de conceber o escrito como uma oralidade enfraquecida, como se fosse o “vestígio, o pálido reflexo de uma oralidade original”, mas de entender que há uma voz específica que habita a enunciação. É a essa vocalidade que Maingueneau (1997, p. 46) prefere chamar de *tom*, “na medida em que seja possível falar do ‘tom’ de um texto da mesma forma que se fala de uma pessoa”.

Afastando-se de uma interpretação psicologicista de *éthos*, “de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir em seu auditório” (Maingueneau, 1997, p. 45), o autor acredita que o *éthos*, como fenômeno inserido em uma determinada formação discursiva, se impõe àquele que, dentro dela, assume uma posição de enunciação (Brunelli, 2004). É por essa razão que o *éthos* se constitui em um dos elementos submetidos às coerções semânticas que governam o interdiscurso (Maingueneau, 2005).

O tom, a propósito, não é um atributo etótico exclusivo da oralidade. Mesmo quando o discurso escrito não o admite, é a presença do tom que lhe confere autoridade. Ele propicia ao leitor forjar uma representação do corpo do enunciador, e não, obviamente, do corpo do autor real (Maingueneau, 2013a). O fiador, como se vê, condensa em si uma *corporalidade*, que corresponde a uma compleição física e também a uma forma de se vestir e de se movimentar no tecido social, mas igualmente um *caráter*, que se refere a um conjunto de traços psicológicos (Maingueneau, 1998) mais ou menos identificáveis, como vimos na introdução deste manuscrito.

Em nosso estudo, buscamos trabalhar com as várias vertentes do *éthos efetivo*, priorizando o *éthos* discursivo mostrado, já que ele se compatibiliza mais facilmente com o modo de enunciação, tal como Maingueneau o define no âmbito de sua semântica global (ver Lara, 2021, 2023). Como se perceberá, contudo, o *éthos* dito é um fenômeno de bastante relevo nos manuais de aconselhamento, e sua expressão não é negligenciada na análise que empreenderemos.

Em algumas de suas reflexões, Maingueneau (por exemplo, 2016b)³² também vem destacando a importância de classificar as expressões etóticas com base em aspectos paradiscursivos. Nessa direção, identificam-se três dimensões do *éthos* (categórica, experiencial e ideológica), que variam em intensidade dependendo dos textos considerados:

- A dimensão *categórica* engloba uma variedade de elementos. Pode envolver papéis linguísticos ou *status* fora do discurso. Os papéis linguísticos estão relacionados à atividade verbal: animador, contador de histórias, pregador... Os *status* extralinguísticos podem ser diversos: pai de família, funcionário, médico, agricultor, americano, solteiro etc.;
- a dimensão *experiencial* do *éthos* refere-se a características sociopsicológicas estereotipadas, associadas às noções de incorporação e mundo etótico: senso comum e tranquilidade do agricultor, dinamismo do jovem empreendedor, entre outros;
- a dimensão *ideológica*, por sua vez, diz respeito a posicionamentos dentro de um campo: feminista, de esquerda, conservador, anticlerical, no campo político; romântico ou naturalista, no campo literário, se se trata de um adepto de uma corrente teórica ou de outra etc.

Essas três dimensões interagem de forma significativa. O agricultor (dimensão categórica) compartilha afinidades estereotipadas com o senso comum (dimensão experiencial) e o conservadorismo (dimensão ideológica); o cabeleireiro ou estilista (dimensão categórica) sugere, no interior da cultura ocidental, um comportamento afeminado (dimensão experiencial) etc.

De acordo com o teórico francês, a lista de atributos que podem ser considerados para caracterizar um *éthos* é, em princípio, aberta (Maingueneau, 2016b). No entanto, sem expressá-la explicitamente, na maioria das vezes os analistas selecionam de forma rigorosa os elementos que consideram relevantes com base no gênero e no tipo (ou domínio) do discurso. Ao se estudarem anúncios de *websites* de relacionamento, são privilegiados os atributos de natureza psicológica ou comportamental (culto, esportivo, simples) relacionados ao *status*: parisiense, solteiro,

³² Originalmente, o artigo foi publicado com o título “Retour critique sur l’ETHOS”, na revista *Langage & Société: ETHOS discursif*, n. 149. Paris (França): Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 2014, p. 31-48.

aposentado... Por outro lado, ao lidar com o gênero político eleitoral, o analista dará primazia inicialmente aos atributos relacionados ao posicionamento ideológico (de direita, pró-europeu, anarquista) e os atributos psicológicos pertinentes (competência, autoridade, honestidade, coragem).

Maingueneau (1997, 2020, entre outros) aponta ainda um conceito relevante para a compreensão das imagens de si no discurso: trata-se da noção de *antiéthos*, compreendido, naturalmente, como uma contraface do *éthos*. O *antiéthos* refere-se à construção de uma imagem negativa ou à integração de características que, ao menos em princípio, podem parecer desfavoráveis ou desqualificadoras para o enunciador. No entanto, essa estratégia de *antiéthos* pode ser utilizada de maneira deliberada e calculada para alcançar efeitos argumentativos específicos, como a autenticidade, a identificação com um grupo marginalizado, ou a desestabilização de expectativas normativas sobre a figura do enunciador.

Por exemplo, um orador pode assumir um tom autodepreciativo ou admitir fraquezas para erigir uma imagem de humildade e sinceridade que pode ser mais eficaz em certos contextos do que a mera exaltação de virtudes. Assim, o *antiéthos* não deve ser visto apenas como uma imagem negativa em si, mas também como uma ferramenta discursiva complexa que pode reconfigurar a relação entre enunciador e coenunciador.

Cabe notar que *éthos* e *antiéthos* são fenômenos referenciados. Isso significa, em termos gerais, que eles são fenômenos que dependem inteiramente de quem é o agente e de quem é o alvo das construções representacionais que estão em jogo no ato comunicativo. Dessa forma, é possível constatar discursos em que o enunciador projeta uma imagem negativa não em relação a si mesmo, mas em relação a um terceiro, com vistas a reforçar seu próprio *éthos*, expediente bastante comum no domínio político e em discursos polêmicos, de maneira geral.

Dessa maneira, pode-se dizer que a apreensão do *éthos* está diretamente conectada à questão do *antiéthos*. Diante do exposto, Maingueneau exemplifica a interdependência entre esses dois acontecimentos discursivos na seguinte passagem:

[...] quando Saint-Just lembrava o mítico camponês do Danúbio, remetia não apenas a uma dêixis, mas ainda e sobretudo ao *ethos* do enunciador que, por estar extremamente próximo à natureza, expressa a verdade em toda sua brutalidade. Este *ethos*, na realidade, é inseparável de um “*anti-ethos*”, aquele da aristocracia corrompida cuja linguagem não passa de artifício (Maingueneau, 1997, p. 47).

Todavia, a construção do *éthos* não só *recupera* imaginariamente um *antiéthos*; ela também se *apoia* na elaboração mesma desse *antiéthos*. Ao mesmo tempo em que a construção discursiva de um dado *éthos* A acarreta a construção de um *antiéthos* não-A, estabelece-se uma correlação que é apresentada ao coenunciador para a apreensão do *éthos*. Nessa perspectiva, não é suficiente que o enunciador de um discurso político, por exemplo, mencione que seu adversário é desonesto ou corrupto; é necessário que seu discurso construa o *éthos* de um político honesto para, assim, erigir o *antiéthos* do político desonesto (Piris, 2019).

Além disso, Maingueneau (2014, 2016a) não deixa de observar que a manifestação do *éthos* pode se dar em múltiplos aspectos, com graus variados de abrangência. O autor, por exemplo, salienta que o *éthos* não encarna apenas uma figura individual, assumindo também formas coletivas, institucionalizadas (partido, associação, sindicato, marca). Aqui, cabe diferenciarmos essa imagem institucional de si do conceito de *éthos coletivo* derivado de Charaudeau (2006), que o define como uma visão global que se constrói pela atribuição de uma identidade que emana de uma opinião coletiva em relação a outro grupo social.

É preciso reiterar que o *éthos* conserva, mesmo nos estudos contemporâneos, uma dimensão argumentativa fundamental. A esse respeito, defendemos uma concepção ampliada de *argumentação*, que entendemos como a tentativa de modificar, de reconduzir ou de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do coenunciador (Amossy, 2011, 2020). Aliás, para a já citada Amossy (2011), a argumentação é inseparável do funcionamento global do discurso.

Amossy (2016), além de conceber o *éthos* discursivo como um acontecimento ao mesmo tempo linguageiro e social, como o faz Maingueneau (2013, 2020), também o relaciona aos estereótipos, uma vez que, para que o *éthos* do enunciador seja aceito pelo auditório, é necessário seu reconhecimento em uma *doxa*, ou seja, sua construção deve ser baseada em representações sociais partilhadas.

Por conseguinte, Amossy e Pierrot (2022) afirmam que o conceito de *éthos* posiciona as pesquisas sobre estereótipos na convergência entre a argumentação retórica e as ciências da linguagem. Como foi visto, toda tomada de palavra implica uma forma de dizer, de se mostrar ao público, independentemente do gênero do discurso ou da situação particular de comunicação considerada; e essa imagem de si molda-se necessariamente, de forma total ou parcial, em modelos de conduta social preexistentes. As autoras apontam que, ao examinar como os enunciadores buscam dissolver as representações sociais que lhes são desfavoráveis e que ameaçam o sucesso de seu projeto de fala, os analistas do discurso acabam por investigar mais diretamente o efeito do estereótipo na elaboração do *éthos*, o que confirma a tese apresentada por elas.

A influência do *éthos* percebe-se igualmente na teoria das modalidades argumentativas de Amossy (2008). Conforme a autora, o discurso ancora-se em modos específicos de organização argumentativa. Além da modalidade demonstrativa, são apresentadas a *modalidade patêmica* (o orador apela aos sentimentos do auditório para garantir sua adesão); a *modalidade pedagógica* (o orador ocupa um *status* superior em relação ao outro, pois ele está autorizado a dizer o que diz e é entendido como detentor de um saber que merece credibilidade); a *modalidade de coconstrução* (os participantes de uma interação levantam um problema e, coletivamente, constroem as respostas para resolvê-lo); a *modalidade negociada* (os participantes da interação, embora ocupem posições conflitantes, buscam, em conjunto, o consenso que solucione a questão que os coloca em posições de embate); e, por fim, a *modalidade polêmica* (os participantes da interação ocupam posições profundamente antagônicas, em que há o ataque mútuo às teses adversárias e a desqualificação do outro no conflito verbal).

No contexto atual, as imagens de si projetadas no discurso acham-se em constante reformulação, a qual nos parece resultar, dentre outros aspectos, da liquidez da condição humana contemporânea apontada por Bauman (2001b), como vimos anteriormente. Como afirma Charaudeau (2006, p. 115), o *éthos* produz-se na dialética entre a identidade social e a identidade discursiva: ele “relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”. Por transparecer mais do que aparecer, o *éthos* não se elabora por marcas linguísticas específicas. Mesmo assim,

o autor traz à luz uma série de procedimentos linguísticos que favorecem sua construção. A maneira de encadear as ideias e o conteúdo do discurso são elementos constitutivos da imagem do orador, mas esta não se faz apenas por meio de palavras.

Charaudeau (2006) acrescenta à sua análise a figura orgânica do orador, o sujeito falante empírico, sua voz, sua entonação, sua gestualidade, aproximando-se, assim, de uma semiótica multimodal do *éthos* (Tupynambá, 2010). Em *Discurso político* (2006), Charaudeau propõe um inventário parcial das estratégias vinculadas a tais virtudes e descreve mecanismos de preservação da imagem, quando esta é atacada por denúncias de culpa ou de responsabilidade. A taxonomia desenvolvida por Charaudeau não desemboca em uma caricatura de papéis, já que a cada *éthos* atribuem-se limites, além dos quais eles deixam de ser funcionais. Assim, o excesso do *éthos* “sério” sugere austeridade; o limite do *éthos* de compaixão é a aparência de fraqueza; e o risco inerente ao *éthos* de “culto” é a suposição de frivolidade. Pode-se dizer que uma construção frustrada do *éthos*, nesse sentido, conduziria à formulação de um *antiéthos* por parte do coenunciador, nos termos de Maingueneau (1997, 2020).

Ao se debruçar sobre os discursos políticos, Charaudeau (2006) identifica algumas manifestações etóticas prototípicas. O autor classifica-as em dois grandes grupos de autorrepresentações discursivas: os *éthe* de *credibilidade* (como os *éthe* de seriedade, de virtude e de competência) e os *éthe* de *identificação* (caso das imagens de potência, de caráter, de inteligência, de humanidade, de chefia e de solidariedade).

O primeiro grupo corresponde às projeções etóticas que visam imprimir confiabilidade ao discurso, baseando-se na autoridade, no conhecimento e na habilidade do enunciador para convencer o público de sua capacidade de liderança e de julgamento como agente político. Por outro lado, os *éthe* de identificação dizem respeito à capacidade do enunciador de criar uma conexão emocional e empática com o destinatário, demonstrando proximidade, compreensão e compartilhamento de valores e experiências comuns, o que facilita a construção de uma relação de afinidade e até de pertencimento a um mesmo grupo.

Tendo sido abordados os principais aspectos teórico-metodológicos concernentes a este estudo, passemos à análise de cada uma das obras que integram o corpus, iniciando por *Ansiedade: como enfrentar o mal do século* (Cury, 2014). Esclarecemos que a decisão de analisar os manuais individualmente – apesar do risco de uma certa repetitividade – permite que tenhamos uma visão de cada obra como

um todo, o que nos parece mais condizente com a proposta de uma semântica global. Esclarecemos, porém, que isso não evitará que comparações entre os três manuais sejam antecipadas, como se verá, ainda que essa questão seja retomada e sistematizada na discussão dos resultados (capítulo 6).

PARTE II:

**ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS MANUAIS DE
ACONSELHAMENTO COMPORTAMENTAL**

CAPÍTULO 3: ANALISANDO ANSIEDADE: COMO ENFRENTAR O MAL DO SÉCULO

Augusto Jorge Cury (1958) é um psiquiatra, professor e escritor brasileiro, nascido em Colina, no estado de São Paulo. Com uma carreira de mais de trinta anos, suas obras atravessaram fronteiras, sendo publicadas em mais de setenta países e alcançando a marca de mais de 35 milhões de exemplares vendidos.³³ Um de seus livros mais conhecidos, *O vendedor de sonhos*, foi adaptado para o cinema em 2016. O número de obras de autoria de Augusto Cury ultrapassa, atualmente, os oitenta títulos. Suas produções são divulgadas em perfis próprios nas principais plataformas de redes sociais no Brasil, além do *website* profissional que ele mantém (Figura 6).³⁴

Figura 6: **Homepage institucional de Augusto Cury (abr. 2024)**



Fonte: AUGUSTO CURY. *Augusto Cury: psiquiatra, professor e autor mais lido da última década.* [Material on-line]. [S. l.: s. ed.]: [2023].³⁵

Cury é criador do que denomina *teoria da inteligência multifocal*, apresentada em seu livro homônimo, lançado no Brasil em 1999. Nessa obra, ele explora os

³³ Dados obtidos do *website* oficial de A. Cury (<https://augustocuryinstitucional.com.br/augusto-cury/>). Acesso em: 24 abr. 2024).

³⁴ Publicamente, Cury costuma mencionar ser o escritor “mais lido da última década [no Brasil]”, como se nota na peça de divulgação que consta na *homepage* de seu *website*. No entanto, não foi possível levantar a fonte dessa informação.

³⁵ Disponível em: <https://augustocuryinstitucional.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2024.

elementos fundamentais para o desenvolvimento da inteligência, além de propor métodos para o autodomínio e para a educação emocional. Sua formação acadêmica inclui a graduação em medicina pela Faculdade de São José do Rio Preto, seguida de uma dedicação à psiquiatria e ao estudo das emoções.

Em seu currículo,³⁶ destaca-se a obtenção de um *philosophiæ doctor* (PhD) em Business Administration pela Florida Christian University, em 2013, tendo sua tese focalizado o programa Free Mind. Esse programa, parte integrante de sua teoria da inteligência multifocal, visa disseminar técnicas para, segundo o autor, proteger as emoções, gerenciar pensamentos e promover um diálogo interno construtivo, possibilitando que indivíduos se tornem os protagonistas de suas próprias histórias. É digno de nota que Cury possui em sua formação o título de doutorado livre em psicanálise pela União de Instituições para o Desenvolvimento Educacional Religioso e Cultural (UNIDERC), obtido em 2013 (Machado, 2020).

Cury também é reconhecido como o idealizador do programa Escola da Inteligência, com o objetivo de melhorar a aprendizagem, fortalecer as relações interpessoais e envolver a família na educação dos alunos, por meio do desenvolvimento emocional e cognitivo. O escritor afirma que seu programa atende a 400 mil alunos em todo o Brasil. Além disso, em 2018, ele fundou a Academia Gestão da Emoção, que, segundo consta, possui mais de 40 mil alunos e busca democratizar as técnicas do autor de gerenciamento emocional, visando ajudar milhões de pessoas a lidar com o estresse e a desenvolver habilidades mentais em uma sociedade desafiadora.³⁷

A obra de autoria de Augusto Cury que constitui parte do corpus deste estudo intitula-se *Ansiedade: como enfrentar o mal do século*. O livro possui 160 páginas e foi publicado pela editora Benvirá, um selo da Saraiva Educação. A edição, que é de 2014, integra uma coleção de livros sobre ansiedade com outros volumes datados de 2015, 2016 e 2017. A catalogação bibliográfica disponível no livro indexa-o aos seguintes campos do conhecimento: autoconsciência, filosofia da mente e teoria do autoconhecimento. Feita a apresentação de Cury e de sua vasta obra, sigamos para

³⁶ Dados obtidos do currículo do autor na Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2480142686085042>. Última atualização em: 16 out. 2019. Acesso em: 24 abr. 2024.

³⁷ Dados obtidos do *website* oficial de Augusto Cury (<https://augustocuryinstitucional.com.br/augustocury/>). Acesso em: 24 abr. 2024).

a análise, via semântica global, do livro em foco, sem perder de vista a contribuição de outros autores.

3.1 Estatuto do enunciador e do coenunciador

Nos gêneros marcados por comportamentos enunciativos que implicam relação de influência entre enunciador e destinatário (Charaudeau, 2009), a determinação de papéis comunicativos entre esses dois agentes é, em geral, bastante nítida. Se, em uma receita culinária, temos um enunciador que encarna a figura do conhecedor de gastronomia e um leitor que consulta eventualmente a receita com um propósito prático imediato, nos textos normativos, o enunciador-legislador atribui a si a fonte mesma do direito, tendo como contraparte um leitor-cidadão que é coagido pelo império da lei.

Em manuais de aconselhamento comportamental, nos quais a incitação à ação (Adam, 2019; Cavalcante; Brito, 2020) se verifica notadamente pela presença reiterada de conselhos, o enunciador parece-nos incorporar um valor de autoridade intermediário entre o produtor da receita culinária e o legislador abstrato da norma: ao mesmo tempo em que se vale de um *éthos* que sugere competência técnica para que ele possa dizer o que diz, sua posição não é completamente revestida da legitimidade institucional, tal como aquela que ampara o legislador. Por conta disso, o enunciador de aconselhamento acha-se em uma condição de permanente investida argumentativa para garantir a adesão do público a seu projeto discursivo.

Ao tratar das posições assumidas pelos parceiros de linguagem nessas situações, as quais nomeia de *alocutivas*, Charaudeau (2009) é incisivo ao afirmar uma posição de *superioridade* evocada pelo enunciador em relação ao destinatário quando aquele lhe impõe uma ação a realizar (*fazer fazer* ou *fazer dizer*). Esse é o caso das modalidades pragmáticas de injunção (ordem), autorização, aviso e sugestão, por exemplo. Por outro lado, o enunciador assume uma postura de *inferioridade* diante do destinatário quando necessita de seu *saber* ou de seu *poder fazer*. Nessa acepção, tratamos das modalidades pragmáticas da interrogação (pergunta) e da petição (pedido).

É preciso notar que os conselhos *stricto sensu* respondem por parte relevante dos comportamentos alocutivos que se verificam no corpus estudado, não sendo,

pois, diferente no texto de Cury (2014). Ainda que de forma implícita, eles se organizam em orientações de tipo injuncional (01) e sugestivo (02), principalmente. Os pedidos não são eventos comuns no texto, enquanto as perguntas são relativamente recorrentes, mas, em geral, servem a propósitos ora reflexivos (03) ora didáticos (04), não podendo configurar-se como interrogações verdadeiras, já que não estabelecem entre enunciador e destinatário uma relação pragmática de *solicitação*. Disso, depreendemos que o enunciador em Cury (2014) reclama para si uma posição de predominante superioridade em relação a seu coenunciador, já que os atos linguageiros que compreendem *relação de força* superam em frequência aqueles que implicam *relação de pedido*.

(01) Devemos viver as experiências lenta e suavemente, como quando saboreamos um sorvete ao sol escaldante do verão. [p. 127]

(02) Felizmente, podemos todos os dias relaxar e aprender a fazer muito do pouco. [p. 123]

(03) Quem não é fiel à sua qualidade de vida tem uma dívida impagável consigo mesmo. Qual é o tamanho da sua dívida com sua qualidade de vida? [p. 150]

(04) Por que a dúvida é fundamental? Porque ela é o princípio da sabedoria na filosofia. [p. 136]

Em *Ansiedade: como enfrentar o mal do século*, vê-se que o autor assume o papel de enunciador detentor de um saber-viver, orientando o coenunciador na busca por soluções para enfrentar a ansiedade. Lembremos que, segundo Maingueneau (2005), o estatuto do enunciador define não apenas o que ele diz, mas também como se posiciona legitimamente para falar sobre o tema.

Augusto Cury, ao se apresentar como enunciador, projeta uma imagem de autoridade e conhecimento sobre o assunto da ansiedade. Ele utiliza sua posição para não somente oferecer teorias explicativas e conselhos práticos, mas também para estabelecer uma conexão emocional com o leitor. Nesse sentido, ele não apenas transmite conhecimento, mas também busca cancelar sua autoridade mediante uma narrativa que mescla experiência pessoal e conteúdos psicológicos, construindo um discurso que se pretende claramente persuasivo.

Do ponto de vista do coenunciador, há uma disposição para receber e assimilar a informação proposta, o que implica uma abertura para ser influenciado pelo saber do enunciador, confiando em sua capacidade de oferecer orientações relevantes para

lidar com problemas de ansiedade. Desse modo, o coenunciador coloca-se em uma posição de aprendiz e busca ativa por soluções, aceitando o encargo de receptor das instruções e reflexões propostas pelo autor.³⁸ A troca comunicativa entre esses dois atores na obra aproxima-se, como se percebe, do par professor-aluno, estereotipicamente caracterizado pelo estabelecimento de um polo irradiador e outro assimilador de conhecimento. Essa constatação não é estranha a Marín-Díaz (2015) que, como foi visto, evidencia a dimensão pedagógica inerente à literatura de aconselhamento.

A dinâmica estabelecida entre enunciador e coenunciador dentro do contexto da *self-help* configura-se, portanto, como uma interação que não se limita à mera difusão de informações, mas envolve uma troca simbólica mediante a qual o enunciador é visto como guardião de um saber que pode transformar positivamente a vida do coenunciador, ávido por encontrar uma saída para seus desafios existenciais.

Fortemente determinado pela cena genérica (Maingueneau, 2013a, 2015), o estatuto do enunciador e do coenunciador compartilha com o plano dos temas a dependência em relação à *competência discursiva*, que supõe (i) a capacidade do enunciador de reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados dos posicionamentos do espaço discursivo que constituem sua alteridade; e (ii) a capacidade de interpretar esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de coerções semânticas (Maingueneau, 2005; Souza-e-Silva, 2015). Dito isso, passemos à análise dos temas da obra de Cury (2014).

3.2 Temas

Dentre os aspectos em que a perspectiva da semântica global pode ser aplicada, são de particular interesse as considerações de Maingueneau (2005) acerca dos investimentos temáticos. Em relação a essa questão, o analista francês avalia ser relevante o tratamento semântico conferido a um determinado tema no interior de um discurso, visto que esse é um dos fatores essenciais na configuração de uma formação discursiva.

³⁸ Lembramos que, quando utilizamos o termo *autor*, não estamos nos referindo ao sujeito de “carne e osso”, mas à instância subjetiva que se projeta no texto.

O estudo dos temas sob essa orientação, como demonstram Baronas e Manenti (2009), atualiza a forma de conceber a relação entre os discursos: a partir de uma visão de semântica global, pode-se inferir que entre duas formações discursivas não existem apenas divergências. Uma oposição extrema não é viável, visto que, em princípio, as duas FDs acham-se “em um universo *a priori* amplamente aceito por ambas as partes” (Maingueneau, 2005, p. 86). De outro lado, a associação plena entre elas também não é factível. Isso se deve ao fato de o tratamento semântico dado a um tema poder variar sensivelmente de um discurso para o outro. Se o tratamento semântico de um tema pode caracterizar um discurso como pertencente a uma determinada formação discursiva, faz-se importante observar que tratamento semântico cada obra analisada neste estudo confere ao(s) tema(s) que apresenta.

Os temas de um discurso dividem-se em dois blocos: *temas impostos* e *temas específicos* (Maingueneau, 2005). Como já foi comentado, temas específicos são aqueles cuja presença está ligada à composição de um dado discurso, podendo estar ausentes de outros discursos sobre a mesma temática. Os enunciados produzidos sobre um tema específico não constituem a matriz de polêmicas ou debates que definem claramente a posição ideológica do enunciador em relação ao assunto abordado. Por seu turno, os temas impostos, aqueles que não podem faltar para que um discurso seja bem aceito, são responsáveis pela instauração de debates e divergências entre discursos coexistentes no mesmo campo discursivo, em que cada um busca impor o que é dito como verdadeiro e legítimo. Maingueneau (2005, p. 87) sintetiza essa questão ao assegurar que, “por definição, os temas que não são impostos pelo campo discursivo podem estar ausentes em um discurso, mas aqueles que são impostos podem estar presentes de maneira muito variada [...]”.

Em termos gerais, portanto, o tema é aquilo de que um discurso trata. É relevante mencionar que o tema não é considerado uma função hierarquizante; a importância reside justamente no já aludido tratamento semântico dentro do discurso. Diferentes tratamentos semânticos podem referir-se a diferentes sistemas de restrição semântica, o que é indicativo do atravessamento dos enunciados de aconselhamento por diferentes FDs.

Em Cury (2014), a ansiedade é tematizada a partir do sintagma nominal *síndrome do pensamento acelerado* (SPA), defendida pelo enunciador como uma manifestação clínica de adoecimento mental. Pode-se depreender isso pelo emprego

do núcleo *síndrome*, que caracteriza um conjunto difuso de sintomas associados a algum desequilíbrio de saúde, que é, então, especificado por *pensamento acelerado*, o qual aponta para uma suposta ênfase do enunciador no aspecto cognitivo ligado ao fenômeno tratado no texto. Além do mais, a expressão, assumida como de autoria do próprio enunciador, é grafada ao longo da obra com iniciais maiúsculas, em um gesto de destaque do termo como nomenclatura ou conceito controlado.

Ainda que se admita em algumas passagens a presença de uma ansiedade positiva na existência humana, denominada “vital” (05 e 06), o enunciador, de fato, dá relevo a uma ansiedade referenciada como “o mal do século” (Cury, 2014, p. 13, 17, 33, 35, 50, 92, 97, 99, 116, 131, 135 e 150), aludindo à pecha que tem sido vinculada mais recorrentemente aos transtornos depressivos, sobretudo no interior do discurso midiático contemporâneo.³⁹ O enunciador, portanto, opõe-se a essa última ideia, atribuindo o estatuto de “mal do século [XXI]”, isto é, o sofrimento característico de toda uma geração da humanidade, à sua noção de SPA.

(05) Um pai ou uma mãe pode ficar perplexo e triste ao descobrir que não consegue alcançar a realidade da dor, das alegrias, dos sonhos e dos pesadelos dos seus filhos, mas esse distanciamento gera uma ansiedade vital que os leva, irrefreavelmente, a se aproximar deles, construir pontes, dialogar; ter saudade. [p. 39-40]

(06) [...] esse processo movimenta a construção de pensamentos através da ansiedade vital, tornando-nos *Homo sapiens* [...]. [p. 40, destaque do autor]

A obra adota, então, uma abordagem que classifica a ansiedade como uma síndrome, ou, em certos momentos, como sintoma de uma síndrome maior. A definição técnica do termo, contudo, não é clara. Independentemente dessa lacuna, a abordagem semântica do tema-chave é indicativa de uma visão patológica da ansiedade. Tal posicionamento promove uma percepção específica do coenunciador, que, ao buscar o aconselhamento em Cury (2014), é concebido como um indivíduo adoecido, cuja queixa é lida como um problema de saúde.

A visão de morbidez associada à ansiedade em Cury (2014) é evidente desde as primeiras páginas da obra (07). O autor descreve a ansiedade não apenas como

³⁹ Ver, por exemplo, <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/mal-do-s%C3%A9culo-21-depress%C3%A3o-se-trata-com-muita-informa%C3%A7%C3%A3o-e-nenhum-preconceito-1.892538>. Acesso em: 14 jul. 2024.

uma resposta emocional normal a situações estressantes, mas como uma condição que, quando exacerbada, se transforma em um problema de saúde mental significativo. Essa posição alinha-se com a FD médico-sanitária⁴⁰ (08), que atravessa toda a obra. A ansiedade, nesse contexto, é representada como fenômeno que necessita de intervenção médica e terapêutica, reafirmando a autoridade do discurso médico sobre o bem-estar psicológico.

(07) [...] pensar demais é uma bomba contra a saúde psíquica, o prazer de viver e a criatividade. Não são apenas as drogas psicotrópicas que viciam, mas também o excesso de informação, de trabalho intelectual, de atividades, de preocupação, de uso de celular. Você vive esses excessos? Todos eles levam a mente humana ao mais penetrante de todos os vícios: o vício em pensar. [p. 14]

(08) Embora não haja uma classificação rígida, empiricamente podemos dizer que quem tem pelo menos três a quatro sintomas [da síndrome do pensamento acelerado] deve mudar rapidamente seu estilo de vida. [p. 100]

Assim, a percepção do coenunciador é moldada por esse discurso patologizante. O leitor é posicionado como um potencial *desajustado*, alguém cuja experiência de ansiedade é anômala e requer intervenção. Essa percepção pode ser reconfortante para parte do público visado, que encontra validação para seu sofrimento e esperança de tratamento. No entanto, também pode levar à estigmatização e ao sentimento de inadequação, já que projeta a ideia de que a ansiedade constitui uma falha pessoal a ser corrigida pela figura do especialista.

Além do tema-chave da ansiedade, outro tema imposto localizável na obra é a *individualidade*. Com efeito, este trata-se de um tema que funda a própria experiência do gênero manual de aconselhamento, dado que o enunciador da *self-help* não pode fugir à coerção semântica que visa sustentar o imaginário da *autoajuda* (“ajudar a si mesmo”) como resultado de uma mediação discursiva junto a seu consumidor. Desse

⁴⁰ A formação discursiva médico-sanitária refere-se a um sistema de produção de significados que organiza discursos sobre saúde, doença e corpo, orientado por princípios e valores da medicina moderna. Essa formação opera, predominantemente, sob uma perspectiva *clinicalista*, isto é, prioriza a identificação, a categorização e a intervenção em condições consideradas desvios da normatividade biológica ou comportamental. Além disso, caracteriza-se pelo caráter patologizante, no qual corpos e sujeitos são frequentemente reduzidos a categorias médicas ou patológicas, o que apaga complexidades sociais, culturais e subjetivas. Essa noção aproxima-se da FD biomédica, conceito manejado por alguns analistas para caracterizar a matriz de sentidos que “se funda em um saber que é fruto da união entre a clínica e a ciência moderna cartesiana, e na qual foram incorporados o rigor metodológico em estabelecer conceitos, classificar, generalizar, fragmentar, objetificar” (Carrilho, 2016, p. 45).

modo, se a finalidade do manual de aconselhamento é servir de guia de conduta para um leitor – que é um leitor *solo* –, seu discurso deve muni-lo de conhecimento acerca de como alcançar mudanças individuais de comportamento. Para isso, compreender esse indivíduo é crucial.

Em Cury (2024), a individualidade, consubstanciada no conceito de *eu*, insere-se no bojo do que o autor denomina *teoria da inteligência multifocal* (TIM), grafada com iniciais maiúsculas, como, aliás, uma série de termos-chave presentes na obra. A teoria desenvolvida por Augusto Cury tem como objetivo promover a educação e o gerenciamento de emoções e sentimentos. Segundo o autor, por meio de estímulos e treinamentos adequados, é possível que o ser humano molde suas próprias habilidades sociais e emocionais. Trata-se de uma abordagem que analisa o funcionamento da mente e os fenômenos que constroem pensamentos e emoções, com contribuições, segundo consta, das áreas de psicologia, filosofia e sociologia. Como o próprio nome da teoria indica, a ideia é que é possível desenvolver a inteligência de forma multifocada, incluindo as esferas emocional e social. Para Cury, o eu teria uma vocação para ser “protagonista” no gerenciamento de suas habilidades intrapessoais e interpessoais, isto é, consigo mesmo e com as pessoas à sua volta.⁴¹

Protagonista, a propósito, é um vocábulo de relevo na construção discursiva da obra, ativado sempre que o enunciador busca caracterizar o *eu* (individual) como destinado à plena autonomia em relação a processos mentais (09) ou à sua exterioridade (10). Fundada no interdiscurso cartesiano, do qual herda a noção hiperpensante do *eu*, essa *individualidade protagonista* em Cury (2014) é associada ao tema da potencialidade, uma vez que o sujeito é capaz de se atualizar e se autorrealizar permanentemente. A frustração dessa potência egoica materializa-se justamente na assunção de uma posição entendida pelo enunciador como “conformista” ou de “vítima do mundo” (10), reflexo de uma formação discursiva individualista que ancora boa parte da obra e é responsável por nela consolidar a ideia de que a pessoa deve responder inteiramente por seu sucesso (e também por seu fracasso).

⁴¹ Disponível em: <https://escoladainteligencia.com.br/blog/teoria-da-inteligencia-multifocal/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

(09) Nosso Eu não tem pleno controle dos instrumentos que constroem milhares de pensamentos diários. Por isso, ora ele é o protagonista, ora é mero espectador; ora ele constrói ideias belíssimas, ora é vítima de pensamentos angustiantes que não confeccionou. [p. 50]

(10) [...] uma jovem universitária me procurou dizendo que sua mãe tinha se suicidado havia dois meses. [...] comentei que ela deveria desenvolver algumas funções vitais da inteligência. [...] Ela entendeu que poderia se posicionar ou como conformista, vítima do mundo, ou como protagonista da sua história. [p. 81-82]

Ao se analisar o plano discursivo dos temas na obra de Cury (2014), observa-se como a ansiedade é patologicamente tratada, destacando a influência da formação discursiva médico-sanitária. Essa construção temática não apenas molda a percepção do leitor sobre a ansiedade, mas também se conecta com discursos outros, favorecendo a intertextualidade. O plano da intertextualidade, que se refere às relações entre discursos e à maneira particular pela qual, num campo discursivo, os discursos anteriores são citados (Maingueneau, 2005; Lara, 2020), é um aspecto crucial no manual de aconselhamento de Cury (2014) e será mais bem abordado na próxima seção.

3.3 Intertextualidade e interdiscursividade

Em Cury (2014), há o esforço reiterado do enunciador em se reportar a nomes consolidados da literatura filosófica, psicológica e pedagógica ocidental (11), aos quais procura conectar sua teoria, buscando alçá-la a um estatuto de autoridade e de memorabilidade. No entanto, o enunciador não o faz sem demarcar um aparente caráter inovador de sua própria tese, como em (12).

(11) Ao falar para aquela plateia, sabia que, em todo o mundo, os jovens raramente viviam o sonho de Platão (o prazer de aprender), de Paulo Freire (ter autonomia, opinião própria), de Jean-Paul Sartre (ser dono do próprio destino), de Freud (um ego que vive o princípio do prazer com maturidade), de Viktor Frankl (um ser humano em busca do sentido existencial e o meu sonho (o desenvolvimento de um Eu maduro, capaz de proteger a emoção, gerenciar pensamentos e trabalhar outras funções complexas da inteligência para aprender a ser autor da própria história). [p. 19]

(12) O processo de construção de pensamentos e todas as suas implicações psicológicas e sociológicas não foram estudados sistematicamente por brilhantes pensadores como Freud, Jung, Roger [sic], Skinner, Piaget, Vygotsky, Paulo Freire, Nietzsche, Jean-Paul Sartre, Hegel, Kant,

Descartes, entre outros. [...] Ao longo de mais de três décadas, estudei exaustivamente essa área e desenvolvi a Teoria da Inteligência Multifocal (TIM). Pensei dia e noite, ano após ano, analisando e escrevendo sobre a natureza, os tipos, os limites e o processo de construção de pensamentos. [p. 31-32]

A relação do discurso de Cury (2014) com todo esse arcabouço teórico citado, que é epistemologicamente diverso, não poderia ser senão ambivalente. Em (11), percebe-se um movimento de integração dessas referências intelectuais, mas em (13) opera-se um *questionamento*, no caso do humanismo sartreano, e mesmo um *apagamento*, no caso da psicanálise, com a intenção de promover a teoria da inteligência multifocal enquanto descoberta científica contemporânea. É digno de nota que, em (13), como em outras passagens, o procedimento de referência intertextual à teoria do inconsciente faz-se bastante presente, de modo que uma formação discursiva psicodinâmica tangencie toda a obra, a despeito da frequente tentativa do enunciador de se afastar dos pressupostos freudianos. Além disso, ao atribuir genericamente à categoria dos médicos a autoridade para refutar a tese de um pensador como Jean-Paul Sartre, o enunciador atualiza seu posicionamento médico-sanitário como uma das principais direções argumentativas da obra.

(13) Os médicos começaram, enfim, a entender que a tese de Jean-Paul Sartre não se sustentava. O nosso Eu é livre para pensar, para organizar os dados da sua memória, mas, ao mesmo tempo, há fenômenos inconscientes, que até então não tinham sido estudados por outros teóricos, que produzem pensamentos sem a autorização do próprio Eu e que podem sabotá-lo, escravizá-lo, encarcerá-lo. [p. 30]

É perceptível ainda uma remissão recorrente à FD antidrogas (14), corolário de uma visão conservadora sobre o consumo de substâncias psicoativas, caracterizado por essa FD como “errado”, “doentio” ou “degenerado”. Chama a atenção, nesse excerto, palavras e expressões como *encarcerado*, *masmorra* e *janelas killer*, em que se busca relacionar a dependência de drogas ao aprisionamento do sujeito que recorre a elas. Assim, o enunciador manipula analogicamente o signo da drogadição, estendendo-o a diferentes domínios para ressaltar uma percepção de morbidez a respeito da ansiedade e de suas possíveis consequências (14) e (15).

(14) Quem é dependente de drogas não se torna um encarcerado pela droga química em si, mas pelo arquivamento das experiências que tem com ela. Com o passar do tempo, o problema não é mais a substância psicoativa, mas a masmorra construída dentro do Eu, financiada pelas inumeráveis janelas killer espalhadas por sua memória. [p. 61]

(15) [Os pais] não devem deixá-los [os filhos] o dia inteiro conectados em redes sociais e usando *smartphones*. A utilização ansiosa desses aparelhos pode causar dependência psicológica como algumas drogas. [p. 110]

Ainda que, em Cury (2014), o intertexto religioso não esteja fartamente documentado, infere-se o atravessamento da FD cristã em alguns excertos da obra, como se vê em (16), quando o enunciador demonstra desconforto com quem ele considera “ateus radicais”, e em (17), no qual ele, qualificando Jesus como “o maior educador da história”, cita, em discurso direto, uma reconhecida passagem bíblica, atribuindo-lhe um caráter de altruísmo incondicional.

(16) Quem é radical não está convencido do que crê, nem da sua religião, pois se estivesse não precisaria usar pressão para se expressar. Por outro lado, também quem defende radicalmente seu ateísmo é emocionalmente imaturo, pois precisa de coação para dar relevância a suas convicções. [p. 90]

(17) Um homem, que talvez seja o maior educador da história, enxergava essa limitação [a não plenitude da liberdade humana] de maneira clara e assombrosa. Quando estava morrendo sobre o madeiro, há mais de 2 mil anos, disse algo surpreendente: “Pai, perdoa-os, pois eles não sabem o que fazem!”. Uma análise não religiosa, mas psicológica e sociológica, demonstra que a afirmação carrega um altruísmo sem precedente [...]. [p. 28]

Mas é somente por meio de uma observação mais ampla, portanto interdiscursiva, que é possível constatar o viés pró-cristão do enunciador. Isso se dá por meio da recuperação de todo o vasto conjunto bibliográfico de Cury, no qual emergem livros como *O mestre dos mestres: Jesus, o maior educador da história*, de 1999, e *O homem mais inteligente da história: a épica jornada de Marco Polo, um cientista ateu, para desvendar a fascinante mente de Jesus*, de 2016. Em outro item da coleção a que pertence o manual de aconselhamento analisado neste estudo, um capítulo é especialmente dedicado à celebração da imagem de Jesus Cristo como modelo de conduta no que tange à *gestão das emoções*, considerada por Cury (2014) como a chave para a superação da síndrome do pensamento acelerado. A propósito,

nesse segundo livro da coleção, datado de 2016, uma interessante comparação é empreendida entre Freud, o pai da psicanálise, e a maior figura do cristianismo:⁴²

Freud banuiu da família psicanalítica quem contrariou suas ideias, como Jung e Adler. Ele fugiu do estímulo estressante, ao passo que o homem Jesus passou por estímulos dramaticamente mais potentes e se recusou a fugir deles. Eles os enfrentou e teve autocontrole. E o que o esgotou foi o fato de tê-los enfrentado não como um predador, mas como um poeta da generosidade.

Como percebemos, a análise intertextual de *Ansiedade: como enfrentar o mal do século* revela uma rede de relações semânticas, evidenciada, entre outros aspectos, pela presença de alguns marcadores lexicais, como *protagonista* e *droga*. Sob a ótica da semântica global (Maingueneau, 2005), esses elementos linguísticos atuam como ligações entre o texto em questão e um amplo território interdiscursivo, estabelecendo diálogos com a tradição individualizante dos gêneros de aconselhamento comportamental. A seleção vocabular de Cury (2014) vai além de uma simples função referencial, configurando-se como uma estratégia para construir um discurso persuasivo, que se esforça para abordar a complexidade do fenômeno da ansiedade na contemporaneidade. É, portanto, sobre a dimensão do vocabulário que nos debruçaremos na seção seguinte.

3.4 Vocabulário

Se “a palavra em si mesma não constitui uma unidade de análise pertinente” (Maingueneau, 2005, p. 83) é porque se impõe sobre a configuração de seus sentidos a primazia do interdiscurso. Dessa forma, a simples observação lexicométrica de um texto não permitiria a completa apreensão do lugar que as palavras ocupam no interior do discurso que lhe é subjacente. Lara (2020) ilustra essa proposição ao afirmar que a palavra *aborto*, por exemplo, assume sentidos distintos quando se insere em uma FD cristã (pecado), feminista (direito das mulheres) ou médico-sanitária (questão de saúde pública).

⁴² CURY, A. *Ansiedade 2: autocontrole: como controlar o estresse e manter o equilíbrio*. São Paulo: Benvirá, 2016. p. 159.

Não se deve subestimar, porém, o valor analítico atribuído a um dado lexema quando ele apresenta relevância quantitativa e qualitativa em um texto. Esse fenômeno pode apontar para o que Maingueneau (*ibidem*) chamou de *ponto de cristalização semântica*, revelando que o item lexical adquiriu estatuto de palavra-chave ou mesmo de *palavra de ordem*, capaz de amalgamar posicionamentos e direções interpretativas. É o que se pode verificar com os verbos *gerenciar* [pensamentos] e *proteger* [a emoção], que, com algumas variações, associam-se e repetem-se na obra de Cury (2014) em 29 ocorrências, a exemplo de (18) e (19).

(18) A educação clássica muito raramente ensina aos estudantes as ferramentas básicas para que aprendam, desde a mais tenra infância, a habilidade de filtrar estímulos estressantes, *proteger a emoção, gerenciar seus pensamentos*, pensar antes de reagir, ser resiliente e, desse modo, alicerçar o Eu como gestor psíquico e aliviar, pelo menos um pouco, os graves sintomas da Síndrome do Pensamento Acelerado. [p. 21, destaque nosso]

(19) Embora o conceito seja falso (de que o dependente [pessoa em uso problemático de substâncias] será sempre dependente), ele é útil para o Eu viver sempre em estado de alerta, pois numa crise, perda ou frustração o gatilho da memória poderá encontrar as janelas doentias que ainda não foram reeditadas. E, nesse caso, se o Eu *não proteger a emoção nem gerenciar seus pensamentos*, poderá recair e se autodestruir novamente. [p. 62, destaque nosso]

Com efeito, os verbos mobilizados não se estabelecem de forma alheia ao propósito de fala do enunciador, que se ancora nas FDs liberal, individualista e racionalista. *Gerenciar*, remetendo-se à atividade de direção e organização sistemática, tem seu emprego sustentado pela orientação fortemente corporativa e administrativa que o enunciador imprime em seu dizer, o que se constata também por meio de vários outros elementos léxico-frasais ao longo da obra, a maioria deles de caráter metafórico, como *gerir a mente, dirigir a mente humana, gestor psíquico, administrar a psique, choque de gestão em seus pensamentos e pilotar a aeronave mental*, por exemplo.

Ao lado desses marcadores, o vocábulo *líder* e seu derivado *liderança* também apresentam alta frequência no texto, sendo geralmente associados à ideia de que o bem-estar psicológico estaria condicionado à assunção, pelo sujeito, de uma posição de plena autogestão no que concerne aos desafios relacionais ou existenciais por ele enfrentados (20 e 21). Todos esses termos compõem parte importante da *linguagem gerencialista* (Tibola; Pereira; Botoso, 2022) que Cury (2014) mobiliza estilisticamente

para aproximar a noção de indivíduo à de uma empresa moderna; e a noção de ansiedade à de um problema técnico que prejudica o alcance das metas de mercado dessa organização. Nessa analogia, o eu, portanto, precisa incorporar imaginariamente um cargo de chefia, o qual pode desempenhar com sucesso ou não.

(20) Quem tem ciúme já perdeu: perdeu sua autoestima e sua capacidade de pensar com clareza e leveza. Um Eu líder e maduro não gravita na órbita dos outros nem exige que os outros gravitem na órbita dele. Vive em harmonia [...]. [p. 41]

(21) Inúmeras pessoas de vários países melhoraram sua qualidade de vida, aliviaram sua ansiedade e resgataram a liderança do Eu usando essa técnica psicológica e pedagógica preventiva [DCD, duvidar, criticar, decidir]. [p. 138]

Nesse contexto, é preciso atentar não apenas para a cenografia corporativa e organizacional que o termo *líder* imediatamente evoca, mas também para a proposição de que a instância consciente e pensante do eu deve garantir para si o lugar de domínio absoluto na dinâmica do psiquismo humano. Aqui, o enunciador recorre à FD racionalista, a nosso ver de base cartesiana, para sedimentar uma perspectiva de enfrentamento da ansiedade que leve em consideração o *império do eu*, em detrimento de outras dimensões da experiência humana como a motivação, a criatividade, a personalidade, o ambiente social ou as emoções.

A propósito das *emoções*, esse vocábulo, que na obra comumente aparece em sua forma singular, não possui definição suficientemente clara, do que se infere que ele não constitui um conceito controlado propriamente dito. Parece-nos estranha essa constatação, já que a ansiedade, tema-chave em Cury (2014), é uma condição psicológica fundamentalmente afetiva (Frota *et al.*, 2022), ainda que possua implicações na esfera cognitiva e sociorrelacional do sujeito. Daí decorre nossa avaliação de que o termo *emoção* tem existência frouxamente lógica no discurso de Cury (2014). À parte disso, acreditamos que *proteger a emoção*, que aparece recorrentemente no texto, concentra importante substância semântica ao insinuar as emoções como um aspecto fragilizado da vivência humana, que deve ser permanentemente defendido de forças ora externas (“estímulos estressantes causados pelos outros”), ora internas (“pensamentos autopunitivos”), como se observa em (22).

(22) Já ajudei celebridades e pessoas multimilionárias preocupadas com sua integridade física. Elas andavam em carros blindados e com seguranças, mas não haviam aprendido a proteger sua emoção. Não construíram seguro contra os estímulos criados em sua própria mente. Não sabiam sequer reciclar seus pensamentos autopunitivos, sua autocobrança excessiva, suas preocupações asfixiantes. Apesar de morarem como reis, mendigavam tranquilidade e alegria. [p. 128]

Outra expressão relevante na obra é *necessidade neurótica*. Essa locução nominal ocorre em pelo menos dez ocasiões, sendo determinada de diferentes formas: *necessidade neurótica de poder* (Cury, 2014, p. 23, 42, 64, 78 e 83); *necessidade neurótica de controlar o parceiro* (*ibidem*, p. 41); *necessidade neurótica de ser perfeito* (*ibidem*, p. 77, 87 e 139); e *necessidade neurótica de mudar o outro*. Nota-se aí o recurso à FD psicodinâmica, da qual deriva o célebre qualificador *neurótico*,⁴³ para consolidar a percepção patologizante de alguns comportamentos que ele julga que compõem o quadro da síndrome do pensamento acelerado.

O recurso à metáfora também é abundante em Cury (2014). Nessa direção, duas grandes categorias são acionadas ao longo da obra: de um lado, evocam-se elementos provenientes da FD corporativa e mercadológica (23), como *financiar*, *comprar*, *seguro* e *propriedade*. De outro, recupera-se do universo das práticas punitivas (como se viu em 14, já analisado, e em 24), se assim podemos dizer, uma diversidade de termos, dentre os quais *cárceres*, *masmorras*, *algemas* e *prisões*.

(23) Um Eu maduro é empático (sabe se colocar no lugar dos outros), tem prazer no altruísmo, *promove* as pessoas, *enriquece* a autoestima e, além disso, não *vende* sua paz por um *preço* vil; enfim, sabe se proteger. [p. 124, destaque nosso]

(24) Parece incrível afirmar isso, mas o tempo da *escravidão* não terminou, apenas mudou de endereço. Antes, *algemava-se* o corpo; hoje, *algema-se* a psique. Antes, havia *carrascos* que puniam os *encarcerados*; hoje, nós mesmos nos *encarceramos* [...]. [p. 37, destaque nosso]

⁴³ A origem do termo *neurose* remonta a 1769, quando foi publicada a primeira edição da famosa *Synopsis nosologiæ methodicæ* pelo médico escocês William Cullen (1710-1790). Em seus tratados seguintes, a palavra abrangia aproximadamente o mesmo significado que lhe foi atribuído de início. Cullen, de fato, usava principalmente o termo no plural (*neuroses*), referindo-se a uma classe de doenças em vez de a uma entidade nosográfica específica. O que unia essas diversas patologias, como veremos, era o fato de se manifestarem como distúrbios gerais do sistema nervoso, não acompanhados de febre, que afetavam especialmente a sensibilidade e o movimento. Eram, portanto, doenças nervosas que não surgiam de lesões locais ou de patologias febris (Pereira, 2010). Foi somente com os estudos psicanalíticos de Freud, a partir do final do século XIX, que o termo se popularizou e adquiriu contornos semânticos contemporâneos, referindo-se a um distúrbio psicológico em que não há dissociação do sujeito com a realidade, contrariamente às psicoses.

Percebe-se que as palavras oriundas da cena empresarial refletem uma linguagem dinâmica e positiva associada ao sucesso, ao planejamento e à gestão eficiente de si. Em um manual de aconselhamento, essa seleção lexical não é aleatória; ela visa incentivar o público leitor, construindo a figura de um eu autogestor, capaz de controlar e gerenciar suas emoções e sua vida de forma eficaz. Essa categoria metafórica, ao se atrelar a aspectos eufóricos do discurso, reforça a perspectiva de um indivíduo que tem o poder de se reerguer e vencer a ansiedade, alinhando-se com a visão otimista e proativa característica do gênero e reportada por diferentes estudos, como o de Brunelli (2004).

Já os itens vocabulares de caráter negativo disforizam o discurso, favorecendo uma silhueta sombria e opressiva da ansiedade, bem como do eu que não é capaz de superá-la. Ao conectar a ansiedade a elementos de punição e tortura, o enunciador intensifica a percepção do sofrimento causado por essa condição, enfatizando o impacto negativo que ela tem sobre o sujeito. Esse movimento serve para dramatizar a gravidade do problema, ao mesmo tempo em que prepara o terreno para a intervenção transformadora proposta pelo enunciador-conselheiro. Além disso, a reiteração do signo do *aprisionamento* contribui para ressaltar seu polo opositor, a *liberdade*, bastante euforizada em Cury (2014) e que se comunica diretamente com as FDs liberal e individualista nesse manual (25 e 26).

(25) Ser livre para pensar é muito diferente de ser escravo dos pensamentos. Ser livre em nossa mente é libertar o imaginário, inovar, ousar e propor novas ideias. [...] Ser escravo da SPA, ao contrário, é não ter defesa contra o pessimismo, o sentimento de culpa, o autoabandono, a autopunição, o sentimento de culpa, a agitação mental [...]. [p. 134]

(26) Por que os ditadores, por mais brutais que sejam, por mais que controlem seu povo com mão de ferro, caem? Porque ninguém pode controlar a movimentação do Eu e seus anseios pela liberdade. [p. 26]

A discursivização das emoções por meio do vocabulário empregado por Cury (2014) não se percebe apenas na atualização do par *liberdade-aprisionamento*. Todo o texto é marcado por construções de antítese revestidas de elevada carga afetiva, que compreendemos como um padrão tanto de estilo quanto de argumentação do enunciador (27, 28, 29 e 30).

(27) [...] Muitos eram ricos, mas vivam como miseráveis nos solos da sua psique. [p. 20]

(28) Um presidiário pode ter seu corpo confinado atrás das grades, mas sua mente é livre para pensar, fantasiar, sonhar, imaginar [...]. [p. 25]

(29) [...] Estamos no apogeu da medicina e da psiquiatria, mas nunca estivemos tão doentes. [p. 33]

(30) [...] Muitos casais começam sua relação no céu do afeto e terminam no inferno dos atritos. [p. 130]

De acordo com Charaudeau (2010a), no escopo da teoria semiolinguística, a emoção deve ser apreendida sob a ótica de um efeito de sentido engendrado pelo discurso. A proposta do autor é, pois, examinar a emoção na condição de *efeito visado* (e não efetivamente produzido) pelo sujeito enunciador, ou seja, como um efeito de sentido que este pretende ver alcançado por meio de sua encenação discursiva.

No fio do discurso, o efeito patêmico pode ser captado de forma explícita e direta: o sujeito enunciador mune-se de vocábulos que remetem a um universo emocional, de tonalidade evidentemente patêmica; ou pode ser obtido de maneira implícita e indireta: o enunciador emprega palavras que somente no nível da aparência são emocionalmente neutras.

Constatamos na obra de Cury (2014) a ocorrência de lexemas capazes de suscitar reações predominantemente disfóricas no coenunciador. Além das construções antitéticas, vocábulos de valor patêmico acham-se por todo o manual, até mesmo em títulos de capítulos e seções. Há uma regularidade semântica em sua apresentação: costumam associar-se ao signo da ansiedade, sublinhando seu sentido mórbido e sugerindo algum grau de letalidade. Palavras como *amordaçar*, *asfixiar* e *destruir* são particularmente recorrentes na obra (31). *Assassinato e morte precoce* são outros dois elementos lexicais que surgem com algum destaque (32), demonstrando uma tentativa metafórica e hiberbólica de vincular a síndrome do pensamento acelerado a um processo criminoso de intensa degradação existencial. O efeito visado dessa patemização é, portanto, provocar repulsa, medo e preocupação no leitor diante da pretensa gravidade representada pelo “mal do século”, incitando-o a agir enérgica e imediatamente contra a patologia da ansiedade.

(31) Selecionar as informações é fundamental. Mas, nesta sociedade urgente, somos péssimos para selecionar o cardápio da nossa mente. Engolimos tudo e rapidamente, sem digerir. Como não se

estressar drasticamente? Estamos destruindo nossos funcionários nas empresas, asfixiando os professores nas salas de aula, enfartando os médicos nos hospitais. [p. 105]

(32) O sistema social cometeu um dos mais dramáticos assassinatos coletivos: o assassinato da infância. O mundo fica estarecido com o uso de armas de destruição em massa, mas silencia diante das “armas” do sistema social que provocam a destruição em massa da infância de nossas crianças. [p. 107]

Por fim, tratamos dos vocábulos de procedência científica e paracientífica, bastante comuns no texto. Marcados pela FD médico-sanitária, em sua maioria, esses lexemas constituem parte de uma estratégia argumentativa mais ampla da obra, que visa recobrir-se de autoridade científica (33 e 34). Como esclarece Leite (2019), a literatura de aconselhamento, em seu desenvolvimento histórico, tem acompanhado o percurso capitalista e se apropriado de artifícios discursivos de legitimação, como a terapia e a psicologia; a isso, acrescentamos o vocabulário das neurociências, bastante em voga nos últimos anos. Inclusive, em Cury (2014), é manifestada uma rejeição explícita ao estatuto de “autoajuda” (35), o que se pode atribuir ao receio em relação à pecha de charlatanismo que tem rondado parte das produções desse gênero (Leite, 2019).

(33) E o esquecimento? Por que temos sido uma plateia de pessoas com *déficit de memória*? Porque nosso *cérebro* tem mais juízo que nosso Eu. Percebendo que não sabemos gerenciar nossos pensamentos, que vivemos esgotados, o *cérebro* usa mecanismos instintivos que bloqueiam as janelas da memória na tentativa de que pensemos menos e poupemos mais *energia*. [p. 101, destaque nosso]

(34) Há muitos tipos de ansiedade, como a *pós-traumática*, o *transtorno obsessivo compulsivo* [sic] (TOC), a *síndrome de burnout*, o *transtorno do pânico*, porém a ansiedade produzida pela SPA é mais abrangente, contínua e “contagante”. [p. 99, destaque nosso]

(35) O livro não é, portanto, uma obra de autoajuda com soluções mágicas, mas uma obra de aplicação psicológica. Ensino aos meus alunos de mestrado e doutorado em psicologia, *coaching* e ciências da educação muitas das teses expostas aqui [...]. [p. 14, prefácio]

Salientamos que o conjunto vocabular de um discurso não se encontra disperso e desarranjado na materialidade linguística. Ao lado de outros fenômenos de linguagem, o léxico integra o discurso que, por seu turno, se organiza em um sistema de conexões entre seus elementos constituintes, determinado pelas restrições

semânticas que o contornam. Na seção a seguir, abordaremos o modo de coesão no discurso de Cury (2014).

3.5 Modo de coesão e de organização do discurso

Um dos planos evocados por Maingueneau (2005) aborda especificamente a dimensão da *intradiscursividade*, aquilo que se relaciona ao modo de coesão característico de cada FD e que se refere, mais detidamente, à forma como um discurso erige sua trama de remissões internas. O autor acena para dois níveis recobertos pelo domínio intradiscursivo: o recorte discursivo e o encadeamento.

O recorte discursivo estabelece-se atravessando as divisões em gêneros previamente constituídos. No *corpus* religioso do século XVII que foi examinado por Maingueneau (2005), o discurso teológico jansenista privilegia, por exemplo, o fragmento (máximas, ensaios, cartas, coleta de citações, reflexões), em detrimento das sumas. Diversamente, o discurso humanista devoto seleciona tomos inteiros de teologia e grandes livros devocionais. Sendo também resultado do modo de coesão, o encadeamento é considerado por Maingueneau (*ibidem*) um aspecto pouco examinado, porém de grande relevância. Ele se refere à maneira como cada posicionamento discursivo elabora seus parágrafos, capítulos, argumentos e passagens de um tema a outro. Embora se tratem de unidades infratextuais, tais elementos igualmente se submetem às coerções da semântica global.

O principal procedimento de construção textual em Cury (2014) é a repetição como estratégia de progressão. O manual vale-se de um permanente retorno à tese-chave segundo a qual se vive um momento histórico marcado por uma condição clínica – a síndrome do pensamento acelerado – nunca antes catalogada, mas bastante confundida pelos profissionais de saúde mental com quadros nosográficos como o déficit de atenção e hiperatividade, o pânico e o transtorno do estresse pós-traumático. A proposição compreende ainda a ideia de que a SPA, uma síndrome “perturbadora” (Cury, 2014, p. 46), é altamente prevalente na população e deve-se ao “excesso de informação, de trabalho intelectual, de atividades, de preocupação, de uso do celular” (*ibidem*, p. 14), além do “excesso de estimulação” e de “brinquedos” (*ibidem*, p. 47), no caso das crianças.

O manejo de operadores linguísticos de retomada (36) é, de certo modo, escasso, a despeito da repetitividade característica do discurso de Cury (2014). Por outro lado, o enunciador parece recear-se de provável efeito negativo causado pela retomada frequente de conteúdo, já que, por vezes, justifica seu procedimento ao leitor (37). De fato, enunciados altamente repetitivos frustram o atendimento à lei da informatividade⁴⁴ em uma dada situação de comunicação, o que pode comprometer, portanto, os propósitos discursivos do enunciador.

(36) *Como disse*, muitos neurologistas, psiquiatras, psicólogos e psicopedagogos, ao observar crianças e adolescentes agitados, inquietos, com dificuldade de concentração e rebeldes a normas sociais, chegam a diagnósticos errados, atribuindo tais comportamentos ao transtorno de déficit de atenção ou hiperatividade, quando a maioria desses pacientes é vítima da Síndrome do Pensamento Acelerado [...]. [p. 46, destaque nosso]

(37) Um dos mais graves defeitos da personalidade de um Eu autossabotador é a autocobrança. Como, infelizmente, grande parte das pessoas tem essa característica doentia, *vou reiterar o que já disse* [...]. [p. 92, destaque nosso]

Quanto aos modos de organização do discurso, que julgamos por bem atrelar ao modo de coesão, como foi dito no capítulo 2, constatamos que parte relevante da obra se desenvolve sob o que Charaudeau (2009) chama de modo descritivo, dado que o enunciador faz uso de procedimentos discursivos de apresentação e descrição de elementos que são focalizados de forma estática, diferentemente do modo narrativo, em que o foco sobre os elementos do discurso é dinâmico. A descritividade do texto concentra-se nas ocasiões em que o enunciador busca elucidar a teoria da inteligência multifocal aplicada à compreensão da síndrome do pensamento acelerado. Nessa direção, dois tipos de componentes do modo descritivo são particularmente acionados em Cury (2014): a *nomeação*, destinada a dar existência a um ser; e a *qualificação*, pela qual se identificam propriedades ou características desse ente, que podem ser sensoriais ou funcionais. A finalidade explicativa do discurso é, dessa maneira, presente em toda a obra.

O processo de descrição, contudo, é frequentemente associado a uma orientação argumentativa empreendida pelo enunciador, com a qual defende, por

⁴⁴ A lei da informatividade é um dos princípios pragmáticos que regem o discurso. Ela “incide sobre o conteúdo dos enunciados e estipula que não se deve falar para não dizer nada, que os enunciados devem fornecer informações novas ao destinatário” (Maingueneau, 2013a, p. 39).

exemplo, relações de causalidade entre os fenômenos que aborda e, ao mesmo tempo, expressa posicionamentos discursivos (38). A incitação à ação, que Charaudeau (2009) vincula privilegiadamente ao comportamento alocutivo,⁴⁵ também está bastante associada à modalidade descritiva em Cury (2014), como exemplificado em (39). Trataremos melhor dos fenômenos que recobrem os acontecimentos propriamente enunciativos, como esses, na seção dedicada ao *modo de enunciação*.

(38) [...] Na SPA não há alteração metabólica. A falha é funcional e social, está ligada ao processo de formação da personalidade e ao funcionamento da mente e, portanto, deve ser corrigida com técnicas. Desacelerar a criança com SPA é fundamental. Encorajá-la, por exemplo, a desenvolver atividades mais lentas e lúdicas, como ouvir músicas tranquilas (música clássica), tocar instrumentos, pintar, praticar esportes, fazer teatro, pode ser muito útil. Crianças e adolescentes hiperativos também podem e devem aprender essas práticas. Prescrever indiscriminadamente ritalina [sic] e outras drogas para quem tem SPA pode ser um erro grave. [p. 47]

(39) A SPA abarca o estresse profissional (síndrome de *burnout*), gerado pelo uso de telefones celulares, pelo excesso de atividades, de informações, de trabalho e pela competição predatória. Um profissional, a não ser em casos excepcionais ou horas muito específicas, deveria se proibir de usar telefone celular nos finais de semana. [...] Você tem a bomba da SPA em sua mente? Se tem, é preciso desarmá-la. [...]. [p. 113-114]

O modo narrativo de organização do discurso em Cury (2014) é particularmente relevante. As sequências narrativas destacam-se nesse manual porque (i) redirecionam a temporalidade do presente neutro, típico das sequências injuntivo-explicativas, para o pretérito; (ii) atualizam a implicação subjetiva do enunciador em seu discurso, já que contam sobretudo fatos de sua vida individual; e (iii) frequentemente se isolam do restante do texto, como no início ou no fim de determinadas seções.

É possível levantar dois padrões na forma de apresentação das narrações dessa obra: (i) as sequências cujo tema é a vida do próprio enunciador são mais extensas que aquelas que versam sobre outros seres; e (ii) nessas sequências que tratam do enunciador, a natureza semântica dos verbos tende a ser perfectiva, ao passo que os verbos narrativos em outras ocasiões são comumente imperfectivos. Do

⁴⁵ Em um comportamento linguageiro de tipo alocutivo, o sujeito falante enuncia seu lugar em relação ao destinatário no momento em que, com seu dizer, o implica e lhe impõe uma conduta. Dessa forma, o enunciador age sobre o coenunciador. Trata-se de um procedimento bastante comum em gêneros discursivos classificados como manuais ou guias, que apresentam finalidade procedural.

ponto de vista discursivo, esses elementos permitem deduzir que o enunciador se esforça para assentar sua própria história de vida como modelo de existência e de conduta, ao mesmo tempo em que expõe conquistas e problemas pessoais de forma temporalmente situada, como alguém que foi capaz de iniciar e concluir feitos (40), enfatizando não tanto o processo de enfrentamento de desafios na vida, mas sua superação.

(40) Certa vez, fui convidado pela Marinha para falar a líderes entre os fuzileiros navais sobre a Teoria da Inteligência Multifocal e o processo de formação de pensadores, e um brilhante almirante, após a preleção, comentou: “Nossos fuzileiros são especialistas em engenharia naval, química, mecânica, enfim, em lidar com dados lógicos, mas nossos currículos precisam ser reciclados para contemplar o desenvolvimento do Eu e suas funções vitais. Eles precisam aprender a lidar com as intempéries da vida, com os conflitos sociais e emocionais e, mais do que qualquer coisa, aprender a tomar decisões inteligentes em situações de risco”. Ele entendeu plenamente o conteúdo da conferência. [p. 81]

Outro importante aspecto a ser ressaltado no texto de Cury (2014) é sua expressiva subdivisão formal. Composto por 15 capítulos, 50 seções e 20 subseções, o manual organiza-se em blocos textuais que possuem, em média, duas páginas – ou cerca de oito parágrafos.⁴⁶ Alguns estudiosos dão evidência ao fato de que muitas obras de aconselhamento são estruturadas em capítulos relativamente curtos, como Bertuolo (2011) e Bellotti (2017), sem, contudo, integrar tal constatação a uma análise discursiva. De nossa parte, acreditamos que um dos efeitos pretendidos com essa hipersegmentação textual é dinamizar a leitura e promover a impressão, no coenunciador, de que *o texto progride rapidamente*, o que se harmoniza com um dos objetivos centrais do gênero: o de proporcionar ajuda direta e vertiginosa, que leve a soluções fáceis de serem alcançadas para determinado problema ou conflito.

É interessante assinalar que, quanto à dimensão, livros de aconselhamento não costumam ser volumosos, caso da obra em análise, inclusive. Certamente, essa observação leva em conta uma comparação entre a *self-help* e outros gêneros editoriais, e não se trata de uma informação universalizável. Apesar disso, de todos

⁴⁶ Consideremos que a edição de 2014 possui 137 páginas efetivamente preenchidas por texto. Ela foi impressa em brochura com padrão de 21 cm de altura por 14 cm de largura. O miolo é diagramado com margem esquerda de 2,5 cm, direita de 2 cm, superior de 2,5 cm e inferior de 3 cm. A natureza da fonte principal, que é serifada, não foi informada, mas segue dimensão semelhante ao padrão editorial brasileiro, de 12 pontos.

os *best-sellers* em aconselhamento comportamental apontados pelo Gráfico 2 (ver p. 55), somente dois deles possuem mais de 200 páginas. Mesmo obras que ultrapassam bastante esse padrão dimensional, como o manual *Quintessência: lei da atração acelerada*, de William Sanches,⁴⁷ organizam sua diagramação geralmente em torno de tipografias de tamanho acima do usual, espaçamento entre linhas superior a 1,5 ponto e margens extensas, além de recorrentes espaços vazios entre as seções. Dessa maneira, embora o suporte possa ser materialmente denso, o texto em si não o é, fazendo com que a leitura do manual de conselhos permaneça ágil, *acelerada*.

Observados os principais elementos concernentes à forma de organização interna da obra e a seus aspectos estruturais e coesivos, passemos à análise da dêixis enunciativa e das pessoas do discurso na próxima seção deste capítulo.

3.6 Dêixis enunciativa

Vimos que a dêixis enunciativa refere-se, na semântica global, ao plano que corresponde à cena e à cronologia forjadas pelo discurso para garantir sua própria legitimação (Maingueneau, 2005). Não se trata, pois, de uma dêixis espaciotemporal linguisticamente marcada por datas e locais precisos. Na verdade, ela resulta de um processo de construção (textual) do espaço e do tempo. A partir dos estudos de Lara (2021, 2023, entre outros), acrescentamos à dêixis enunciativa a dimensão de *pessoa*, excluída por Maingueneau, com o objetivo de investigar como essa categoria se manifesta nos discursos dos manuais de aconselhamento (incluindo a prevalência de certas pessoas em detrimento de outras e os deslizamentos entre elas, dentre outros aspectos).

Em vários trabalhos de Maingueneau (2013a, 2015, por exemplo), os sujeitos da atividade comunicativa e a dêixis localizam-se dentro de uma abordagem de *cenografia enunciativa*, uma metáfora mobilizada pelo autor para elucidar os mecanismos de composição e as relações simbolicamente organizadas entre os coenunciadores, as topografias e as cronografias delineadas no discurso (Souza-e-Silva, 2015). Maingueneau (2013a) também avalia a produção da cenografia como um importante artifício mediante o qual o enunciador é capaz de representar gêneros

⁴⁷ Trata-se da primeira edição dessa obra, de 2023, que foi publicada pela editora brasileira Citadel e possui 424 páginas.

discursivos diversos, sem que a própria cena genérica que funda a situação de comunicação seja descaracterizada. Assim é que um poema pode estruturar-se como uma receita de bolo ou uma peça publicitária pode encenar uma entrevista de emprego e, no entanto, o destinatário, portando a competência discursiva necessária para interpretá-los, não os compreenderá como guia culinário ou interação ritualizada em um ambiente organizacional.

Logo no primeiro enunciado do prefácio (41), sob responsabilidade do próprio autor (Cury, 2014), o enunciador apresenta o território simbólico fundamental sobre o qual se desenvolve seu discurso. A condição necessária para alicerçar a ideia de que a síndrome do pensamento acelerado é o “mal do século” é situá-la no interior de um contexto que favoreça tal visão. Desse modo, o enunciador constrói um imaginário de sociedade contemporânea ocidental hiperinformada, agitada, inquieta, que promove sujeitos de mentalidade igualmente hiperinformada, agitada, inquieta.

Assim sendo, o ambiente nessa obra é flagrantemente urbano, e a informática domina as práticas cotidianas; tudo nele está em movimento e o excesso o atravessa constantemente: “excesso de estimulação”, “excesso de atividades” (Cury, 2014, p. 47), “excesso de autoconfiança” (*ibidem*, p. 67), “excesso de trabalho intelectual”, “excesso do uso de computadores” (*ibidem*, p. 103). Por sua vez, o recorte temporal é o presente radicalizado, é exatamente o *agora* partilhado entre o enunciador e seu destinatário. Apesar disso, trata-se de uma temporalidade mais aprofundada do que se poderia supor, já que o enunciador rastreia sua origem no final do século XX (42).

(41) Vivemos numa sociedade urgente, rápida e ansiosa. [p. 13, prefácio]

(42) Todos os professores no mundo sabem, embora não entendam a causa, que, do final do século XX para cá, crianças e adolescentes estão cada vez mais agitados, inquietos, sem concentração, sem respeito uns pelos outros, sem prazer em aprender. [p. 101]

Observamos que o enunciador joga com a oposição semântica *modernidade-passado* e os valores eufóricos socialmente compartilhados em relação à ideia de evolução do moderno. Embora instale a temporalidade enunciativa no agora, o enunciador recorre a uma série de metáforas que aludem a um passado arquetipicamente duro, primitivo ou animalesco para caracterizar, por exemplo, a condição do indivíduo contemporâneo que sofre de ansiedade (43, 44 e 45).

(43) Vivemos na idade da pedra [*sic*] em relação aos papéis do Eu como administrador da psique. [p. 21]

(44) Os soldados romanos sabiam o que faziam, cumpriam a peça condenatória de Pilatos [...]. Cumpriam ordens, não eram completamente autônomos nem donos do próprio destino. Eram prisioneiros do seu passado, “escravos” de sua cultura. [p. 28]

(45) [...] Podemos nunca ser completamente livres em nosso psiquismo, mas há diferenças nos níveis de aprisionamento. Alguns visitam essa “prisão” em momentos de estresse semanais; outros, em períodos diários de tensão; outros, ainda, vivem constantemente em masmorras. [p. 36]

De modo mais concreto, é a cena prototípica dos grandes eventos de comunicação organizacional que ressoa reiteradamente por toda a obra. Trata-se aqui das *conferências* que o enunciador diz presidir, em uma condição semelhante ao que Freitas e Covaleski (2010) denominam *empreendedor de palco*, isto é, um sujeito investido de legitimidade social para contar histórias pessoais de superação e expor um conhecimento de mundo a uma plateia que se encontra à procura de paradigmas de conduta. De fato, o próprio processo narrativo do enunciador em Cury (2014) sugere a imagem de um palestrante dirigindo-se a seu público, sobre uma plataforma em que todos podem contemplar sua figura. Para o produtor-enunciador desse discurso, porém, não parece ser suficiente *mostrar* a cenografia e o *éthos* (que é grandioso) a ela associado; também é preciso *dizê-los* (46 e 47).

(46) Recentemente, durante minhas conferências para mais de 8 mil educadores em dois congressos, um nacional e outro internacional, apliquei um teste rápido sobre os sintomas básicos da SPA. [p. 18]

(47) Certa vez, perguntei a executivos das cinquenta empresas psicologicamente mais saudáveis do país: “Quem tem algum tipo de seguro?”. Todos responderam que tinham. Em seguida, indaguei: “Quem tem seguro emocional?”. Ninguém arriscou a levantar a mão [...]. [p. 23]

As interrogações, endereçadas frequentemente de forma explícita ao coenunciador, têm alguma importância na composição dêitica da obra. Ao atualizarem o efeito discursivo de diálogo com o leitor, elas promovem uma encenação intimista, dado que o coenunciador é reportado no singular (“você”), como se ambos os parceiros de linguagem mantivessem uma conversação face a face. Além do objetivo propriamente reflexivo-didático (*fazer pensar*), as interrogações em Cury (2014), comuns no fechamento de parágrafos, prestam-se, portanto, a diluir a impessoalidade

característica da cena da conferência, já que nesta o orador fala a um público numeroso, indeterminado e fisicamente afastado. Com isso, favorece-se o efeito de proximidade entre o enunciador e o leitor solitário do manual de aconselhamento, compondo uma cena por vezes psicoterapêutica (48 e 49).

(48) [...] Vivemos numa sociedade superficial e estressante, que todos os dias nos vende produtos e serviços, porém não nos ensina a desenvolver um Eu “gerente”, maduro, inteligente, cômico dos seus papéis fundamentais. Como está seu Eu?. [p. 22]

(49) [...] Um Eu líder e maduro não gravita na órbita dos outros nem exige que os outros gravitem na órbita dele. Vive em harmonia. Você vive em harmonia consigo mesmo? [p. 41]

No que concerne às pessoas do discurso, nota-se que todo o texto de Cury (2014) é marcado pela subjetividade do par *eu-tu*. Os recortes discursivos assentados na *não pessoa* (Benveniste, 2005; Fiorin, 2015) não são necessariamente raros, porém circunscritos a algumas sequências explicativas e informativas. De seu lado, a pessoa ampliada *nós* emerge em alguns aspectos que merecem análise.

Em Cury (2014), a figura enunciativa *eu + tu/você*, ou seja, a pessoa ampliada *nós* que semanticamente inclui o coenunciador, ocorre principalmente como parte de operadores de textualidade, que têm função didática na obra (antecipação remática, por exemplo). É o caso de (50), tratando-se do que Fiorin (2003) chama de *nós inclusivo*.

Há, porém, uma outra manifestação mais comum dessa pessoa coletiva: trata-se de um *nós* semanticamente mais abstrato, associado à ideia de humanidade, de uma sociedade estendida, o que pode ser associado ao *nós misto (eu + você(s) + ele(s))* de Fiorin (*ibidem*). Ele é mobilizado pelo enunciador de maneira a atenuar ou compartilhar sua responsabilidade enunciativa sobre o conteúdo proposicional, o que é bastante relevante para a salvaguarda de sua autoimagem, dado que uma parcela das ocorrências do *nós misto* se verifica em enunciados que apresentam valor disfórico (51 e 52), capazes de ameaçar os *éthe* que ele busca estabilizar.

(50) [...] De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 1,4 bilhão de pessoas, cedo ou tarde, desenvolverão o último estágio da dor humana, o que corresponde a 20% da população do planeta. Mas, como *veremos*, a Síndrome do Pensamento Acelerado (SPA) provavelmente atinge mais de 80% dos indivíduos de todas as idades [...]. [p. 17, destaque nosso]

(51) Não *deixamos* de ser livres apenas porque *somos* reféns do *nosso* passado, da “liberdade circunscrita a uma história existencial”. Mesmo dentro dessa base de dados, não *temos* plena liberdade de escolha, como Sartre pensava. [p. 28, destaque nosso]

(52) *Temos* o costume de *nos* classificar em negros e brancos, ricos e miseráveis, celebridades e anônimos, intelectuais e iletrados, reis e súditos, porque *pisamos* na superfície do planeta psíquico, porque *conhecemos* no máximo a antessala dos fenômenos que *nos* tecem como *Homo sapiens* [destaque da obra]. *Somos* uma espécie doente, que pouco honrou a arte de pensar. [p. 32, destaque nosso]

A partir disso, podemos supor que alguns usos do *nós misto* anteriormente relatado referem-se não exatamente à totalidade da humanidade, mas ao próprio leitor visado. Nesse sentido, a pessoa ampliada serviria tão somente como um marcador pragmático de polidez, substituindo o emprego natural do pronome de tratamento relativo à segunda pessoa (“você”), sobretudo quando o enunciado comporta uma carga semântica disfórica. Por fim, o *nós* que exclui o coenunciador, ou seja, o *nós exclusivo* (*eu + ele(s)*) (Fiorin, 2003), é incomum na obra.

Constatamos que, de modo geral, o enunciador em Cury (2014) prefere utilizar a primeira pessoa (*eu*), o que pode ser mais claramente observado nos recortes narrativos. À exceção dos casos já citados, o enunciador evita empregar a primeira pessoa do plural, nem mesmo como *plural de modéstia*, pois, como veremos mais à frente, as representações de si que o sustentam admitem uma autorreferência individualizada, o que, em outros quadros etóticos, poderia promover efeitos de sentido de impolidez, ressaltando uma vocalidade arrogante ou egocêntrica. No entanto, na obra em foco, como o enunciador se vale de *éthe* que lhe atribuem grande confiança, experiência e sucesso, como veremos adiante, é-lhe facultado reportar-se como sujeito uno (*eu*), um enunciador que não precisa se posicionar parcimoniosamente diante de seu público (53).

(53) É difícil falar da minha própria produção de conhecimento, mas, jamais negando minhas gritantes limitações, gostaria de dizer que a Teoria da Inteligência Multifocal talvez tenha sido a primeira a detectar que a construção de pensamentos é tão complexa que, além do Eu, há três outros fenômenos que constroem cadeias de pensamentos. [p. 39]

Ao tratar da dêixis enunciativa (com a reinclusão da categoria de pessoa), observamos as formas pelas quais as cenografias discursivamente elaboradas

apresentam-se como pano de fundo de imagens que o enunciador projeta de si em direção a seu destinatário. Dito isso, passemos à análise do modo de enunciação, que compreende o estudo das autorrepresentações agenciadas na obra de Augusto Cury.

3.7 Modo de enunciação e *éthos*

Um discurso, para Maingueneau (2005), não se encontra em função somente do estatuto dos parceiros de linguagem e da dêixis enunciativa; ele se associa igualmente a uma forma de dizer específica, que, em sua semântica global, denomina-se *modo de enunciação*. Como já foi mencionado, nos últimos anos, Maingueneau (2013a, 2013b, 2020, por exemplo) tem aproximado esse plano da noção retórica de *éthos*. Por isso, trabalharemos essas duas questões em conjunto.

Maingueneau (2013a, 2020), a propósito, vincula a ideia de *éthos* à de *tom* do discurso. Assim, determinando-se certa vocalidade de um discurso, determina-se também seu tom, o que conduz à construção de um corpo do enunciador. “A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de *fiador* do que é dito” (Maingueneau, 2013a, p. 107). Por sua vez, o tom encontra suporte na figura abstrata desse fiador, que é o papel exercido pela origem enunciativa, encarnada por uma dimensão vocal e determinações físico-psíquicas atribuídas ao ator da enunciação. Além disso, Maingueneau (2013b, § 3º) argumenta que “l’*éthos*, à la différence des deux autres pôles de la triade *éthos-logos-pathos*, a un statut instable: tantôt on lui accorde un rôle périphérique dans le dispositif rhétorique, tantôt on est tenté de lui attribuer un rôle central”.⁴⁸

O autor admite a existência de duas manifestações de *éthos* discursivo: o *dito* (dados, informações sobre si que o enunciador apresenta textualmente) e o *mostrado* (que passa pelo tom, pelo ritmo, pela escolha das palavras e dos argumentos, entre outros índices assumidos pelo enunciador). Essas situações demandam três estratégias na relação entre *éthos* dito e *éthos* mostrado: pode ocorrer (i) uma ruptura, caso haja divergência entre um e outro; (ii) uma convergência entre eles, quando o

⁴⁸ “O *éthos*, diferentemente dos dois outros polos da tríade *éthos-páthos-lógos*, possui um estatuto instável: às vezes lhe é atribuído um papel periférico no dispositivo retórico, às vezes somos levados a conferir-lhe um papel central” (tradução nossa).

dito se sustenta pelo mostrado e (iii) um desaparecimento do dito, em proveito do *éthos* mostrado.

A principal *performance* etótica assumida pelo enunciador em Cury (2014) é, de fato, a de conselheiro, mesmo que ela seja denegada (ver excerto 35). A imagem do sujeito que aconselha, embora possa ser bastante próxima daquela do psicoterapeuta em seus propósitos, difere dele quanto ao método para alcançá-los. O conselheiro, do latim *consiliarĭum*, é aquele que tem como principal artifício *orientar a conduta*, por meio da expressão de uma “opinião ou aviso que se dá a uma pessoa quanto ao que ela deve fazer em determinada situação” (Caldas Aulete, 2011, p. 382).

Já a persona do psicoterapeuta, na visão de Whitaker (1992), assume um papel deliberado com o fim de proporcionar uma ação integradora ou indutora de crescimento do sujeito que é atendido. Segundo o autor, toda psicoterapia busca promover uma personalidade em desenvolvimento, uma crescente unicidade, isto é, caminha em direção à integração e à autoestima. Assim, dentre os objetivos específicos da psicoterapia, podem-se incluir a ampliação do autoconhecimento e da utilização de recursos pessoais; a ampliação do desenvolvimento e da utilização de recursos psíquicos para lidar com situações de vida ou condições subjetivas; a melhora nas condições de vida e bem-estar; e o tratamento de condições de sofrimento psicológico (CFP, 2022). A ética da intervenção psicoterapêutica, diversamente da prática de aconselhamento, guia-se pela não diretividade do comportamento e por favorecer o conhecimento de si e a autodeterminação do cliente.⁴⁹

Sob uma perspectiva semiolinguística (Charaudeau, 2009), é possível identificar que a *injunção* constitui a categoria de língua de maior relevo na elaboração do *éthos* do conselheiro em Cury (2014). É importante notar que a injunção em configuração explícita, assinalada principalmente por verbos imperativos, é um evento infrequente no texto, sendo ela mais bem representada pelas construções nas quais modalizadores deônticos⁵⁰ exercem função atenuadora de um possível tom

⁴⁹ Apesar disso, é importante ressaltar que, em sua prática profissional, o psicoterapeuta, a depender da orientação teórico-metodológica e do contexto específico de atuação, pode, sim, promover aconselhamento. Este, no entanto, não se entende como sua atividade característica, cremos nós.

⁵⁰ A modalização é uma estratégia argumentativa que permite a um enunciador imprimir em seu discurso uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo de sua enunciação ou sobre a própria atividade enunciativa. Modalizadores deônticos, *grosso modo*, seriam elementos linguísticos capazes

cominatório ou proibitivo do locutor, erigindo, ao contrário, um tom mais “leve”. Nesse contexto, damos atenção, mais uma vez, à estratégia de polidez do enunciador ao manipular a pessoa ampliada *nós* no lugar do pronome *você* (54 e 55), de forma a dissipar o ar intimidador e autoritário que o conselho pode sugerir.

Os encadeamentos argumentativos na modalidade disjuntiva ou consequencial são fenômenos comuns em Cury (2014) e, com frequência, inspiram uma vocalidade admoestatória (56 e 57), típica do conselheiro que costuma advertir seu seguidor. Essas estratégias argumentativas, porém, não devem ser confundidas com a categoria elocutiva do aviso (Charaudeau, 2009), já que o enunciador em Cury (2014) se esforça para não se implicar diretamente nas admoestações que promove. No aviso propriamente dito, a instância locutora estabelece uma ação a realizar por ela mesma, que pode estar ligada a uma condição (*ibidem*); portanto, o eu do aviso envolve-se inteiramente com o conteúdo proposicional de seu enunciado.

(54) Aprender a nos colocar o menos possível no processo de interpretação e criticar nossos preconceitos é *fundamental* para nos aproximar dos outros, entender seu drama, ainda que virtualmente. [p. 42, destaque nosso]

(55) [...] *Devemos* virar a mesa contra tudo o que furta nossa tranquilidade. [...] *Devemos* aplicar a técnica do DCD [duvidar, criticar e decidir] diariamente e de maneira livre, usando nossa própria cultura e capacidade. [p. 138, destaque nosso]

(56) Nesse mundo competitivo e consumista, *ou aprendemos a ser seres humanos ou seremos máquinas de trabalhar* [...]. [p. 31, destaque nosso, argumento disjuntivo]

(57) *Uma pessoa sem proteção emocional tem chance de desenvolver hipersensibilidade*. Ela não apenas se preocupa com a dor do outro como vive essa dor; não apenas pensa no amanhã como sofre pelo futuro [...]. [p. 127, destaque nosso, argumento consequencial]

Por sua vez, a imagem do psicoterapeuta parece-nos pouco determinável por uma ou outra manifestação linguística particular, embora tenha certo destaque na obra, sobretudo como *éthos* dito (58). Acreditamos, contudo, que o *éthos* efetivo do psicoterapeuta não se consolida no discurso de Cury (2014), já que compete diretamente com a figura do conselheiro no processo de constituição da identidade genérica do enunciador.

de indicar que o falante considera o conteúdo da proposição como algo que deve ou precisa ocorrer obrigatoriamente (Nascimento, 2010).

(58) Essa trajetória [o processo de desenvolvimento da teoria da inteligência multifocal] não alavancou meu orgulho; ao contrário, colocou-me em contato com minhas mazelas e minha pequenez, pois me fez perceber em mais de 20 mil sessões de psicoterapia e consultas psiquiátricas, que todos os meus pacientes eram tão complexos como o mais culto e racional dos seres humanos. [p. 32]

Ao contrário da imagem do psicoterapeuta, o *éthos* do cientista não disputa território com a figura do conselheiro. Na realidade, cientista e conselheiro estabelecem entre si uma relação de justaposição, ou, mais especificamente, aquele apresenta-se como um *fiador* deste: é a representação forjada de um produtor de conhecimento formal e controlado – o médico-cientista – que autoriza o enunciador a *aconselhar*, sem que essa conduta possa significar para seu parceiro de linguagem que ele está diante de uma “mera autoajuda”; afinal de contas, a imagem de autor de *self-help* é explicitamente antietótica para a instância locutora de Cury (2014).

Não é sem razão que a figura do cientista seja provavelmente aquela sobre a qual o enunciador investe mais recursos, sendo abundantes as passagens em que esse *éthos* se materializa (59 e 60). O léxico científico e paracientífico, como já vimos, também exerce importante papel na instituição desse perfil de homem da ciência, que desvenda dedicadamente uma série de fenômenos do comportamento humano, nunca antes estudados.

(59) Ao longo de mais de três décadas, estudei exaustivamente essa área e desenvolvi a Teoria da Inteligência Multifocal (TIM). Pensei dia e noite, ano após ano, analisando e escrevendo sobre a natureza, os tipos, os limites e o processo de construção de pensamentos. [p. 32]

(60) A construção do pensamento não é unifocal, mas multifocal, não dependendo apenas da vontade consciente, ou seja, do Eu, mas de fenômenos inconscientes. Somente essa tese já é suficiente para demonstrar que a mente humana é mais complexa do que postulam a psicanálise, as teorias comportamentais, as teorias cognitivas, as existencialistas, as teorias sociológicas e as teorias psicolinguísticas [...]. [p. 35]

Todavia, o impacto discursivo e argumentativo dessa imagem científica é posto em causa, na medida em que, deliberadamente ou não, o enunciador negligencia duas disposições características do cientista prototípico: (i) o esclarecimento de suas fontes de informação e (ii) a apresentação de asserções a partir de uma observação ou experimentação controlada e revisada por pares. Em (61) e (62), o enunciador

exibe valores que sugerem evidências estatísticas, sem, contudo, demonstrar a origem de seus estudos; já em (63), empreende-se uma reafirmação de saberes de senso comum, de matiz opinativo e dóxico (Amossy, 2016).

Dito isso, é inegável que haja, em Cury (2014), um esforço enunciativo para elaborar o caráter de alguém que fala em nome de um saber verificado, supostamente não susceptível a questionamentos triviais. Por outro lado, o próprio enunciador avoca o estatuto daquele que seria capaz de produzir conhecimento ou norma de comportamento humano, tendo a si mesmo como fonte (64), o que o aproxima do dogmatismo típico do discurso de aconselhamento (Brunelli, 2004) e o afasta da cena caracteristicamente acadêmico-científica.

(61) [...] Como veremos, a Síndrome do Pensamento Acelerado (SPA) provavelmente atinge mais de 80% dos indivíduos de todas as idades, de alunos a professores, de intelectuais a iletrados, de médicos a pacientes. [p. 17]

(62) Se saturarmos a MUC [memória de uso contínuo], passando para 5 ou 10%, expandiremos os níveis da ansiedade vital e superestimularemos o fenômeno do autofluxo, que, por sua vez, começará a ler rápida e descontroladamente a memória e a produzir pensamentos numa velocidade nunca vista. Gera-se, assim, a Síndrome do Pensamento Acelerado. [p. 104]

(63) [...] A maioria dos jovens que se deslumbra diante de uma personalidade de Hollywood ou de um artista da música não tem um Eu autônomo, autoconsciente, autocrítico. [p. 83]

(64) Tive o privilégio de descobrir essa síndrome e o dissabor de saber que ela está na base de fobias, farmacodependências, obsessões, depressão, homicídios, suicídios, guerras, genocídios, exclusão social e até do baixo rendimento intelectual. [p. 55]

Algum ar dogmático também se deixa notar pela profusão de enunciados sentenciosos em Cury (2014). Tais construções linguísticas são compreendidas por Maingueneau (2008) no interior de uma problemática sobre a *destacabilidade enunciativa*. Conforme o autor, o destaque de alguns enunciados só é possível porque, a partir de uma lógica textual, sobressaem determinadas características formais: “são [frases] curtas, bem estruturadas, de modo a impressionar, a serem facilmente memorizáveis, e reutilizáveis” (*ibidem*, p. 77). Referimo-nos, aqui, a um conjunto de características que classificam um enunciado como destacável ou passível de ser destacado. Trata-se, nesse caso, de uma sobreasseveração. Quando esse enunciado é, de fato, destacado, ele ganha o *status* de aforização. Na teoria de

Maingueneau (2008), os enunciados que apresentam esse enquadramento operam sob um regime distinto do restante do texto, guardando com ele uma relação de permanente tensionamento; por isso, o autor registra dois domínios enunciativos: a enunciação textualizante e a enunciação aforizante.

As denominadas *aforizações* ou *frases sem texto* (Maingueneau, 2014b) podem ser mais ou menos prototípicas, conforme reúnam índices textuais (que assegurem sua concisão), lexicais (escolhas verbais), aspectuais (que as generalizem), sintáticos e prosódicos (ritmo) e semânticos (presença de tropos), garantindo sua retomada e sua circulação no espaço público. Temos dois tipos maiores de aforizações: as primárias (destacadas desde a origem, como os provérbios e máximas) e as secundárias (destacas de um texto).

Ainda a esse respeito, Maingueneau (2014b) estabelece a noção de *participação* e esclarece que esse fenômeno está intimamente associado a uma destacabilidade sentenciosa. A participação designa uma modalidade de citação em que o enunciador cita um fragmento sem indicar quem é seu autor. É o que ocorre, por exemplo, quando citamos uma frase célebre, mas omitimos sua autoria. A participação possui alguns atributos:

- O enunciado citado é um enunciado autônomo, seja por ter sido autônomo na origem ou ter se tornado autônomo quando de sua retirada de um certo texto;
- essa citação deve de ser reconhecida como tal pelo coenunciador;
- o enunciador que cita mostra sua adesão ao enunciado citado, e este faz parte do que se pode chamar de um conjunto de enunciados de contornos mais ou menos fluidos, indissociável de uma comunidade, que se define precisamente, de modo particular, pelo próprio fato de partilhar desse repertório fraseológico. Por meio de sua enunciação, o enunciador que cita pressupõe pragmaticamente que ele e seu destinatário são integrantes dessa comunidade;
- esse repertório de enunciados e a respectiva comunidade remetem a um *hiperenunciador*, uma instância mais abstrata e exterior à cena de enunciação imediata, cuja autoridade garante menos a *verdade* do enunciado do que sua *validade*, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade.

Em Cury (2014), ocorre um significativo recurso à particitação, segundo nosso juízo. Diferentes frases no texto organizam-se de forma a se realçarem do restante do bloco. Para tanto, o enunciador utiliza-se de construções impessoalizadas, com aspecto semântico generalista, de pequena dimensão sintática, revestidas de figuras de linguagem e dotadas de localização estratégica no fio do discurso (65 e 66). Esses enunciados, que são numerosos em Cury (2014), exercem o papel de expressões proverbiais ou adágios populares e não parecem constituir uma estratégia estilístico-argumentativa ocasional, mas uma característica ligada à configuração mesma do gênero do discurso manual de aconselhamento.

(65) Quando nos envolvemos em um projeto para produzir conhecimento teórico, o risco de não desenvolver algo consistente é grande, ainda mais numa área intangível como a psicologia. Mas *quem vence sem riscos triunfa sem dignidade* [...]. [p. 37, destaque nosso]

(66) [...] Uma pessoa muito estressada e com SPA pode gastar mais energia do que dois, três ou dez trabalhadores braçais. *Sábio é o que faz muito gastando pouca energia*. [p. 103, destaque nosso]

Em seu estudo, Brunelli (2004) identifica que os discursos de aconselhamento mobilizam uma *captação do gênero proverbial*, de modo que o valor sentencioso e de aspecto amplo e aparentemente infalível atribuído a essas aforizações primárias transporta-se semanticamente para o texto da *self-help*, com reflexo direto na construção do *éthos*. De acordo com Brunelli (*ibidem*, p. 93), “o discurso proverbial empregado pelo sujeito enunciador do discurso de auto-ajuda reforça sua posição de sujeito de saber e seu ethos de homem seguro e confiante, dadas as características da enunciação proverbial”.

Acrescentamos à análise da autora a hipótese segundo a qual eclode um tom dogmático desse mecanismo discursivo, no sentido de que o enunciador em Cury (2014) busca dirigir a seu público uma afirmação que, pelo menos em princípio, não seja passível de contestação. Nesse contexto, deve-se lembrar que o discurso do manual de aconselhamento é flagrantemente monologal, ainda que o enunciador se esforce para erigir cenografias de troca comunicativa entre ele e o coenunciador.

Como aponta Brunelli (2004), também notamos a emergência da disposição psicológica confiante e segura de si no panorama ético de Cury (2014). A contraparte disfórica desse *éthos*, ligada à ideia de presunção, é, a nosso ver, pouco enfrentada pelo enunciador. No entanto, cremos que a tentativa de imprimir uma

disposição moral sociável e altruísta (67) represente, de certo modo, um movimento de atenuação do caráter de autossuficiência que atravessa toda a obra. Por meio do *éthos* dito, o enunciador também demonstra ser alguém influente, cujo corpo transita com facilidade em espaços sociais de poder (68 e 69).

(67) [...] Cada ser humano, independentemente de seu status social e cultura e do quão fragmentado seja emocionalmente, é um mundo a ser descoberto, um universo a ser explorado. Acho estranho as pessoas, quando estão num elevador, não olharem para a face umas das outras, e sim para os números dos andares. Todos temos necessidade de dialogar, porém nos escondemos com facilidade. [p. 148]

(68) Você entraria numa aeronave sabendo que há um terrorista a bordo que poderia dominar o piloto e fazer o avião despencar? *Fiz essa pergunta para uma plateia de médicos.* Claro, todos disseram que não [...]. [p. 29, destaque nosso]

(69) Certa vez, *ao fazer uma conferência no Supremo Tribunal Federal*, o guardião dos direitos e deveres dos cidadãos, baluarte da liberdade, afirmei que nunca houve, nas sociedades livres e democráticas, tantos escravos no único lugar onde é inadmissível ser um prisioneiro: em nossa própria mente. [p. 36-37, destaque nosso]

Os aspectos *categóricos* do *éthos*, associados a papéis sociais, e os *experenciais*, ligados a disposições moral-psicológicas (Maingueneau, 2016b), estão fortemente interconectados em Cury (2014). Enquanto a imagem do médico-cientista remete a uma disposição de inovação (70), o *éthos* do escritor aparece recoberto por um caráter de quem tem noção de seu sucesso e que deve externá-lo ao leitor (71). No Quadro 1, identificam-se os principais atributos autorrepresentacionais na obra de Augusto Cury. Destaca-se, nesse quadro, que a dimensão *negativa* por nós acrescentada refere-se aos *antiéthe* mobilizados no discurso, ainda que eles não correspondam aos efeitos de sentido visados pelo enunciador.⁵¹

(70) Por estudar sistematicamente os fenômenos conscientes e inconscientes que constroem pensamentos, a TIM é a primeira teoria a detectar a Síndrome do Circuito Fechado da Memória e a Síndrome do Pensamento Acelerado. [p. 43]

⁵¹ O efeito de sentido visado implica a disposição comunicativa de um sujeito falante para influenciar o estado de seu destinatário, buscando modificar sua perspectiva ou intenção. Essa tentativa de influência constitui um processo de antecipação das possíveis reações do outro e visa garantir a adesão ao projeto do sujeito agente. O efeito de sentido visado distingue-se do *efeito produzido*, que corresponde à avaliação posterior do impacto dessa intenção, observável no comportamento do interlocutor (Charaudeau, 2002).

(71) [...] Publico meus livros em mais de sessenta países não em busca da fama, que é efêmera e superficial, mas para alertar a comunidade científica e a população em geral de que nessa sociedade *fast-food*, onde tudo é rápido e pronto, alteramos perigosamente o ritmo de construção de pensamentos [...]. [p. 48]

Quadro 1: **Dimensões do *éthos* em Cury (2014)**

Categórica	Experiencial	Ideológica	Negativa⁵²
Conselheiro	Confiante, seguro de si	Social e economicamente liberal	Arrogante, soberbo, autopromotor
Médico e cientista	Influente	Individualista	Dogmático, intimidador, manipulador
Conferencista	Altruísta, amoroso	Moralmente conservador	Antiquado, acientífico
Escritor	Original, inovador	Humanista, universalista	Alarmista, fatalista, exagerado
Psicoterapeuta	Bem-sucedido	Cristão	Angustiado, ansioso
Professor	Especialista, experiente		Repetitivo
Pai de família (em menor grau)	Humilde		
	Didático		
	Dedicado, obstinado		
	Responsável		

Fonte: Autoria própria, com base em Maingueneau (2016b).

Retomando o aspecto estrutural do discurso, é possível observar que o enunciador empreende uma textualização simples, mas ágil e repetitiva, que contrasta

⁵² Ressaltamos a importância de enumerar as imagens negativas de si que são desenvolvidas nos discursos por nós analisados. Mesmo que não seja intencional e até mesmo seja rejeitada na materialidade linguística desses manuais, a emergência de *antiéthos* constitui uma dimensão valiosa para se compreender a globalidade do modo de enunciação no interior do corpus estudado.

com enunciados cujo conteúdo proclama ideias de combate à ansiedade, enfatiza a profundidade psicológica e defende a autonomia do sujeito, o qual não deve ser um “repetidor de informações” (Cury, 2014, p. 33, 71 e 83). Dessa forma, verifica-se que o enunciador se inscreve em seu próprio discurso a partir de caracteres etóticos que remetem à estabilidade emocional, à maturidade psicológica e à originalidade. De modo paradoxal, a vocalidade global do texto parece sensivelmente apressada, susceptível ela mesma a um *éthos* ansioso (e ansiogênico).

Notamos ainda, como já foi rapidamente comentado, o emprego de modalizadores que mitigam o valor argumentativo de algumas proposições, o que pode relativizar a potência de determinados *éthe*, como o especialista (72). Em outras ocasiões, porém, faz-se uso de modificadores que reforçam essa orientação (73).

Como é possível observar por toda a obra, registra-se uma presença massiva do *éthos* dito (coisa que se observará, basicamente, em todos os manuais estudados), tanto no nível do *posto* (*sou isso, não sou aquilo*) quanto no nível do *pressuposto* (autorrepresentação cujo sentido, embora não explícito, extrai-se de marcadores linguísticos presentes no próprio enunciado). Nos termos de Maingueneau (2013a), o *éthos* dito posto se apresentaria em *configuração direta*, ao passo que o *éthos* dito pressuposto, em *configuração indireta*.

(72) *Provavelmente*, mais de 90% da influência que os pais exercem no processo de formação da personalidade dos seus filhos se deve não àquilo que falam, corrigem, apontam, mas àquilo que são, pelos comportamentos que expressam espontaneamente e que são fotografados pelo fenômeno RAM [registro automático da memória] dos filhos. [p. 43, destaque nosso]

(73) A TIM [teoria da inteligência multifocal] estuda não apenas o processo de construção de pensamentos, mas também, entre outros, o processo de formação de pensadores. *Estou convicto de que* não é o excesso de informações e de pensamentos que determina a qualidade das ideias. [p. 105, destaque nosso]

Nessa perspectiva, o *éthos* mostrado, além de recorrer ao tom, ao ritmo, à seleção vocabular, é veiculado no nível do *subentendido*, isto é, imagens de si construídas por meio de elementos extralinguísticos e que não decorrem de uma interpretação baseada no próprio enunciado, mas de uma inferência pragmática do coenunciador. Em nossa análise, detectamos que o *éthos* mostrado tende a corroborar o *éthos* dito ou, ao menos, evita chocar-se com ele. Significativa exceção

se faz, como já foi por nós abordado, ao ritmo típico do sujeito aflito, em oposição ao *éthos* dito de um sujeito que seria seguro de si e, logo, emocionalmente estável.

A propósito do tom, identifica-se, mediante várias passagens da obra, uma vocalidade que inspira urgência e alarmismo. Por vezes, o enunciador imprime um ar intimidador, constrangedor e fatalista sobre seu dizer, sugerindo que sua asserção ou mandamento seja observado imediatamente pelo coenunciador (74 e 75).

Enfim, é possível perceber a contraposição de alguns universos etóticos apresentados em Cury (2014). Essa disjunção é problemática para o enunciador, que, no domínio do enunciado, tenta mitigá-la (76). Quanto ao aspecto da enunciação, porém, o enunciador nem sempre é capaz de dissolver tais incongruências de *éthos*.

(74) Se considerarmos a Síndrome do Pensamento Acelerado como um transtorno de ansiedade, será difícil encontrar alguém que tenha saúde psíquica plena. A humanidade tomou o caminho errado. Estamos adoecendo rápida e coletivamente! [p. 45]

(75) Por meio dos meus livros, tenho “gritado” em muitos países que estamos violando a caixa-preta da construção de pensamentos dos nossos filhos, o que é gravíssimo [...]. [p. 109]

(76) *Com muita humildade*, para produzir o Freemind – um programa mundial gratuito, lançado nos Estados Unidos, para mestrandos, doutorandos e líderes de mais de trinta países e que contém doze ferramentas para contribuir para o desenvolvimento de uma mente livre e de uma emoção saudável –, tive de trabalhar em muitos finais de semana e abrir mão de horas de descanso, inclusive durante as festas de final de ano. Mas estava consciente de que era algo temporário e *por uma boa causa*. [p. 143, destaque nosso, *éthe* ditos humilde e empático-altruísta]

Nossa avaliação, portanto, é a de que o enunciador de Cury (2014), em diferentes níveis de linguagem, põe em ação *éthe* variados, que não são inteiramente harmônicos entre si. Além disso, o papel interacional de orientação contra a ansiedade assumido pelo enunciador colide com um tom discursivo apressado e urgente, que, por essa razão, evoca um estado psicológico paradoxalmente ansioso. Por fim, consideramos que, como o *éthos* é um efeito de sentido esperado pelo enunciador, mas não necessariamente incorporado pelo coenunciador, alguns *antiéthe* podem resultar da dinâmica discursiva empreendida em Cury (2014). Dentre as imagens disfóricas de si que podem surgir na obra em foco, sugerimos, sem qualquer pretensão de exaustividade, as seguintes: arrogante, soberbo, autopromotor, dogmático, intimidador, manipulador, antiquado, acientífico, alarmista, fatalista, exagerado, angustiado, ansioso e repetitivo (ver Quadro 1).

CAPÍTULO 4: ANALISANDO COMO CONTROLAR E VENCER A ANSIEDADE?

Vilmar Adriano Zandoná (Figura 7) define-se publicamente como um sacerdote católico. Nascido em São Paulo (SP) em 1982, mudou-se aos dois anos para o Paraná, onde viveu em Primeiro de Maio e em Londrina. Descendente de imigrantes italianos, cresceu em uma família que valorizava a fé cristã. Ingressou na comunidade Canção Nova em 2004 e, no ano seguinte, iniciou seus estudos no seminário. Possui incardinação canônica na diocese de Lorena (SP) e é graduado em filosofia e teologia.

Figura 7: *Thumbnail* de missa transmitida pelo YouTube (jan. 2024)



Fonte: CANÇÃO NOVA PLAY. *Nove atitudes para blindar seu casamento*: padre Adriano Zandoná. [Material *on-line*]. Última atualização: 09 jan. 2024. [S. l.: s. ed.]: 2024.⁵³

Além de cantor religioso, Adriano Zandoná é membro da direção artística da emissora de televisão Canção Nova. Atualmente, nove títulos de livros estão sob sua autoria, dos quais merecem menção *A libertação da mente ansiosa*, publicado em 2022, e *Orações pela libertação da ansiedade*, de 2024.⁵⁴ Zandoná é um missionário ativo nas redes sociais, tendo superado a marca de 1,25 milhão de inscritos no

⁵³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=ccoScDEX19E>. Acesso em: 24 abr. 2024.

⁵⁴ Dados obtidos dos seguintes sítios da *internet*: <https://musica.cancaonova.com/artista/padre-adriano-zandoná/> (acesso em: 24 abr. 2024), <https://diocesedelorena.com/padres-e-diaconos/pe-vilmar-adriano-zandoná/> (acesso em: 24 abr. 2024) e <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/justificativa/JPDL0029-2015.pdf> (acesso em: 24 abr. 2024). Não foram encontradas informações a respeito das instituições de ensino em que Zandoná teria se formado filósofo e teólogo.

YouTube, onde sua conta pessoal reúne mais de três mil vídeos. É seguido por 1,8 milhão de usuários no Instagram e também mantém perfis no Facebook e no X (antigo Twitter).⁵⁵

Como controlar e vencer a ansiedade?, de 2018, é a obra de Zandoná selecionada para compor o corpus do presente estudo. Assim como os demais livros do autor, sua primeira edição foi lançada pela Canção Nova Editora; além disso, conta com 144 páginas.⁵⁶ Em 2020, foi disponibilizada uma versão em inglês desse material.

4.1 Estatuto do enunciador e do coenunciador

Logo na primeira orelha do livro, o autor nos adianta a respeito do perfil de seu destinatário-alvo. Ao sugerir, por inferência, que a ansiedade seria resultado de um estilo contemporâneo de vida, caracterizado por muita cobrança e exigência, ele exorta seu auditório a aprender a se acalmar “de dentro para fora”, isto é, a partir de um processo de autorregulação, mediante o qual se abandonam preocupações de menor relevância para focar no que ele chama de “verdadeiras prioridades”. Seu público deve, então, deduzir a que *verdadeiras prioridades* o enunciador está se reportando. É nesse momento que se reproduz um trecho da Bíblia, mais especificamente quatro versículos do capítulo 6 do livro de Mateus, um texto do *Novo Testamento* cristão:

Portanto, não fiquéis inquietos, dizendo: Que comeremos, ou que beberemos, ou com que nos vestiremos? [...] Vosso Pai que está nos céus sabe que precisais de tudo isso. Buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão dadas por acréscimo. Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, porque o dia de amanhã terá sua própria preocupação. A cada dia basta o seu mal (Mt 6, 31-34, citado por Zandoná, 2018, primeira orelha).

Com essa citação, o enunciador de Zandoná (2018) dá início à construção da figura de seu parceiro de linguagem enquanto um sujeito que professa a religião cristã. Mais que isso, o enunciador faz entender o papel da fé em Deus como questão de

⁵⁵ Dados obtidos nos perfis oficiais do escritor nas plataformas digitais mencionadas (última atualização: 24 abr. 2024).

⁵⁶ Não há informações oficiais sobre catalogação e indexação do material, como se verifica em Cury (2014) e em Amaral (2023).

primazia na vida, diante das incertezas que a liquidez do mundo (Bauman, 2001b) impõe ao ser humano.

Nessa perspectiva, o coenunciador não é apenas cristão; ele deve conferir legitimidade à fala de uma pessoa que se define como *padre*, já que tal informação é apresentada logo na capa da obra, como um título atribuído a Adriano Zandoná.⁵⁷ Além disso, o manual apresenta orações religiosas elaboradas pelo próprio autor ao término da maioria dos capítulos que o compõem; em algumas ocasiões, o enunciador introduz essas orações com a injunção *rezemos juntos*. Também se deve mencionar que o enunciador faz referência, ao longo da obra, a personalidades históricas da filosofia patrística e escolástica, como Santo Agostinho e Santo Afonso de Ligório (01). A imagem do padre, o uso do lexema *rezar* e a remissão (sobretudo em forma de citação) a homens santificados como fonte de conhecimento indicam um sistema de restrições semânticas que só poderia estar vinculado ao discurso católico. Portanto, a obra dirige-se, idealmente, a um fiel dessa vertente do cristianismo.

(01) Afirmou Santo Agostinho: “Vive bem quem reza bem”, e Santo Afonso Maria de Ligório completou: “Quem reza se salva, quem não reza se perde” [...]. São Pio de Pietrelcina também afirmou que “o melhor conforto é aquele que vem da oração” [...]. [p. 106-107]

Em diferentes passagens, o enunciador, dirigindo-se ao destinatário, preocupa-se com a marcação morfológica do gênero feminino (02). Essa característica, bem mais observável em Zandoná (2018) do que em Cury (2014) e Amaral (2023), está ligada à intenção de expandir o alcance da voz enunciativa para um público diverso em termos de identidade de gênero e também de identidade socioprofissional (03), provavelmente como forma de contrabalançar a já aludida restrição do auditório à comunidade de fiéis católicos.

Ademais, observa-se que, em (03), o enunciador emprega a locução nominal *dona de casa* apenas na modalidade feminina, sugerindo não admitir que homens possam identificar-se com essa atividade, o que avaliamos como evidência de um posicionamento discursivo conservador em relação a papéis de gênero socialmente estabelecidos.

⁵⁷ O autor da obra, portanto, projeta-se, como enunciador a partir de uma legitimidade que lhe foi outorgada pelo sacerdócio, como demonstrado no início deste capítulo.

(02) Vida agitada, excesso de informações, pressão e stress somam-se, gerando este desajuste que tem prejudicado muito a qualidade de nossa vida. Tudo isso não pode ser desprezado ou subestimado. É hora de encarar essa realidade de frente, e você, está *pronto(a)*?. [p. 70, destaque nosso]

(03) *Seja você pai, mãe, filho(a), médico(a), juiz(a), professor(a), aluno(a), pedreiro(a), dona de casa, motorista(a) [sic], padre, consagrado(a), jovem, ancião ou adolescente, não tenha medo de mudar seu estilo de vida e obedecer a Deus [...].* [p. 139, destaque do autor]

É igualmente relevante a disposição psicológica que se espera do coenunciador de Zandoná (2018). Como nas demais obras analisadas, esse sujeito precisa reconhecer-se na imagem de alguém desesperado, que sofre por algo a que chama ansiedade e que demanda do discurso de aconselhamento uma solução para seu desconforto. No entanto, a laicidade, que possibilita uma relação direta entre os parceiros de linguagem tanto em Cury (2014) quanto em Amaral (2023), é substituída em Zandoná (2018) por um quadro cênico no qual o enunciador porta-se como um *mediador* do contato entre seu leitor e Deus, que entendemos como um hiperenunciador (Maingueneau, 2014b). Na seção sobre o modo de enunciação, discutiremos melhor como esse lugar de mediação religiosa afeta a elaboração das representações de si no referido manual de aconselhamento.

4.2 Temas

Nossa observação a respeito do funcionamento do plano dos temas em Zandoná (2018) inicia-se por alguns dos elementos já analisados na seção anterior. Ao afirmar que “a ansiedade descompensada é o pior de todos males psicológicos” (Zandoná, 2018, primeira orelha), o enunciador aproxima-se da concepção de *mal do século*, um dos pontos de cristalização semântica ressaltados em Cury (2018). A propósito, o título do primeiro capítulo de Zandoná (2018), *Combatendo o “mal do século”*, expõe a clara remissão intertextual à máxima da obra de Augusto Cury.

Apesar disso, o uso do qualificador *descompensada* empreende entre Cury (2014) e Zandoná (2018) uma diferença importante, que impacta a maneira como os dois discursos desenvolvem o tema-chave. Se em Cury (2014) a ansiedade é tomada em sentido amplo e em sentido amplo ela é disforizada (pois é a ansiedade, e não

certa ansiedade, que seria o *mal do século*); em Zandoná (2018), o enunciador especifica que natureza de ansiedade se aborda ao tratar do *pior dos males*.

Como em Amaral (2023), que mais à frente analisaremos, o tema-chave de Zandoná (2018) elabora-se sob uma concepção dicotômica do fenômeno: a ansiedade “experienciada da forma certa” (*ibidem*, p. 12) em oposição à ansiedade que “passa do limite” e “rouba a sensatez” (*ibidem*, p. 13), como se percebe em (04). Já em Cury (2014), essa cisão, embora rastreável no texto, é pouco explorada discursivamente.

(04) A ansiedade em si, e *na medida certa*, não é um problema. É notório que existem aspectos muito necessários e positivos em uma ansiedade que está em seu padrão natural, e precisamos reconhecer isso [...]. [...] Foi este impulso natural que impediu que nossos ancestrais fossem devorados por predadores ferozes [...]. Mas o que diferencia a natural ansiedade que salvou a pele dos nossos ancestrais desse *terrível sentimento* que – atualmente – nos agita e não nos deixa dormir na noite anterior a um importante compromisso? [...] [p. 8, destaque nosso]

No trato desse tema central, Zandoná (2018) e Amaral (2023) distanciam-se da obra de Augusto Cury, mas agora em um outro aspecto. Como pudemos notar, em Cury (2014), a ansiedade é capturada sob o significante da síndrome do pensamento acelerado (SPA) e integra uma teoria paracientífica pela qual o autor se responsabiliza, a chamada teoria da inteligência multifocal (TIM). Os dois manuais mais recentes, por sua vez, não operam o tema dessa maneira: apesar de suas diferenças enunciativas e intertextuais, eles concebem a problemática da ansiedade no contexto de uma explícita continuidade da memória discursiva que, seja ela técnica ou não, já circula sobre o assunto; portanto, não inovam em atribuir ao comportamento ansioso novas feições, nomes ou formas de apresentação.

É sobretudo por essa razão que o quadro etótico evidenciado em Cury (2014) põe em destaque a figura do cientista, produtor de conhecimento regulado e verificado e descobridor de importantes fenômenos da mente humana. Veremos que essa autorrepresentação discursiva não é pleiteada pelo enunciador em Zandoná (2018) e tampouco em Amaral (2023).

Nesse ponto, devemos reiterar que não estamos nos referindo ao atravessamento de um ou de outro discurso pela FD científica propriamente dita,

mesmo porque todas as três obras examinadas são constituídas por essa alteridade científica, notadamente as produções de Cury (2014) e de Zandoná (2018).

4.3 Intertextualidade e interdiscursividade

Em um manual de aconselhamento assinado por alguém que se projeta explicitamente como padre, o discurso religioso é naturalmente esperado. De fato, vozes cristãs ressoam por toda a obra de Zandoná (2018), mas a elas não está associada a FD da teologia da prosperidade,⁵⁸ como parece ser o caso de Cury (2014). Zandoná (2018), ao contrário, desenvolve um posicionamento católico de tipo conservador,⁵⁹ inclusive polemizando, implicitamente, com o discurso neopentecostal (05 e 06), que se alicerça no evangelho da prosperidade e se encontra em franca ascensão no Brasil contemporâneo (Torres, 2007).

(05) [...] quando observamos a forma como muitas pessoas atualmente vivem e interpretam sua fé, percebemos essa mentalidade imediatista agindo com ainda mais intensidade nos enredos de tal realidade. Os cultos/missas que mais crescem são aqueles que mais oferecem resultados instantâneos e supostamente mágicos, sem exigir qualquer esforço, resolvendo todos os problemas das pessoas em questão [...]. [p. 27]

(06) Muitos exigem [...] que Deus aja como se fosse um curandeiro milagroso, que lhes dá muito sucesso e realizações materiais. Querem uma fé que lhes dê prosperidade e muito dinheiro e que lhes resolva todos os problemas de forma imediata. Contudo, na vida de fé – uma fé genuína –, as coisas não funcionam assim [...]. [p. 28]

Da FD católica conservadora que o sustenta, Zandoná (2018) preserva muito claramente a ideia de centralidade da prática da fé na existência do indivíduo. O

⁵⁸ A teologia da prosperidade é um fenômeno mundial que tem sido amplamente discutido por diversos estudiosos. Esse movimento tornou-se uma força decisiva na formação do cristianismo global ao enfatizar o domínio espiritual, físico e financeiro. Remontando ao século XIX, nos Estados Unidos, o evangelho da prosperidade enfatizava bens materiais e prometia riquezas aos seus seguidores. Aqueles que não se tornavam ricos eram considerados de fé fraca. Nas décadas de 1990 e 2000, a teologia da prosperidade foi adotada por líderes influentes do movimento carismático e promovida por missionários cristãos em todo o mundo (Nyambo, 2023).

⁵⁹ O catolicismo conservador contemporâneo, reflexo do movimento católico ultramontano do século XIX e primeira metade do século XX (Manoel, 2003), posiciona-se contra diversas correntes ideológicas, como o comunismo, o liberalismo e o socialismo. Essa doutrina busca preservar os valores tradicionais da Igreja católica e opõe-se a movimentos que consideram ameaçadores para a moral e a estrutura social, como o racionalismo e o materialismo histórico-dialético. No campo específico das ideias católicas, a visão conservadora frequentemente polemiza com a chamada teologia da libertação, de base progressista, e com a renovação carismática, que possui influências pentecostais.

enunciador estabelece a fé em Deus como um pilar fundamental para a conduta do leitor, enfatizando que a verdadeira solução para o enfrentamento da ansiedade reside na confiança plena no divino, livre de questionamento (07). Essa perspectiva retrata uma visão tradicional da Igreja Católica, na qual a espiritualidade e a religiosidade são tidas como elementos essenciais para o bem-estar e a saúde mental.

Em uma das orações apresentadas em final de capítulo (08), o enunciador vai além ao disforizar a *falta de fé*, associando-a a um estado de vulnerabilidade psíquica. Com isso, patologiza-se a ausência de crença, sugerindo que a incredulidade pode ser um fator desencadeante ou agravante de transtornos emocionais. O enunciador, portanto, não apenas reforça a importância da fé para a superação das adversidades, mas a concebe como um critério de saúde mental, seguindo uma lógica que alinha a fé religiosa com a estabilidade emocional e moral do indivíduo.

(07) Neste último capítulo chegamos a um ponto fundamental em nossa reflexão, no qual discorreremos sobre o quinto segredo para vencer a ansiedade que [...] consiste em viver uma fé e uma confiança abandonadas em Deus. Este é um ingrediente essencial que, em meu ponto de vista, precisa constar na estratégia de quem deseja realmente equilibrar-se diante do desajuste da ansiedade, encontrando uma maneira mais harmônica e ordeira de viver. [p. 128]

(08) *Hoje professo a minha fé em Tua presença e amor e me decido a lutar contra tudo o que rouba minha paz e serenidade. Eu fui criado para ser feliz e para me desenvolver em todas as áreas de minha vida. Por isso, em Teu nome, Jesus, eu hoje renuncio a toda tristeza, desânimo, pensamentos negativos e falta de fé, e professo que eu acredito no Senhor e no Teu amor [...].* [p. 52, destaque do autor]

O intertexto cristão é reportado sob diversas apresentações. São relativamente comuns as citações em discurso direto das escrituras sagradas da Bíblia (09), com destaque para trechos do livro de Mateus. Em menor grau, o enunciador vincula a força argumentativa de suas sentenças a citações da Bíblia em discurso indireto (10). Ocorre também uma “mistura” do discurso direto com o indireto, formando um discurso híbrido (01 e 11). Por exemplo, em (11), temos: *afirmar que* (verbo *dicendi* + conjunção integrante), o que é característico do discurso indireto, e, em seguida, uma fala entre aspas, indicando discurso direto. Também estão presentes algumas remissões à memória discursiva teológica, em que a figura de São Pio de Pietrelcina emerge com certo destaque (01 e 11).

(09) *Como afirmou a própria Bíblia, o que Deus preparou para aqueles que O amam e, portanto, Lhe obedecem, são “coisas que os olhos não viram, os ouvidos não ouviram e coração algum jamais imaginou” (1 Cor 2, 9) [versículo 9 do capítulo 2 do primeiro livro bíblico de Coríntios], ou seja, coisas maravilhosas e especiais que você jamais ousou pedir ou pensar.* [p. 138, destaque do autor]

(10) Após ter reconhecido suas dificuldades e se projetado para o futuro, internalizando a imagem de quem você deseja se tornar, prossigamos nosso percurso, na certeza de que a ansiedade e os desequilíbrios não são maiores do que a força que se esconde em nós e que Deus – nosso Pai – pode nos libertar e nos inserir concretamente em um caminho de realização e conquista de uma vida mais plena e abundante (*cf. Jo, 10, 10*) [confira o versículo 10 do capítulo 10 do livro bíblico de João]. [p. 65, destaque nosso]

(11) São Pio de Pietrelcina também afirmou que “o melhor conforto é aquele que vem da oração”. [p. 107]

Paralelamente ao intertexto católico, Zandoná (2018) recorre, com bastante frequência, à FD científica (12 e 13). Se em Cury (2014) o enunciador maneja esse posicionamento para constituir uma imagem de si de cientista inovador, na obra de 2018 não se percebe essa orientação, já que a FD científica é posta em funcionamento apenas para fundamentar um *lógos* que valide o saber médico sobre a ansiedade, mesmo que isso seja feito à revelia do *éthos* principal assumido pelo enunciador, o de um típico sacerdote cristão.

(12) O domínio contínuo da ansiedade sobre a mente e as emoções pode desencadear inúmeras enfermidades psicossomáticas que afetam diretamente a saúde e a integridade da pessoa em questão [...]. O psiquiatra italiano Leonard Vereaque afirma que isso geralmente acontece porque a pessoa descompensada nesta realidade não consegue eliminar, de forma natural, a tensão e o excesso de estímulo gerados em si. Segundo o raciocínio deste especialista, o cérebro acaba criando “válvulas” artificiais para dar vazão a essa tensão e energia negativas, e, a partir daí, a pessoa começa a usar o próprio organismo como válvula de descarga, fazendo surgir patologias, transtornos e sintomas multiformes. [p. 13]

(13) Há também outro fator natural intensificador da ansiedade que é predominantemente presente nas mulheres [...]. O primeiro é hormonal, como afirma o professor Valentim Gentil, da USP, que é PDH [PhD] em Psiquiatria pela Universidade de Londres: “A mulher não produz hormônios regularmente como o homem [...]. Essa produção inconstante causa a TPM [tensão pré-menstrual] e a deixa mais vulnerável aos transtornos ansiosos. [p. 74]

O enunciador, a esse propósito, empreende inúmeras citações com efeito de cientificidade. No entanto, ele o faz amparando-se em excertos cuja fonte é de natureza jornalística, e não propriamente acadêmico-científica (14). Nota-se que a FD científica se encontra estreitamente relacionada à FD médico-sanitária, pois é implicitamente sugerido no discurso que a ansiedade como traço desenvolvido ao longo da vida não necessitaria de acompanhamento profissional especializado, apenas a ansiedade enquanto transtorno mental de fundo “genético” (15).

(14) [...] O significado mais aceito para este termo [ansiedade], porém, foi usado pela primeira vez pelo psiquiatra australiano Aubrey Lewis, que, em 1967, descreveu o termo como “um estado emocional com a qualidade do medo, desagradável, dirigido para o futuro, desproporcional e gerador de um intenso desconforto pessoal”¹². [...]

¹² Afirmações presentes em: <https://super.abril.com.br/saude/sobre-a-ansiedade/>. Acesso em: 18.05.2018. [p. 69, trecho citado e nota de rodapé respectiva]

(15) A ansiedade pode ser tanto um processo hereditário como uma realidade adquirida através das experiências e circunstâncias difíceis da vida. Quando ela é a realidade desencadeada por algum fator genético, por exemplo, será necessário um acompanhamento mais próximo por parte de profissionais qualificados para isso, e, em muitos casos, será preciso uma intervenção com medicamentos que ajudem a pessoa a reencontrar o necessário equilíbrio. [p. 14]

Nossa avaliação é a de que, com esse movimento, o enunciador omite deliberadamente o papel da ciência e da técnica psicológica na abordagem da ansiedade. Essa negação aos saberes *psi* denuncia a percepção do enunciador de que o *éthos* do conselheiro-sacerdote, que lhe é basilar, compete diretamente com a imagem discursiva do psicoterapeuta, já que são papéis socioprofissionais capazes de lidar com a mesma dimensão existencial da ansiedade (o sacerdote o faz no confessionário; o psicoterapeuta, no consultório clínico), enquanto a figura do médico, por exemplo, lidaria exclusivamente com o aspecto mórbido da angústia, que seria de outra natureza.

Em Zandoná (2018), difunde-se a concepção de que a ciência e a tecnologia terapêutica não seriam meios suficientes para tratar a ansiedade (16). Deus e, mais especificamente, a obediência do fiel a ele é que constituem aquilo que promoveria, de forma profunda, o restabelecimento do sujeito diante da ansiedade.

(16) Respeito muito a ciência [...], todavia, tenho percebido que existem situações nas quais a medicina se mostra insuficiente para ajudar algumas pessoas e, mesmo com toda a sua importância, em alguns casos apenas a técnica por ela proposta se mostra limitada para ajudar o coração em questão. Estou acompanhando um caso assim. Um jovem rapaz, que quando conheci tinha 21 anos. [...] este jovem chegou ao auge de uma crise [de ansiedade] e tentou o suicídio, quase conseguindo êxito em encerrar a própria vida. Foi aí que seus pais decidiram buscar ajuda na Igreja, e após alguns meses eles me procuraram [...]. Somente Deus pôde tocar e acessar algumas áreas escuras no interior deste jovem, transformando suas emoções e curando-o profundamente. Ninguém antes tinha conseguido acessar sua alma de maneira tão profunda [...]. [p. 128-131]

A FD individualista, constantemente recuperada em Cury (2014), é pouco evidenciada em Zandoná (2018), a não ser pela concepção do relacionamento entre o fiel e Deus: a todo momento, o enunciador enfatiza a importância do agenciamento individual do devoto na manutenção de seu vínculo de fé com o ser supremo, promovendo certo apagamento da dimensão comunitária da vida religiosa enquanto possível ferramenta de enfrentamento da ansiedade.

Ainda cabe mencionar que a FD socialmente conservadora aparece de forma um tanto marcada no discurso de Zandoná (2018). Ela se verifica sobretudo em algumas tomadas de posição do enunciador a respeito da liberdade sexual (17) e nas ocasiões em que ele manifesta receio do impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação no comportamento das pessoas (18). Essa FD também se manifesta a partir de um ponto de vista antidrogas (19), à semelhança do que se nota em Cury (2014). Porém, diferentemente do que se verifica nessa última obra, em Zandoná (2018) certa desconfiança em relação à era da informação não parece refletir um estereótipo negativo sobre os jovens e a juventude. Embora mais discreto, o discurso liberal emerge em algumas poucas ocasiões, como pela evocação de um *tópos* anticorrupção (20).

(17) É difícil você conseguir encontrar um filme atualmente, de Hollywood, por exemplo, que não contenha cenas explícitas de violência e/ou sexo sem compromisso: muitas vezes o enredo nem tem a ver com tais realidades, mas o roteirista faz questão de colocá-las, pois ele sabe que assim venderá mais [...]. [p. 45]

(18) *Há muitas famílias e muitos relacionamentos que estão sendo diretamente prejudicados pelo uso excessivo do celular. Em tais contextos, o aparelho tem contribuído para uma divisão na família e para que os corações estejam cada vez mais distantes uns dos outros. Em muitos espaços*

familiares, que deveriam ser lugares de intimidade e interação, o diálogo já não acontece mais, em virtude de todos estarem sempre conectados a tudo, menos uns aos outros. [p. 82, destaque do autor]

(19) Em um tempo no qual muitíssimos adolescentes e jovens têm se perdido nas drogas, sofrido graves acidentes de carro, sendo afetados pela crescente violência, é muito comum os pais experimentarem ansiedade e preocupação acerca do futuro de seus filhos [...]. [p. 47]

(20) No Brasil, por exemplo, enfrentamos altos níveis de corrupção, a centralização dos recursos nas mãos de uma minoria privilegiada, impostos altíssimos e muitos outros abusos e imperativos. E Jesus não está pedindo para que deixemos de trabalhar, estudar ou nos esforçar para conquistar uma condição melhor de vida para nós e nossa família [...]. [p. 136]

4.4 Vocabulário

Da mesma maneira que na obra de Augusto Cury, em *Como controlar e vencer a ansiedade?*, o enunciador vale-se bastante do recurso à patemização lexical. Ela é fartamente observável no decorrer do discurso (21 e 22). É possível constatar que *roubar* é o lexema com valor patêmico mais empregado, sendo utilizado para evocar tropos que associam a experiência da ansiedade à perda violenta de um bem (23). Como se percebe, há a predominância de termos patemizados com sentido disfórico em Zandoná (2018). Esse padrão testemunha a orientação discursiva da obra em torno de uma vocalidade bastante preocupada com o problema da ansiedade, que busca suscitar a mesma atmosfera de apreensão em seu público-alvo.

(21) Diante dos níveis complexos e praticamente *endêmicos* de ansiedade constatados em nosso tempo, neste capítulo apresentarei algumas possíveis realidades que são intensificadoras deste processo em nós [...]. [p. 44, destaque nosso]

(22) Em muitas circunstâncias, a ansiedade será apenas um sintoma, um *grito* da alma pedindo *socorro*, *clamando* que você a liberte de *venenos* e *podridões* que nela estão armazenados [...]. [p. 75, destaque nosso]

(23) [...] Quando não conseguimos absorvê-las [as frustrações] bem e integrá-las, tudo isso se torna um conteúdo desarmônico dentro de nós que tende a *roubar* nossa paz e *contaminar* nossa quietude. [...] frustrações não aceitas e superadas tornam-se conteúdo *profundamente tóxico*, que pode *azedar* nosso mundo interior e *roubar* o equilíbrio de nossa vida. [p. 78, destaque nosso]

Na realidade, o uso de metáforas, bastante comum em Cury (2024) e também característico de Amaral (2023), não parece ser uma ferramenta estilística tão significativa em Zandoná (2018). Ainda assim, a associação da ansiedade com o universo semântico da prisão pode ser encontrada em Zandoná (2018) com alguma relevância (24). Lembremos que essa é uma das principais analogias desenvolvidas no discurso de Cury (2014).

(24) [...] No entanto, seu coração [mulher que sofria de ansiedade] percebeu que não adiantaria apenas tomar remédios, se ela não mudasse a forma como enfrentava as coisas em sua vida: ela compreendeu que era necessário mudar na raiz as atitudes que a levavam ao *cárcere da ansiedade*. [p. 21, destaque nosso]

O advérbio de intensidade *extremamente*, bem como seu adjetivo correlato, são termos de uso recorrente e que, acreditamos, participam de um projeto de fala que visa atingir a emoção do coenunciador. O mecanismo discursivo-argumentativo, nesse caso, é claramente hiperbólico (25), assim como o uso do adjetivo *terrível* para qualificar experiências ansiosas (04 e 26). Nessa mesma direção, modalizadores afetivos (27 e 28) parecem tão pronunciados em Zandoná (2018) quanto em Cury (2014), apontando um enunciador que se sente confortável para exprimir abertamente avaliações emocionais sobre seus próprios dizeres.

(25) Quando o estímulo é *extremo* e a ansiedade sai de seus devidos padrões, tal realidade se volta contra a própria pessoa e prejudica o funcionamento de seu metabolismo [...]. Por isso, aprender a bem lidar com essa energia humana é *extremamente* fundamental [...]. Quase todos nós já experimentamos picos de ansiedade uma vez ou outra na vida, o que é uma realidade *extremamente* natural [...]. [p. 11-12, destaque nosso]

(26) Quando vi o jovem [que sofria de ansiedade] pela primeira vez, percebi que ele trazia marcas profundas daquele sofrimento [...], mas que trazia [também] uma sincera vontade de encontrar um caminho de superação daquela *terrível* realidade. [p. 130, destaque nosso]

(27) *Infelizmente*, nosso tempo foi realmente atingido pelo vírus da instantaneidade, e isso tem prejudicado e infantilizado demais as pessoas [...]. [p. 28, destaque nosso]

(28) O que muitas vezes acaba atrapalhando o percurso de superação da ansiedade em nós é a *infeliz* mania de nos compararmos constantemente com os outros [...]. [p. 87, destaque nosso]

Devemos mencionar ainda que qualificadores superlativos são observados por toda a textualidade da obra (29), embora sejam menos recorrentes que em Cury (2014), discurso no qual eles são, de fato, abundantes.

(29) [...] nosso protagonista [jovem que enfrentava ansiedade] sentiu que Deus não o condenava por seus erros [...]. E, a partir desse encontro, nasceu em seu coração o *belíssimo* dom da fé e da confiança, o qual o ajudaria *muíttssimo* em seu trajeto de cura e superação. [p. 131, destaque nosso]

Em função da importância do discurso religioso, o vocabulário cristão e, especificamente, católico é bastante mobilizado em Zandoná (2018). O termo *obedecer* [a Deus], por exemplo, parece constituir-se em um ponto de cristalização semântica na obra. Ele está vinculado à noção da necessidade de uma plena submissão do fiel aos desígnios divinos como condição de abundância e de restabelecimento psicológico ante a ansiedade (30 e 31). Ao lado desses termos, o enunciador manipula com frequência vocábulos e expressões típicas da esfera científica do discurso, como *causas genéticas*, *cérebro*, *neurotransmissores*, *serotonina*, *pensamento catastrófico* e *Transtorno de Ansiedade Generalizada* [sic].

(30) [...] “Buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão dadas por acréscimo” (Mt 6, 33). Essa lei nos revela que, se confiarmos, fazemos nossa parte e obedecemos a Deus, nada (nada quer dizer nada!) irá nos faltar... [p. 137]

(31) [...] *é preciso que vivamos uma verdadeira obediência a Ele [Deus] e à Sua palavra, pois obediência gera providência, e a desobediência, por sua vez, gerará inquietação e ansiedade* [...]. [p. 138, destaque do autor]

Outro aspecto lexical de realce na obra é o emprego regular do vocábulo *coração*, cujo conteúdo semântico ora metonimiza *estrutura*, ora *dimensão psicológica*, ora, ainda, substitui *pessoa* (32 e 33). A nosso ver, mais do que uma estratégia textual para evitar repetições terminológicas, o uso figurativo dessa palavra evoca uma percepção aparentemente ingênua da complexidade comportamental do ser humano, primeiro porque (i) aciona um lugar-comum que atribui ao coração o núcleo da vida afetiva; e também porque (ii) restringe a experiência psicológica da ansiedade a seus aspectos estritamente emocionais.

(32) *A paciência é uma virtude, não um defeito. E assim precisará ser compreendida e vivenciada. Ela é um atributo no qual seu coração precisará se pautar para construir uma compreensão mais acertada acerca de si mesmo(a) [...]. [p. 30, destaque do autor]*

(33) [...] O coração que decide lutar do jeito certo sempre poderá alcançar a vitória em seu caminho, conquistando resultados maravilhosos de superação, mas só conquistará tal realidade se souber agir com sabedoria, fazendo a própria parte e confiando sempre em Deus – que nunca falha. [p. 91]

4.5 Modo de coesão e de organização do discurso

O sistema de restrições semânticas que incide sobre a cena genérica dos manuais de aconselhamento comportamental tem reflexo não apenas em sua organização temática, interdiscursiva ou cenográfica, mas também na maneira com que seus componentes textuais se configuram e se articulam.

Na obra em foco, as injunções em configuração explícita são particularmente importantes (34), ainda que o enunciador também se valha de marcadores de polidez e de modalizadores epistêmicos, indicando dúvida, para atenuar o caráter impositivo de seus conselhos (35). A propósito, um recurso bastante acionado em Amaral (2023) também se emprega em Zandoná (2018): o manejo do verbo *convidar* com o objetivo de mitigar o sentido prescricional das orientações de conduta que o enunciador desenvolve por todo o discurso (36).

(34) [...] *dê* hoje o passo de consertar em sua vida o que precisa realmente ser mudado e consertado, e *faça* o que for preciso para obedecer a Deus e para viver do jeito Dele [...]. [p. 139, destaque nosso]

(35) *Talvez* este seja o exato momento no qual você deve mudar o jeito como age e faz todas as coisas, mudando realmente sua maneira de ser e estar nas realidades [...]. [p. 120, destaque nosso]

(36) [...] você pode começar a superar suas dificuldades hoje e a construir uma vida mais feliz. Isso é possível, e você agora está sendo objetivamente *convidado* a isso! [p. 15, destaque nosso]

O discurso também se assenta em recortes textuais vastamente explicativos e argumentativos, com os quais se busca, em geral, prover justificativa ao direcionamento comportamental emitido pelo enunciador (37). Têm significativa importância as sequências de natureza narrativa, igualmente observadas nos demais integrantes do corpus estudado. Tendo um narrador em primeira pessoa, esses

recortes destacam-se por apresentar sentido e temporalidade específicos, já que deslocam a progressão do discurso para o passado e possibilitam a mudança de foco do *fenômeno abstrato da ansiedade* para o *fato concreto da ansiedade*, composição em que o enunciador, de alguma forma, se mostra como um mediador necessário.

(37) Quando enfrentamos estados de ansiedade, é muito difícil conseguirmos respirar e pensar com clareza. A mente fica nublada e as emoções nos dominam. Parar e procurar calmamente racionalizar as emoções pode mudar o rumo deste processo, modificando a forma com as coisas acontecem em nosso cérebro. [p. 98]

Em Zandoná (2018), predomina, na construção enunciativa do discurso, a modalidade alocutiva, caracterizada pela evidente implicação do enunciador com seu dito e pelo estabelecimento de uma relação de força em que ele se coloca em posição de superioridade em face de seu destinatário (Charaudeau, 2009).

É inquestionável a mobilização de enunciados narrativos, que participam inteiramente da dimensão argumentativa da obra (Amossy, 2011), na medida em que contribuem para a projeção de uma imagem de alguém que é tido como uma referência em sua comunidade; que acolhe o sofrimento alheio; que é capaz de lidar com causas difíceis (38); e que gera resultado (39). Esse quadro etótico evocado pelo narrador sugere autoridade não somente pelo conhecimento teológico ou pelo estatuto social de uma figura de poder religioso, mas também pela prova de habilidade em solucionar problemas reais, como aquele de que, supõe-se, o próprio leitor padece.

(38) [Uma mulher] tinha 38 anos e se mostrava muito inteligente, preparada e capaz [...]. Todavia, após alguns anos exigentes de trabalho e de uma rotina estressante, ela entrou em um quadro atroz de ansiedade, enfrentando vários transtornos decorrentes dela [...]. Ela procurou-me justamente no auge de suas crises [...] Sua pele desenvolveu uma séria alergia que lhe gerou uma intensa e ininterrupta coceira no corpo. Essa jovem começou a perder muito peso, e seu cabelo começou a cair gradativamente e em grandes quantidades [...]. [p. 16-17]

(39) [Um rapaz], a partir dos seus 16 anos, desenvolveu um terrível transtorno de ansiedade que desembocou em um complexo transtorno alimentar [...]. Após alguns meses de conversas com este jovem, propus que ele fizesse um retiro espiritual muito profundo que foi preparado pelos jovens de um grupo da Igreja em sua cidade [...]. Ali ele fez uma profundíssima experiência pessoal com Deus e se sentiu muitíssimo acolhido e amado por Ele [...]. Nosso jovem rapaz ainda continua com sua

terapia e com o auxílio de seu psiquiatra, mas afirmo [...] que ele já está 95% curado e que essa melhora só aconteceu após sua experiência pessoal com Deus [...]. [p. 129-132]

Além disso, o modo descritivo (Charaudeau, 2009) possibilita o agenciamento de uma cenografia que é mais característica dessa obra do que das demais. Esse sistema de organização discursiva materializa-se sobretudo através de procedimentos que visam identificar objetos e fatos do mundo, em uma perspectiva que é tanto objetiva (40) quanto subjetiva (41). A cena da matéria jornalística emerge, então, como um efeito de sentido, uma vez que são as sequências textuais de caráter informativo que mais se destacam quando o modo de organização descritivo se encontra evidenciado no manual de aconselhamento. Sem dúvida, a cena informativa poderia manifestar-se sob diferentes outras configurações, mas é justamente a repetitiva intertextualidade jornalística (citação de *websites* e *blogs* de divulgação científica, por exemplo) que sugere haver um esforço, por parte do enunciador, em ambientar seu discurso como um gênero de imprensa (42).

(40) Estimam-se [sic], segundo pesquisas da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgadas em 23 de fevereiro de 2017, que mais de 264 milhões de pessoas no mundo sofrem [sic] transtornos intensos de ansiedade, das quais muitíssimas têm adoecido consideravelmente, chegando a quadros agudos de depressão e desejo de morte impulsionados por tal realidade [...]. [p. 11]

(41) Uma pessoa não entra em depressão ou em um transtorno de ansiedade da noite para o dia. Essas realidades vão acontecendo aos poucos e se instalam gradativamente dentro de nós: são maus hábitos repetidos, frustrações não superadas e integradas, tristezas não digeridas, indisciplina, excesso de pesos desnecessários, desequilíbrios internalizados etc. [...]. [p. 28]

(42) Estimam-se⁹ [sic] que cerca de 23% dos brasileiros possam desenvolver algum tipo de transtorno de ansiedade ao longo da vida. Isso é quase toda a população da Espanha.

⁹ Dados coletados em <https://blog.zenklub.com.br/o-que-ansiedade-pode-causar-em-voce/>. Acesso em: 14.05.2018. [p. 44, trecho citado e nota de rodapé respectiva]

De volta ao modo de coesão, constatamos, em Zandoná (2018), a presença de várias *inserções*, limitadas sobretudo por travessões ou parênteses (43). Com elas, o enunciador tenta promover uma cenografia conversacional, capaz de diluir, em certa medida, a corporalidade rígida que é expressa por um texto estruturado em parágrafos relativamente extensos e com espaçamento condensado entre linhas. A diagramação e a organização textual, em Zandoná (2018), configuram, como se pode perceber,

uma disposição compactada do material escrito. Daí a impressão um tanto rigorosa do corpo do enunciador, principalmente se o comparamos com a compleição observada em Cury (2014) e em Amaral (2023). Cumpre destacar ainda que os operadores textuais de retomada não nos parecem muitos comuns na obra, mas ainda assim contribuem para a composição de uma cenografia didática (44 e 45).

(43) [...] A partir do momento no qual ele [jovem que sofria de ansiedade] pôde sentir o amor divino (*veja bem, ele sentiu e fez uma experiência, e não apenas ouviu falar...*), descobrindo que Deus o amava como ele era [...], nosso jovem encontrou forças para desarticular emocionalmente [...] o perfeccionismo e a ausência de compaixão para consigo. [p. 132-133, destaque nosso]

(44) *Como já afirmei*, na grande maioria das vezes, a ansiedade está ligada à forma como interpretamos as coisas em nossa vida e à maneira como nos relacionamos com as pessoas e as circunstâncias. [p. 22, destaque nosso]

(45) [...] é preciso ressaltar que, na grande maioria das vezes – *como já mencionei anteriormente* –, os processos de ansiedade estão diretamente associados ao nosso estilo de vida [...]. [p. 75, destaque nosso]

O *éthos* do professor, deve-se dizer, não é tão estável no discurso, mas há, por outro lado, um esforço do enunciador em valorizar a autorrepresentação do líder católico. Dentre os diferentes recursos textuais mobilizados para atingir esse fim, merece especial menção a regularidade de orações religiosas em final de capítulo. Sob responsabilidade do próprio autor da obra, esses enunciados ritualísticos atualizam a cena da comunhão cristã, reforçando a relação prototípica entre Deus, o sacerdote e o fiel. Além disso, prestam-se a consolidar a ideia de que, pela atividade do crer, é possível a cura do mal da ansiedade.

Acreditamos que essa visão tem estreita afinidade com os pressupostos do New Thought, movimento que se encontra na gênese do fenômeno contemporâneo da *self-help*. Vimos que, segundo a posição do Novo Pensamento, a mente humana é dotada de uma potencialidade intrínseca para promover mudanças na vida do sujeito, além de ser regida por uma espécie de energia superior (Rüdiger, 2010), que, afinal, é quem lhe confere o poder de agir diretamente sobre o mundo.

4.6 Dêixis enunciativa

A mobilização da intertextualidade (e da cena) jornalística ocupa, em Zandoná (2018), um lugar argumentativo similar à função do intertexto científico e paracientífico em Cury (2014). Tais recursos, em ambas as obras, objetivam conferir valor de *verdade* ao conteúdo proposicional e, paralelamente, de *legitimidade* à pessoa que o enuncia, favorecendo a consolidação de *éthe* sábios, como o de sacerdote (caso de Zandoná, 2018), o de homem da ciência (caso de Cury, 2014) e o de conselheiro (caso dos dois enunciadores, ou melhor, dos três, considerando-se também a figura enunciativa em Amaral, 2023).

Por outro lado – e já o assinalamos na seção anterior – o modo narrativo do discurso faz-se presente em diferentes momentos da obra. Como vimos, ele busca sustentar, de maneira geral, a construção de um *étos* de competência, uma vez que se trata de relatar fatos em que o enunciador explicita uma *performance* bem-sucedida no acompanhamento de casos de ansiedade. Assim, o enunciador forja uma dupla temporalidade no fio do discurso: (i) um passado, no qual o enunciador-narrador se mostra atuante na resolução de um problema demandado por um terceiro; e (ii) um presente, em que esse enunciador se oferece como digno de confiança para auxiliar o leitor, que deve enfrentar questões semelhantes àquela narrada.

A cena do culto cristão impõe-se como um dos principais ambientes enunciativos elaborados em Zandoná (2018). Por vezes, é difícil dissociá-la da cenografia da orientação espiritual, dado que ambas correspondem a práticas sociodiscursivas típicas da esfera cristã. Para os fins deste trabalho, consideramos que o culto é a fotografia discursiva de um ambiente no qual a figura do enunciador tem destaque enquanto um sacerdote que dirige ao público de fiéis enunciados relativamente genéricos de temática religiosa. Nesse caso, como é possível observar, o orador-padre fala, do púlpito, a um auditório coletivo, daí o matiz um tanto abstrato de seus ensinamentos (46).

(46) Essa confiança responsável em Deus, que luta, trabalha, batalha, faz a própria parte etc., mas que Lhe obedece e confia plenamente em Sua ação, será essencial para que estejamos blindados diante das inúmeras causas de inquietação e ansiedade que nos visitam todos os dias. Se desenvolvermos essa fé simples e abandonada, com um verdadeiro “coração de criança” (cf. Mc 10,

15), teremos muito mais tranquilidade e equilíbrio para enfrentar as batalhas de cada dia, força esta nascida da certeza de que temos um Deus providente que cuida de nós [...]. [p. 138]

Por sua vez, a cena da orientação espiritual remete mais especificamente à relação de acolhimento face a face, mais próxima, entre o conselheiro religioso e o indivíduo fiel que o procura em função de uma queixa pessoal. No contexto católico, a orientação espiritual pode tanto se referir ao tradicional espaço do confessor quanto a consultas menos ritualizadas, mas com finalidade parecida. Essa cenografia é mais bem projetada em (47), por exemplo.

(47) [...] muitas vezes, alguém que sofre um transtorno de ansiedade não consegue bem controlar os próprios pensamentos e as próprias emoções. Compreendo você, que vive isso, e quero me solidarizar com sua desafiante realidade. Tenha paciência com você mesmo e trilhe o caminho apresentado neste livro confiando sempre em Deus, que é infinitamente maior que suas dificuldades atuais e que a sua ansiedade [...]. [p. 51]

Como uma espécie de desdobramento da cena do culto cristão, o enunciador evoca também a cena do *sermão*. Julgamos que essa ambientação discursiva se verifica notadamente na organização do sexto ao décimo capítulo, os capítulos finais de Zandoná (2018). Nessas seções da obra, o enunciador empenha-se em apresentar cinco condutas essenciais para que o leitor possa vencer a ansiedade, uma forma de aconselhamento cujo caráter impositivo mostra-se desde a maneira como os verbos de ação são modalizados nos títulos (no modo imperativo: *conheça-se, respeite-se, aja, mude e estimule*). A propósito, o quinto e último “segredo” para “superar a ansiedade” (*ibidem*, p. 67) consiste exatamente em estimular “a confiança e a fé” (*ibidem*, p. 127). A posição de destaque desse segredo, logo no final da lista de orientações, e uma extensa citação bíblica como epígrafe do capítulo⁶⁰ reforçam a atmosfera de pregação que o enunciador visa estabelecer.

Também é válido mencionar que a cena da psicoterapia, tal como nos outros manuais examinados, dota-se de grande relevância em Zandoná (2018). Diferentemente de Cury (2014) e de Amaral (2018), em que essa cenografia serve como fundamento do *éthos* categórico do psicoterapeuta, em Zandoná (2018) sua

⁶⁰ Nessa ocasião, o enunciador reproduz os versículos de número 25 a 34 do capítulo 6 do evangelho de Mateus (Zandoná, 2018, p. 127-128).

função nos parece mais discreta e está associada à construção de um *éthos* experiencial acolhedor e compreensivo. Uma faceta dessa espacialidade psicoterapêutica, que curiosamente não foi explorada em Amaral (2023) e tampouco em Cury (2014), é a *cena da sessão de avaliação psicológica*. Ela é acionada nas ocasiões em que o enunciador recomenda ao destinatário que se autoexamine e atribua valores a determinados itens de um teste rápido sobre comportamento (48).

(48) Diante de tudo o que foi apresentado até aqui, gostaria de convidá-lo à seguinte reflexão. Você já parou para honestamente se perguntar: Eu sou uma pessoa ansiosa? Em uma escala de 0 a 10, qual é o meu nível de ansiedade? Como tenho lidado com as tensões e a ansiedade de cada dia? Quais são as principais fontes de inquietação hoje em minha vida e como eu tenho lidado com isso? [p. 34]

Quanto à dinâmica das pessoas no discurso, é importante assinalar o uso recorrente da pessoa ampliada *nós* com tonalidade respeitosa, isto é, o emprego da primeira pessoa do plural no lugar da pessoa com quem se fala, com o objetivo de incluir-se na proposição, atenuando o caráter injuntivo-prescricional do discurso de aconselhamento (49 e 50):

(49) *Trilhemos*, pois, com confiança, este trajeto de autotransformação, a fim de *superarmos* a ansiedade e *reorganizarmos* *nosso* mundo a partir do que realmente *nos* é mais apropriado. Assim *poderemos nos* libertar de excessos e pesos desnecessários, podendo acrescentar o que realmente precisa estar em *ossos* dias. [p. 22, destaque nosso]

(50) Em muitas circunstâncias, o que estará na gênese de *nossa* ansiedade é um problema ou uma situação conflitiva com a qual não *estamos* sabendo lidar. Em outros momentos, o que *nos* agitará será a preocupação com algo que *estamos* aguardando muito, ou, ainda, a tensão diante de uma notícia que *estamos* esperando receber [...]. [p. 114, destaque nosso]

Como em Cury (2014), a autorreferência do enunciador pelo pronome *eu* é dominante em sequências textuais narrativas, nas quais ele se individualiza, com a intenção de concentrar em si mesmo os atributos de *acolhedor*, *competente* e *experiente*. A individualidade do sujeito também se verifica quando são mobilizadas as cenas da psicoterapia e da orientação espiritual, o que para nós tem pleno sentido, levando em conta o caráter íntimo dessas relações. Já nos excertos em que predomina o objetivo pragmático de informar ou explicar, a *não pessoa (ele(s))* e o

nós genérico ou *misto* (pessoa plural com sentido universal, ou seja, *eu + você(s) + ele(s)*) mostram-se com mais regularidade (51).

Um ponto interessante a ser citado é que, por todo o discurso, o público dos “mais jovens” (Zandoná, 2018, p. 48) é linguisticamente tratado como uma *não pessoa*, enquanto as qualificações de *esposa* ou de *marido* são bastante associadas à pessoa com quem se fala. Diante disso, concluímos que o enunciador identifica seu destinatário-modelo como sendo, além de católico, preferencialmente adulto e casado.

(51) *Podemos nos* tornar vítimas da ansiedade por diversos motivos [...]. Todavia, um dos principais propulsores da ansiedade em *nosso* tempo chama-se imediatismo [...]. O imediatismo parece ser um vírus que atingiu *a todos* em *nossa* sociedade [...]. [p. 25, destaque nosso]

4.7 Modo de enunciação e *éthos*

Como já afirmamos, em Zandoná (2018), o enunciador recobre-se de um estatuto de intercessão entre Deus e o destinatário-fiel. Essa posição difere sensivelmente da adotada em Cury (2018) e em Amaral (2023), em que há conexão direta com o público visado, ainda que em Cury (2018) o discurso religioso também se faça presente. O enunciador em Zandoná (2018) promove essa disposição cênica ao apoiar-se no *éthos* de sacerdote, uma das imagens mais evidentes em seu dizer (Quadro 2), constituindo-se em um importante recurso de atenuação do dogmatismo típico do aconselhamento. Isso se deve ao fato de que, como agente mediador, o sacerdote dilui sua responsabilidade enunciativa, atribuindo parte de seus mandamentos ao poder do divino ou da *fé no divino*.

Estratégias como essa, de mitigação da postura de dominação do enunciador frente a seu parceiro de linguagem, acham-se por todas as obras estudadas, mesmo que com menor repercussão no texto de Cury (2014). A extensão dos efeitos pretendidos no coenunciador é, porém, de difícil delimitação. Em Zandoná (2018), por exemplo, o estatuto de mediador religioso conferido pelo *éthos* sacerdotal concorre com a existência de inúmeros enunciados explicitamente injuntivos (52) e com um tom alarmista e intimidador que, apesar de menos pronunciado que em Cury (2014), é prontamente absorvido pelo leitor (53 e 54). A proverbialização do discurso, muito

comum em Cury (2014), é também verificada em Zandoná (2018) e, como naquela obra, promove um sujeito que evoca verdades e princípios não susceptíveis de questionamento, o que termina por favorecer o caráter dogmático de seu *éthos* (55).

Quadro 2: **Dimensões do *éthos* em Zandoná (2018)**

Categórica	Experiencial	Ideológica	Negativa
Conselheiro	Espiritualista, devoto	Cristão (católico)	Parcial
Sacerdote	Acolhedor, compreensivo	Social e moralmente conservador	Pouco objetivo, pouco técnico
Orientador espiritual	Competente, experiente	Psicologista	Inflexível, intimidador, ameaçador
Professor (em menor grau)	Ponderado	Individualista (em menor grau)	Exagerado
	Corajoso		Cansativo

Fonte: Autoria própria, com base em Maingueneau (2016b).

(52) [...] Não se compare com os outros nem desanime quando os resultados não vierem instantaneamente; tenha calma e compare-se apenas com você mesmo [...]. [p. 30]

(53) De nada adiantará você – ou eu – tomar remédio para conter a ansiedade, se antes você não se decide a fazer uma verdadeira faxina emocional, limpando seu “cômodo interior” [...]. [p. 75]

(54) *Se vivermos do jeito Dele, Sua providência irá nos sustentar em tudo, cuidando de nós e de nossa família. É uma questão de acreditar ou não. Ou nosso coração se dispõe à confiança neste Deus amoroso que deseja cuidar de nós, ou escolheremos viver confiando apenas em nós mesmos e em nossos esforços humanos, sentindo sempre o peso da incerteza em relação ao futuro e às necessidades que teremos.* [p. 137-138, destaque do autor]

(55) *A paciência é uma virtude, não um defeito. E assim precisará ser compreendida e vivenciada.* [p. 30, destaque do autor]

São abundantes em Zandoná (2018) os modalizadores deônticos, sobretudo a locução *ser preciso* (56). Furlan (2014) nos indica que a modalização deôntica, caracterizada pela demonstração do valor de necessidade que o enunciador atribui a seu próprio conteúdo proposicional, é um evento linguístico-discursivo bastante

comum na *self-help*. Ela está associada tanto a uma defesa de mundos éticos ideais esperados pelo enunciador quanto a uma orientação de conduta especificamente dirigida ao leitor. Nesse último caso, o enunciado modalizado estabelece-se como uma injunção em configuração implícita (57), buscando dissolver a compleição autoritária que uma ordem direta soaria ao coenunciador.

(56) Será preciso também lutar para evitar as situações que sabemos que nos gerarão estresse, tais como: discussões infrutíferas, determinados horários no trânsito [...], certos tipos de filmes, músicas, bebidas, assuntos etc. [...]. [p. 102]

(57) Além de desenvolvermos a autoempatia de sabermos nos respeitar, será muitíssimo necessário aprendermos a agir de maneira mais inteligente [...]. [p. 95]

O enunciador parece, contudo, dar-se conta de que a modalização deôntica da necessidade não é suficiente para conter a inflexão sentenciosa, categórica, de seu dizer. É por essa razão que abundam no discurso de Zandoná (2018) operadores circunstanciais, sendo eles responsáveis por imprimir um sentido de *especificação* ou de *adiamento do dever de cumprir* [o conselho]. O mecanismo aqui consiste em sugerir ao destinatário que o mandamento, embora normativo, é válido apenas em determinados contextos, e não implica o leitor de forma imediata (58 e 59).

(58) *Por vezes*, precisaremos também mudar a maneira como recebemos e processamos as informações, não nos deixando alarmar e inquietar com as más notícias e tragédias deste mundo [...]. [p. 120, destaque nosso]

(59) *Em algumas situações*, do mesmo modo, necessitaremos mudar o foco da maneira como nos alimentamos, começando a comer melhor. Um tipo de alimentação muito errada pode contribuir diretamente para alterar nosso humor, tornando-nos presa fácil para a ansiedade. [p. 121, destaque nosso]

Constatamos, além disso, a presença relevante de enunciados de valor condicional. Sentenças com essa orientação argumentativa visam estabelecer nexo causal entre condutas desejáveis e resultados benéficos ao leitor aconselhado; do mesmo modo, também visam demonstrar causalidade entre comportamentos indesejáveis e resultados desfavoráveis ao destinatário. A dimensão instrucional que se verifica em atos de linguagem como o *aviso* e a *ordem* manifesta-se pragmaticamente nessas construções condicionais, bastante recorrentes em Zandoná

(2018), como se pode observar em (60) e em (61). Do ponto de vista do *éthos*, embora atenuem o tom dogmático do discurso, muitos desses enunciados condicionais contribuem para a estabilização da vocalidade alarmista e urgente.

(60) [...] Quando nos apegamos demais às coisas, pessoas e situações, tendemos a nos tornar ansiosos e agitados diante do receio de perder tais realidades [...]. [p. 50]

(61) Se não conseguimos nos reconciliar com nossa própria história [...], dificilmente seremos capazes de superar a ansiedade e realmente equilibrar as coisas em nossa mente e em nosso coração. [p. 76]

É pertinente frisar a presença massiva do operador discursivo *é claro que* (62 e 63), expressando a ideia de que o enunciador se mostra verdadeiramente compreensivo em relação a alguma circunstância negativa ou a um desafio imposto ao destinatário. Como se pode esperar, esse movimento objetiva fixar o caráter empático do enunciador, afastando-o de uma posição autoritária, que não reconhece as vicissitudes daquele com quem fala.

(62) [...] diante de todos os estímulos e riscos apresentados, precisaremos nos esmerar em nos conhecermos verdadeiramente no ponto em que estamos [...]. É claro que essa tarefa de se compreender é um tanto desafiante, pois nem sempre será fácil realmente entender o porquê agimos e reagimos como o fazemos [...]. [p. 83]

(63) É claro que em um contexto tão complexo e exigente como o que vivemos, seria – no mínimo – estranho se tais realidades [nossas necessidades básicas] não nos causassem nenhuma preocupação, visto que elas não são secundárias e devem mesmo ocupar nossa atenção [...]. [p. 136]

A propósito, o tom acolhedor e compreensivo é percebido por todo o percurso discursivo da obra (64). Como já reportamos, as cenografias psicoterapêutica e de orientação espiritual asseguram essa voz que inspira cuidado e empatia por parte do enunciador. No entanto, o último capítulo (*Quinto segredo: estimule a confiança e a fé*), de conteúdo mais dogmático que os anteriores, é caracterizado por uma vocalidade sensivelmente intimidadora e alarmista (65).

(64) Por mais que você hoje esteja sofrendo em virtude da ansiedade, por mais que reconheça que não consegue controlá-la adequadamente e que, por isso, várias áreas de sua vida já estão sendo

afetadas, saiba que haverá sempre uma forma de regressar vivendo um real caminho de cura e transformação [...]. [p. 15]

(65) Temos apenas uma opção diante de nós: ou cremos, ou não; ou confiamos, ou não. Se você, de fato, “busca em primeiro lugar o reino de Deus e Sua vontade”, tudo mais – até mesmo o que você ainda não pediu – “lhe será dado em acréscimo” [...]. [p. 140]

Ao examinarmos o manual de Zandoná (2018) sob a lente do modo de enunciação, percebemos que o falante, buscando apresentar um discurso de autoridade, corre o risco de manifestar *antiéthe*, ou seja, imagens disforizadas de si, em princípio indesejadas, que o leitor pode assimilar. O sujeito enunciador, por exemplo, pode ser percebido como *parcial*, priorizando uma abordagem cristã para lidar com a ansiedade, o que o torna *pouco objetivo* e, conseqüentemente, *pouco técnico*. Além disso, a linguagem empregada pode soar antiquada e dogmática, transmitindo uma visão *inflexível* e pouco aberta a outras perspectivas. As informações e os conselhos, revestindo-se de uma vocalidade por vezes alarmista ou fatalista, pode projetar uma autorrepresentação *exagerada* ou *ameaçadora*, e a repetição de ideias pode tornar a leitura do manual *cansativa* (ver Quadro 2).

CAPÍTULO 5: ANALISANDO TODA ANSIEDADE MERECE UM ABRAÇO

Aos cinquenta anos,⁶¹ Alexandre Coimbra Amaral, que é natural de Belo Horizonte (MG), identifica-se publicamente como psicólogo, palestrante, escritor e terapeuta familiar e de casais. Seus materiais editoriais, todos publicados pela editora Planeta do Brasil, são definidos como “livros de psicologia voltados para o público geral”.⁶²

Amaral foi psicólogo comentarista do programa *Encontro com Fátima Bernardes*, veiculado pela emissora de televisão Globo (Figura 8). Além disso, foi colunista da *Revista Crescer* e do jornal *Valor Econômico* (Editora Globo). O autor possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Fumec (2000) e *maestría* em Psicologia Clínica pela Pontificia Universidad Católica de Chile (2002). Tornou-se, com isso, professor de graduação e de pós-graduação em Psicologia e participou da implementação do projeto-piloto do Programa de Saúde da Família no Chile (2001-2002).

Figura 8: Fátima Bernardes e Alexandre Amaral no *Encontro* (jun. 2018)



Fonte: GSHOW. *Veja fotos dos bastidores do 'Encontro' com Liam Payne, Patricya Travassos e Juliano Laham.* [Material on-line]. Última atualização: 07 jun. 2018. [S. l.: s. ed.]: 2018 Crédito da imagem: Fábio Rocha.⁶³

⁶¹ Idade presumida em 2024 a partir de informações coletadas em Amaral (2023).

⁶² Dados obtidos do *website* oficial do escritor (<https://alexandrecoimbraamaral.com.br/>. Acesso em: 25 abr. 2024) e de seu currículo acadêmico na plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/0409719346915707>. Última atualização: 10 abr. 2013. Acesso em: 25 abr. 2024).

⁶³ Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/encontro-com-fatima-bernardes/noticia/veja-fotos-dos-bastidores-do-encontro-com-liam-payne-patricya-travassos-e-juliano-laham.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Amaral trabalhou por anos como educador em *terapia sistêmica familiar*,⁶⁴ tendo fundado o Instituto Humanitas, um centro formador de terapeutas nessa abordagem em Salvador, em 2004. Segundo consta, a organização é, hoje, uma das instituições de referência do país no enfoque sistêmico. Ele é profissional registrado no Conselho Regional de Psicologia da Bahia, com cadastro ativo até o fechamento deste estudo.⁶⁵

O escritor palestra, em todo o país, sobre as mais diversas temáticas que abrangem o sofrimento humano e suas capacidades de resiliência: nascimento e morte; transições da vida familiar; cultura de paz; educação para a não violência; crises no casamento e na família; construção de diálogos colaborativos em situações de conflito; e masculinidades em transformação.

Além disso, é apresentador de um *podcast* denominado *Cartas de um terapeuta*, em atividade desde março de 2022. Ele contava, no início de 2024, com mais de setenta episódios. O canal foi inspirado pela elaboração de um livro, intitulado *Cartas de um terapeuta para seus momentos de crise*, lançado no Brasil em 2020. Em menos de seis meses, o livro, segundo informado pelo próprio autor, transformou-se em *best-seller*, tendo vendido mais de treze mil exemplares em todo o país, feito notável para um livro lançado em plena emergência médico-sanitária causada pela pandemia de Sars-Cov-2.⁶⁶

Este capítulo é dedicado ao exame analítico-discursivo da obra *Toda ansiedade merece um abraço* (192 p.), assinada por Alexandre Amaral e publicada em 2023 pela Paidós, um selo da Editora Planeta do Brasil. Diferentemente do que se verifica em Cury (2014), a catalogação bibliográfica disponível no livro indexa seu conteúdo a apenas um assunto: ansiedade.

⁶⁴ A terapia sistêmica familiar é uma abordagem de intervenção psicológica que reconhece as interdependências e complexidades das relações familiares. Ela se baseia na ideia de que o comportamento de cada membro da família faz sentido dentro do contexto familiar e que o foco terapêutico mais útil está nas dinâmicas e padrões familiares, em vez de na patologia individual. Essa abordagem considera a família como um sistema vivo com suas próprias regras e cultura, buscando compreender e abordar os fatores inconscientes que podem impactar o crescimento e o bem-estar de todos os membros da família (Rambo *et al.*, 2009).

⁶⁵ Dados obtidos em: <https://cadastro.cfp.org.br/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

⁶⁶ Dados obtidos do *website* oficial do escritor (<https://alexandrecoimbraamaral.com.br/>. Acesso em: 25 abr. 2024).

5.1 Estatuto do enunciador e do coenunciador

A esfera de atividade sociocomunicativa do aconselhamento compõe, na cultura ocidental, uma rede de práticas mais ou menos estruturadas sob a forma de gêneros do discurso. Vimos, a partir de Marín-Díaz (2015), que o manual de aconselhamento comportamental é apenas uma dessas modalidades, que, na atualidade, compreendem gêneros muito variados, como sessões ritualísticas ou cultos religiosos, conferências de *coaching*, consultas clínicas em saúde mental e vídeos de conselhos sobre relacionamentos amorosos em plataformas digitais como o YouTube.

É preciso, no entanto, distinguir a cena do aconselhamento da figura do enunciador-conselheiro. A nosso ver, o estatuto do conselheiro comporta-se como um papel social e discursivo específico e bem delimitado. Embora alguns gêneros possam ser alocados no interior do domínio do aconselhamento, nem sempre é aquele *éthos* de guia que predomina em um dado contexto de interação. Há, por exemplo, o *éthos* do psicoterapeuta em cenas de consulta psicológica, o qual estabelece com o coenunciador uma relação de nuance mais complexa que a mera resposta diretiva a uma demanda por orientação da conduta. Como uma vez defendemos (ver nota 49), nada impede que o psicoterapeuta aconselhe, mas essa prática não deve ser decisiva para marcar sua identidade sociodiscursiva face ao coenunciador, diferentemente do que ocorre com a imagem do conselheiro.

Segundo Freitas (2011), enunciador e coenunciador apoderam-se de um lugar na construção dos sentidos do discurso e, nesse espaço, o enunciador projeta uma imagem de si no discurso a partir da qual ele se legitima. Pode-se compreender o leitor-modelo de Amaral (2023) como sendo um sujeito que deseja conversar e desabafar sobre o incômodo da ansiedade que experimenta na vida. O coenunciador visado deve assumir, assim, a prototípica figura do cliente de psicoterapia.

Ocorre que o enunciador em Amaral (2023) se posiciona, segundo nosso juízo, de maneira ambivalente quanto à assunção do papel de psicoterapeuta. Em certas ocasiões, mune-se desse *éthos* para legitimar-se como portador do caráter de especialista, de alguém cujo dizer é digno de confiança, pois enuncia um saber de perícia (a isso, soma-se o *éthos* do psicólogo, bastante próximo ao do terapeuta). Por outro lado, esforça-se para estabilizar a figura do amigo, aquele que ouve e aconselha

sem compromisso técnico. De fato, essas imagens são, em princípio, incongruentes, mas o enunciador habilmente as manipula para consolidar uma imagem global de si como um conselheiro tecnicamente qualificado, porém próximo e empático em relação ao leitor. De toda forma, aprofundaremos o exame desse aspecto na seção que trata do modo de enunciação.

Relevante é perceber que, mesmo que sejam mobilizadas diferentes estratégias de composição da dêixis enunciativa e do *éthos*, a cena genérica do manual de aconselhamento impõe-se como coerção semântica e define o papel de base que se atribui ao coenunciador: um sujeito que apresenta uma questão a ser respondida (01).

(01) [...] Afinal, eu imagino que, se você está com este livro nas mãos, isso quer dizer que você tem aí dentro uma pergunta, uma dúvida, um desejo de que as coisas possam ser diferentes – para você, para os seus, para o mundo. [p. 30-32]

Ainda a respeito da constituição dos coenunciadores na obra estudada, ressalta-se o que podemos denominar de *incitação ao compromisso* (02). Em Amaral (2023), alguns enunciados cujo conteúdo conclama o público a disciplinar-se na leitura e na observância dos conselhos propostos buscam reforçar um aspecto da relação que se espera estabelecer entre os parceiros de linguagem, que é o de um contrato no qual as partes se *comprometem* com as cláusulas alicerçadas pelo gênero do discurso.

(02) [...] Quero te convidar para um livro sobre ansiedade que, pelo menos no formato, tente te deixar à vontade, em estado de leveza e sentindo que pode ser útil virar a próxima página. Porque eu já posso adiantar que *quero sua parceria para construirmos um mundo em que a ansiedade tenha que viver a dureza de coexistir com a delícia do encontro genuíno* [...]. [p. 17, destaque nosso]

Desse modo, é dever do enunciador da *self-help* emitir conselhos, que, na superfície linguística, podem apresentar-se não apenas sob a forma de injunções ou sugestões, mas também como asserções, explicações, narrações. De outro lado, o coenunciador implica-se com a função de manter a constância da atividade de leitura e absorver a pedagogia comportamental que envolve o discurso. Vale informar que esse tipo de enunciado, que convoca o auditório à disciplina, parece ser expediente

comum na literatura de aconselhamento, pelo que se verifica tanto nas demais obras examinadas nesta pesquisa quanto em outros materiais sobre os quais não nos debruçaremos aqui.⁶⁷

5.2 Temas

A ansiedade, tema-mote que baliza todo o corpus examinado neste estudo, é elaborada em Amaral (2023) a partir de contornos que lhe são particulares, comparativamente aos outros dois manuais. Apesar disso, nela se mantém como característica a ideia de uma cisão fundamental entre a manifestação “boa” e a manifestação “ruim” da ansiedade (Amaral, 2023, p. 60). A reafirmação dessa dicotomia é relevante nessa obra, uma vez que o gênero do discurso, embora permita certa variabilidade no trato semântico dos temas, organiza-os sob os parâmetros de sua função pragmática. Isso quer dizer que, ainda que a ansiedade seja abordada em diferentes nuances e sentidos por cada discurso, não se pode apreendê-la fora de um propósito mais amplo, associado ao macroato de *oferecer uma orientação*. Dado que o aconselhamento constitui a resposta a uma dúvida ou incômodo, ele representa a contraparte eufórica (solução) de uma situação inicialmente disfórica (desafio, questão); por isso, a ansiedade, na *self-help*, precisa ser idealizada, em algum nível, como problemática.

Submetido a essas coerções, o enunciador em Amaral (2023) introduz nas primeiras páginas o tema principal da obra, impregnando-lhe de sentido disfórico. Ele associa a ansiedade à dificuldade de organização do pensamento e da autoexpressão, e assinala uma conotação negativa ao destacar seus antônimos (*calma, leveza, delicadeza*). Esse movimento não é sutil, porque se observa explicitamente no texto (03), com a intenção de evidenciar as relações de oposição

⁶⁷ Nesse sentido, citamos, por exemplo, o manual *Stop ansiedade: o guia definitivo para você sair do ciclo da ansiedade emocional*, de Amanda Dreher. Destaca-se de seu texto a seguinte passagem, portadora de um conteúdo explicitamente injuntivo e de um tom fortemente intimidador: “[...] quero que você responda sinceramente: você está verdadeiramente comprometido? De zero a dez, qual nota você dá para o seu comprometimento? Se você não estiver comprometido, não adianta continuar lendo as próximas páginas, porque você só vai perder tempo e nada vai mudar. Agora, se estiver verdadeiramente comprometido, continue aqui comigo, porque você vai ter acesso a um caminho capaz de dar um STOP na sua Ansiedade [sic]” (Dreher, 2019, p. 30).

semântica que se quer estabelecer no manejo do tema, o que terá reflexo inclusive no tom adotado ao longo do discurso, como veremos mais adiante.

(03) [...] A palavra tem a capacidade de envolver a indefinição em uma moldura. Enquanto falamos, vamos nos dando conta de sensações que talvez nem soubéssemos que já estavam tão prontas para serem nomeadas. E a *ansiedade é tão apressada* em retirar-nos da boa palavra que já é um ato revolucionário podermos *falar dela com calma, leveza e delicadeza* [...]. [p. 18, destaque nosso]

Mesmo assim, o enunciador empreende certa relativização do aspecto disfórico da ansiedade, tanto que expressões referenciais de ocorrência significativa em outros manuais sobre o assunto, como *transtorno*, *mal* e *patologia*, não são comuns em Amaral (2023). Essa posição assumida pela instância de enunciação não é nem um pouco ocasional, mas coopera com um projeto argumentativo global, atravessado por formações discursivas que polemizam com a cosmovisão médico-sanitária, a qual, como vimos, é marcante em Cury (2014).

Esse caminho adotado pelo enunciador também o conduz à defesa da mitigação da responsabilidade do indivíduo por seu próprio sofrimento, reforçando sua dependência em relação a fatores externos, contextuais. Embora dediquemos maior atenção a esse aspecto na seção seguinte, cabe-nos adiantar que a FD individualista é frequentemente posta em causa, em benefício de um posicionamento que aqui denominamos *coletivista*.

Se considerarmos que o individualismo representa uma das características discursivas fundantes do gênero manual de aconselhamento, como sugerem alguns autores (Brunelli, 2004; Rüdiger, 2010), podemos inferir que, em Amaral (2023), o enunciador esforça-se para tematizar a ansiedade para além do que é esperado. Assim, a noção de que a ansiedade é essencialmente uma questão individual, típica de várias obras de aconselhamento (Cury, 2014; Dreher, 2019), pode ser entendida como um *tema incompatível* em Amaral (2023). Veremos posteriormente que o enunciador busca contornar esse problema recorrendo a uma apresentação cenográfica e etótica bem específica.

Também merece destaque o fato de que, em Amaral (2023), a ansiedade é claramente definida dentro da categoria das emoções. Em Cury (2014), por exemplo, não fica evidente para o leitor se o fenômeno da ansiedade se concebe como um afeto

ou um processo cognitivo. Além da relevância do ponto de vista técnico que isso implica, ressaltamos o impacto de uma ou outra concepção para o tratamento semântico-discursivo da ansiedade ao longo das respectivas obras. Se, de um lado, a frouxidão conceitual da ansiedade em Cury (2014) aponta para um enunciador que prefere enfatizar suas *consequências imediatas*; de outro, a delimitação nocional da ansiedade como afeto, associada à maior contextualização social de sua emergência, faz do enunciador em Amaral (2023) um sujeito que projeta uma imagem de preocupação com as *causas*, com os *fundamentos* da ansiedade.

5.3 Intertextualidade e interdiscursividade

É importante perceber como o sistema de restrições semânticas que contornam a obra de Amaral (2023) condiciona uma cadeia de remissões interdiscursivas distinta da dos outros manuais que integram o corpus desta pesquisa. Como ponto de partida, podemos constatar esse padrão ao observar a própria seleção bibliográfica que cada obra empreende em seu repertório formal de referências. Das 22 entradas citadas por Amaral (2023), nenhuma delas poderia ser classificada como manual de aconselhamento comportamental, tal como compreendemos no presente estudo. Mencionam-se vários livros-texto do campo dos estudos em saúde mental, pelo menos quatro artigos publicados em periódicos científicos dessa mesma área e alguns materiais classificáveis no escopo da filosofia e dos estudos sociológicos contemporâneos (citam-se, inclusive, duas obras de Zygmunt Bauman).

Apesar de nomear, em sua maior parte, obras que classificamos no âmbito da filosofia, das teorias psicológicas ou dos manuais nosográficos de psiquiatria, Cury (2014) também cita algumas obras que são, de fato, identificáveis como manuais de aconselhamento, sobretudo livros de autoria própria (há oito ocorrências desse tipo). Com respeito a Zandoná (2018), nem mesmo há listagem de referências bibliográficas consultadas; todavia, algumas notas de rodapé no decorrer dessa obra apresentam indicação de fonte, reportando-se notadamente a *websites* de natureza jornalística, como *blogs* e versões eletrônicas de revistas de curiosidades ou de divulgação científica destinadas ao público em geral.

Parece haver, como é possível notar, uma preocupação de Amaral (2023) em afastar-se da tradição intertextual da *self-help*, que costumeiramente exalta obras

clássicas da literatura de aconselhamento, com destaque para as produções editoriais anglófonas (Dale Carnegie, Napoleon Hill e Rhonda Byrne, por exemplo). Julgamos que esse movimento constitui uma estratégia para rechaçar o *antiéthos* do escritor de “autoajuda” que, como já observamos, tem sido pejorativamente associado, em algumas ocasiões, à prática de charlatanismo (Leite, 2019).

A propósito, o prefaciador de Amaral (2023), Marcelo Krauss,⁶⁸ assume um lugar enunciativo de polêmica em relação a outras abordagens sobre ansiedade. Em sua opinião, o manual em questão difere de muitos outros, aos quais ele faz referência indireta, porque apresentaria um aconselhamento “lúcido” (p. 12), baseado no real. Dessa forma, por meio da pressuposição, o enunciador do prefácio instaura uma oposição semântica entre, de um lado, *verdade* e *responsabilidade* (o manual em foco) e, de outro, *mentira* e *irresponsabilidade* (os outros manuais). Ou seja, se o manual prefaciado *não* promete uma solução mágica, tampouco uma minimização do impacto da ansiedade na vida das pessoas; já os demais manuais fazem tanto uma coisa quanto a outra, como se registra em (04).

(04) Aqui, você encontrará uma escrita honesta, humana, lúcida e sensível, que não tem medo de expor a realidade nua e crua da ansiedade. [...] Ao contrário de muitas publicações sobre ansiedade, esta não promete uma solução mágica para todos os seus problemas, nem tenta minimizar o impacto da ansiedade em nossas vidas [...]. [p. 12]

Com isso, Krauss busca representar Alexandre Amaral como um conselheiro sério, que se profissionalizou e que fundamenta suas orientações na ciência. Acreditamos que a crítica do prefaciador faça alusão, dentre outras coisas, às produções de Augusto Cury sobre ansiedade, especialmente a que integra o corpus desta pesquisa, em virtude de seu enorme sucesso editorial.

O empenho de Krauss em construir uma imagem prévia favorável de Amaral busca contrabalançar o relativo anonimato do autor na esfera atual dos escritores e comunicadores brasileiros de aconselhamento, ao contrário de personalidades bastante consolidadas, como Paulo Vieira⁶⁹ e, evidentemente, Augusto Cury. Esses

⁶⁸ Professor, mestre em filosofia e autor de *Penso, logo insisto* (2023, 272 p.), publicado no Brasil pela Editora Planeta.

⁶⁹ Esse escritor, que se define como *master coach*, é doutor em Business Administration e também mestre em Coaching. É autor de obras de grande circulação nacional, como *O poder da ação* (2015,

últimos autores valem-se, com frequência, do *éthos* prévio de escritores de sucesso para balizar as demais figuras etóticas que são postas em funcionamento em suas obras. Dito isso, passemos, então, à observação do texto principal de Amaral (2023).

A FD *coletivista*, como assim a denominamos, atravessa toda a obra de Amaral (2023). Consideramos coletivista o posicionamento discursivamente organizado em torno de uma percepção de mundo pela qual a existência, o pensamento e a conduta humana mantêm-se em função da alteridade e, mais especificamente, da inserção do sujeito em um espaço social. Nossa visão, portanto, expande-se para além das fronteiras psicoantropológicas do conceito de coletivismo.

Sobre isso, Triandis (2001) afirma que, em culturas coletivistas, as pessoas são interdependentes no âmbito de seus grupos internos (família, tribo, nação etc.), dão prioridade aos objetivos de seus grupos internos, moldam seu comportamento principalmente com base em normas internas e se comportam de forma comunitária. Pessoas em culturas coletivistas estão especialmente preocupadas com relacionamentos. O autor defende que sujeitos coletivistas em situações de conflito estão principalmente preocupados em manter seu relacionamento com os outros, enquanto os individualistas estão mais preocupados em alcançar justiça. Desse modo, coletivistas preferem métodos de resolução de conflitos que não destruam relacionamentos (por exemplo, mediação), enquanto os individualistas estão dispostos a acionar o poder judiciário para resolver disputas.

Enquanto posicionamento discursivo, o coletivismo presente em Amaral (2023) polemiza mais diretamente com o individualismo (05), tal como seria esperado. Não se registra na obra uma contraposição recorrente entre o coletivismo e a FD liberal, disposição interdiscursiva que recobre vastamente a obra de Cury (2014), por exemplo. Para nós, essa é uma evidência de que o individualismo e o liberalismo, embora frequentemente sobrepostos, não são, a rigor, equivalentes. Nesse sentido, concordamos com Bachur (2006). Ainda assim, verificamos um enunciador crítico em relação ao modelo liberal de vida (06), embora em menor grau de recorrência no texto.

256 p.) e *O poder da autorresponsabilidade* (2018, 160 p.), ambas publicadas no Brasil pela Editora Gente. Fonte: <https://febracis.com/sobre-paulo-vieira/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

(05) A parte mais inegociável da condição humana é ter de se relacionar com o entorno. Não somos ilhas jamais: mesmo que nos escondamos do mundo, ele vem e nos encontra através do sentimento de solidão e desconexão de todos os laços que importam [...]. [p. 35]

(06) [...] Preste atenção nisso aqui, porque é fundamental que você compreenda que estamos, sim, diante de um problemão, que não é a emoção desagradável, mas como o mundo te obriga a lidar com ela rapidamente, ou a mascarar-la, ou a fingir que nada está acontecendo, *para você continuar em movimento, produzindo, prosperando*, [...] para não tirar a rotina do trilho esperado, que é o trem-bala da produtividade, da aceleração e da resiliência que tudo resolve como se fôssemos sobre-humanos [...]. [p. 45, destaque do autor]

Emerge, mais destacadamente em Amaral (2023) do que nos demais manuais em análise, um posicionamento que chamaremos de FD *psicológica*. Embora essa formação discursiva possa tangenciar a FD individualista em alguns aspectos, advogamos por uma distinção entre ambos os pontos de vista, dado que o psicologismo⁷⁰ representa um conjunto mais ou menos coeso de ideias que dão relevo à vivência subjetiva e que valorizam a idiosincrasia das pessoas na experiência com o mundo e consigo mesmas (07 e 08).

(07) Eu descredito em qualquer tipo de cultura que apague a subjetividade. Isso quer dizer que, sempre que estivermos sendo convidados a perceber que somos uma massa de ansiosos que atuam no mundo do mesmo jeito, estaremos diante de uma mentira fabricada para oprimir o mais precioso que possa existir em nós, que é a singularidade de que somos constituídos [...]. [p. 24]

(08) [...] O que determina a qualidade do que você experimenta na hora é o *significado* que aquela cena tem para você. [p. 37, destaque do autor].

Por sua vez, o individualismo é um conjunto de pensamentos, práticas e valores que enfatizam a autonomia, a liberdade individual e a busca pelo interesse próprio

⁷⁰ O conceito de *psicologismo* é, a nosso ver, polissêmico. No âmbito dos estudos filosóficos, ele possui contornos mais sistemáticos a respeito de seu impacto na lógica e na epistemologia do que pretendemos com o sentido que tomamos neste trabalho. O filósofo britânico John S. Mill, por exemplo, pode ser considerado psicologista na medida em que argumentava que as leis da lógica dependiam de processos psicológicos humanos. Gottlob Frege, por sua vez, argumentava que a matemática e a lógica não são parte da psicologia e que seus objetos e leis não são definidos nem explicados por observações e resultados psicológicos; ele também sustentava a distinção entre conceitos psicológicos e seus objetos. Já Edmund Husserl criticava o que chamava de *antipsicologismo normativo*, que via uma separação completa entre o que é e o que deve ser; ele concordava que o pensamento correto é um caso especial do pensamento como ele ocorre de fato. No entanto, ele também acreditava que as consequências empíricas do psicologismo (leis vagas, impossibilidade de conhecimento *a priori* e referência a entidades psicológicas) demonstravam seu erro (Kusch, 2024).

como princípios orientadores da vida social. Essa FD privilegia a noção de que os indivíduos são agentes autônomos, responsáveis por suas próprias escolhas e resultados, e tende a legitimar a competição, o mérito e a realização pessoal como fundamentos centrais da existência humana.

Ainda que discretamente, atravessa o percurso da obra uma FD que se organiza, a nosso ver, como um desdobramento da FD psicológica: trata-se do posicionamento *psicoevolutivo*, materializado em enunciados como (09). O psicoevolucionismo, enquanto formação discursiva, constitui um sistema interdiscursivo de ideias que propõem o entendimento do comportamento humano e do sofrimento psicológico sob a ótica da evolução biológica. Por conta de seu fundamento inatista, ele polemiza diretamente com o ponto de vista empirista em psicologia, que tem nas abordagens comportamentalistas sua maior filiação (Abreu, 2012). A perspectiva psicoevolutiva fundamenta-se na premissa de que as emoções, os pensamentos e os comportamentos humanos, filogeneticamente moldados ao longo de milhares de anos, representam adaptações que outrora garantiram a sobrevivência e a reprodução em um ambiente ancestral desafiador.

Segundo o psicoevolucionismo, portanto, as emoções, como a ansiedade, seriam resultado da evolução das espécies. Um bebê da espécie humana, vivendo numa cultura ocidental, já apresentaria a capacidade natural de experimentar as emoções básicas e de expressá-las de forma incondicionada, assim como bebês de sociedades simples isoladas, demonstrando como as emoções estão disseminadas na humanidade e não necessitam de aprendizado. Para Brandão (2019), em sua manifestação mais rudimentar, a emoção é uma expressão de um ato motor, de natureza motivacional, desencadeado por sensações oriundas de estímulos sensoriais de onde o indivíduo esteja. Pode ainda incluir pensamentos e planos sobre o que já ocorreu, está ocorrendo ou ocorrerá e manifestar-se na forma de expressões faciais, podendo ocorrer, além disso, alterações fisiológicas.

Por meio dessa lente, o sofrimento psicológico é interpretado como um desajuste entre os mecanismos evolutivos preexistentes e as demandas da vida (hiper)moderna. As pressões sociais, por exemplo, podem desencadear respostas de estresse e ansiedade que, embora úteis em situações de perigo real, podem se tornar patológicas em um contexto social mais seguro.

(09) No início da vida, somos recebidos pela nossa mãe, pai, avós, tios, irmãos etc., num processo de pura poesia do encontro: o *imprinting*, palavra em inglês que quer dizer “impressão”. [...] Esse movimento do *imprinting* não é cultural, e sim etológico; acontece com todos nós como base da preservação da espécie. Somos programados para nos vincularmos uns aos outros, usando para essa finalidade todas as vias sensoriais que temos. [p. 118, destaque do autor]

Apesar do recurso à perspectiva psicoevolutiva, é particularmente incomum em Amaral (2023) o apelo direto à autoridade das ciências naturais, o que se verifica em ocasiões específicas como (10). Entendemos que o enunciador evita empregar esse argumento de modo a minimizar o caráter cientificista de seu discurso, suficientemente assentado por conta da visão psicoevolutiva, que já mencionamos.

Fato é que o enunciador, buscando estabilizar uma imagem de si ao mesmo tempo *científica* (para opor-se à suposta “baixa cientificidade” da *self-help* tradicional) e *humanizada* (para opor-se a certo “objetivismo” da ciência tradicional), oscila entre diversas fontes intertextuais, não apresentando uma unidade teórica e técnica evidente. Nessa direção, a remissão ao universo artístico-cultural brasileiro, sobretudo às letras de música ligadas a uma memória coletiva nacional, faz-se característica de destaque em Amaral (2023), capaz de favorecer esse *éthos* humanizado, mais especificamente o *éthos* de um sujeito culto, que aprecia a sensibilidade da produção artística e que a tem como suporte reflexivo (11 e 12).

(10) A inquietação ansiosa é o oposto exato daquilo que inventaram como sendo “o equilíbrio”. Uma ideia muito interessante de ser examinada, porque as ciências naturais já provaram, por exemplo, que não existe equilíbrio estático em nada no universo e que estamos todos imersos em um mundo complexo em transformação contínua [...]. [p. 135]

(11) [O] tempo [de condenar e ridicularizar quem sofre] pode ser trocado pelo tempo do respeito. É nessa transição que eu acredito, é nela que trabalho, chamando de “tempo da delicadeza”, expressão que o Mestre Chico Buarque de Hollanda trouxe definitivamente para nós, em “Todo sentimento” [...]. [p. 50]

(12) A ansiedade é o avesso do prazer. [...] O prazer quer um tempo só para ele na rede, como um dia de domingo (pensar nessa expressão me trouxe um prazer imediato, que me gerou um riso frouxo e um suspiro: imaginar Gal Costa e Tim Maia cantando essa música por aí, onde quer que estejam...). [p. 168]

É exatamente na referência à memória coletiva artístico-intelectual que o enunciador em Amaral (2023) concentra suas remissões intertextuais. Nesse sentido, o elemento textual recuperado pode vir sob a forma de discurso relatado, como se verifica na seguinte passagem em discurso indireto: “Não podemos acreditar nessa histórica única. Chimamanda Adichie⁷¹ [...] afirma que as histórias únicas criam estereótipos, que são descrições muito incompletas das pessoas” (Amaral, 2023, p. 86), ou, então, sob a forma de palavras entre aspas, como é o caso de (11), em que *tempo de delicadeza* e *Todo sentimento* constituem, respectivamente, uma expressão e o título de uma canção atribuídos a Chico Buarque de Hollanda, com quem o texto de Amaral dialoga.

Outra questão que atravessa o texto de Amaral (2023) é a franca defesa da naturalização e da despatologização da experiência ansiosa (13 e 14). Chamaremos essa FD de *antipsicofóbica*. No âmbito do campo discursivo da saúde mental, a FD antipsicofóbica configura-se como um conjunto de enunciados que moldam a maneira como os sujeitos interpretam e agem em relação ao sofrimento psicológico. Tal ponto de vista caracteriza-se, dentre outros aspectos, por uma perspectiva humanizadora da pessoa em sofrimento mental, pelo questionamento do estigma que se acredita historicamente vinculado à loucura e pela defesa da desinstitucionalização do paciente psiquiátrico, em um confronto direto com o hospitalocentrismo e com a cosmovisão médico-sanitária. A propósito, essa posição antipsicofóbica parece ter tido importante papel na organização ideológica dos movimentos antimanicomiais que se desenvolveram por todo o mundo, notadamente a partir da segunda metade do século XX, inclusive no Brasil (Lüchmann; Rodrigues, 2007).

(13) Ansiedade não é loucura, loucura não é demérito, loucura é parte de nós, é algo que pode acontecer em nossas fases mais áridas [...]. [p. 58]

(14) Tudo o que gerar paralisia em você merece ter prioridade. [...] Não é fraqueza, não é mimimi, não é exagero seu, não é frescura. É a ansiedade te dizendo que você precisa de cuidados – não

⁷¹ Chimamanda Ngozi Adichie, ensaísta e escritora nigeriana, é uma importante voz no feminismo contemporâneo. Nascida em Enugu, na Nigéria, em 1977, iniciou sua formação em farmácia e medicina, mas logo migrou para a área de comunicação, completando os estudos nos EUA. Suas obras exploram questões sociais nigerianas e da diáspora, tendo sido premiadas internacionalmente. Além de escritora, Adichie é uma ativista do feminismo e promotora de novos talentos literários na Nigéria, destacando-se por suas palestras, que incluem *Os perigos de uma história única* e *Sejamos todos feministas*.

necessariamente médicos; pode ser um abraço, por exemplo, gente que reconheça que isso faz parte do mais que humano em nós [...]. [p. 65]

Seguindo essa linha, uma FD que tem relevância em Amaral (2023) é a antirracista (15). *Antirracismo* é um termo utilizado para contestar as correntes de pensamento científico e social chamadas de racistas, bem como as políticas sociais, estatais ou não, e as práticas e ideias que promovem segregação social, privilégios ou superioridade de um grupo social sobre outro. Portanto, o antirracismo pode ser considerado uma maneira de designar diferentes estilos de combate ou de oposição ao racismo. Nesse sentido, o antirracismo está mais relacionado à contrariedade daquilo que o racismo representa do que necessariamente à sua anulação, especialmente porque o reconhece como um fenômeno social e se fundamenta no princípio de que o prefixo *anti* no termo racismo é o próprio reconhecimento da existência ideológica e socialmente ativa que este pode representar (Marcon, 2015). A esse respeito, van Dijk (2016, p. 153)⁷² afirma que

[...] el sistema social del antirracismo consiste en un subsistema de prácticas sociales antirracistas (protestas, etc.) basadas en un subsistema de cognición social antirracista (ideologías y actitudes antirracistas). [...] El discurso antirracista es una de las mayores prácticas antirracistas y la manera en que las cogniciones antirracistas se adquieren y reproducen. De hecho, el antirracismo no es más innato que el racismo, y ha de ser aprendido, en su mayor parte a través de textos y conversaciones. Las ideologías antirracistas — y por tanto sus actitudes y discursos — también están polarizadas, pero en este caso el exogrupo se define como ‘racista’.

Ademais, identificamos na obra uma posição polêmica em relação a abordagens da saúde mental com viés pedagógico (16). A nosso ver, o enunciador dirige novamente sua crítica ao estereótipo dos manuais de aconselhamento comportamental, que lhe parecem adotar um tom professoral característico, ao qual atribui valor evidentemente disfórico.

⁷² “O sistema social antirracista consiste em um subsistema de práticas sociais antirracistas (como protestos, por exemplo) baseado num subsistema de cognição social antirracista (ideologias e atitudes antirracistas). [...] O discurso antirracista é uma das principais práticas antirracistas e também a forma como as cognições antirracistas são adquiridas e reproduzidas. Na verdade, o antirracismo não é mais inato do que o racismo e tem de ser aprendido, principalmente por meio de textos e conversas. As ideologias antirracistas – e, portanto, suas atitudes e discursos – também são polarizadas, mas nesse caso o grupo externo é definido como *racista*” (tradução nossa).

(15) Se a ansiedade é um balão de angústia, esvaziá-lo é conversar e receber afeto, é reconhecer e ser reconhecido. Procure gente ao seu lado, que pode nem ser tão próxima, mas que você percebe que tem a capacidade de te entender. [...] Pode ser a pessoa preta que se sente insegura de existir num mundo racista e que está ansiosa por entrar num ambiente em que ela é a única negra entre dezenas de pessoas brancas [...]. [p. 176]

(16) [...] não adianta que a saúde mental seja foco de todos os lugares em que vivemos, como uma pedagogia (“o que é depressão?”, “como lidar com uma crise de pânico?”, “como lidar com as perdas e os lutos?”), se não fizermos, ao mesmo tempo, uma transformação honesta e profunda na maneira de acolher quem está sofrendo [...]. [p. 41]

É, portanto, razoável que associemos as diversas formações discursivas agenciadas em Amaral (2023) a uma formação ideológica de base progressista. Neste trabalho, identificamos os seguintes posicionamentos discursivos de fulcro ideologicamente progressista: FD coletivista; FD antipsicofóbica; FD antirracista; FD feminista; e FD pró-LGBT+ (em menor grau).⁷³ O aspecto fortemente identitário dessas manifestações interdiscursivas, assim como a discreta contraposição do discurso de Amaral (2023) ao ponto de vista economicamente liberal, permitem-nos inferir que a matriz ideológica subjacente às FDs mobilizadas nessa obra alinha-se aos pressupostos da chamada *nova esquerda*.

Ribeiro (2023) esclarece que a nova esquerda constitui, na história do progressismo, uma emergente cultura política que permaneceu de esquerda, apesar das diferenças em relação à *velha esquerda*, de contornos mais estruturalistas e bastante concentrada na agenda trabalhista. Essa corrente político-ideológica reformadora trata da preocupação com as desigualdades sociais, a garantia das liberdades individuais e a busca por uma sociedade mais justa. No Brasil, a nova esquerda encarou, nos anos 1980, o desafio democrático e buscou incorporar algumas questões da democracia liberal à tradição marxista, não rompendo completamente com o objetivo do socialismo.

Como explica Silva (2020), as manifestações de Maio de 1968 foram um catalisador para a emergência da nova esquerda, especialmente na academia, em

⁷³ *LGBT+* é uma das siglas utilizadas para se referir à comunidade de pessoas que não se reconhecem como cisgêneros e/ou heterossexuais, a exemplo de lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros e travestis. O sinal de mais indica que a comunidade recepciona as mais diversas categorias de orientação do desejo sexual e de identidade de gênero, desde que se encontrem para além dos limites da cis-heteronormatividade.

que surgiram abordagens pós-modernas dos problemas de que as ciências humanas já estavam habituadas a tratar. Essa nova interpretação da realidade teria destacado os confrontos entre os novos sujeitos sociais e os velhos sujeitos revolucionários, resultando em tensionamentos e contradições dentro da esquerda. A crise da razão moderna foi fundamental nessa mudança, levando à compreensão de uma realidade fragmentada e efêmera, impossibilitando uma narrativa única para explicar a vida social. A crise do marxismo e do socialismo real, juntamente com a crise do capitalismo nos anos 1960, impulsionou a eclosão de novos movimentos sociais, como o estudantil, o feminista, o LGBTQ+, o negro, o ecológico e o pacifista, enquanto as lutas operárias tradicionais enfraqueciam.

5.4 Vocabulário

Dos fenômenos mais significativos presentes no discurso de Amaral (2023), deve-se citar a opção do enunciador por um estilo de escrita despojado, que se mune de termos e expressões típicas de variantes informais da língua portuguesa (17 e 18). O manejo de uma linguagem coloquial estende-se a toda a obra, tendo sido verificado, inclusive, ao se abordarem aspectos técnicos do tema-chave. Com isso, o enunciador, a um só tempo, (i) elabora uma representação de seu público, compreendendo-o como um leitor generalista, pouco preocupado com a formalidade ou o rigor que se poderia supor de um livro destinado a tratar de uma condição de saúde mental; e (ii) reafirma uma representação de si mesmo, por meio do *éthos* do amigo. Acreditamos que essa seja uma das principais imagens discursivas desenvolvidas ao longo da obra, para a qual é importante uma enunciação que encene a desejável proximidade entre os parceiros de linguagem. Assim, uma fala pouco protocolar, que busque diluir a hierarquia prototípica entre o conselheiro-sábio e o aconselhado-aprendiz, é parte da mobilização do *éthos* amistoso.

(17) [...] A ansiedade, *essa danada*, que vive incomodando nossos momentos presentes e nos chamando para habitar futuros catastróficos, precisa e merece aprender a lidar com o presente, não somente um presente meditativo solitário, mas um presente de mãos dadas com os afetos que pacificam a alma [...]. [p. 17, destaque nosso]

(18) [...] Lidamos com as emoções, o que é muito diferente de controlá-las. Sabe por que isso é tão importante? Porque a ansiedade é uma emoção. E, assim sendo, quando ela chega, ela *chega chegando* [...]. [p. 38, destaque nosso]

Ainda sobre a expressividade do texto, é digno de menção o acentuado tom poético (19 e 20) assumido pelo enunciador. Se a abordagem coloquial se exerce em todas as obras que compõem o corpus, apenas Amaral (2023) se destaca por vinculá-la a uma permanente preocupação estética, fazendo uso variado de vocábulos de natureza polissêmica, jogando com figuras de linguagem e promovendo uma maior opacidade do que aquela que se esperaria de um texto de aconselhamento, marcadamente injuntivo-explicativo. Apesar de notarmos uma recorrência importante da metáfora em Cury (2014), o leitor não a percebe integrada a um projeto enunciativo de assimilação do discurso literário, como parece ocorrer em Amaral (2023). Nossa hipótese é a de que, nessa última obra, uma expressividade informal e, ao mesmo tempo, plástica e sensível, contribui para engendrar *éthe* que mesclam impressões de horizontalidade entre os parceiros e certa erudição. Mais uma vez, o enunciador tenta distanciar-se da imagem do conselheiro professoral e diretivo.

(19) Há abraços fora da rede, abraços que geram saúde, sensação vívida de amor e pertencimento, muitas vezes mais intensos e duradouros do que os likes tão efêmeros e voláteis. *Troque a rede social por uma rede de pano de vez em quando* [...]. [p. 114, destaque nosso]

(20) [...] Somos corpos que estão no mundo para interagir com ele, em plena ocupação de todas as formas de percebê-lo. *Sentir com os sentidos pode fazer muito sentido para você*. [p. 122, destaque nosso]

É interessante perceber que, em ocasiões específicas, o vocábulo *livro* lança-se como metonímia do próprio enunciador: “este livro quer conversar com você” (Amaral, 2023, p. 15), revelando-se como um marcador de polidez que livra a figura do enunciador de assumir diretamente a função de prescrição do bem-viver; afinal de contas, é o “livro”, não o sujeito enunciador, que “aconselha”. Nesse sentido, as construções *eu te convido a* e *eu quero te convidar a*, seguidas de uma ação a realizar, são elaborações igualmente polidas e bastante acionadas pelo enunciador com a finalidade de mitigar o caráter injuntivo de seu discurso.

Diversamente do que se acha em Cury (2014) e em Zandoná (2018), é escassa a ocorrência de um vocabulário técnico-científico ou médico-sanitário em Amaral (2023). Porém, assim como em Cury (2014), na obra em foco, há abundância do recurso à linguagem metafórico-comparativa (21 e 22).

Vê-se que, em Amaral (2023), o repertório lexical impregnado de *páthos* objetiva despertar emoções tanto confortáveis quanto desconfortáveis⁷⁴ no coenunciador (23). Essa visada é ligeiramente distinta da patemização vocabular em Cury (2014), que, como já vimos, emprega ostensivamente vocábulos como *assassinato*, *masmorras* e *envelhecimento precoce*, favorecendo quase que exclusivamente impressões de medo e morbidez. A bem da verdade, em Amaral (2023), as expressões evidentemente patemizadas não são tão características, embora possamos destacar algumas passagens de teor bastante dramatizado (24).

(21) A ansiedade é uma neblina que nos impede de estar no momento presente de forma minimamente tranquila e que ao mesmo tempo nos leva a imaginar o que de pior pode acontecer conosco no futuro próximo [...]. [p. 28]

(22) [...] Sempre imaginei a pessoa equilibrada como um caminhante circense numa corda bamba, bambíssima, que separasse o mundo da normalidade do mundo da loucura [...]. [p. 54]

(23) [...] O melhor de nós não *morre* com a ansiedade, mas é fato que ela *soterra* os caminhos do pensamento e do sentimento para recordar que somos muitos, e muito além dela. [p. 88, destaque nosso]

(24) [...] Porque, assim como as emoções, o sofrimento que algumas delas [experiências negativas] provocam é uma *flecha que atravessa o coração do nosso tão sonhado equilíbrio*. [p. 41, destaque nosso]

Constatamos ainda que qualificadores superlativos, como *seriíssimo*, *gravíssimo* e *altíssimo*, especialmente regulares na visada patêmica de Cury (2014),

⁷⁴ A título de informação, consideram-se confortáveis as emoções humanas que, em geral, são experimentadas com prazer; as desconfortáveis, logo, são aquelas percebidas com desprazer pelo indivíduo. As emoções apresentam distintas dimensões de análise, sendo as mais estudadas a *valência* e a *intensidade* (Myers, 2006; Engelman; Albornoz Gonçalves, 2016). A valência dá-se na medida em que alguns estados emocionais são *positivos* (por exemplo, alegria, satisfação), e outros são *negativos* (por exemplo, raiva, ansiedade, tristeza, aborrecimento). Certos estados emocionais positivos são baixos em intensidade (relaxamento), ao passo que outros são intensos (euforia). De igual maneira, alguns estados emocionais negativos são pouco intensos (tristeza), enquanto outros são muito intensos (raiva). Cabe ainda asseverar que, de um ponto de vista psicossocial, nenhuma manifestação emocional é, *a priori*, positiva ou negativa, uma vez que é a cognição do sujeito, mediada pela cultura, que a interpreta como tal ou qual.

são pouco expressivos em Amaral (2023), registrando-se esparsas ocorrências, como em (22) e em (25). Além disso, as construções antitéticas também são pouco comuns em Amaral (2023), o que diverge sobremaneira do estilo adotado pelo enunciador em Cury (2014), que explora bastante a figura retórica da antítese. Como veremos mais detidamente na última seção deste capítulo, essa disposição léxico-frasal do discurso de Amaral (2023) imprime-lhe um tom sensível; porém, relativamente sóbrio.

(25) Entre pulmões com pouco ar, entendemos que a ansiedade é uma espécie de fake news que, mesmo sendo falsa, é sentida como se verdadeira fosse. Aos poucos, vamos percebendo que nada de *gravíssimo* acontece enquanto ela teima em nos garantir que o pior chegará aos nossos dias com o imprevisível futuro. [p. 146, destaque nosso]

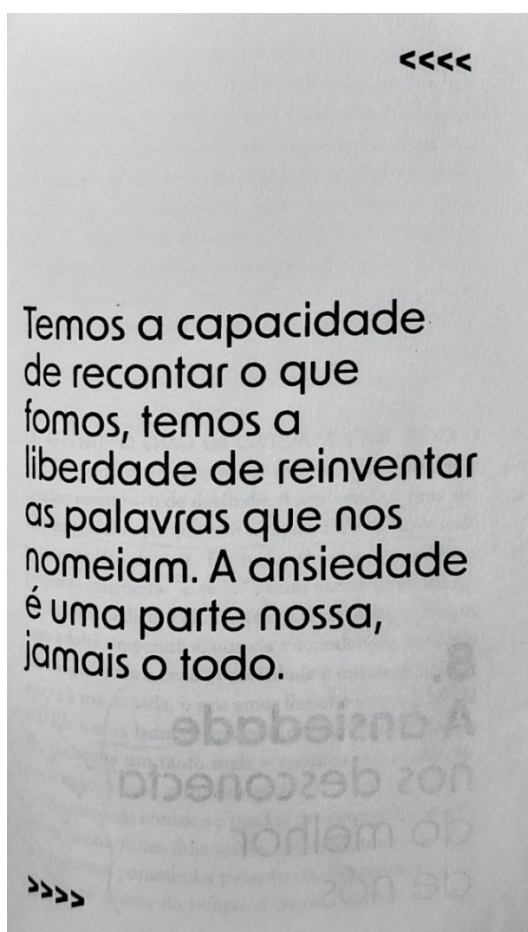
5.5 Modo de coesão e de organização do discurso

À semelhança do livro de Cury (2014), mas de forma menos pronunciada do que este, a obra de Amaral (2023) organiza-se a partir de numerosos capítulos. No entanto, o autor não opta por subdividi-los, como faz Cury (2014). De todo modo, é pertinente destacar em Amaral (2023) a presença de muitos elementos pré- e pós-textuais (dedicatória, prefácio, apresentação, introdução e epílogo), na contramão das demais obras analisadas, sobretudo em comparação com Zandoná (2018), que não registra nenhum paratexto dessa ordem. Nossa observação sobre esse fenômeno em Amaral (2023) aponta para uma preocupação enunciativa em promover:

- Um caráter adequado ao propósito discursivo da obra, já que, como vimos, o enunciador-prefaciador busca erigir uma representação de afabilidade e cientificidade do enunciador-autor; ademais, o capítulo de apresentação é destinado a anunciar o *éthos* dito desse enunciador-autor, definindo-o em termos profissionais e psicológicos;
- uma corporalidade leve, mas aprumada, que inspira algo elegante. Ao etiquetar elementos paratextuais do manual como *prefácio* ou *epílogo*, o enunciador recupera uma estrutura típica de obras literárias, com a qual, uma vez mais, tenta projetar-se para fora dos aspectos formais do gênero de aconselhamento, de materialidade geralmente mais simples e objetiva.

A partir de uma perspectiva visual, também têm bastante relevo os destacamentos (aforizações) empreendidos em Amaral (2023). Em Cury (2014) e em Zandoná (2018), frases sem texto não são graficamente realçadas, sendo percebidas pelo leitor somente em função de sua pregnância linguístico-discursiva ou, no máximo, pelo uso do itálico. Já em Amaral (2023), o coenunciador depara-se com 44 trechos da obra em amplo destaque: cada um deles ocupa, sozinho, uma única página, na qual aparece centralizado; além disso, a tipografia é distinta da empregada nos enunciados em regime textualizante, com tamanho consideravelmente maior (Figura 9). Com esse procedimento, parece haver uma orientação para a consolidação do *éthos* do conselheiro, sujeito dotado de um saber que se traduz não apenas em máximas e em provérbios, mas também em destacamentos tidos como pertinentes para cada situação, ainda que, paradoxalmente, o enunciador empreenda esforços para mitigar essa imagem discursiva.

Figura 9: **Disposição gráfica de enunciados destacados (Amaral, 2023)**



Fonte: Amaral (2023, p. 83).

Recortes textuais explicativos são relativamente recorrentes, sendo mais presentes em certos capítulos do que em outros, o que se alinha com o que foi observado nas demais obras. No entanto, as inserções parecem mais proeminentes em Amaral (2023). Por meio das inserções, o enunciador estabelece digressões que suspendem a continuidade sintática da frase, com a finalidade de esclarecer, justificar, exemplificar, expressar-se ou acrescentar informações (26 e 27). Para nós, esse movimento não é eventual, compondo parte da linguagem dialogal que se pretende consolidar imaginariamente no texto, dado que, em interações conversacionais, as inserções são fatos linguísticos corriqueiros, que compreendem uma importante estratégia de formulação textual-discursiva (Koch, 2010).

(26) É no presente que podemos estar atentos e fortes, como cantava Gal (*ah, que saudade, Gal...*), ainda que nossos tempos insanamente acelerados não nos deixem nem mesmo o tempo para temer a morte [...]. [p. 94, destaque nosso]

(27) [...] Ouse um pouco mais. Tire sua fantasia do fundo da prateleira do tempo útil. Faça acontecer uma dança no meio da sala (*quem fez isso no meio da pandemia e foi ótimo?*), deixe entrar mais luz onde há penumbra [...]. [p. 170, destaque nosso]

Orações reduzidas de infinitivo em posição sintática de sujeito são presentes em Amaral (2023), mas menos pronunciadas do que em Cury (2014) e, principalmente, em Zandoná (2018). Sua maior ocorrência está relacionada à abordagem de um comportamento geral, e não ao comportamento do coenunciador (28). Nessa direção, concordamos com Furlan (2014), para quem essa estratégia parece atender ao objetivo do enunciador de neutralizar uma possível ameaça à sua *face positiva* (a imagem social que apresenta aos outros), na medida em que ele poderia se mostrar autoritário, e a *face negativa* (a imagem pessoal, íntima de cada indivíduo) do destinatário, que poderia se sentir ameaçado em seu território pessoal, o que é capaz de ocorrer quando há uma expressão direta de ordens e obrigações.⁷⁵

(28) Assumir que é ansiedade, e não urgência, é uma maneira eficiente de delinear melhor um freio interno – uma pausa para respirarmos e sermos menos impulsivos – que pode nos reconduzir a uma convivência menos saturante [...]. [p. 104]

⁷⁵ Para maiores informações, conferir a teoria da preservação das faces de Brown e Levinson (1987), baseada, sobretudo, na microssociologia de Goffman (2009 [1975]).

Por fim, é possível observar em Amaral (2023), assim como em Zandoná (2018), uma progressão de texto que imprime ritmo e corporalidade relativamente lentificados em boa parte da obra. Contribuem para essa percepção de discurso a elaboração de parágrafos de grande extensão e a transição suave entre os tópicos.

Em Cury (2023), como vimos, a hipersegmentação do texto promove um efeito de agilidade, bem diferente do tom que parece adotar o enunciador em Amaral (2023), que inclusive dirige explicitamente ao coenunciador sensações de concentração e de tranquilidade: “feche os olhos por um instante, respire e vamos juntos. Este livro é uma conversa honesta e empática; sempre que você se sentir mal, pare e descanse um pouco” (p. 28).

Quanto aos modos de organização do discurso, chama a atenção em Amaral (2023) o modo descritivo. É empreendida uma minuciosa descrição do ambiente familiar, doméstico e despojado (29). Para tanto, o enunciador parece exercitar uma verdadeira *mentalização guiada*, que introduz sugestivamente o leitor na composição espacial elaborada por ele. Notemos, a propósito, a contribuição dessa espacialidade mentalizada para a fixação de outra imagem discursiva, a do psicoterapeuta, uma vez que, com ela, o enunciador mobiliza a representação social do psicoterapeuta como um profissional capaz de induzir o cliente a pensar e imaginar cenários em que sujeitos e coisas se relacionam (30 e 31).

(29) [...] Este livro é um pedaço desse desejo de fazer da palavra um documento impresso que te chame para um encontro comigo e consigo. A mesa de canto que ampara nossas duas cadeiras neste chão de varanda é coberta com uma toalha de renda, ofertada por alguma de nossas avós, e tem café (muito), pão de queijo ou bolo quente, esperando com um sorriso pela sua predileção [...] [p. 16-17]

(30) IMAGINE-SE NUMA ESTRADA ÍNGREME, SUBINDO UMA serra em um automóvel. Você está na direção e está com o coração descompassado. Pudera: há uma neblina espessa que impede toda e qualquer visão. Suas mãos, trêmulas, se atam ao volante de maneira mais rígida, porque você teme perder a direção. Cada segundo parece uma vivência da própria eternidade [...]. [p. 27, destaque do autor]

(31) Eu quero te convidar para se imaginar sentado na corda bamba do equilíbrio, sustentando no alto os pratos que dizem que você deve deixar intactos todos os dias. Você sabe que os pratos caem; às vezes, todos de uma vez. Olhe para o lado: todas as pessoas que você conhece estão vivendo o mesmo que você. Na mesma condição. A vida real não é feita de equilibristas suaves tomando um sorvete de chocolate enquanto caminham com pratos na cabeça [...]. [p. 56]

5.6 Dêixis enunciativa

Em Amaral (2023), além das já mencionadas cenografias familiar e psicoterapêutica, é perceptível o empenho do enunciador em consolidar uma cena enunciativa dialogal, não linear: “não há sentido em eu definir o rumo de qualquer conversa” (Amaral, 2023, p. 17). O enunciador sugere, inclusive, que o leitor é livre para decidir a ordem com que vai ler os capítulos da obra. Assim, a cenografia da conversa é bastante demandada nas ocasiões em que o *éthos* categórico do amigo se faz mais presente do que os demais, a exemplo do próprio *éthos* do psicoterapeuta.

Embora a cena da casa aconchegante seja bem acionada, o *éthos* do psicoterapeuta só pode se estabelecer, com efetividade, na evocação de uma topografia de sessão psicoterapêutica, que não é incomum em Amaral (2023) e pode ser identificada, por exemplo, em (32). A nosso ver, a conjunção desses espaços enunciativos – ambiente doméstico e *setting* terapêutico – não inspira conflito, tendo em vista todo um conjunto difuso de representações sociais na cultura que associam o ofício da psicoterapia a ambientes caracteristicamente familiares, como a sala de estar da casa em que reside o profissional.⁷⁶

Também é relevante mencionar que a incitação à reflexão é um ato de linguagem importante em Amaral (2023). Enunciados figurativos como *escute seus silêncios* são representativos dessa orientação discursiva assumida pelo enunciador e colaboram para a estabilização da cenografia de sessão psicoterapêutica. Outros excertos da obra assinalam, igualmente, a intenção de engajar o coenunciador em uma atitude autocontemplativa e metacognitiva, própria do gênero consulta de psicoterapia, como nos mostra (33).

(32) [...] Eu quero ter uma conversa contigo que te alivie um pouco do peso de se sentir em estado ansioso. E quero poder apontar algumas formas de lidarmos com a ansiedade, não só individualmente, mas como grupo, como família, como comunidade, como sociedade que pode mudar a qualquer momento o significado que fabrica sobre cada coisa. [p. 23]

(33) O hábito pernicioso de poder dirigir-se ao outro a qualquer momento do dia esgarçou o sentido de urgência. Passamos a ver emergência onde apenas existe um tipo de ansiedade fabricada pelo

⁷⁶ A título de exemplo, citamos a composição cênica de *Sessão de terapia*, série audiovisual produzida e exibida originalmente pelo canal brasileiro GNT entre 2012 e 2014. Trata-se de uma versão da série israelense *Be Tipul*, criada em 2005 pelo psicanalista Hagai Levi, que resultou na versão estadunidense intitulada *In treatment*, a mais conhecida delas em nível internacional.

nosso tempo. Reflita sobre o momento em que você troca uma palavra pela outra e sobre como a ansiedade é inevitavelmente encoberta por um significado mais nobre e que obriga o outro a responder [...]. [p. 104]

A análise das cenografias da obra em foco ainda nos permite observar a manipulação estrutural-estilística do manual de aconselhamento para atingir sua finalidade, fenômeno entendido por Lara (2010) como *transgressão de gênero*. Tratamos especificamente da marcação gráfica de um rito de encerramento epistolar, tanto na apresentação quanto no capítulo final da obra (34).

(34) Com amor,

Xande [p. 19 e 177]

Em (34), a locução interjetiva *com amor* seguida da assinatura do enunciador por meio de um apelido (*Xande*) contribuem decisivamente para a captação da cena de uma carta pessoal e, por extensão, do *éthos* de alguém que se propõe a uma relação de grande proximidade afetiva com o interlocutor, o *éthos* do amigo. Vale ressaltar que, nesse contexto, o autor se mune da referência a uma obra anteriormente publicada, também sob sua responsabilidade, intitulada *Cartas de um terapeuta para seus momentos de crise* (Planeta do Brasil, 2020, 192 p.), na qual a mesma transgressão genérica se verifica, de forma ainda mais evidente.

Além do que já foi exposto, é recorrente em Amaral (2023) o uso da pessoa ampliada *nós*. Parece-nos que, na maior parte de suas ocorrências, o pronome é utilizado ora como um *nós* misto (*eu + você(s) + ele(s)*): “todas as pessoas”, “a humanidade”), ora como um *nós* inclusivo (*eu + você(s)*), como é possível verificar em (35) e em (36), respectivamente. Da mesma forma que nas demais obras estudadas, a pessoa ampliada também se presta a um plural de modéstia (37). Como o próprio excerto (36) atesta, é também vasto o emprego de *você* para dirigir-se à pessoa do coenunciador.

(35) Tudo o que *fazemos* hoje está medido em metas. Essa métrica pode ser sentida de forma positiva, por sua capacidade de organizar rotinas, processo e caminhos a serem seguidos [...]. [p. 165, destaque nosso]

(36) Essa cena [uma estrada coberta por uma neblina] pode ter te gerado gatilhos ansiosos, mas é importante para *conversarmos* sobre o que você sente demais, e às vezes você chega à palavra com dificuldade. Feche os olhos por um instante, respire e *vamos* juntos [...]. [p. 28, destaque nosso].

(37) [...] Até aqui, *falamos* da ansiedade que gera desconforto, mas que não impede o movimento da vida de acontecer [...]. [p. 157, destaque nosso]

5.7 Modo de enunciação e *éthos*

Como já foi apontado, há a presença de um prefácio assinado por um terceiro na obra de Amaral (2023). Em Cury (2014), o prefácio apresentado é de responsabilidade do próprio autor; em Zandoná (2018), nem mesmo existe paratexto com função semelhante. A existência de um prefácio de autoria alheia é um indício, em Amaral (2023), da construção de uma figura que deve ser reconhecida pelo que faz ou fala, já que é digna de ser prefaciada. O conteúdo do prefácio, além disso, evidencia o empreendimento de explícita apresentação do enunciador, como se pode notar nos excertos (38 e 39).

Ora, ainda que o prefácio seja assinado por um terceiro (Marcelo Krauss), é improvável que as imagens aí acionadas não tenham sido controladas pelo autor da obra, tornando-se, com isso, parte indissociável do processo de fabricação das representações de si que observamos na totalidade do discurso de Amaral (2023).

(38) Alexandre é uma pessoa incrível, um amigo leal e um ser humano excepcional. Eu sou muito grato por ter sua amizade e a oportunidade de compartilhar com ele momentos tão especiais. É com amigos como ele que podemos enfrentar os desafios da vida e superar as dificuldades com mais facilidade. Como já disse: Alexandre não é apenas um amigo, é um irmão de alma e coração. [p. 12, prefácio]

(39) [...] Ao ler estas páginas, senti-me imediatamente acolhido pelo tom humano e sensível de Alexandre Coimbra. É como se ele estivesse conversando diretamente comigo, abrindo seu coração e sua sabedoria em um gesto generoso, compartilhando sua experiência [...]. [p. 13, prefácio]

Krauss elabora explicitamente a imagem do enunciador principal como alguém franco, honesto, transparente, verdadeiro; logo, confiável. Também se evoca um *éthos* do enunciador-prefaciador que se identifica com seu destinatário, já que é apontado como alguém cuja história de vida teria sido marcada pelo sofrimento causado pela

ansiedade (40). Por meio de sequências narrativas que exploram a relação pregressa de cumplicidade entre o prefaciador e o autor da obra, promove-se em igual medida a imagem do amigo atencioso, interessado no e preocupado com o companheiro (41).

Por toda a obra, o tom predominante é cordial, acolhedor e relativamente calmo, sendo marcado por ritos de polidez, vocabulário conversacional e abundância de digressões (*éthos* mostrado). No capítulo de apresentação, o enunciador empenha-se inclusive em encarnar a figura do bom anfitrião, recorrendo à cenografia da casa aconchegante, na qual recebe um grande amigo, o leitor (ver excerto 29). Atrelado a essa autorrepresentação, encontra-se o *éthos* dito do cidadão mineiro que, embora pouco mencionado, é utilizado para explorar a memória discursiva do *tópos* de simplicidade e quietude, comumente vinculado ao modo de ser de quem é proveniente do estado de Minas Gerais (42). Nossa avaliação é a de que o *éthos* do mineiro funciona, numa dimensão semântica, como imagem de suporte a elementos etóticos de maior projeção no discurso de Amaral (2023), como o caráter do amigo acolhedor e o tom informal, pouco protocolar.

(40) Quando eu descobri que sofria de transtorno de ansiedade generalizada, senti uma mistura de alívio e medo. Por um lado, finalmente entendi a razão de tantos dos meus sintomas e preocupações constantes. Por outro, percebi que estava enfrentando uma condição que afeta milhões de pessoas em todo o mundo e que pode ser difícil de controlar [...]. [p. 10, prefácio]

(41) [...] Alexandre sempre foi pura generosidade e, desde então, eu tive apoio e abrigo em momentos de graves crises e problemas pessoais. Ele sempre se mostrou preocupado e interessado no meu bem-estar, uma qualidade rara de se encontrar em alguém [...]. [p. 11, prefácio]

(42) Em todos os ambientes que frequentamos, podemos conversar com as pessoas sobre como cada um vive o seu momento de inquietação ansiosa. Perceba que, em cada pedaço do Brasil, ela tem um nome diferente. Em Minas Gerais, *minha terra natal*, é “um trem”. Mineiro sente “um trem” quando está ansioso, e ainda pode completar com “senti um trem no peito” (um exemplo de manifestação física da ansiedade) [...]. [p. 138, destaque nosso]

Deve-se registrar que a representação de si por meio do *éthos* dito é um recurso de grande relevância em Amaral (2023), assim como nas demais obras estudadas. Se em Cury (2014) o *éthos* dito autoriza-se em função de um *éthos* pré-discursivo de escritor de sucesso, daquele que pode se promover por ter destaque social suficiente para isso; em Amaral (2023), o *éthos* dito é chancelado pela razão oposta: é porque o autor-enunciador se entende relativamente desconhecido na

esfera editorial de aconselhamento que ele se vale de autodescrições e narrativas de si para expor-se ao público, fazer-se conhecido.

Para nós, é a necessidade de consolidar uma disposição psicológica de *autoconfiança*, inerente às coerções semânticas do enunciador de aconselhamento, que não apenas possibilita, mas estimula a apresentação explícita de modos de ser e de viver na materialidade do texto de Amaral (2023). Aliás, Brunelli (2004, 2005) nos mostra que o traço do sujeito enunciador seguro de si é altamente esperado nas obras de aconselhamento.

Todavia, não fazemos equivaler o caráter *autoconfiante* ao caráter *autopromotor*, o que se deve muito mais a uma questão de grau do que de natureza semântica. Ao contrário do que se constata em Cury (2014), o *éthos* autopromotor, isto é, do sujeito que se coloca em claro destaque em relação aos demais, é mitigado no discurso de Amaral (2023). Sua expressão aparece localizada em notas de rodapé. A hipótese que levantamos é a de que a atitude de autopromoção conflita com os demais *éthe* desenvolvidos no discurso, que se caracterizam por traços como moderação e despojamento. O sujeito que se autopromove, constitui, desse modo, um *antiéthos* a ser evitado em Amaral (2023).

Algumas representações de si bastante demarcadas em Amaral (2023) por meio do *éthos* dito são as seguintes: psicólogo, escritor, *podcaster*, esposo e pai de família (43). É relevante perceber, nesse sentido, como os *éthe* categóricos de escritor e de *podcaster* pressupõem a imagem experiencial de um comunicador versátil e de sucesso, já que o enunciador faz questão de evidenciar a expansão de sua identificação profissional de escritor para a de escritor e também produtor de conteúdo de áudio. Ademais, o *éthos* do psicólogo é menos acionado na obra do que os demais, mas pode ser constatado em (44) e (45). No Quadro 3, exibem-se os principais fenômenos etóticos levantados no discurso de Amaral (2023).

(43) Muito prazer, sou Alexandre Coimbra Amaral, psicólogo, escritor, *podcaster*, artista de muitas vontades, casado com Dany, pai de Luã, Ravi e Gael, três homens que me convidam ao renascimento de mim a cada dia, em parceria com essa mulher cuja forma de perceber a vida me faz a cada dia uma pessoa mais viva. [p. 15-16]

(44) No pânico, durante a crise, tudo de que a pessoa mais precisa é de auxílio imediato. Nesse momento, as medicações podem ajudar consideravelmente [...]. Aqui, no entanto, muita gente se

perde: sente uma melhora significativa com a medicação e não procura o auxílio de uma boa terapia (que pode ser individual ou em grupo, em qualquer abordagem, ou “linha”, como nós psicólogos dizemos, que é o método de trabalho de cada um; importe-se apenas com a confiança que você sente na ou no profissional). A terapia pela palavra é uma excelente ferramenta para você tratar todo esse incômodo. [p. 159-160]

Observamos ainda a emergência do *éthos* de sujeito psicologicamente estável. Ao mesmo tempo, o enunciador qualifica-se como pessoa emocionalmente densa (45). Em nosso entender, esses traços são semanticamente conflitantes; no entanto, o enunciador não desenvolve um enfrentamento objetivo desse dilema ao longo da obra. Ao contrário, a progressão do texto na obra favorece mais a apreensão de *éthe* próximos à estabilidade que aqueles ligados à intensidade emocional.

Quadro 3: **Dimensões do *éthos* em Amaral (2023)**

Categórica	Experiencial	Ideológica	Negativa
Conselheiro	Acolhedor, cordial	Coletivista	Idealista, pouco objetivo
Amigo	Informal, simples	Psicologista	Pouco sério
Psicoterapeuta, psicólogo	Empático	Antipsicofóbico	Parcial
Escritor	Delicado, sensível	Antirracista	Ingênuo
Professor (em menor grau)	Educado, culto	Pró-feminista	Vago, abstrato
Pai de família, esposo (em menor grau)	Competente, experiente	Pró-LGBT+ (em menor grau)	
<i>Podcaster</i> (em menor grau)	Reconhecido, bem-sucedido (em menor grau)		
Cidadão de Minas Gerais (em menor grau)			

Fonte: Autoria própria, com base em Maingueneau (2016b).

Uma imagem de bastante relevância na obra é a do escritor culto, valorizador das artes. Mencionamos que, repetidas vezes, o enunciador, para informar, justificar ou esclarecer fatos ou posicionamentos discursivos, vale-se de citações de personalidades da música popular brasileira e de outros nomes públicos do universo artístico. Mas ele também o faz em relação a nomes da intelectualidade decolonial contemporânea (46). Conforme já foi mencionado, o enunciador adota um estilo expressivo em várias ocasiões da obra, o que imprime no discurso uma orientação mais ou menos poética, que se alinha bem à disposição etótica de um amante da música e das artes.

(45) [...] Não sou um psicólogo que quer parecer sobre-humano e impassível ou que leva tudo na flauta. Exatamente por ser intenso, sou hipersensível, conecto-me à existência com grande capacidade de perceber sofrimentos e ser impactado por eles. Não sou, portanto, imparcial em nada, e desacredito na neutralidade de qualquer ato científico de minha profissão [...]. [p. 16]

(46) [...] sei que a ansiedade é um soterramento de muitos “sentires” que terminam por nos fazer falta. Ao escavarmos essas terras que são nossas, terminamos por redescobrir quem somos. Ailton Krenak, em uma de suas frases simples e inesquecíveis, nos lembra: “A vida está em mim, não fora! Experimentar a vida em nós, a vida nos atravessando!” [...]. [p. 122, referência a Ailton Krenak, militante indígena brasileiro]

A postura relativizadora e horizontalizada do orador permite depreender uma disposição que atravessa praticamente todos os *éthe* apresentados no discurso: a de um sujeito que se afasta conscientemente do dogmatismo estereotípico da *self-help*. Assim, ele compõe uma imagem de si flexível, disposta a permitir e valorizar a vontade do outro. Verificam-se, então, muitas construções linguísticas dissipadoras do tom impositivo (47). De fato, marcadores de atenuação acompanham o esforço do enunciador em estabilizar a autoimagem flexível e horizontalizada que é pretendida, desde os paratextos iniciais até as últimas seções que constituem a obra.

Notamos uma baixa frequência de enunciados de valor condicional, capazes de estabelecer relação entre ações humanas e suas consequências. Sentenças de natureza condicional, compostas por orações subordinadas iniciadas por operadores linguísticos como *se*, *quando*, *toda vez que* e *sempre que*, são fenômenos bastante comuns em Cury (2014) e em Zandoná (2018). Relacionamos essas construções notadamente aos atos de linguagem orientadores da conduta; assim, são perfeitamente condizentes com o *éthos* do conselheiro. Em Amaral (2023), o excerto

(48) apresenta uma dessas ocorrências. Se enunciados condicionais são pouco comuns em Amaral (2023), recorrentes são, por outro lado, os enunciados de valor proverbial, também ligados à imagem de sabedoria do conselheiro. Em Amaral (2023), vários desses enunciados são graficamente destacados (ver Figura 9).⁷⁷

Certo ar indignado ocorre em Amaral (2023), sobretudo para demonstrar posicionamento ideológico-afetivo em relação ao crescente individualismo da cultura contemporânea e à sua suposta capacidade de gerar adoecimento mental. Porém, o tom colérico, nítido em Cury (2014), é incomum em *Toda ansiedade merece um abraço*, uma vez que o enunciador se empenha em consolidar uma disposição psicológica de sobriedade. Esse mesmo caráter sóbrio associa-se ao *éthos* do sujeito prestativo, disponível e disposto a ajudar. Emerge aí a figura de um escritor-psicoterapeuta preocupado com o estado psicológico do leitor-cliente (49).

(47) A ansiedade é essa interruptora de brisas. Ela chega transformando o banal em potencial tragédia [...]. Eu *desejo que você possa* entender que esse atordoamento é fabricado por nós mesmos, diante das exigências estressantes da vida [...]. [p. 72-74, destaque nosso]

(48) Se quisermos melhorar nossa ansiedade, precisamos pensar em como estamos lidando com o WhatsApp e com qualquer aplicativo de mensagens instantâneas semelhante a ele (adolescentes usam mais o Discord, por exemplo) [...]. [p. 103]

(49) Se você se sentiu um pouco mais ansioso lendo este capítulo, pode ser que tenha se identificado com a voracidade com que está sendo consumido pelo funcionamento das redes sociais [...]. [p. 112]

Quanto aos modalizadores, os de natureza deôntica são menos frequentes em Amaral (2023) do que em Zandoná (2018) e, sobretudo, do que em Cury (2014), mas podem ser observados, por exemplo, em (50). Modalizadores afetivos, como *infelizmente* ou *lamentavelmente*, são pouco comuns em Amaral (2023). Esses operadores que evidenciam apreciação emocional do enunciador são abundantes em Cury (2014) e em Zandoná (2018). Por seu turno, os modalizadores que indicam possibilidade ou incerteza, embora infrequentes, não são exatamente raros no discurso analisado (51). Assim, consideramos que o enunciador em Amaral (2023) busca demonstrar segurança sobre as informações e conselhos que presta ao leitor, ainda que tente fazê-lo sob uma atmosfera menos dogmática que na *self-help*

⁷⁷ Nos volumes 2 e 3 da coleção *Ansiedade*, de Augusto Cury, recorre-se, entretanto, ao destacamento gráfico de alguns enunciados. Essas obras, devemos reiterar, não participam do presente estudo.

tradicional (Brunelli, 2004), da qual Cury (2014) e Zandoná (2018) nos parecem representativos.

(50) [...] Nós *precisamos*, sim, de espaços privados para reflexão e silêncio, mas também *temos que* compartilhar o que nos faz sofrer, fazendo a alquimia do incômodo se transformar em palavra, e a palavra se transformar em encontro que alivia um pedaço da dor. [p. 25, destaque nosso]

(51) [...] exatamente porque eu sou um profissional de saúde que lida com esse tipo de sintomatologia [ansiedade] todos os dias em minhas práticas diversas, *acredito que* os casos mais graves precisam ser sempre mediados por profissionais, que conjuguem, por exemplo, um tipo de psicoterapia com a introdução de remédios psiquiátricos, se for o caso [...]. [p. 125, destaque nosso]

Por fim, com respeito às imagens disfóricas eventualmente projetadas no e pelo discurso de Amaral (2023), acreditamos que, dentre outros, os seguintes *antiéthe* podem ser apreendidos pelo coenunciador: idealista, pouco objetivo, pouco sério, parcial e ingênuo. Um exemplo materializado na obra surge quando o enunciador, ao insistir em uma vocalidade marcadamente acolhedora e relacional, arrisca-se a transmitir a figura de um sujeito ingênuo ou idealista, que subestima a gravidade de questões de saúde mental, como os transtornos ansiosos, ao tratar desses problemas de maneira substancialmente emocional. Essa atenuação pode favorecer a impressão de que ele está negligenciando abordagens que exigem seriedade e técnica na lida do sofrimento humano.

Outro *antiéthos* emerge quando o enunciador em Amaral (2023), em suas frequentes digressões e uso abundante de metáforas poéticas, pode ser percebido como pouco objetivo. Ao propor que o leitor “escute seus silêncios” (*ibidem*, p. 112), por exemplo, o enunciador pode projetar a autoimagem de alguém cujo discurso é vago ou abstrato demais, o que pode frustrar leitores em busca de orientações mais diretas e práticas para lidar com seus problemas de ansiedade. Esse tom, que privilegia uma estética literária em detrimento da clareza técnica, enfraquece a autoridade científica do enunciador, estabilizando um *éthos* que, apesar de atraente em um contexto de proximidade, parece carecer da solidez esperada de um enunciador que se porta como especialista (ver Quadro 3).

CAPÍTULO 6: DISCUSSÃO E INTEGRAÇÃO DAS ANÁLISES

Para um cotejo mais sistemático e organizado das três obras em foco, uma vez que aspectos de proximidade e distanciamento entre elas já foram comentados pontualmente ao longo das análises, faremos um “passeio” pelos planos da semântica global, com ênfase no modo de enunciação, a fim de apreender como o *éthos* discursivo se manifesta em cada obra, em consonância com os objetivos traçados para esta pesquisa.

Pudemos observar que os três manuais estudados apresentam algumas peculiaridades na abordagem discursiva do aconselhamento comportamental, retratando certa variabilidade no estatuto que os parceiros de linguagem assumem em cada caso. Em Cury (2014), o enunciador ostenta uma postura de flagrante autoridade, utilizando predominantemente orientações injuncionais e sugestivas para estabelecer-se como figura superior ao coenunciador, que se coloca em posição de aprendiz. Esse padrão condiciona uma interação que se aproxima do modelo professor-aluno, em que o enunciador se legitima por meio da experiência pessoal e pelo conhecimento médico-psicológico.

Zandoná (2018), por sua vez, direciona seu discurso para um coenunciador cristão, sobretudo católico, introduzindo elementos religiosos que reforçam a autoridade do enunciador, o qual se acha na condição de mediador entre Deus e o leitor. Isso marca uma diferença significativa em relação à abordagem leiga dos demais discursos. O uso de referências bíblicas e figuras religiosas, além de uma preocupação com a marcação gramatical do gênero feminino no discurso, evidencia uma tentativa de equilibrar as restrições semânticas da obra com a intenção de atingir um público mais amplo.

Já Amaral (2023) adota uma estratégia ambivalente ao se colocar ora como psicoterapeuta, ora como amigo, estabelecendo um discurso que mistura tecnicidade com empatia. Diferentemente de Cury (2014) e de Zandoná (2018), em Amaral (2023), constrói-se uma imagem de enunciador que busca legitimidade tanto pelo *éthos* profissional quanto pela proximidade emocional com o coenunciador, que assume a figura de um cliente de psicoterapia. Essa ambivalência permite que o enunciador explore uma relação de compromisso com o leitor, incitando-o a manter uma disciplina na leitura e na absorção dos conselhos, e consolidando, dessa forma, a cena genérica

do manual de aconselhamento. Nesse sentido, embora as três obras compartilhem o objetivo de aconselhamento comportamental, elas diferem na maneira como dão forma às relações entre o enunciador e o coenunciador.

A observação discursiva do corpus revela ainda lugares distintos na concepção temática da ansiedade e de seu impacto no comportamento humano. Em Cury (2014), a ansiedade é enquadrada como uma síndrome no interior de uma teoria, a teoria da inteligência multifocal, destacando-se por sua visão patologizante, que associa a condição a um desequilíbrio de saúde mental, reforçando a necessidade de intervenção médica e terapêutica. Zandoná (2018), embora remeta ao conceito de “mal do século” utilizado por Cury (2014), opera uma distinção ao abordar a ansiedade “descompensada” como uma forma específica e problemática da emoção, sugerindo uma visão mais nuançada do fenômeno. Já Amaral (2023) distancia-se de ambas as abordagens ao tematizar a ansiedade como uma emoção com conotação negativa, mas sem recorrer veementemente à terminologia patologizante. Além disso, ele se filia a uma perspectiva coletivista, que relativiza a responsabilidade individual pelo sofrimento e contextualiza a ansiedade a partir de fatores externos, desafiando, assim, o individualismo característico das obras de *self-help* (Brunelli, 2004; Rüdiger, 2010).

Distintos panoramas de intertextualidade observam-se nas obras examinadas, apontando as especificidades teóricas e os fundamentos ideológicos encarnados por cada enunciador. Cury (2014) sobressai-se pelo uso ambivalente de referências filosóficas, pedagógicas e psicológicas, ora integrando-as, ora questionando-as para legitimar a teoria da inteligência multifocal como uma descoberta original. Embora a obra não explore profundamente o intertexto religioso, há uma sutil remissão à FD cristã, revelando um viés evangelizador, que se manifesta, de maneira mais explícita, em outros escritos do mesmo autor.

Zandoná (2018) entrelaça a FD católica conservadora com o discurso científico, ainda que o faça de maneira limitada e superficial. Ele defende a centralidade da experiência da fé na superação da ansiedade, patologizando a ausência de crença religiosa e propugnando a visão tradicional da Igreja católica, que tem na confiança em Deus a condição fundamental para o bem-estar psicológico. Comparativamente a Cury (2014), em Zandoná (2018) o enunciador não se posiciona como um cientista inovador, mas utiliza a ciência de maneira instrumental para reforçar o *lógos* de seu

discurso, evitando, nessa empreitada, ameaçar o *éthos* sacerdotal, que é uma de suas autorrepresentações mais agenciadas.

O discurso de Amaral (2023) adere, como já mencionamos, a uma abordagem coletivista e tece críticas ao individualismo e, em menor grau, ao liberalismo, posicionamentos discursivos identificáveis em obras como Cury (2014). Em Amaral (2023), persegue-se certo distanciamento da tradição da *self-help*, valorizando-se a interdiscursividade com textos acadêmicos e filosóficos, ao mesmo tempo em que se explora uma FD psicologista e psicoevolutiva. Essa perspectiva sugere que a ansiedade é um desajuste evolutivo, o que proporciona uma visão desindividualizante das causas do sofrimento psicológico e, por isso, dialoga harmonicamente com a FD coletivista. Amaral (2023) também se diferencia por evitar o discurso cientificista explícito, preferindo remissões a um intertexto cultural e artístico, capaz de realçar a impressão de sensibilidade e humanidade, à qual pretende associar os *éthe* do amigo e do psicoterapeuta.

Passemos, então, às considerações do plano discursivo do vocabulário. Por meio dele, é possível observar a maneira como cada enunciador empreende seleções lexicais e estilísticas para construir seu dizer. Em Cury (2014), notamos uma prevalência de metáforas associadas à administração e ao controle, refletindo uma FD liberal e gerencialista. A ansiedade é retratada como um obstáculo técnico que o sujeito deve solucionar tal como um gestor empresarial resolve problemas em sua organização. Além disso, o uso de vocábulos patemizados negativamente, como *amordçar* e *prisão*, intensifica a dramatização do sofrimento, evidenciando que a superação da ansiedade exige, por parte do coenunciador, uma postura de autogestão rigorosa e disciplinada.

Zandoná (2018) também se aproveita da patemização lexical, mas a manipula com um enfoque distinto. Vale-se do vocabulário religioso, integrando ao discurso termos como *obedecer* [a Deus], o que representa, sob certo aspecto, uma intersecção entre a atividade de aconselhamento e a doutrina cristã. Vimos, além disso, que a metáfora do *roubo* é frequentemente utilizada para descrever os efeitos da ansiedade, compondo uma narrativa que vincula o sofrimento psicológico à transgressão moral e à necessidade de redenção espiritual. Apesar de também mobilizar uma linguagem fortemente emocional, Zandoná (2018) difere de Cury (2014)

ao inserir o discurso científico com menos intensidade, preferindo uma enunciação que equilibra autoridade religiosa e preocupação psicológica.

Quanto a Amaral (2023), um estilo mais informal e poético é empregado em seu discurso, distanciando-se dos demais pela ausência de um denso vocabulário técnico-científico. O enunciador esquia-se do tom marcadamente diretivo, preferindo construir um discurso caracterizado pela proximidade e pela horizontalidade em relação a seu coenunciador, buscando envolvê-lo em um diálogo amistoso. A linguagem é permeada por figuras de linguagem, notadamente metafóricas, que evocam sensações tanto confortáveis quanto desconfortáveis; porém, sem o caráter exageradamente patemizado encontrado em Cury (2014). Em Amaral (2023), privilegia-se um tom sensível e relativamente sóbrio, insinuando-se que o aconselhamento pode ser uma experiência menos hierárquica e mais integrativa, em oposição à rigidez do *gerenciamento de emoções* ou à irrestrita *obediência ao divino*, sugeridas por Cury (2014) e por Zandoná (2018), respectivamente.

Com respeito ao modo de coesão e de organização do discurso, constatamos que, em Cury (2014), a repetição aparece como mecanismo central de progressão textual. O autor constantemente retorna à tese da síndrome do pensamento acelerado (SPA), associando-a a condições modernas de excesso de informação e estímulos. Essa reiterada retomada temática, aliada à fragmentação estrutural da obra em diversos capítulos e subseções curtas, visa proporcionar uma leitura rápida e dinâmica. A segmentação do texto em pequenos blocos, com uma média de duas páginas por seção, facilita a assimilação de ideias e promove um efeito de sentido de aceleração, coerente com o diagnóstico de SPA, que é o cerne da obra, mas que, a nosso ver, põe em causa a competência do enunciador-conselheiro para solucionar um problema que ele mesmo exhibe enunciativamente.

Todas as obras examinadas valem-se da articulação de diferentes modos de organização do discurso (Charaudeau, 2009), sobretudo o modo enunciativo (finalidade de ordenar ou sugerir), descritivo (finalidade de informar e explicar) e argumentativo (finalidade de influenciar), lembrando que o modo enunciativo intervém na encenação dos demais. Além disso, o modo narrativo posiciona-se destacadamente nas obras, uma vez que as sequências textuais narrativas são bem delimitadas linguisticamente e tematicamente. Notamos que a narratividade no interior do aconselhamento possui grande importância no contexto do projeto argumentativo

global dos discursos, uma vez que ela visa erigir e fortalecer determinadas representações de si, como a do conferencista de sucesso (Cury, 2014) ou a do sacerdote acolhedor (Zandoná, 2018).

Zandoná (2018), a propósito, utiliza-se frequentemente de injunções explícitas, embora suavizadas por recursos de polidez, com o objetivo de orientar o comportamento do leitor. Como nos outros manuais analisados, em Zandoná (2018), mobilizam-se narrativas pessoais que, ao mesmo tempo em que deslocam o foco temporal do presente para o passado, outorgam autoridade ao enunciador, posicionando-o como uma figura que supera dificuldades e serve de exemplo para o coenunciador. A compactação dos parágrafos nessa obra, aliada à escolha de uma diagramação mais densa, confere-lhe uma solidez discursiva que dá impulso à imagem de autoridade contemplativa do enunciador, diferindo da escolha formal mais fragmentada de Cury (2014).

Em Amaral (2023), observamos uma estratégia de aforização gráfica, destacando-se enunciados que ocupam páginas inteiras e cuja tipografia é visivelmente maior que a do restante do texto. Esse recurso, inexistente nas demais obras, busca dar ênfase às máximas e aos conselhos da instância locutora, apresentando-os como verdades lapidares. Além disso, a obra distingue-se pela presença de vários elementos pré- e pós-textuais, o que atribui ao discurso uma impressão formal mais literária e cuidadosa. O uso de perguntas reflexivas é recorrente, incitando a reflexão e interpelando diretamente o leitor. Embora esses questionamentos imprimam um tom conversacional, o estilo adotado pelo enunciador tende a valorizar a elegância e a precisão, diferenciando-se do tom mais prático e direto de Cury (2014), por exemplo. A escolha de não subdividir os capítulos em Amaral (2023) reforça essa disposição discursiva mais calma e concentrada.

Se em Cury (2014) busca-se imprimir agilidade no texto para ensejar um discurso de intervenção rápida e prática, em Amaral (2023) e também em Zandoná (2018) opta-se por uma progressão textual mais lenta e deliberada, alinhada à proposta de uma leitura reflexiva e, em algum nível, introspectiva. A transição discreta entre tópicos e a presença de parágrafos relativamente longos conferem aos textos de Amaral (2023) e Zandoná (2018) um ritmo que favorece a contemplação e o aprofundamento das ideias ali propostas. Porém, se a reflexão acede a uma visada

laica sobre saúde mental naquela obra de 2023, o leitor é introduzido em uma atitude filosófica cristianizada sobre o mesmo tema no manual de 2018.

Traduzindo a forma como cada instância locutora constrói seu discurso ao situar-se em um tempo e em um espaço com o leitor, o plano da dêixis enunciativa colocou-se como um relevante aspecto de nossa análise. Em Cury (2014), a temporalidade está centrada em um *presente acelerado*, fruto da hiperconectividade contemporânea, que é caracterizado pelo excesso de estímulos e informações. O enunciador posiciona-se como uma autoridade que decifra o “mal do século”, a síndrome do pensamento acelerado, reforçando uma temporalidade compartilhada entre ele e seu parceiro de linguagem. A topografia urbana, permeada pela informática e pelo dinamismo das grandes cidades, torna-se um símbolo da desordem mental, enquanto as interpelações diretas ao leitor, no singular, criam um efeito de intimidade, diluindo a impessoalidade do formato das conferências organizacionais, uma importante cenografia acionada em Cury (2014).

Já Zandoná (2018) explora uma cenografia que concilia elementos jornalísticos e religiosos, pois remete o leitor a cenas da prática cristã. Ao mesmo tempo, as construções assentadas no modo descritivo de organização do discurso (Charaudeau, 2009) frequentemente recorrem à ambientação da matéria jornalística, marcada pela intertextualidade com *blogs* e *websites* de divulgação científica. Esse recurso, ao lado da evocação da memória católica, como a citação de textos bíblicos, busca consolidar os *éthe* de sacerdote e de conselheiro espiritual que, apesar de tudo, não desconsideram a dimensão científica do fenômeno da ansiedade. A cena do culto cristão, em que o enunciador assume uma postura elevada diante de uma congregação, molda a relação com o leitor, que é situado em uma posição de fiel à procura de orientação. O uso de alguns verbos no modo imperativo fortalece essa relação hierárquica, especialmente nos capítulos que tratam das condutas essenciais para superar a ansiedade, em que o enunciador se projeta como um verdadeiro pregador.

Por outro lado, Amaral (2023) investe em uma cenografia familiar e intimista, ancorada em um ambiente doméstico que, ao menos em parte, reporta-se ao *setting* terapêutico popularmente difundido, salientando a relação dialógica entre os coenunciadores que se pretende elaborar discursivamente. O enunciador, ao sugerir que o destinatário pode escolher a ordem de leitura dos capítulos, subverte a

linearidade típica dos manuais de aconselhamento, reforçando o *éthos* do amigo que conversa de forma descontraída, próxima e pouco protocolar. Assim, a evocação de uma casa aconchegante é complementada pela ambientação de uma sessão psicoterapêutica, que se manifesta tanto nos diálogos quanto na incitação à reflexão e na proposta de uma “escuta dos silêncios”. A conjunção dessas cenografias não inspira conflito, como se poderia supor; ao contrário, ela reforça o papel do enunciador que, encarnando a figura de um psicoterapeuta caloroso, não parece estranho ou intimidador a seu destinatário.

Para Lara (2021, 2023, entre outros), a dêixis enunciativa, em paralelo à dêixis linguística, compreende também a manifestação das pessoas no discurso. Em Cury (2014), há a predominância de um *eu*, que estabelece uma interação subjetiva e direta com o leitor. A pessoa ampliada *nós* é usada de forma um tanto circunscrita, emergindo em contextos de universalização (*nós misto*) ou como estratégia de mitigação da responsabilidade enunciativa em proposições disfóricas, evitando a exposição direta do enunciador em temas potencialmente negativos. O uso do plural de modéstia é escasso, com o enunciador optando por manter uma autoimagem de autoridade singular, o que retrata sua autoconfiança e *status*, sem recorrer a estratégias de coletivização que poderiam fragilizar a imagem de sucesso e competência individual.

Zandoná (2018) apresenta um manejo mais frequente da pessoa ampliada *nós*, com uma função pragmática de atenuação do caráter injuntivo do discurso, além de incorporar o coenunciador na proposição (*nós inclusivo*). Esse uso destina-se a suavizar a força ilocucionária do aconselhamento, criando uma inclusão respeitosa do leitor no processo discursivo. A autorreferência pelo pronome *eu*, tal como nas demais obras, é comum em sequências narrativas que destacam o enunciador como uma figura acolhedora e competente. A *não pessoa* e o *nós genérico*, que é impessoal (*nós misto*), aparecem em contextos informativos, denotando certo distanciamento do enunciador. Zandoná (2018) ainda demarca diferentes destinatários no discurso, tratando os “mais jovens” como *não pessoa (eles)*, em oposição à pessoa *tu (você)*, que é referida como adulta e provavelmente casada.

Amaral (2023) emprega extensivamente a pessoa ampliada *nós*, tanto em sua forma genérica, correspondente a um sentido universal de humanidade (*nós misto*), quanto em sua forma inclusiva *eu + tu/você (nós inclusivo)*, estabelecendo

proximidade com o leitor. O pronome *você* é recorrente, consolidando um tom mais direto e informal na interlocução.

Afinal, o emprego reiterado da primeira pessoa do singular para assinalar a subjetividade do enunciador em Cury (2014) configura uma evidência, na materialidade linguística, de um enquadramento etótico ancorado em representações pré-discursivas de si que aludem ao escritor e ao terapeuta de sucesso, além de autoimagens discursivas relacionadas fortemente a uma disposição confiante e altamente individualizada. Diversamente disso, em Zandoná (2018) e em Amaral (2023), o enunciador limita o uso do *eu* para ressaltar justamente um *nós* cordial, integrador e polido, com vistas a promover *éthe* de postura acolhedora, empática e relativamente modesta ante o público.

No que diz respeito propriamente ao modo de enunciação, é preciso assinalar que o discurso de Cury (2014) se constrói predominantemente a partir da figura do conselheiro, estabelecendo um *éthos* que orienta a conduta dos leitores por meio de advertências e recomendações comportamentais. A proximidade entre as imagens do conselheiro e do psicoterapeuta condiciona uma disputa de território entre elas na configuração etótica dessa obra. O mesmo se verifica em Zandoná (2018).

O *éthos* do médico-cientista também é uma peça-chave na enunciação de Cury (2014), contribuindo para legitimar sua autoridade enquanto conselheiro. O enunciador invoca uma série de discursos científicos e paracientíficos, apresentando-se como um produtor de conhecimento formal que orienta o leitor com base em fenômenos comportamentais supostamente comprovados. No entanto, essa construção sofre tensões internas, uma vez que o enunciador negligencia posturas essenciais do cientista estereotípico, como a explicitação das fontes e a submissão de seus estudos à revisão por pares. Com isso, o *éthos* do cientista é permanentemente ameaçado pela atmosfera dogmática da enunciação, uma vocalidade característica do aconselhamento comportamental (Brunelli, 2004).

Outro aspecto relevante em Cury (2014) é a utilização frequente de aforizações e enunciados sentenciosos, marcador típico dos manuais de *self-help*, como também aponta Brunelli (2004). Tais enunciados assumem a forma de provérbios ou máximas, reforçando o *éthos* de segurança e de autoconfiança do enunciador. Ao mesmo tempo, essa disposição etótica de autossuficiência é atenuada por uma tentativa de transmitir uma imagem de altruísmo e sociabilidade. Apesar disso, nota-se uma

disjunção entre o conteúdo e o ritmo do discurso, que, mesmo pregando calma e estabilidade emocional, revela um tom apressado e ansioso, provocando um efeito paradoxal que desafia a coesão discursiva e a eficácia das intenções do enunciador.

Ao comparar as análises discursivas do modo de enunciação nos manuais de Cury (2014), Zandoná (2018) e Amaral (2023), observamos que, embora haja sobreposições e convergências, cada enunciador vale-se de estratégias discursivas específicas para construir e apresentar seu quadro etótico. Essas diferenças são fundamentais para compreender como os discursos de aconselhamento comportamental podem ser recepcionados e operacionalizados pelo público-alvo.

No caso de Zandoná (2018), o modo de enunciação é caracterizado pela projeção da intercessão religiosa, na qual o enunciador se posiciona como mediador entre Deus e o público leitor. Essa postura é clara ao observarmos o agenciamento do *éthos* sacerdotal, que confere ao discurso uma aura de autoridade espiritual e um tom de imperatividade atenuada. Zandoná (2018) emprega um repertório linguístico que justapõe modalização deôntica a enunciados injuntivos e a um tom alarmista, favorecendo a ambiguidade entre uma orientação direta e uma sugestão mitigada. O emprego abundante de operadores circunstanciais (“por vezes”, “em algumas situações”) visa modular o caráter prescritivo do discurso, sugerindo que os mandamentos são contextuais e não universalmente imperativos. Portanto, percebemos no discurso de Zandoná (2018) um movimento pendular entre a afirmação etótica de autoridade e a necessidade de preservação das faces dos parceiros de linguagem por meio de recursos linguístico-discursivos de polidez e modéstia.

Em contraste, Cury (2014) utiliza uma abordagem mais direta e assertiva, frequentemente recorrendo a um estilo fortemente proverbial que reforça a certeza e a inflexibilidade de suas orientações. A construção do *éthos* em Cury (2014) está imbricada com uma imagem de sabedoria pouco ou nada questionável, caracterizada por um tom que pode ser apreendido, sem ressalvas, como dogmático e autoritário. O discurso é permeado por enunciados categóricos e uma voz que proclama verdades universais, sem as nuances de contextualização observadas em Zandoná (2018) e, notadamente, em Amaral (2023).

Este último manual, por sua vez, assume uma enunciação que busca distanciar-se do tom imperioso, optando por uma abordagem mais acolhedora e

informal. A presença de um prefácio de autoria externa indica a construção deliberada de uma imagem do enunciador principal ligada à confiabilidade e à empatia. Nesse sentido, buscando sustentar essa imagem prévia, a obra de Amaral (2023) é marcada por uma vocalidade cordial e um estilo discursivo que incorpora elementos de informalidade e descontração, refletindo a tentativa do enunciador de se afastar das características estereotípicas da *self-help*. O uso de enunciados condicionais e uma modulação mais flexível contrastam com a rigidez observada em Cury (2014) e Zandoná (2018), proporcionando uma narrativa que sugere uma maior abertura à individualidade do destinatário e uma menor imposição de prescrições de conduta.

A análise comparativa revela-nos que, a despeito das variações de configuração do modo de enunciação, o *éthos* categórico do conselheiro emerge como a principal autorrepresentação nas três obras examinadas. Em Zandoná (2018), o *éthos* sacerdotal possivelmente atua como fator diluidor de seu dogmatismo, mas, ainda assim, promove-se um discurso com forte carga normativa. O enunciador em Cury (2014) adota uma postura mais abertamente assertiva e categórica, enquanto em Amaral (2023) busca-se uma apresentação que se pretende horizontalizada e empática. Mesmo com essas diferenças, o *éthos* do conselheiro como figura de autoridade e guia moral é uma constante, traduzindo a inescapabilidade das coerções semânticas promovidas pela cena genérica do manual de aconselhamento comportamental, de conteúdo fundamentalmente injuntivo-prescricional. A representação do conselheiro, portanto, constitui um aspecto basilar da prática discursiva em cada uma das obras analisadas, apesar de sua recorrente denegação. Ela molda, com isso, a recepção e a eficácia das orientações propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entendimento do britânico Norman Fairclough (2001), integrante da chamada análise crítica do discurso (ACD), as sociedades atuais caracterizam-se por uma tendência relacionada ao controle sobre partes cada vez maiores da vida humana. A partir de sua própria perspectiva, Foucault (1988) já havia abordado essa tendência geral, catalogando as tecnologias que estariam a serviço do que chamava *biopoder*⁷⁸ moderno.

A análise de Foucault (*ibidem*) sobre as tecnologias de poder não se restringe às práticas sociais *lato sensu*, desdobrando-se, com efeito, na dimensão dos discursos. Fairclough (2001, p. 264) refere-se às “tecnologias discursivas” e à “tecnologização do discurso” como características dos discursos (hiper)modernos. Exemplos de tecnologias de discurso para esse autor são a entrevista, o ensino, a publicidade e, ressaltamos, o aconselhamento. Ao nomeá-las *tecnologias do discurso*, o linguista britânico sugere que, na modernidade radicalizada, elas têm assumido e estão assumindo o caráter de técnicas transcontextuais, que são consideradas como recursos ou como um conjunto de instrumentos empregados para perseguir uma variedade ampla de estratégias em diferentes conjunturas. As tecnologias discursivas, garante o autor, são cada vez mais adotadas em locais institucionais específicos por agentes sociais designados.

Ainda na visão de Fairclough (2001), práticas sociodiscursivas como a entrevista e o aconselhamento, e aquelas associadas à administração e à publicidade, aparentam estar colonizando as ordens de discurso de várias instituições e organizações contemporâneas. Nesse processo, elas têm sofrido uma expansão dramática de funções, na medida em que superaram os limites entre as instituições, gerando muitos subtipos e variantes (aconselhamento terapêutico, educacional, de emprego e do consumidor, por exemplo). Nesse cenário, emergem tanto o gênero manual de aconselhamento quanto os inúmeros gêneros ligados à prática social do *coaching* (conferência, *blog*, *vlog*, videoaula etc.).

⁷⁸ *Grosso modo*, entende-se *biopoder* em Foucault (1988 e outros) como o processo ou o resultado de estratégias de exercício político sobre os corpos individuais e coletivos, visando regular e controlar aspectos da vida biológica e social, como saúde, reprodução e comportamento.

O aconselhamento, lembra o autor, representa um domínio discursivo associado ao processo foucaultiano de *subjetivação*, correspondente à técnica de subjetivação da *confissão*.⁷⁹ Ele se refere aos modos de discurso que burocraticamente exploram e dão voz ao *eu*, configurando-se como um dos focos da ordem de discurso contemporânea.

Consideremos, portanto, a prática de aconselhamento como uma forma de confissão na modernidade radicalizada. O aconselhamento é, de fato, manejado com a finalidade de trazer o interior das pessoas para dentro do escopo do poder-conhecimento, mas é também uma técnica para afirmar o valor e a individualidade das pessoas em uma sociedade que cada vez mais as trata como números. Na ótica de Fairclough (2001), o aconselhamento é altamente ambivalente, e a complexidade manifesta de suas relações com o poder deve recusar qualquer afirmação de que suas dimensões de liberação são apenas ilusórias.

O aconselhar é também compreendido pelo analista britânico como uma interação fundamentalmente dialogal. Trata-se da maneira de conversar com as pessoas sobre elas mesmas e seus problemas, aparentemente não diretiva, não avaliativa, buscando estabelecer empatia, em situação de um para um. O aconselhamento, na visão de Fairclough (*ibidem*) tem origem na psicoterapia, mas desde então circula como técnica em muitas esferas institucionais, como efeito de uma reestruturação da ordem discursiva. Porém, tal desenvolvimento é altamente contraditório em termos ideológico-políticos. Nesse aspecto, discordamos do autor porque o aconselhamento, como domínio discursivo, é anterior à emergência das tecnologias psicoterapêuticas como as conhecemos, além do que estas recobrem apenas um gênero dentre toda aquela esfera de atividade humana (ver Figura 3).

A maioria dos conselheiros – e especialmente aqui Fairclough (2001) inclui os psicoterapeutas – propõe oferecer espaço às pessoas como indivíduos em um mundo que os trata cada vez mais como cifras, o que, em princípio, parece tornar o

⁷⁹ Em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (publicado inicialmente em 1977), Foucault (1988) afirma que o homem ocidental se tornou um *animal confidente*. O hábito de contar suas faltas, de verbalizá-las ou escrevê-las, inclusive de dizê-las a um terceiro, é praticamente tradição nas escolas filosóficas dos primeiros séculos. Desde os pitagóricos com a regra da escuta, mas principalmente com os estoicos, a ideia de uma veridicção de si próprio, da busca pelas próprias falhas (o exame de consciência) e do autoaperfeiçoamento sob orientação de um guia espiritual, é o ponto central de tais escolas filosóficas (Foucault, 2010b). A tese apresentada por Foucault é justamente a de que a confissão, ao lado de outras práticas, é produtora de subjetividades na vida contemporânea.

aconselhamento uma prática contra-hegemônica. Contudo, o aconselhamento agora tem sido empregado em detrimento de práticas de natureza explicitamente disciplinar em várias instituições, o que o faz parecer mais uma técnica hegemônica por trazer sutilmente aspectos das vidas particulares das pessoas para o campo do exercício do poder.

O ato de aconselhar enfatiza a concessão aos interlocutores de um *espaço para falar*, mostrando empatia em relação a seus relatos, com o conselheiro sempre ecoando tais relatos sem ser explicitamente diretivo. A procura por modelos para aconselhamento, não surpreendentemente, conduziu-nos para fora do discurso institucional, em direção ao discurso conversacional, no qual tais valores são largamente reconhecidos, por exemplo, na figura do *bom ouvinte* do mundo da vida.

Ocorre que o gênero discursivo manual de aconselhamento, premido pela limitada capacidade de interação face a face que o mídiu impresso lhe proporciona, não permite *in concreto* a posição de escuta e de atendimento a uma demanda de orientação. Essa posição precisa, portanto, ser *encenada enunciativamente* para que o discurso-conselho tenha reconhecimento diante do sujeito-destinatário. Não nos estranha, assim, que o enunciador da *self-help* recorra cenograficamente à conversação ou a outros gêneros de natureza dialogal, a exemplo da própria sessão psicoterapêutica, com os quais o ato de linguagem de aconselhar pode confundir-se estereotipicamente. A propósito, esse movimento de permanente elaboração cenográfica e, claro, ética, foi largamente observado em nossa pesquisa.

A expansão da literatura de aconselhamento como uma forma autorizada de produção discursiva sobre paradigmas desejáveis de vida revela de maneira expressiva o contexto sociocultural atual. Embora não exista um consenso sobre a terminologia mais adequada para designar esse período específico, uma constatação predomina nas avaliações contemporâneas, a de que nos encontramos em uma fase da modernidade marcada por transformações profundas e contínuas, especialmente relacionadas ao declínio dos grandes sistemas de pensamento que anteriormente tentavam explicar o mundo e a sociedade. Um dos mais evidentes sintomas que surgem como efeito colateral dessas transformações é, com efeito, a *insegurança* (Castellano, 2012).

A insegurança, para Bauman (1998a, p. 221-222), traduz-se como resposta a um momento em que a solidez de instituições da modernidade é posta em causa e

sofre um processo de liquefação, metáfora diletta do sociólogo polonês, como já assinalamos em outros momentos deste estudo. Desorientados em um mundo em que poucas coisas parecem merecedoras de confiança,

[...] os homens e mulheres pós-modernos [sic] realmente precisam do alquimista que possa, ou sustente que possa transformar a incerteza de base em preciosa auto-segurança, e a autoridade da aprovação (em nome do conhecimento superior ou do acesso à sabedoria fechado aos outros) é a pedra filosofal que os alquimistas se gabam de possuir. A pós-modernidade [sic] é a era dos especialistas em “identificar problemas”, dos restauradores da personalidade, dos guias de casamento, dos autores de livros de “auto-afirmação” é a era do “surto de aconselhamento”.

Nessa mesma direção, Giddens (2002) vale-se das consequências da modernidade para compreender por que os indivíduos consomem terapias e manuais de aconselhamento. Para o sociólogo britânico, tais manuais ao mesmo tempo elaboram e reverberam a reflexividade da sociedade moderna radicalizada. Segundo ele, “o eu é para todos um projeto reflexivo [...] É um projeto conduzido em meio a uma profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de autoajuda de todo os tipos, programas de televisão e artigos de revistas” (Giddens, 1993, p. 41).

Desse modo, presumimos que, ao tentar desestruturar laços tradicionais, a (hiper)modernidade dita pelos manuais de *self-help* ameaça a estabilidade do indivíduo, impelindo seu retorno à interioridade. Nessa condição, o eu interior busca a identidade entre as estratégias e opções fornecidas pela confiança nos sistemas abstratos. Estes, de seu lado, acabam por legitimar o sucesso das práticas discursivas de aconselhamento em consonância com o desenvolvimento do sistema capitalista (Leite, 2019).

Ademais, como pondera Demo (2005, p. 102), a literatura de aconselhamento comportamental pode até ter uma dimensão irradiadora de sabedoria, já que propõe apoio para que os indivíduos deem conta de problemas insuperáveis, exigindo deles uma atitude mais adaptada à realidade. Todavia, ao espoliar a “boa vontade” ou a “ignorância” de seu leitor potencial, a *self-help*, segundo o autor, materializa uma “ajuda como efeito de poder”, uma vez que, em sociedade, ajudar pode facilmente ser mais útil para quem ajuda do que para quem é ajudado.

Ao considerar o sucesso da *self-help* como um traço da modernidade líquida, conforme delineado por Bauman (1998a, 2001b, 2007), torna-se evidente que a fluidez e a instabilidade que caracterizam esse período implicam a dissolução de identidades fixas e a contínua transformação dos referenciais sociais e pessoais. Diante dessa volatilidade, os indivíduos, desprovidos de pontos de ancoragem, direcionam seus esforços para a busca incessante por modelos encarnados de conduta que possam oferecer diretrizes sólidas para suas vidas.

Nesse contexto, as obras de aconselhamento comportamental, inclusive as que examinamos neste estudo, eclodem como fontes centrais, não apenas oferecendo prescrições de bem-viver, mas projetando uma constelação etótica que confere legitimidade e autoridade às experiências e trajetórias exemplares. Esses *éthe* discursivos, ao serem encarnados nos enunciadores e em suas narrativas, respondem diretamente às demandas contemporâneas por orientação, claras em um mundo marcado pela transitoriedade. Não à toa, Maingueneau (2020) afirma que, na atualidade, a crise de representação fez deslocar a atenção discursiva das doutrinas e dos mecanismos de poder a elas associados para a representação de si.

A respeito disso, pudemos observar, em nosso estudo, a conjunção de diferentes *éthe*, como, por exemplo, a que ocorre entre o *éthos* do amigo e a figura do psicoterapeuta acolhedor, no discurso de Amaral (2023). Em contrapartida, notamos a disjunção de imagens de si, sobretudo no que se refere ao conflito entre o caráter confiante e seguro de si e a vocalidade nitidamente apressada e ansiosa da textualidade de Cury (2014). Em todo caso, fez-se evidente que o *éthos* dito (nível do enunciado) é bastante comum nos manuais de aconselhamento e, na maior parte de suas ocorrências, corrobora o *éthos* mostrado (nível da enunciação).

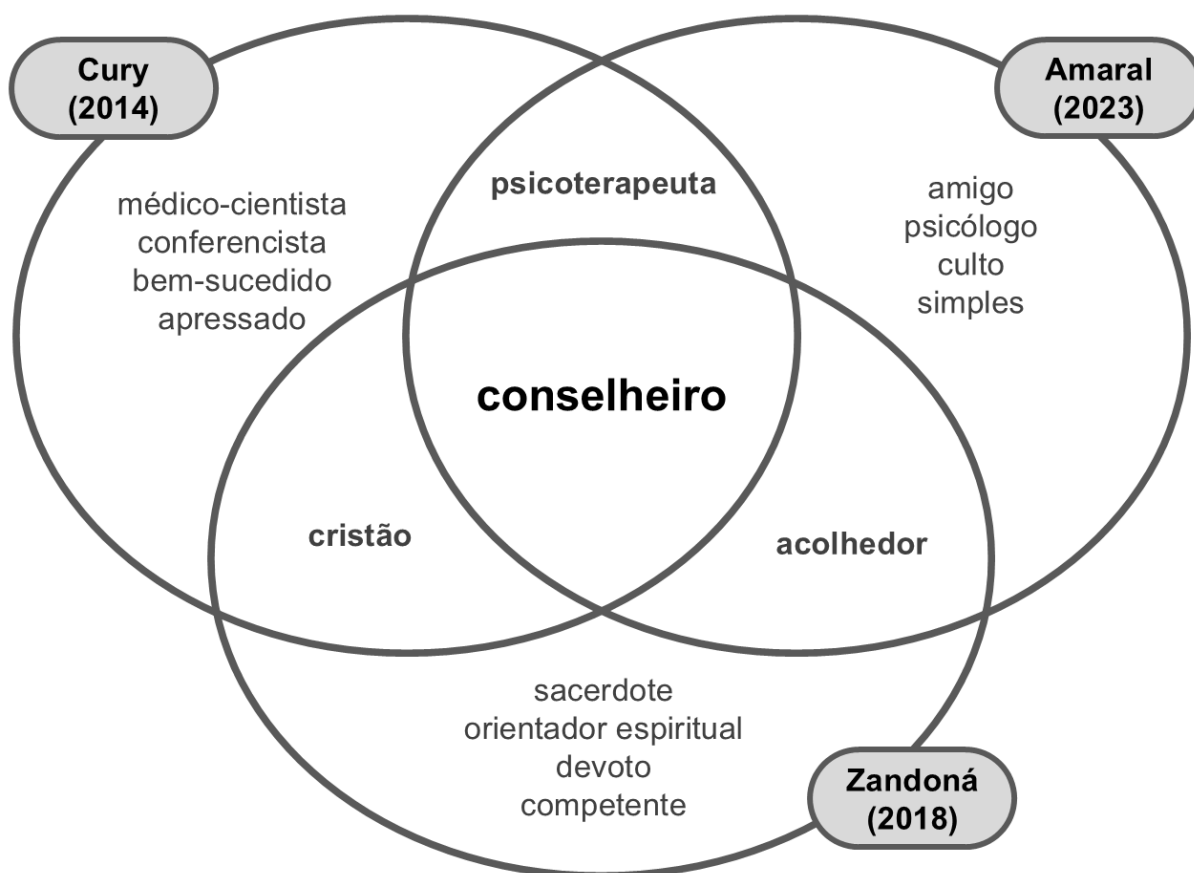
Nossa pesquisa também demonstrou que as imagens de si constituem um fenômeno que atravessa todos os planos do discurso, na perspectiva da semântica global (Maingueneau, 2005). Todavia, elas parecem-nos mais sensivelmente relacionadas, além de ao modo de enunciação, ao estatuto dos parceiros de linguagem e à dêixis enunciativa (sobretudo quanto à categoria de pessoa).

Tal como foi levantado por Furlan (2014), a cenografia fornece sustentação às autorrepresentações no discurso. Essa dinâmica, no entanto, é complexa, uma vez que o *éthos* mune-se de certo grau de independência em relação à dimensão cenográfica, o que pode ser constatado pelo processo de elaboração da espacialidade

psicoterapêutica em Zandoná (2018), que não implica necessariamente o agenciamento do *éthos* do psicoterapeuta.

O *éthos* do conselheiro, ainda que denegado no fio do discurso, consolida-se como a autoimagem de maior relevo nas obras examinadas, amparando nossa tese de que o manual de aconselhamento, de fato, se institui como uma cena genérica particular, ainda que se valha de múltiplas cenografias e estratégias estilístico-composicionais próprias de outras atividades estabilizadas de linguagem, a exemplo do provérbio, da sessão de psicoterapia, da consulta de avaliação psicológica, do sermão religioso, da conversa entre amigos e da conferência de *coaching*. A Figura 10 representa um quadro sinótico das principais representações de si agenciadas no discurso dos manuais em exame. É possível perceber a centralidade da figura do conselheiro nesse empreendimento analítico-discursivo.

Figura 10: **Interseções entre imagens de si projetadas no corpus**



Fonte: Autoria própria.

No que diz respeito aos objetivos traçados na introdução, acreditamos que a presente pesquisa cumpriu a tarefa de estabelecer um panorama detalhado do funcionamento discursivo de alguns dos principais manuais de aconselhamento sobre ansiedade no Brasil, com foco na categoria do *éthos* discursivo. Como se viu, o estudo, após realizar a análise de cada obra separadamente por meio dos planos da semântica global, voltou-se para a comparação dos diferentes *éthe* mobilizados nas obras de Cury (2014), de Zandoná (2018) e de Amaral (2023), identificando nuances na vocalidade dos enunciadores, suas seleções linguístico-discursivas e a forma como abordam o tema-chave. A pesquisa, nessa direção, examinou criticamente como as imagens de si são projetadas em cada obra e como a instância de enunciação lida com eventuais instabilidades entre elas, o que foi fundamental para verificar a consistência do discurso direcionado ao público visado.

A nosso ver, as contribuições da pesquisa são significativas para diferentes áreas do conhecimento, além dos estudos do discurso. No âmbito da psicologia clínica, particularmente no tratamento de distúrbios de ansiedade, as investigações apontam para deficiências consideráveis nos manuais de aconselhamento comportamental como proposta de intervenção. Apesar de almejarem oferecer orientação e amparo, esses materiais frequentemente simplificam a natureza complexa dos transtornos de ansiedade, reduzindo-os a problemas triviais, passíveis de ser resolvidos por estratégias genéricas. A abordagem prescritiva e o tom frequentemente autoritário projetados pelos enunciadores podem implicar a falsa percepção de que superar a ansiedade depende exclusivamente de alterações comportamentais individuais, desconsiderando a necessidade de uma mediação terapêutica mais aprofundada e particularizada.

A perspectiva da *self-help* tende a desprezar fatores estruturais e sociais que exacerbam os transtornos, tais como condições socioeconômicas desfavoráveis e o impacto de redes frágeis de apoio. Em vez de fornecer ou sugerir um tratamento clínico eficaz, os manuais, ao se concentrarem em soluções simplistas e automáticas, podem reforçar a crença na autossuficiência como panaceia, desvalorizando a relevância do acompanhamento psicoterapêutico especializado e de abordagens baseadas em evidências, como as terapias cognitivo-comportamentais e a psicofarmacoterapia.

Além disso, no escopo da psicologia social, o estudo contribui para o entendimento de como os discursos de aconselhamento comportamental moldam as normas de enfrentamento da ansiedade em sociedade. Nossa análise revelou que as imagens de si construídas nas obras investigadas oferecem modelos de conduta para os leitores, que, em busca de estabilidade emocional, podem internalizar esses padrões de comportamento. Esse processo ressalta a importância dos discursos prescritivos na formação de sujeitos adaptados às demandas de um mundo em constante transformação, como foi destacado na teoria da modernidade líquida de Bauman (2001b e outros).

Para pesquisas futuras, consideramos importante promover uma expansão do corpus com o objetivo de incluir manuais voltados a outras condições psicológicas, como estresse, transtornos depressivos e transtornos do neurodesenvolvimento. Além disso, estudos com delineamento metodológico longitudinal poderiam investigar como os manuais de aconselhamento comportamental evoluem em resposta às mudanças sociais e culturais, e como os leitores percebem essas transformações ao longo do tempo. Outra vertente promissora seria examinar a recepção desses textos nas práticas clínicas, a fim de avaliar seu real impacto na melhoria dos quadros de ansiedade. Métodos mistos poderiam ser utilizados, combinando análise discursiva com pesquisas empíricas sobre o alcance e a eficácia dessas obras na vida cotidiana de leitores e clientes.

REFERÊNCIAS

- ABIB, J. A. D. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. *Scientiæ Studia*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 195-208, 2009.
- ABRANTES, D. S. S.; SILVA, E. F. Felicidade líquida: do mal-estar em Freud ao mal-estar em Bauman. *PRACS*, Macapá, v.15, n.3, p.1-16, 2021.
- ABREU, J. Notas sobre os fundamentos do behaviorismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília (DF), v. 4, n. 2, p. 129–136, 2012.
- ADAM, J.-M. *Textos: tipos e protótipos*. Trad. Mônica M. Cavalcante *et al.* 1. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- ALVES, V. L. P. *Receitas para a conjugalidade: uma análise da literatura de autoajuda*. 2. ed. Curitiba: CRV, 2020.
- AMARAL, A. C. *Toda ansiedade merece um abraço*. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5-TR*. 5. ed. rev. Washington, DC (Estados Unidos da América): American Psychiatric Association, 2022.
- AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, G.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1. p. 231-254.
- AMOSSY, R. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo L. Piris e Moisés O. Ferreira. *EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus (BA), n. 1, p. 129-144, 2011.
- AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Coord. trad. Eduardo L. Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- AMOSSY, R. PIERROT, A. H. *Estereótipos e clichês*. Coord. trad. Mônica M. Cavalcante. Trad. Alena Ciulla *et al.* 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022.
- ARISTÓTELES. *A retórica*. Trad. e notas Manuel A. Júnior. Lisboa (Portugal): Biblioteca de Autores Clássicos, 2005.
- ARMENGAUD, F. *A pragmática*. Trad. Marcos Marcionilo. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2006.

AULETE, C. *Novíssimo Aulete*: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Org. Paulo Geiger. 1. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo M. de Souza Filho. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade*: um estudo enunciativo do sentido. Trad. Leci B. Barbisan e Valdir do N. Flores. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BACHUR, J. P. Individualismo, liberalismo e filosofia da história. *Lua Nova*, São Paulo, n. 66, p. 167-203, 2006.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARONAS, R. L.; MANENTI, R. P. Da formação discursiva à semântica global: breve análise do tema *corrupção* em programas de governo das eleições presidenciais 2006. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 61-79, 2009.

BARROS, A. Entre luzes e sombras: a ascensão e a decadência da ideologia burguesa. *Interfaces Científicas: Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 6, n. 3., p. 101-110, 2018.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia M. Gama. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.

BAUMAN, Z. *Modernidade e Holocausto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.

BAUMAN, Z. *Comunidade*: a busca por segurança no mundo atual. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001b.

BAUMAN, Z. *Tempos líquidos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. *A arte da vida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos A. Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b.

BAUMAN, Z. *Isto não é um diário*. Trad. Carlos A. Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BELLOTTI, K. K. "Lidere como Jesus": liderança e autoajuda na mídia evangélica nos Estados Unidos e no Brasil (1980-2010). *Fronteiras: Revista de História*, Dourados (MS), v. 19, n. 34, p. 207-233, 2017.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. 5. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2005.

BERTUOLO, C. Literatura de autoajuda: aproprio-me, logo existo! *Memento*, Três Corações (MG), v. 2, n. 1, p. 77-94, 2011.

BESSA, D. B. *Literatura de autoajuda cristã: em busca da felicidade ainda na terra e não só para o céu*. 1. ed. São Paulo: FAPESP, 2010.

BIAZOLI JR., C. E.; RIBEIRO, R. C. Políticas públicas e a rede de saúde mental no Brasil. In: SAMPAIO, L. A.; LOTUFO NETO, F. (ed.). *Psiquiatria: o essencial*. 1. ed. São Paulo: Qualivida, 2018. p. 299-308.

BORIS, G. D. J.; BARATA, A. Angústia e ansiedade: um esboço histórico-conceitual e uma perspectiva sartreana. In: CASTRO, F. C. L.; NORBERTO, M. S. (org.). *Sartre hoje: vol. 2*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 151-170.

BOZUTTI, L. A. Formulação diagnóstica em psiquiatria. In: SAMPAIO, L. A.; LOTUFO NETO, F. (ed.). *Psiquiatria: o essencial*. 1. ed. São Paulo: Qualivida, 2018. p. 39-50.

BRANDÃO, H. H. N. Gêneros do discurso: unidade e diversidade. *Polifonia*, [s. l.], v. 8, n. 8, p. 1-18, 2004. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1127>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRANDÃO, M. L. *Psicofisiologia*. 4. ed. [São Paulo]: Atheneu, 2019.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. [Material *on-line*]. Brasília (DF): Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Trad. Anna Rachel Machado *et al.* 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness*. Cambridge (Reino Unido): Cambridge University Press, 1987.

BRUNELLI, A. F. *O sucesso está em suas mãos: análise do discurso de autoajuda*. 2004. 149f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2004.

BRUNELLI, A. F. O *ethos* da auto-ajuda. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 27-51, 2005.

BRUNELLI, A. F. Mais razão e menos emoção: o discurso de autoajuda para mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 3, e49400, p. 1-17, 2018.

CARRILHO, C. A. *Pra suportar e assistir*: discursos dos profissionais de saúde frente ao abuso de benzodiazepínicos entre mulheres. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde) – Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará, 2016.

CASALOTTI, B. A felicidade dá trabalho: anotações de um campo de pesquisa sobre a prática do *coaching*. In: RECH, C. M.; ESPINDULA, B.; HINZ, R.; SCHUCK, C.; RIBEIRO, F.; MARTIL, G.; RODRIGUES, L. P.; ALMEIDA, J. (org.). *Diversidade sociológica*: facetas da pesquisa em sociologia. v. 3. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2017. p. 108-133.

CASSETTARI, M. I. Tipo, gênero textual e gênero do discurso: em busca de uma definição para o ensino. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros (RN), v. 1, n. 2, p. 132-151, 2012.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos*: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTELLANO, M. Cultura da autoajuda: o “surto do aconselhamento” e a bioascese na mídia. *E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Brasília (DF), v. 15, n. 1, p. 1-13, 2012.

CASTELLANO, M. *Vencedores e fracassados*: o imperativo do sucesso na cultura da autoajuda. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O ensino em textos de incitação à ação: um olhar argumentativo. *Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 121-136, 2020.

CAVALCANTI, J. R. A presença do conceito gêneros de discurso nas reflexões de D. Maingueneau. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão (SC), v. 13, n. 2, p. 429-448, 2013.

CHARAUDEAU, P. *O discurso entre a ação e a comunicação*. Trad. Wander Emediato. [Material *on-line*]. [S. l.: s. ed.], 2002. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/O-discurso-entre-a-acao-e-a.html>. Acesso em: 21 dez. 2024.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komatsu e Dilson F. da Cruz. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. *A patemização na televisão como estratégia de autenticidade*. [Material *on-line*]. [S. l.: s. ed.], 2007. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*: modos de organização. Coord. trad. Angela M. S. Corrêa e Ida L. Machado. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (org.). *As emoções no discurso*. 1. ed. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2010a. v. 2. p. 23-56.

CHARAUDEAU, P. *Uma problemática comunicacional dos gêneros discursivos*. [Material on-line]. [S. l.: s. ed.], 2010b. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-problematICA-comunicacional.html>. Acesso em: 08 maio 2024.

CHENIAUX JR., E. *Manual de psicopatologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Reflexões e orientações sobre a prática da psicoterapia*. 1. ed. Brasília (DF): CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/caderno_reflexoes_e_orientacoes_sobre_a_pratica_de_psicoterapia.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

CROCQ, M-A. The history of generalized anxiety disorder as a diagnostic category. *Dialogues in Clinical Neuroscience*, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 107-116, 2017.

CURY, A. *Ansiedade: como enfrentar o mal do século*. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2014.

DALGALARRONDO, P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos S. Abreu. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, P. *Auto-ajuda: uma sociologia da ingenuidade como condição humana*. 1. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

DISCINI, N. Semiótica: da imanência à transcendência (questões sobre o estilo). *Alfa*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 595-617, 2009.

DREHER, A. *Stop ansiedade: o guia definitivo para você sair do ciclo da ansiedade emocional*. 2. ed. Nova Petrópolis (RS): Luz da Serra, 2019.

DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

EFFING, M. M. The origin and development of self-help literature in the United States: the concept of success and happiness, an overview. *Atlantis*, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 125-141, 2009.

ENGELMAN, R.; ALBORNOZ GONÇALVES, M. Reflexões sobre a relação entre emoções, criatividade e inovação. *Gestão e Desenvolvimento*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 37-47, 2016.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. Izabel Magalhães. 1. ed. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, A. M. C. Culpa e angústia em Heidegger. *Cogito*, Salvador, v. 4, p. 75-79, 2002.

FERREIRA, A. O múltiplo surgimento da psicologia. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (org.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006. p. 13-46.

FIGUEIREDO, A. M. *O sujeito emotivo nas obras de autoajuda: imagens discursivas do feminino*. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

FIORIN, J. L. Pragmática. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística*. II. Princípios de Análise. São Paulo: Contexto, 2003. p. 161-185.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 161-193.

FIORIN, J. L. Enunciação e comunicação. In: FIGARO, R. (org.). *Comunicação e análise do discurso*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 45-78.

FOSSEY, M. F. Semântica global e possibilidades discursivas: o discurso relatado em duas revistas de divulgação científica. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 91-112, 2006.

FOUCAULT, M. *História da loucura na idade clássica*. Trad. José T. Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. *Os anormais*. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

FREITAS, E. C. Cultura, linguagem e trabalho: comunicação e discurso nas organizações. *Desenredo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 7, n. 1, p. 104-126, 2011.

FREITAS, E. C.; FACIN, D. Semântica global e os planos constitutivos do discurso: a voz feminina na literatura de Rubem Fonseca. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 7, n. 2, p. 198-218, 2011.

FREITAS, E. C.; PEREIRA, M. F. Hipergêneros e multiletramento no ensino de língua materna: uma experiência no uso das TICs em sala de aula. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, Passo Fundo (RS), v. 11, n. 2, p. 294-319, 2015.

FREITAS, F. C.; COVALESKI, R. “É possível ser feliz mesmo em momentos de crise?": uma análise da narrativa motivacional de *coaches* no Instagram. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020. *Anais* [...]. [S. l.: s. ed.], 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1503-1.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Trad. Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FRIDMAN, L. C. Próximos ou separados? Ideias de Giddens e Bauman sobre as motivações para a política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 241-271, 2014.

FROTA, I. J.; FÉ, A. A. C.; DE PAULA, F. T. M.; MOURA, V. E. G.; CAMPOS, E. M. Transtornos de ansiedade: histórico, aspectos clínicos e classificações atuais. *Journal of Health & Biological Sciences*, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 1-8, 2022.

FUKUDA, L. E.; GORDON, M. C. Entrevista psiquiátrica. In: SAMPAIO, L. A.; LOTUFO NETO, F. (ed.). *Psiquiatria: o essencial*. 1. ed. São Paulo: Qualivida, 2018. p. 13-26.

FURLAN, M. M. *Cenografia e ethos discursivo nas obras de autoajuda para adolescentes*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia S. Raposo. 17. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009 [1975].

GONÇALVES, J. B. C. O conceito de *ethos* do enunciador na obra *Em busca do sentido: estudos discursivos*, de J. L. Fiorin. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 63-79, 2015.

GUIMARÃES, A. R. G.; PRÓCHNO, C. C.S. As principais características e atitudes do movimento romântico. *Letras & Ideias*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 66-85, 2016.

HALLAL, P. C.; SARDINHA, L. M. V.; WEHRMEISTER, F. C.; DE PAULA, P. C. B. *Inquérito telefônico de fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em tempos de pandemia (Covitel): relatório final*. 1. ed. São Paulo: Vital Strategies, 2022.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HOSTE, V. X. A constituição da angústia em Sartre: do patológico ao ontológico. *Sofia*, Vitória, v. 5, n. 2, p. 445-462, 2016.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

JAVAID, S. F.; HASHIM, I. J.; HASHIM, M. J.; STIP, E.; SAMAD, M. A.; AL AHBABI, A. Epidemiology of anxiety disorders: global burden and sociodemographic associations. *Middle East Current Psychiatry*, [s. l.], v. 30, n. 44, p. 1-11, 2023.

KARWOSKI, A. M. Gênero discursivo e *ethos*: uma aproximação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 5, 2009. *Anais [...]*. Caxias do Sul (RS): UCS, 2009. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/arquivos/genero_discursivo_e_ethos_uma_aproximacao.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KUSCH, M. Psychologism. In: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (ed.). *The Stanford encyclopedia of philosophy*. [Material on-line]. [S. l.]: Department of Philosophy, Stanford University, 2024. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2024/entries/psychologism/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LACAN, J. *O seminário, livro 3: as psicoses*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LARA, G. M. P. *Transgredindo os gêneros do discurso: entre a teoria e a prática*. 1. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2010.

LARA, G. M. P. A semântica global em análise do discurso. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; LARA, G. M. P. (org.). *Teorias do discurso: novas práticas e formas discursivas*. 1. ed. Campinas (SP): Pontes, 2020. p. 79-99.

LARA, G. M. P. *Vivendo do outro lado do Atlântico: histórias de brasileiros em Portugal*. 1. ed. Coimbra (Portugal): Grácio Editor, 2021.

LARA, G. M. P. *Entre experiências e memórias: narrativas de vida de brasileiros na Europa*. 1. ed. Campinas (SP): Pontes, 2023.

LEITE, E. S. Por uma sociologia da autoajuda: o esboço de sua legitimação na sociedade contemporânea. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 917-932, 2019.

LENHARDTK, G.; CALVETTI, P. Ü. Quando a ansiedade vira doença?: como tratar transtornos ansiosos sob a perspectiva cognitivo-comportamental. *Aletheia*, Canoas (RS), v. 50, n. 1-2, p. 111-122, 2017.

LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo C. Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

LÜCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 399-407, 2007.

MACÊDO, K. B. O desamparo do indivíduo na modernidade. *Revista ECOS*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 94-107, 2012.

MACHADO, D. G. *A categorização do indisciplinado na escola atual: uma análise a partir do transbordamento da literatura de autoajuda na educação*. 2020. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213054>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MAINGUENEAU, D. *Elementos de linguística para o texto literário*. Trad. Maria Augusta B. de Mattos. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. Trad. Marina Appenzeller. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. 1. ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Trad. Adail Sobral. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. Trad. Adail Sobral *et al.* 1. ed. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Maria Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013a.

MAINGUENEAU, D. L'èthos: un articulateur. *Contextes*, Paris (França), v. 13, 2013b. Disponível em: <https://journals.openedition.org/contextes/5772#citedby>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014a. p. 11-29.

MAINGUENEAU, D. *Frases sem texto*. Trad. Sírio Possenti *et al.* 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014b.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. 1. ed. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, D. L'ethos discursif et le défi du Web. *Itinéraires*, [s. l.], 2015-3, 2016a. Disponível em: <http://journals.openedition.org/itineraires/3000>. Acesso em: 29 maio 2024.

MAINGUENEAU, D. Retorno crítico sobre o *ethos*. In: BARONAS, R. L.; MESTI, P. C.; CARREON, R. O. (org.). *Análise do discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2016b. p. 13-33.

MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. Trad. Marcos Marcionilo. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

MANCEBO, D. Indivíduo e psicologia: gênese e desenvolvimento atuais. In: MANCEBO, D.; JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 35-48.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos Eduardo S. Matos, Regis de C. Andrade e Dinah de A. Azevedo. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANIERI, D. O indivíduo na condição pós-moderna: a perspectiva crítica de Zygmunt Bauman. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 130-147. 2016.

MANJÓN GONZÁLEZ, J. La autoayuda y el consejo como procedimientos psicoterapéuticos. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, Madrid, v. 34, n. 122, p. 283-300, 2014.

MANOEL, I. A. O movimento histórico: produto da (des)razão (um ensaio sobre a filosofia católica da história) 1800-1960. *Educação e Filosofia*, [s. l.], v. 17, n. 33, p. 63-92, 2003.

MARCON, F. Antirracismo. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão (SE), n. 2, p. 61-74, 2015.

MARÍN-DÍAZ, D. L. *Autoajuda, educação e práticas de si: genealogia de uma antropotécnica*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARQUES, M. B. S. Literatura de autoajuda e religião: conexões e rejeições. *Nures*, [s. l.], ano XI, n. 29, p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/nures/article/view/27442>. Acesso em: 10 maio 2024.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 1. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v.1, Livro 1. Col. Os economistas.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

MORAIS, A. R.; LACERDA JR., F. Ideologia, individualismo e psicologia: o modo de produção capitalista e a experiência subjetiva. *Teoría y Crítica de la Psicología*, [s. l.], n. 12, p. 163-184, 2019.

MYERS, D. G. *Psicologia*. Trad. Eduardo Jorge C. da Silva, Maria dos A. S. Rouch. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

NASCIMENTO, E. P. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 30-45, 2010.

NYAMBO, N. N. The quest of prosperity gospel and its impact on christianity: case of the Evangelical Lutheran Church in Tanzania: South Western Diocese. *iJournals: International Journal of Social Relevance & Concern (IJSRC)*, [s. l.], v. 11, n. 6, p. 95-108, 2023.

OLIVEIRA-SILVA, L. C.; WERNECK-LEITE, C. D. S.; CARVALHO, P. S. F.; ANJOS, A. C.; BRANDÃO, H. I. M. Desvendando o *coaching*: uma revisão sob a ótica da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 363-377, 2018.

PALLARES-BURKE, M. L. Entrevista com Zygmunt Bayman. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 301-325, 2004.

PAVEAU, M-A. *O camarão e o Ministro: a iconização do discurso digital como ferramenta política de desqualificação e de resistência*. Grupo TEAR: UFG, 2022. 1 vídeo (151 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CE1n55cT5lw>. Acesso em: 04 fev. 2022.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2009.

PEREIRA, D. V. L.; JESUS, A. R. O projeto da modernidade, crise capitalista e ideologia pós-moderna. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 10, n. 20, p. 31-47, 2010.

PEREIRA, M. E. C. Cullen e a introdução do termo “neurose” na medicina. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 128-134, 2010.

PIRIS, E. L. O *ethos* e suas noções conexas: análise do discurso do líder do governo na sessão parlamentar que antecedeu o AI-5. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas (SP), v. 61, p. 1-17, e019023, 2019.

POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. Trad. Sérgio Bath. 5. ed. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 2008.

PRONI, M. W. História do capitalismo: uma visão panorâmica. *Cadernos do CESIT*, Campinas, n. 25, p. 1-39, 1997. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/cesit/imagens/stories/25CadernosdoCESIT.pdf>. Acesso em: 01 maio 2024.

PRUINELLI, A. M. Formação discursiva. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). *Glossário de termos do discurso*: edição ampliada. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 115-119.

RAMBO, A.; RHOADES, E.; BOYD, T.; BELLO, N. An introduction to systemic family therapy. In: RHOADES, E.; DUNCAN, J. (ed.). *Auditory-verbal practice*: towards a family centered approach. Springfield, IL (Estados Unidos da América): Charles C. Thomas, Inc, 2009. p.113-136.

REBOUÇAS, G. M.; LEITE, M. F.; MARQUES, V. T. Pesquisa comparativa em ciências sociais e humanas: um panorama de seus usos. *Interfaces Científicas: Humanas e Sociais*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 21-32, 2016.

RIBEIRO, E. P. Democracia, direitos humanos e cultura política de esquerda no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília (DF), a. 60, n. 238, p. 123-146, 2023.

RIBEIRO, I. F. Autoajuda enquanto gênero discursivo. *Revista Científica Eletrônica (RCE)*, Ribeirão Preto (SP), n. 11, p. 154-168, 2018.

RIBEIRO, L. D. M. *Diálogo e interdisciplinaridade na literatura de autoajuda*. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO), 2014.

RIBEIRO, W. C. Giddens e Bauman: as configurações institucionais na contemporaneidade. *Sem aspas*, Araraquara (SP), v. 6, n. 1, p. 13-25, 2017.

RODRIGUES, C. Capitalismo tardio, redes sociais e dispositivos móveis: hipóteses de articulação. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 19., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_carla_rodrigues.pdf. Acesso em: 01 maio 2024.

RÜDIGER, F. *Literatura de autoajuda e individualismo*: contribuição ao estudo de uma categoria da cultura de massas. Porto Alegre: Gattopardo, 2010.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A.; RUIZ, P. *Compêndio de psiquiatria*: ciência do comportamento e psiquiatria clínica Trad. Marcelo de A. Almeida *et al.* 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SANTOS, G. *Coaching educacional*: ideias e estratégias para professores, pais e gestores que querem aumentar seu poder de persuasão e conhecimento. 1. ed. São Paulo: Leader, 2012.

SANTOS, O. S. O individualismo pós-moderno a partir de Gilles Lipovetsky e suas implicações para a experiência religiosa contemporânea. *Unitas*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 90-118, 2020.

SANTOS, Y. G. Prelações sobre o romantismo: ou as escansões da subjetividade burguesa. *Decifrar*, Manaus, v. 4, n. 7, p. 167-178, 2016.

SARTRE, J.-P. *O ser e o nada*. 1. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, C. R. E. Orientação profissional, *mentoring*, *coaching* e *counseling*: algumas singularidades e similaridades em práticas. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 299-309, 2010.

SILVA, M. M. Freud e a atualidade de *O mal-estar na cultura*. *Analytica*, São João del-Rei (MG), v. 1, n. 1, p. 45-72, 2012.

SILVA, S. R. V. Luta antirracista, tradição marxista e o Maio de 68. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 146-162, 2020.

SOBRAL, A. U. *Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase "parasitária" de uma vertente do gênero de auto-ajuda*. 2006. 325 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUSA, J. F. A. O modo de produção capitalista e a subjetividade individualista subjacente: reflexos sobre a espacialidade urbana. *Mnemosine*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 70-95, 2012.

SOUZA-E-SILVA, C. P.; ROCHA, D. Por que ler *Gênese dos discursos*? Resenha de *Gênese dos discursos*, de Dominique Maingueneau. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, [s. l.], v. 7, n. 13, p. 1-25, 2009.

SOUZA-E-SILVA, M. C. Discursividade e espaço discursivo. In: FIGARO, R. (org.). *Comunicação e análise do discurso*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 99-118.

STARKER, S. *Oracle at the supermarket: the American preoccupation with self-help books*. New Brunswick (Canadá): Transaction Publishers, 2002.

TEIXEIRA, M. O. L.; RAMOS, F. A. As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 364-381, 2012.

TIBOLA, G. P. L.; PEREIRA, P. A.; BOTOSO, A. A dialética da linguagem gerencialista. *Letras em Revista*, Teresina, v. 13, n. 1, p. 153-167, 2022.

TORRE, E. H. G.; AMARANTE, P. Michel Foucault e a "história da loucura": 50 anos transformando a história da psiquiatria. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 41-64, 2012.

TOURINHO, E. Z. Individualismo, behaviorismo e história. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto (SP), v. 1, n. 2, p. 1-9, 1993.

TREVIZAN, M. B.; VERAS, C. A.; BORGES, P. P.; SANTOS, P. H. S. 'Ser leve e ser líquido': a "modernidade líquida" no pensamento de Zygmunt Bauman. *Synesis*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 32–47, 2023.

TRIANDIS, H. C. Individualism-collectivism and personality. *Journal of Personality*, Malden (Estados Unidos da América), v. 69, n. 6, p. 907-924, 2001.

TUPYNAMBÁ, G. C. Resenha de CHARAUDEAU, P. Discurso político. São Paulo: Contexto, 2008. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília (DF), v. 10, n. 2, p. 185-190, 2010.

VAN DIJK, T. A. Estudios críticos del discurso: un enfoque sociocognitivo. Trad. Laura Sánchez de la Sierra e Jorge Diz Pico. *Discurso & Sociedad*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 137-162, 2016.

VICENTE, L. A. *O discurso da autoajuda presente na educação: uma leitura a partir da biopolítica foucaultiana*. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2018.

VIDAL, A. G. *Entre o gênero e a norma: uma análise dialógico-discursiva da tradução inglesa do best-seller de aconselhamento O vendedor de sonhos, de Augusto Cury*. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Tradução) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VIEIRA, J. D.; GRAÇA, R. F.; RODRIGUES, A. J.; SILVA, J. A. B. Uma breve história sobre o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo. *Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 125-137, 2015.

WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Trad. José Marcos M. de Macedo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITAKER, C. *Meditaciones nocturnas de un terapeuta familiar*. 1. ed. Barcelona (Espanha); Buenos Aires (Argentina); Ciudad de México (México): Ediciones Paidós, 1992.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO [OMS]). *Depression and other common mental disorders: global health estimates*. Genebra (Suíça): World Health Organization, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO [OMS]). *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD)*. [Material on-line]. [S. l.: s. ed.], 2024. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 07 maio 2024.

ZANDONÁ, A. *Como controlar e vencer a ansiedade?* 1. ed. Cachoeira Paulista (SP): Canção Nova, 2018.